



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE HUMANIDADES, ARTES E CIÊNCIAS PROFESSOR
MILTON SANTOS
PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CULTURA E
SOCIEDADE**

CECILIA ANA VÁSQUEZ SOTO

**TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA E AS
POLÍTICAS CULTURAIS NA BAHIA**

Salvador, BA
2012

CECILIA ANA VÁSQUEZ SOTO

**TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA E AS
POLÍTICAS CULTURAIS NA BAHIA**

Dissertação apresentada ao Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Paulo César Miguez de Oliveira

Salvador, BA
2012

Sistema de Bibliotecas da UFBA

Vasquez Soto, Cecília Ana.
Trajetória histórica do Conselho Estadual de Cultura e as políticas culturais na Bahia / Cecília Ana Vasquez Soto. - 2014.
209 f.: il.

Inclui anexos.

Orientador: Prof. Dr. Paulo César Miguez de Oliveira.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Salvador, 2012.

1. Conselho Estadual de Cultura (BA) - História. 2. Conselho Federal de Cultura (Brasil).
3. Bahia - Política cultural. 4. Cultura. 5. Estado. 6. Sociedade civil. I. Oliveira, Paulo César Miguez de. II. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos. III. Título.

CDD - 353.7098142
CDU - 351.854(813.8)



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
CULTURA & SOCIEDADE

Cecilia Ana Vásquez Soto

Políticas Culturais da Bahia: Trajetória Histórica do Conselho Estadual de Cultura e as Políticas Culturais na Bahia

Dissertação apresentada ao Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Cultura e Sociedade, na Linha de Pesquisa Cultura e Desenvolvimento, em 11 de julho de 2012, foi aprovada pela comissão formada pelos professores:

Prof. Dr. Paulo Cesar Miguez de Oliveira

Prof. Dr José Pericles Diniz Bahia

Prof^a. Dr^a Gisele Marchiori Nussbaumer

Dedico este trabalho ao meu companheiro de caminhada Germino e aos meus filhos e filha: Victor Hugo, Pablo Roberto e Ana Carolina (fáróis da minha vida).
Aos meus pais José Vásquez e Ana Soto (*in memoriam*) e irmãos Hugo e Marianela.
Às lutas e aos sonhos

AGRADECIMENTOS

O resultado desta pesquisa foi possível devido à contribuição de muitas pessoas. Agradeço a todas elas pela paciência e colaboração demonstradas durante o tempo que demorou a investigação.

Agradeço também a minha família que desde muito longe acredita no meu potencial: Cristina, Hector, Ingrid, Maria Loreto, Rocio, Max, Ricardo e Alvaro. Também à família brasileira – do meu companheiro – que me *adotou* naturalmente. Meu coração vive permanentemente dividido entre dois solos: Chile e Brasil. Agradeço, ainda, à professora Renilda Maria Argôlo Queiroz pela contribuição na revisão do texto.

Aos meus colegas de trabalho e amigos: Márcio Klaudat e Carol de Athayde que com muito companheirismo me ajudaram a superar os desafios e entenderam às ausências. Aos meus colegas: André, Josemara, Ítalo e Juliana. Também agradeço a colaboração de meus colegas de trabalho, principalmente Mário, Val e Adriano.

À direção do Sindicato dos Químicos/Petroleiros (BA), especialmente os diretores do setor de Comunicação: Itaparica, Christian, Alfredo e Iglesias.

Agradeço a ajuda dos funcionários do Conselho Estadual de Cultura da Bahia: Lúcia Mascarenhas, Igor, Josué, Isamar, Leda, Tânia, Simone e Sandra por facilitar o acesso ao arquivo do colegiado e à Biblioteca Alves Ribeiro. Especialmente, a atual diretora da Fundação Gregório de Mattos e ex-funcionária do CEC-BA, Isa Maria de Souza Silva, que me orientou no início da pesquisa. Também às minhas colegas que passaram pelo CEC-BA: Taiane, Renata e Hortência. Aos conselheiros e ex-conselheiros que estiveram dispostos a falar sobre o CEC-BA: Geraldo Machado, Eulâmpia Reiber, Lia Robatto, Waldir Freitas de Oliveira e Luis Henrique Dias Tavares.

À memória do ex-secretário geral do CEC-BA, Eustórgio Cavalcanti, que dedicou boa parte de sua vida ao Conselho de Cultura.

No Pós-Cult, agradeço a Delmira e também ao corpo docente, alguns deles meus professores desde a graduação na Faculdade de Comunicação da UFBA.

Aos meus amigos, Marcial e Alejandro, companheiros de todos os momentos; Juciara e Péricles. A todos eles meus agradecimentos. Também ao meu amigo Alberto Freire, o grande motivador desta pesquisa.

Agradeço ao meu professor orientador Dr. Paulo César Miguez de Oliveira pela sensibilidade, paciência e compreensão até nos momentos mais difíceis da orientação. Obrigada também à professora e historiadora Lia Calabre e ao atual Secretário Estadual de Cultura da Bahia, Albino Rubim, que estiveram presentes no início da pesquisa.

À minha turma do Pós-Cult, em especial, aos colegas mais próximos Viviane, Marcus, Emanuella, Chico, João, Juan, Eliane, José, Sophia, Laura, Germana, Valfrido, Dani, Bette, Ceci, Lourivânia.

Todos os homens são intelectuais, poder-se-ia dizer então; mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais.

Antonio Gramsci

RESUMO

Esta dissertação analisa a trajetória histórica e também o papel, funcionamento e atuação do Conselho Estadual de Cultura da Bahia (CEC-BA), criado no auge do período da ditadura militar brasileira, em 1967, no governo Luiz Viana Filho, e sua relação com os órgãos federais, estaduais e municipais de cultura. Passaram pelo colegiado várias personalidades, intelectuais e artistas baianos, no contexto da sociedade civil organizada, que tinham como objetivo contribuir para a formulação da política cultural do Estado, dentre outras atribuições e tarefas propostas pelo Conselho. Na contemporaneidade, a intervenção do Estado, no campo cultural, nos âmbitos federal e estadual, promoveu a atualização dos papéis da sociedade civil e do Estado, abrindo a possibilidade de superar os modelos arcaicos de conselhos de cultura compostos, tradicionalmente, pelos notáveis e limitados pelo sistema institucional de funcionamento.

Palavras-chaves: Política Cultural, Cultura, Estado e Sociedade Civil, Conselhos de Cultura, CFC, Conselho Estadual de Cultura da Bahia.

ABSTRACT

This paper analyses the historical trajectory and also the role, functioning and acting of State Culture Council in Bahia (Conselho Estadual de Cultura da Bahia - CEC-BA), that was created in the acme of the period of Brazilian military dictatorship, in 1967, during the government of Luiz Viana Filho, and its relationship with the federal, state and municipal agencies of the culture. Many intellectual people and artists from the state of Bahia passed by this collegiate, in the context of an organized civil society, and they had as an objective to contribute for the cultural politics of the State, among other attributions and tasks proposed by the Council. In contemporary times, the State's intervention, in the cultural field and in the federal and states copes, promoted the updating of the roles of the civil and of the state societies, showing the possibility to overcome the archaic models of culture councils that are made of, traditionally, by notables and limited by the working institutional system.

Key words: Cultural Politics, Culture, State and Civil Society, Culture Councils, Federal Culture Council, State Culture Council in Bahia.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Atribuições dos Conselhos Municipais de Cultura	46
Quadro 2	Tipologia dos Conselhos Municipais baianos.....	47
Quadro 3	Distribuição dos Conselhos Estaduais de Cultura no Brasil	50
Quadro 4	Relação de sessões por ano de funcionamento do CEC-BA	56
Quadro 5	Gestões dos presidentes e vice-presidentes do CEC-BA	62
Quadro 6	Participação dos conselheiros baianos na ALB e IGHB	63
Quadro 7	Programa Editorial da SCT 1995-1998	111
Quadro 8	Algumas publicações do Conselho Estadual de Cultura (1969-2003)	135

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1	Organograma da SCT no governo Paulo Souto	110
Ilustração 2	Organograma da SCT no governo César Borges	120

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Situação dos municípios baianos com CMC – 2006/ 2009	47
-----------	--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACM	Antônio Carlos Magalhães
AI	Ato Institucional
AMACH	Associação dos Moradores e Amigos do Centro Histórico
APEB	Arquivo Público do Estado da Bahia
BAHIATURSA	Empresa de Turismo da Bahia S/A
BANEB	Banco do Estado da Bahia
BTCA	Balé do Teatro Castro Alves
CEC-BA	Conselho de Cultura do Estado da Bahia
CFC	Conselho Federal de Cultura
CNC	Conselho Nacional de Cultura
CHS	Centro Histórico de Salvador
CODEC	Coordenação de Desenvolvimento Cultural
CODECULT	Coordenadoria de Cultura
COELBA	Companhia de Eletricidade da Bahia
CONBAHIA	Centro de Convenções da Bahia S.A.
CONDER	Coordenadoria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
CRA	Centro de Recursos Ambientais
CULT	Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura
DEM	Democratas
DEPAB	Departamento de Bibliotecas
DEPAM	Departamento de Museus
DEPEC	Departamento de Equipamentos Culturais
DERBA	Departamento de Estradas e Rodagens da Bahia
DESC	Departamento de Ensino Superior e de Cultura
DESENBANCO	Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia
DIAR	Departamento de Intercâmbio e Ações Regionalizadas

EMBRAFILME	Empresa Brasileira de Filmes S/A
EMBRATUR	Empresa Brasileira de Turismo
EMTUR	Empreendimentos Turísticos da Bahia S.A
FAZCULTURA	Programa Estadual de Incentivo à Cultura
FCB	Fundação do Cinema Brasileiro
FCEBA	Fundação Cultural do Estado da Bahia
FPC	Fundação Pedro Calmon
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
FUDACEN	Fundação Nacional de Artes Cênicas
FUNARTE	Fundação Nacional das Artes
FUNCEB	Fundação Cultural do Estado da Bahia
FUNGETUR	Fundo Geral de Turismo
ICMS	Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação.
IPAC	Instituto do Patrimônio Artístico Cultural
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IRDEB	Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia
MAM	Museu de Arte Moderna da Bahia
MINC	Ministério da Cultura
ONG	Organização Não-Governamental
OSBA	Orquestra Sinfônica da Bahia
PETROBRAS	Empresa Brasileira de Petróleo S.A.
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido da Frente Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNC	Plano Nacional de Cultura

PMN	Partido da Mobilização Nacional
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PT	Partido dos Trabalhadores
PROCIA	Associação das Empresas do Centro Industrial de Aratu
PRODETUR	Programa de Desenvolvimento do Turismo
PROPEPAC	Programa de Estudos das Potencialidades Artísticas e Culturais da Bahia
PSDB	Partido Socialista Democrático Brasileiro
SAAC	Superintendência de Apoio às Ações Culturais
SCT	Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia
SEC	Secretaria da Cultura do Estado da Bahia
SECULT	Secretaria de Cultura da Bahia
SEDUR	Secretaria de Desenvolvimento Urbano
SEFAZ	Secretaria da Fazenda
SNC	Sistema Nacional de Cultura
SEPLANTEC	Secretaria de Planejamento e Tecnologia
SIC	Sistema de Informações Culturais
SICM	Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração
SICT	Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo
SPHAN	Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
TCA	Teatro Castro Alves
TVE	Televisão Educativa
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana
UESB	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura

SUMÁRIO

Introdução	17
1 – Antecedentes históricos dos conselhos	23
1.1 Participação social e conselhos gestores de políticas públicas.....	26
1.2 Tradição <i>conselhist</i> a federativa no campo cultural	34
1.3 Política cultural e papel dos conselhos de cultura	41
2 – O Conselho Estadual de Cultura da Bahia (CEC-BA)	
2.1 Primórdios do CEC-BA.....	52
2.2 Composição, “grupo social” e elite cultural no CEC-BA	60
2.3 O CEC-BA e a defesa do patrimônio cultural	66
2.4 O CEC-BA e a implementação de Casas de Cultura.....	79
2.5 Atribuições e tarefas do CEC-BA	80
3 – Recondução do Conselho Estadual de Cultura da Bahia	
3.1 O CEC-BA no governo Waldir Pires	95
3.2 Recondução do CEC-BA e a “hegemonia carlista”.....	97
3.3 Reformulação do papel do CEC-BA	103
3.4 A “crise de identidade” do CEC-BA	112
3.5 Política editorial e a Revista de Cultura da Bahia	131
CONSIDERAÇÕES FINAIS	137
REFERÊNCIAS	144
ENTREVISTAS REALIZADAS	152
REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS	153
ANEXOS	155

INTRODUÇÃO

De acordo com os historiadores, os conselhos utilizados na gestão pública constituem experiências antigas no mundo e destacam-se pelo legado de autogestão da coisa pública pelos próprios mandatários, abrindo a possibilidade de participação direta da população na administração dos problemas da cidade, articulada com a gestão de produção, através de um projeto político considerado revolucionário (GOHN, 2003).

No Brasil, a inserção da sociedade civil em novos espaços de deliberação e gestão das políticas públicas, como os conselhos, está vinculada à organização dos movimentos populares, sociais e sindicais na busca pela redemocratização do país e multiplicaram-se após a Constituição de 1988, nos municípios brasileiros. Denominados de conselhos gestores de políticas públicas, constituíram-se uma das principais inovações institucionais, nas mais diversas áreas, como as da saúde, assistência social, à criança e ao adolescente. Em 1996, a legislação determinou que para o recebimento de recursos destinados às áreas sociais os municípios deveriam criar os conselhos municipais.

A Constituição não incluiu, originalmente, a cultura entre as áreas que por lei deveriam criar seus conselhos de gestão e política. A mudança veio, em 2012, com a aprovação da Emenda Constitucional nº 71, em 29 de novembro, que instituiu o Sistema Nacional de Cultura (SNC). O dispositivo determina que os estados, o distrito federal e os municípios brasileiros devem organizar seus sistemas de cultura em leis próprias, com no mínimo um órgão gestor de cultura: um conselho de cultura, um plano de cultura e um fundo de cultura.

Essas propostas vinham sido delineadas e trabalhadas, a partir de 2003, no âmbito federal, no governo Luis Inácio Lula da Silva, nas gestões dos ministros, Gilberto Gil e Juca Ferreira, quando o Ministério de Cultura resgatou seu papel institucional como formulador, executor e articulador de políticas públicas, criando novos espaços de entendimento e decisão por meio de processos participativos da sociedade civil: fóruns, seminários e conferências nacionais e regionais. Na gestão Gil/Ferreira foram realizadas duas Conferências Nacionais de Cultura¹, lançadas as diretrizes do Sistema Nacional de Cultura (SNC), do Plano Nacional de Cultura (PNC) e foi instalado, embora tardiamente, o Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), em dezembro de 2007².

¹ A I Conferência Nacional de Cultura (CNC) foi realizada em 2006 e a II Conferência Nacional de Cultura, em 2010.

² O CNPC e o SNC foram instituídos pela Lei nº 9.469, de 27 de maio de 1998 e implementados através do Decreto nº 5.520, de 24 de agosto de 2005 e do Decreto 6.973, de 7 de outubro de 2009.

Para a execução dos planos nacionais, projetados pelo MinC, como o SNC³, PNC e ProCultura, foram demandadas as estruturas de gestão, incluindo os conselhos, com foco na fiscalização e no repasse fundo a fundo, nos Estados e municípios. A proposta do Ministério da Cultura foi articular as instituições vinculadas a ele “pelos sistemas setoriais de cultura e seus respectivos conselhos, assim como pelos governos estaduais, pelos Sistemas Estaduais de Cultura, pelos governos municipais e pelas organizações não governamentais de caráter predominantemente cultural” (BARBOSA, 2007, p. 94).

O funcionamento do CNPC e dos Colegiados Setoriais tem contribuído para o debate dos rumos das políticas públicas do país, da mesma forma que tem tido um papel relevante no apoio à gestão do MinC, por seu caráter decisório. Nessa nova dinâmica, o CNPC apresentou mudanças na composição, natureza, objetivos e modos de funcionamento em relação ao Conselho Federal de Cultura (CFC) que funcionou no país durante o período da ditadura militar. O CNPC apresenta composição paritária⁴, de natureza deliberativa e torna-se referência para a “participação política no campo cultural, institucionalizando o canal de interação entre Estado e sociedade civil sob patamares democráticos”. (VIDIGAL, 2010, p.7).

Albino Rubim (2010), ao analisar a trajetória dos conselhos de cultura, em geral, observou algumas singularidades desses colegiados. A primeira delas está vinculada aos antecedentes históricos dos conselhos de cultura surgidos em dois períodos ditatoriais brasileiros: a ditadura Vargas, que criou o Conselho Nacional de Cultura (CNC), em 1938, quando foram constituídos conselhos técnicos; e o regime militar que criou o Conselho Federal de Cultura (CFC), em 1966, com amplas atribuições e tarefas.

A segunda característica importante, na constituição desses conselhos, foi a composição formada por figuras “notáveis”:

Com seu surgimento marcado por momentos autoritários, de imediato cabe anotar o caráter elitista e não democrático que conforma estes conselhos. Eles, em geral, são imaginados como conselhos de ‘notáveis’ [...] composto por personalidades que, em tese, se destacaram no campo cultural. Mas como a indicação dos membros, quase sempre, é prerrogativa do poder executivo (autoritário, nestas circunstâncias), os ‘notáveis’ escolhidos são, em sua imensa maioria e antes de tudo, personagens afinados com os regimes autoritários [...] intelectuais que compartilham tais visões conservadoras [...] Eles inclusive, terminam por conferir certa legitimidade aos regimes ditatoriais [...] Além deste caráter autoritário [...] possuíam atribuições ambíguas. O próprio Conselho Federal de Cultura, dada a inexistência de uma institucionalidade própria da área cultural, assumiu tarefas nitidamente executivas, como por exemplo, a análise, aprovação e financiamento de projetos culturais e

³ No dia 30 de maio de 2012, a PEC 416/2005 que institui o Sistema Nacional de Cultura, foi aprovado em primeiro turno na Câmara dos Deputados.

⁴ O termo paritário significa que a representação no conselho está dividida em 50% sociedade civil e 50% poder público

instalação de casas de cultura em alguns pontos do país. (RUBIM, 2010, p. 151-152).

O CFC estava formado por 24 membros indicados pelos militares. Dentre eles, destacados intelectuais brasileiros como Josué Montello, Pedro Calmon, Gilberto Freyre, Rachel de Queiroz, Ariano Suassuna, Hélio Vianna; “todos com larga experiência como intérpretes da nação e de continuada inserção nos órgãos do Estado brasileiro”. (AMARAL, 2012, p.21). Devido à essa notoriedade, Gilberto Freyre os denominava “cardeais” da cultura nacional. Os intelectuais do CFC, entre 1967 e 1975, foram responsáveis pela orientação das políticas públicas e atuavam na proteção e na divulgação do patrimônio cultural. O Conselho Federal de Cultura, também, estimulou a criação de conselhos estaduais e municipais de cultura e manteve encontros com governadores e secretários de vários estados, a fim de formular uma política cultural integrada com corresponsabilidade de estados e municípios. Além disso, o órgão tinha como objetivo traçar as diretrizes de um Plano Nacional de Cultura, que respeitasse a diversidade cultural do país.

Nesse contexto foi criado o Conselho Estadual de Cultura da Bahia, durante o governo Luiz Viana Filho⁵, constituindo-se a primeira instituição, no Estado, a se preocupar com as questões culturais. Pelo Regimento Interno, uma das atribuições do colegiado baiano era formular a política cultural do Estado, dentre outras questões, e o legado de realizações está, principalmente, na área da preservação do patrimônio, com a regulamentação de duas legislações sobre o assunto. O CEC-BA tem contribuído para o tombamento do patrimônio material e também imaterial, não apenas na capital como também nas cidades do interior do Estado.

O Conselho da Bahia, ao longo de sua trajetória, passou por importantes alterações no Regimento Interno e também na composição. Para entender a atuação e o papel do CEC-BA, nesse longo período de funcionamento, desde 1967, foi preciso antes analisar e descrever a trajetória histórica do colegiado, a fim de contextualizar essa atuação na área cultural do Estado. Nas palavras de Rubim (2010):

Relembrar a trajetória singular, complexa e problemática dos conselhos de cultura no país possibilita: fazer uma crítica a esta tradição; reconhecer suas dificuldades;

⁵ No governo Luiz Viana Filho foi inaugurada a nova sede da Biblioteca Central do Estado da Bahia, a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), o Instituto de Patrimônio (IPAC), o Museu Wanderley Pinho, no Engenho Freguesia (dirigido pelo amigo e conselheiro Fernando da Rocha Peres) e O Museu das Alfaias, de Cachoeira. Sobre a vida e obra de Luiz Viana Filho ver: DA FONSECA, João Justiniano. A Vida de Luiz Viana Filho. Edições do Senado Federal. Vol. 58. Edição Impressa, 2005. Disponível em <http://pt.scribd.com/doc/19825940/A-VIDA-DE-LUIZ-VIANA-FILHO>, Último acesso em 07/06/2011.

anotar suas limitações; conhecer suas tensões e imaginar as potencialidades inscritas nas novas dinâmicas deste movimento. Cabe avançar a análise, em especial, discutindo o caráter diferenciado e as distintas atribuições possíveis aos conselhos nesta nova circunstância societária. (RUBIM, 2010, p. 153).

O trabalho de investigação desta Dissertação traça a trajetória de atuação do CEC-BA, seu lugar nas políticas de cultura da Bahia e a relação com outras instituições culturais, nos âmbitos federal, estadual e municipal.

A composição do Conselho da Bahia está formada por intelectuais e artistas, no contexto da sociedade civil, cujos nomes eram indicados pelo governador e aprovados pela Assembleia Legislativa. Esses conselheiros se reuniam, regularmente, uma vez por semana em sessão ordinária e, se for necessário, em sessão extraordinária, para discutir os temas relacionados à cultura. Sendo subordinado ao Poder Executivo e, apesar do lugar privilegiado na administração pública, ao longo dos anos, o sentimento expressado por muitos conselheiros era de que não recebia a merecida atenção dos gestores e, por isso, sua atuação ficava limitada. Na contemporaneidade, a atuação e funcionamento do Conselho da Bahia vêm sendo objeto de alterações no Regimento Interno e na composição a fim de se adequar às demandas exigidas pela nova cultura política em curso no Brasil e na Bahia.

Para desenvolver este trabalho de pesquisa foram superados vários desafios em consequência da dispersão dos documentos que integram o acervo do Conselho de Cultura da Bahia, das Câmaras e Comissões, devido às mudanças de sede do órgão. Muitos documentos encontravam-se sem catalogação histórica e por conta disso, às vezes, foi necessário buscar referências em outros materiais para entender seu contexto. Espera-se que este incipiente trabalho motive outros pesquisadores, das mais diversas áreas do saber, a aprofundar os conhecimentos sobre o papel e atuação do Conselho Estadual de Cultura da Bahia, pois ainda há muito a ser desvendado. O corte cronológico desta pesquisa foi dado a partir da criação do CEC-BA, em 1967, durante o governo Luiz Viana, até a eleição do petista Jaques Wagner, em 2007.

O presente trabalho está dividido em três capítulos, sendo o primeiro deles descritivo e conceitual, uma vez que traça a trajetória histórica dos conselhos e analisa as categorias de participação e deliberação. O capítulo também descreve a atuação dos conselhos de cultura, desde o Conselho Nacional de Cultura, criado em 1937, passando pelo CFC (1966) e o CNPC, a fim de servir como texto introdutório sobre a atuação e papel do Conselho Estadual de Cultura da Bahia.

O segundo capítulo, além de descritivo-analítico, mostrando a primeira fase de atuação

do Conselho de Cultura da Bahia e o vínculo com o CFC, a partir de 1967, no período militar, que vem sendo estudado por vários autores brasileiros como Calabre (2008), Barbalho (2008), Amaral (2009) e Moraes (2008). Existia um projeto de envergadura nacional que foi implementado pelos militares, na área cultural, através da criação do CFC e dos conselhos estaduais em vários estados brasileiros. A política cultural apontada pelos conselheiros passava pela defesa do patrimônio através do resgate da memória nacional. Além disso, os intelectuais arregimentados nos conselhos formavam um grupo social, uma elite intelectual, descrita por Diégues (1984) e analisada nesta pesquisa com recorte baseado na atuação do CEC-BA devido à sua importância para o entendimento da questão.

O terceiro capítulo, também é descritivo, analisa as razões que levaram o governo Waldir Pires a não reconduzir, pela primeira vez desde que foi criado em 1967, o Conselho Estadual de Cultura. Ainda nesse capítulo, mostra-se o projeto de reformulação do conselho promovido pelo governo carlista, tendo à frente o secretário de Cultura e Turismo, Paulo Gaudenzi, que, em 2005, foi a primeira mulher a presidir o colegiado. Além disso, conselheiros insatisfeitos com a rotina do colegiado buscavam uma atuação de maior aproximação entre o Conselho de Cultura e a sociedade civil e a comunidade cultural, mas que não foi possível devido à interferência do secretário Gaudenzi. Nesse capítulo também é analisada a política editorial do Conselho de Cultura, que era uma antiga reivindicação dos conselheiros. A proposta do colegiado era implantar uma editora na Bahia para a edição, principalmente, de obras raras e esgotadas. Além disso, faz-se uma análise sobre a Revista de Cultura da Bahia, considerada o veículo de comunicação oficial do conselho.

Ademais, traça-se um breve panorama de desempenho do CEC-BA vinculado à Secretaria de Cultura (Secult) na gestão de Márcio Meirelles, a partir de 2007, quando se iniciou o processo mais profundo de renovação da composição tradicional do conselho de cultura baiano.

Por fim, nas Considerações Finais são feitas as avaliações em relação à atuação dos conselhos, especificamente na área cultural, e do Conselho Estadual de Cultura da Bahia, no período pesquisado. Também são apontadas algumas perspectivas em relação aos novos modelos de atuação dos conselhos de cultura, que buscam maior participação da sociedade civil no contexto da democracia brasileira.

Além da pesquisa bibliográfica, o trabalho foi desenvolvido através da leitura de documentos históricos, leis, Regimentos Internos, Livros de Atas e relatórios de atividades elaborados das gestões da maioria dos presidentes que passaram pelo Conselho. Nos Livros

de Atas, para poder atender a demanda da pesquisa, foi observada a seção “Ordem do Dia”, que na rotina do CEC-BA era o momento mais importante das sessões. Até 1996, as atas encontram-se registradas em livros e transcritas pelos funcionários do Conselho. É importante assinalar que, a depender da transcrição, as informações favorecem a pesquisa, mas existem trechos cujo texto é ininteligível, e, portanto, de difícil compreensão.

Também se utilizou como fonte de consulta grande parte das edições da Revista de Cultura da Bahia, até o número 16, em 1998, publicou os resumos das atas do colegiado. Foram pesquisados ainda Relatórios de Atividades sistematizados pelos presidentes do Conselho e que eram enviados ao Executivo. Em alguns casos, recorreu-se às matérias publicadas em jornais locais como A Tarde e Correio da Bahia e alternativos como o Soteropólis.

Foram realizadas, ainda, entrevistas espontâneas com quatro ex-conselheiros e conselheiros: Luis Henrique Dias Tavares, Waldir Freitas Oliveira, Eulâmpia Reiber e Lia Robatto, além do ex-secretário de cultura do governo Waldir Pires, José Carlos Capinan.

O trabalho insere-se na literatura dos conselhos e marca o início de um itinerário de bases para o futuro desenvolvimento de outras pesquisas, pois o Conselho Estadual de Cultura da Bahia tem uma longa história, que precisa ser publicizada, assim como também suas atividades. Essas pesquisas poderão contribuir para que se compreenda a atuação do colegiado e seu papel na gestão pública ao longo de mais de 40 anos de funcionamento, com o objetivo de ampliar a discussão sobre o CEC-BA nas futuras gestões sob o novo marco democrático brasileiro.

1 Antecedentes históricos dos conselhos

A forma “conselho” utilizada na gestão pública não é nova na história e suas origens remontam aos clãs visigodos (GOHN, 2003). A partir de 1500, na Itália, os conselhos foram abertos à participação na gestão de interesses e direitos das diversas classes, categorias e grupos sociais. Em outros países europeus, tais como Alemanha, Iugoslávia e Hungria, quando os trabalhadores perceberam que o modo capitalista de organizar a produção contrariava seus interesses e direitos, foram criando formas de organização através de sindicatos, associações, comissões de fábricas e conselhos.

O professor Elenaldo Celso Teixeira (2000) apontou três direções diferentes aos conselhos surgidos através da organização dos movimentos populares e dos trabalhadores. A primeira direção está relacionada às experiências históricas resultantes das lutas de movimentos insurrecionais, como instrumento de organização revolucionária que eram, ao mesmo tempo, aparato de poder e sistema alternativo de representação. Eram colegiados organizados para defender os interesses dos trabalhadores e dos movimentos populares que confrontavam o Estado, a exemplo dos conselhos da primeira fase da Revolução Francesa (1789), da Comuna de Paris (1871)⁶ e dos *soviets* russos (1905), compostos por operários, soldados e intelectuais revolucionários que desempenhavam tarefas públicas de responsabilidade do Estado, em áreas como a saúde e a segurança pública.

A segunda direção está orientada à instância de poder no ambiente de trabalho, que se organiza em assembleias operárias e sistema de representação, por intermédio de delegados de seção de fábrica, “superando a exigência de filiação sindical e expressando um poder efetivo dos trabalhadores enquanto ‘produtores’ com ação econômica e política”. (TEIXEIRA, 2000, p. 99). Esse modelo de conselho pretendia democratizar a organização do trabalho capitalista e substituí-la por outra organização: as “oficinas” dos trabalhadores foram vistas como modelos de democracia popular, onde os operários discutiam jornadas de trabalho, fixavam salários e escolhiam as chefias, dentre outras questões. O legado desse modelo de gestão de conselhos operários foi importante para incentivar os movimentos populares e sociais quanto à possibilidade de autogestão dos bens públicos e também da gestão dos problemas da cidade. Tanto na Alemanha, os conselhos operários de Turim, quanto na antiga Iugoslávia, os comitês

⁶ A experiência da Comuna de Paris durou apenas dois meses, em 1871, e muitos historiadores a consideram uma experiência pioneira de autogestão operária por meio de conselhos populares. Propunha democratizar toda a organização do trabalho capitalista, a fim de substituí-la por uma organização nova. A Comuna inaugurou a possibilidade de participação direta da população na gestão da cidade. Sobre esse assunto, ver GOHN, Maria da Glória. Conselhos Gestores e Participação Sociopolítica. Cortez Editora, São Paulo, 2003.

das empresas foram os instrumentos de participação operária de autogestão econômica e de administração com funções municipais:

Os comitês das empresas eram designados segundo regras jurídicas que os diferenciavam dos organismos tradicionais pelo fato de serem revogáveis e de terem suprimido as diferenças entre os poderes executivo, legislativo e judiciário, ao criar os tribunais populares. Os conselhos alemães tratavam ainda da questão dos salários e da rotatividade das tarefas, com o objetivo de quebrar as escalas de hierarquias; controlavam os preços dos aluguéis e dos gêneros de primeira necessidade, além de ter mecanismos de combate à especulação. (GOHN, 2003, p.68).

A terceira direção apontada pelo professor Elenaldo Teixeira (2000) está relacionada aos conselhos surgidos nos países de capitalismo avançado como arranjos neo-corporativistas, para tratar das reivindicações dos trabalhadores, usuários e outros grupos de interesse e reduzir os conflitos distributivos. Tais conselhos funcionam como grupos de pressão da sociedade em demandas relacionadas ao consumo e uso de bens, serviços e equipamentos coletivos públicos, ou de moradia familiar.

Em Portugal, entre os séculos XII e XV, os “concelhos”⁷ municipais eram as organizações político-administrativas que intermediavam as relações daquele país com suas colônias. Os conselhos municipais portugueses foram substituídos pelos colegiados urbanos originários das comissões de moradores que se iniciaram a partir das Assembleias e Juntas de Freguesia, sendo fundamentais no período da Revolução dos Cravos, em 1974 (GOHN, 2003, p. 65 *apud* ESTEVÃO, 1993).

No Brasil colônia, as câmaras municipais e as prefeituras foram organizadas segundo o sistema de gestão ligado aos modelos de conselhos municipais portugueses. Durante o Regime Monárquico Constitucional (1822-1889), o Conselho de Estado⁸, criado em 1823, após D. Pedro I extinguir a Assembleia Constituinte, teve papel proeminente na elaboração da Carta de 1824, “que o oficializou como órgão consultivo do Imperador no exercício do Poder Moderador, que conferia ao monarca poderes quase absolutos”. (MATA-MACHADO, 2010, p.214). O Conselho de Estado tinha amplas atribuições no aconselhamento dos mais variados assuntos da vida política brasileira. Extinto durante a Regência pelo Ato Adicional de 1834⁹

⁷ À época a escrita era concelho com “c”

⁸ O Conselho de Estado cumpriu dupla função: uma de caráter liberal, porque serviu de contrapeso ao poder pessoal do Imperador, e outra de cunho marcadamente absolutista, porque ao extrapolar suas atribuições e invadir a seara dos poderes legislativo e judiciário, incorporou em si mesmo a essência do Poder Moderador. Sobre esse assunto ver MATA-MACHADO, Bernardo. Conselhos de Cultura e democratização do Estado. In: FERNANDES, Taiane, RUBIM, Albino e RUBIM, Iuri (orgs.). *Políticas Culturais, Democracia e Conselhos de Cultura*, Salvador, Editora Cult, 2010. p. 213- 235.

⁹ O Ato Adicional de 1834 é uma Lei de caráter liberal que deu maior autonomia às Províncias do Brasil, no século passado.

ressurgiu em 1841, quando D. Pedro I retomou o poder, alterando seu funcionamento com a criação do Pleno e quatro seções que, na prática, correspondiam às atribuições dos ministérios. Nessa nova fase, o Conselho de Estado, mesmo sem possuir competência legislativa nacional, tinha o poder de modificar e anular a legislação produzida pelas Assembleias provinciais, chegando até a redigir projetos de leis nacionais sobre diversas matérias encaminhadas à Assembleia Geral do Império. O Conselho do Estado funcionou até a proclamação da República, em 1889, e passaram por ele 72 conselheiros.

Durante o primeiro governo de Getúlio Vargas (1937-1945), os conselhos federais passaram a ser de natureza técnica, sendo compostos por especialistas, especialmente ligados à área econômica, como o Conselho Nacional do Café (1931), Conselho Federal de Comércio Exterior (1934), Conselho Técnico de Economia e Finanças (1937), Conselho Nacional do Petróleo (1938)¹⁰ e Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (1939)¹¹. Nesse período os conselhos cumpriam várias funções:

Além de espaços de vocalização das demandas empresariais e de negociação entre governo e setores da iniciativa privada, os conselhos cumpriam outras funções, entre elas a de cooptação, particularmente da elite agro-industrial de São Paulo [...]; de articulação política, com a finalidade de incorporar o empresariado no planejamento e na modernização da economia [...] e técnico-executiva, já que alguns conselhos funcionaram como estruturas paralelas de poder que, ao contrário da administração tradicional, davam maior agilidade ao fomento de setores considerados estratégicos para o desenvolvimento econômico. (MATA-MACHADO, 2010, p. 217).

Porém, os colegiados com maior participação da sociedade civil surgiram no pós-64, com diferentes modelos: 1) conselhos criados pelo poder público Executivo, para mediar suas relações com os movimentos e as organizações populares; 2) conselhos populares¹², gestados a partir dos movimentos populares e setores organizados da sociedade civil em suas relações de negociação com o poder público e 3) conselhos institucionalizados, com possibilidade de participar da gestão dos negócios públicos criados por leis originárias do poder Legislativo, surgidos após pressões e demandas da sociedade civil. Luciana Tatagiba (2010) distinguiu três fases da organização de conselhos, a partir desse período:

A primeira fase, ainda no contexto da ditadura, onde os conselhos cumpriam uma função meramente decorativa, face o cerceamento da arena decisória. No geral, eram conselhos formados por “notáveis” que tinham como missão principal o aconselhamento do executivo.

¹⁰ O Conselho Nacional de Petróleo transformou-se, em 1953, na Petrobras.

¹¹ Anos mais tarde, o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica daria origem à Eletrobras.

¹² Conselhos comunitários populares foram propostas dos setores de esquerda ou de oposição ao regime militar e surgiram com vários papéis como organismos do movimento popular atuando com parcelas de poder junto ao executivo; organismos superiores de luta e de organização popular, gerando situações de duplo poder, etc.

A segunda fase é localizada no contexto da abertura política, onde a pressão da sociedade pela democratização do Estado gerou novos formatos participativos, em especial no âmbito local. Um bom exemplo são os conselhos comunitários [...] que teriam como funções, dentre outras: criar canais de comunicação entre o povo e o governo, garantir legitimidade ao governo local e transformar a ação tecnocrata da municipalidade em uma ação participada (Decreto nº 16.100/79). Na prática, esses conselhos seriam utilizados como forma de cooptação das lideranças e manipulação das demandas populares [...], o mais conhecido foi o Conselho de Saúde de São Paulo, que influenciou fortemente a direção das lutas na Constituinte. [...] a terceira fase, inaugurada pela Constituição de 1988, redefine a posição e função dos conselhos a partir de uma nova arquitetura jurídica-política que lhes confere maior legitimidade, força e permanência. [...] os conselhos apresentam-se como peças centrais no processo de reestruturação das políticas, legitimados pelos novos princípios constitucionais da participação político-administrativa. Definidos pela Constituição de 1988 como obrigatórios, em vários níveis de definição das políticas, foram considerados legalmente indispensáveis para o repasse de recursos federais para estados e municípios. (TATAGIBA, 2010, p. 29-31).

É importante ressaltar que os conselhos de saúde¹³, embora estejam presentes em todos os municípios brasileiros, ainda na contemporaneidade continuam invisíveis à população, sendo considerados, às vezes, como um coletivo social normatizado. São paritários, deliberativos, compostos por representantes dos segmentos sociais que atuam no campo da saúde, institucionalizados por Lei e demandam na deliberação e fiscalização da política de saúde. Entretanto, a configuração atual dos conselhos de saúde mantém um distanciamento do ideário ideológico e simbólico construído e projetado no âmbito da luta política das décadas de 1960 e 1970 (PEDROSA, 2010).

1.1 Participação social e conselhos gestores de políticas públicas

Os conselhos relacionados às políticas públicas funcionam como instrumentos fundamentais na construção de processos de gestão pública participativa, “sendo sinônimo de administrações mais modernas e democráticas”. (CALABRE, 2008, p.1). Além disso, são canais de interlocução entre Estado e sociedade e instrumentos de cogestão, atuando no debate e formulação das políticas públicas. “Eles aparecem como instâncias de acompanhamento e controle público do Estado e de participação cidadã na elaboração das políticas públicas” (RUBIM, 2010, p. 15). São considerados espaços vitais para a democratização do Estado e da sociedade e para a construção de um espaço público onde os

¹³ Ao todo são 36.000 conselheiros - mais que o número de vereadores do país, representando cerca de 27.000 entidades de usuários que podem ser agrupados em entidades religiosas, comunitárias e portadoras de patologias. Ver: PEDROSA, José Ivo. Conselhos Gestores de Políticas Públicas e Democratização do Estado: reflexões a partir dos conselhos de saúde. In: FERNANDES, T.; RUBIM, A.; RUBIM, I. (Orgs.) *Políticas Culturais, Democracia e Conselhos de Cultura*. Salvador: Edufba, 2010.

distintos atores sociais negociam a partilha de recursos, de riquezas e as políticas e facilitam a transparência dos atos e decisões. Mas, constituem-se também um espaço de disputa de posições políticas e ideológicas. (TEIXEIRA, 2000).

Esses modelos de gestão se integram em redes de produção das políticas públicas nas quais os recursos simbólicos e materiais são disputados por diversos atores, sendo profundamente afetados pelas dinâmicas que nela se gestam; não só impactam o processo de produção das políticas, em suas áreas específicas, mas têm seu perfil e dinâmicas afetados pelas características gerais que conformam a comunidade política na qual estão inseridos.

Após a Constituição de 1988, os modelos de conselhos gestores de políticas públicas constituíram-se um dos principais canais de participação que articularam representantes da população e membros do poder público em práticas que diziam respeito à gestão de bens públicos, como agentes de inovação e espaço de negociação de conflitos. De natureza deliberativa, os conselhos gestores dependem de leis ordinárias federais, estaduais e municipais para sua criação e funcionamento. Entretanto, na maioria das vezes, os pareceres oficiais têm reafirmado o caráter apenas consultivo dos conselhos, restringindo suas ações ao campo da opinião, da consulta e do aconselhamento, sem poder de decisão ou deliberação.

Esses modelos de conselhos associados às políticas públicas tornaram-se obrigatórios em vários níveis de definição das políticas e são considerados legalmente indispensáveis para o repasse de recursos federais aos estados e municípios, constituindo-se como peças centrais no processo de descentralização e democratização das políticas públicas (TATAGIBA, 2010). Foram considerados ainda experimentos híbridos, uma vez que envolviam a partilha dos processos deliberativos entre os atores sociais e estatais. Avritzer (2005) explica como se expressa o hibridismo nos colegiados:

[...] ‘órgãos híbridos’, uma nova forma institucional que envolve a partilha de espaços de deliberação entre representantes estatais e as entidades da sociedade civil. Esse é o caso dos conselhos de política que instituem as parcerias entre o Estado e a sociedade civil como forma de gestão no âmbito das políticas públicas [...] Com relação aos aspectos administrativos e de gestão local, as modificações dizem respeito à forma como os atores são incorporados nesses arranjos institucionais e deliberativos. [...] De uma função de consulta, elas tornam-se associadas, participando diretamente nos processos de deliberação. (AVRITZER, 2005, p. 20).

Pode-se definir o espaço público local como os múltiplos processos de concertação e de engajamentos mútuos de parceiros de direito público e privado, tais como os grupos de habitantes, organismos profissionais, ONGs, empresas e órgãos de administração pública municipais, estaduais e federais. Por meio dele pode-se ampliar a elaboração de certas

políticas locais, incorporando às práticas de gestão das políticas públicas urbanas um processo de acordos negociados. As alterações refletem nas mudanças nos modos de ação pública do Estado e também nas ações sociais e coletivas que assinalam a preponderância das sociedades no que se refere ao protagonismo do indivíduo e dos movimentos sociais. São esses atores e agentes, das novas formas de ação coletivas reivindicatórias e de representantes nas formas ampliadas de participação, que assumem o protagonismo nos espaços públicos e híbridos de discussão e deliberação, tais como os conselhos e outras formas de participação da sociedade civil: orçamentos participativos, conferências, fóruns, câmaras setoriais, plebiscitos, etc.

A questão da participação da sociedade civil, no Brasil, é um tema presente desde o tempo das lutas da Colônia contra a metrópole portuguesa, passando pelas lutas contra escravidão e pelo sindicalismo anarquista nas primeiras décadas do século passado. A maior participação dos indivíduos nos processos de elaboração de estratégias e de tomada de decisão, contudo, apareceu com a luta pela redemocratização do país no pós-64. Nesse momento, a sociedade civil aglutinou vários setores de resistência contra o Estado autoritário; o que contribuiu para se ter uma visão homogeneizada da sociedade civil, deixando marcas profundas no debate teórico e político sobre o assunto. Entretanto, a partir da redemocratização e a vigência das instituições democráticas formais básicas – tais como as eleições, liberdade de imprensa, a livre organização político-partidária – o avanço do processo de construção democrática “contribuiu para explicitar os diferentes projetos políticos que se definiam expressando visões diferenciadas inclusive quanto aos rumos desse processo, tornando assim mais clara a própria heterogeneidade da sociedade civil”. (DAGNINO, 2002, p.9).

Elenaldo Teixeira (2000) afirma que no processo de reivindicação, expressão e luta são construídas as identidades e autonomia dos movimentos populares e sociais como uma nova maneira de encarar o Estado e de agir coletivamente para expressar aspirações e necessidades:

Passam a se constituir, também, novos atores sociais e políticos, que não só lutam por políticas públicas que atendam às carências, mas que também buscam serem reconhecidos como sujeito, na construção e efetivação de direitos e de uma cultura política de respeito às liberdades, à equidade social, à transparência das ações do Estado. (TEIXEIRA, 2002, p. 33).

Ademais, como as instituições formais da democracia não produziram o encaminhamento adequado por parte do Estado dos graves problemas no país, em especial, a exclusão e desigualdade social, aguçou-se a percepção não só da necessidade de ampliação e

radicalização da noção de democracia, mas também do desejo de buscar o controle do Estado por parte da sociedade, através de novos mecanismos de participação.

Para Dagnino (2002), as consequências práticas dessas visões tiveram como resultado o surgimento de experiências de construção de espaços públicos para o debate de temas até então excluídos da agenda pública, assim como a implantação de espaços de ampliação e democratização da gestão estatal. Acontece que o processo de construção democrática não é linear, mas contraditório e fragmentado, ou seja, esse processo se vincula a uma multiplicidade de fatores, eliminando a possibilidade de “conceber a sociedade civil como o demiurgo do aprofundamento democrático”. (DAGNINO, 2002, p. 279). Uma relação que está longe de ser pacífica, sendo permeada por conflitos e tensões.

Ao se aprofundar a natureza dos conflitos, o foco mais generalizado é a partilha efetiva do poder, de um lado expressa pela resistência do Executivo em compartilhar o exercício exclusivo sobre decisões referentes às políticas públicas e por outro pela insistência de setores da sociedade civil em participar efetivamente dessas decisões e concretizar o controle social sobre elas. O fenômeno da participação política, não só dos indivíduos como também da sociedade civil, é bastante complexo. Gohn (2003) alega que existem diversas formas de se entender a participação e alguma delas são consideradas clássicas, dando origem a interpretações, significados e estratégias distintas, tais como: a liberal, a autoritária, a revolucionária e a democrática. A autora esclarece, entretanto, que não se tratam de interpretações monolíticas; mas que esclarecem outras interpretações históricas, a saber: liberal/comunitária, liberal/corporativa; autoritária (de direita e de esquerda); revolucionária (gradual ou por ato de força); democrática/radical¹⁴.

Ou seja, a participação pode ser: partidária – eleitoral, de ação comunitária, a manipulada pelo governo e a das estruturas governamentais de decisão. Nesse sentido, o importante é considerar a presença do elemento político na relação social, mesmo quando se pretende negar o Estado na busca de autoafirmação coletiva e autogoverno, bem como na tentativa de construção de uma identidade como ator político social: a sociedade civil. Em relação ao conceito de participação cidadã, Teixeira (2000) coloca-o, além de complexo, como um processo contraditório de relação entre sociedade civil, Estado e mercado, onde os papéis redefinem-se pelo fortalecimento da sociedade civil através da atuação organizada dos indivíduos, grupos e associações: “Esse fortalecimento dá-se por um lado mediante a

¹⁴ Mais sobre esse assunto ver GOHN, Maria da Glória. Participação: Paradigmas, Teorias, Definições, Representações e Significados. In: GOHN, Maria da Glória. *Conselhos Gestores e Participação Sociopolítica*. Cortez Editora, São Paulo, 2003.

assunção de deveres e responsabilidades políticas específicas e, por outro, pela criação e exercício de direitos”. (TEIXEIRA, 2002, p. 45).

A amplitude do conceito de participação, que é uma das palavras mais utilizadas no vocabulário político da modernidade e da ciência política, porém, com sentido e significados diferenciados, foi analisada por vários autores. Essa expressão pode estar associada a conceitos como democracia, representação, organização, conscientização, cidadania, solidariedade, exclusão, dentre outros. Além disso, representação e participação são expressões presentes nas discussões sobre teoria política desde os séculos XVII e XVIII, que resultaram nos ideais liberais e socialistas. O exercício da prática da participação direta, como complemento e alternativa à representação política indireta, justifica-se por aquele princípio que Junger Habermas (1989) chamou de “princípio D” (Deliberação) pelo qual apenas as normas emanadas pelo consenso têm validade obtida através do debate, público e deliberativo, entre aqueles atores sociais potencialmente afetados por essas mesmas normas.

No campo da cultura, o direito à participação foi expresso nos documentos da ONU e da Unesco. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, da ONU, declara no seu artigo 27: toda pessoa tem direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de gozar das artes e de se aproveitar dos progressos científicos e dos benefícios que dela resultam. Na década de 70, a Recomendação sobre a Participação dos Povos na Vida Cultural, da Unesco, definiu duas dimensões dessa participação: a dimensão ativa, que pode ser traduzida como o direito à livre criação; e a passiva, compreendida como direito à livre fruição. Barbalho (2010) explica que a Unesco, desde os anos 1980, sugeriu aos países membros que considerassem a participação dos cidadãos no momento da elaboração das políticas culturais.

A recomendação inscrita na Declaração do México sobre as Políticas Culturais de 1983 expressou a necessidade de “multiplicar as ocasiões de diálogo entre a população e os organismos culturais” (BARBALHO, 2010, p. 247). Para o professor Mata-Machado (2010) a ideia de participação ficou restrita, em comparação ao conceito alargado que tinha anteriormente e, com base na Declaração do México, ele apontou quatro características do conceito de participação: 1) reserva o uso do termo aos atos de tomada de decisões políticas; 2) situa a participação na relação entre a sociedade e os organismos culturais, ou seja, refere-se ao Estado; 3) estabelece que essa relação é direta e pela via do diálogo; 4) quando se diz que o diálogo é com a população, pressupõe-se que o agente da participação seja um ator social, ou seja, alguém que representa os interesses coletivos.

A partir dessas premissas, o autor conceitua a participação como uma ação coletiva de

diversos atores, sejam grupos, indivíduos, comunidades, organizações, classes e movimentos sociais, com o objetivo de influir nas decisões governamentais, através da representação direta de seus interesses, materiais e ideais, em instâncias deliberativas do poder público. A fim de ampliar o caráter limitado pelo conceito àquelas ações em que o Estado está envolvido, o professor recorre à concepção defendida por Antonio Gramsci (1932) de sociedade política, cujo domínio é exercido pelo Estado e pela sociedade civil através dos sindicatos, partidos políticos, igreja, organizações profissionais, sistema escolar, meios de comunicação, etc. “Adotando essa concepção ampliada de Estado – sociedade política mais sociedade civil, ou seja, hegemonia revestida de coerção – o conceito de participação política também se amplia, pois passa a incluir as ações da sociedade civil”. (MATA-MACHADO, 2010, p. 259)¹⁵.

Segundo Nobre (2004), para avançar na conquista dos direitos culturais precisa-se encontrar o lugar da deliberação e da representação no Estado democrático, aceitando-se um jogo entre espaços públicos autônomos e as novas formas de institucionalização que projetam macroestruturas definidoras do regime democrático, que serão a cada vez testadas em seus limites e configurações presentes. Mas essa participação nem sempre é bem vista pelos governos, pois significa redefinir planos, dificultar alianças preestabelecidas para a governabilidade, às vezes criar tensões e conflitos insolúveis, e apresentar demandas não previstas. É preciso enfrentar o desafio de construir a cultura verdadeiramente cidadã, expressa por Rubim (2011), para o efetivo desenvolvimento de uma sociedade mais democrática.

São os processos de participação da sociedade civil e, conseqüentemente, sua presença nas políticas públicas que facilitam o direito à cidadania. Esses procedimentos foram descritos em três níveis por Gohn (2003): conceptual, político e da prática social¹⁶.
Afirma a autora:

¹⁵ O apelo à ideia de sociedade civil como rede de cooperação e solidariedade, com formas não convencionais de ação coletiva, constitui-se não só de uma nova realidade, como num novo projeto para muitos ativistas. Sintetizando esse debate, COSTA (1997a) identifica duas grandes vertentes interpretativas, denominando-as “enfática” e “moderada”. Na primeira, inclui alguns teóricos comunitaristas (Michel Walzer, Charles Taylor) e alguns habermasianos (Jean Cohen, Adrew Arato, John Keane) e novos frankfurtianos (Rodel, Frankenberg e Dubiel). Todos eles concebem a sociedade civil como uma rede de associações autônoma, com interesses comuns, que devem exercer um controle sobre o Estado, utilizando-se para isso de meios não só institucionais, como não-convencionais. Para a vertente moderada, a sociedade civil seria constituída de cidadãos e instituições dotados de virtudes cívicas, cujo desenvolvimento exigiria o mercado como princípio ordenador e a ordem liberal-democrática como seu abstrato. Ver: TEIXEIRA, Elenaldo. Sociedade Civil e participação cidadã no poder local. Salvador. Pró-Reitoria de Extensão da UFBA, 2000. (Série UFBA, em Campos; Estudos).

¹⁶ GOHN, Maria da Glória. Conselhos gestores e participação sociopolítica. São Paulo. Cortez Editora, 2003, 120 p.

[...] dados os pressupostos básicos do liberalismo, que busca sempre a constituição de uma ordem social que assegure a liberdade individual, - a participação objetiva o fortalecimento da sociedade civil, não para que esta participe da vida do Estado, mas para fortalecê-la e evitar as ingerências do Estado, - seu controle, tirania e interferências na vida dos indivíduos. A interpretação liberal objetiva sempre reformar a estrutura da democracia representativa e melhorar a qualidade de democracia nos marcos das relações capitalistas [...] A participação liberal se baseia, portanto, em um princípio de democracia de que todos os membros da sociedade são iguais e a participação seria o meio, o instrumento para a busca da satisfação dessas necessidades [...] Na abordagem marxista, o conceito de participação não é encontrado de forma isolada, mas sim articulado a duas outras categorias de análise: lutas e movimentos sociais referem-se a processos de lutas sociais [...] voltadas para a transformação das condições existentes na realidade social, de carências econômicas e/ou opressão sociopolítica e cultural [...] de luta histórica das classes e camadas sociais em situação de subordinação. (GOHN, 2003, p. 15- 25).

Durante o período das políticas neoliberais, no Brasil, na década de 1990, foram transferidas para o mercado as responsabilidades que seriam do Estado. Albuquerque (1999) explica que o movimento dos governos neoliberais de desobrigar-se de encargos sociais gerou uma transferência de responsabilidades às instâncias locais, ao mercado e à sociedade. Esse tipo de Reforma do Estado foi fundado em concepções e ações que não privilegiaram o fortalecimento da cidadania, e que, ao invés de direitos, retornou aos favores e à caridade; o que não produz políticas universais, mas políticas compensatórias, uma espécie de “cesta básica”, de saúde, educação, previdência, para os mais pobres, além da privatização de serviços essenciais de responsabilidade do Estado. A reforma do Estado neoliberal gerou uma “zona cinzenta”, uma disputa velada de significados que provocou perplexidade nos movimentos sociais e em outros setores da sociedade organizada comprometidos com a ampliação da cidadania e da inclusão social. Nessa direção, “os conselhos foram largamente usados para respaldar esses processos, ratificando políticas municipais supostamente democráticas e possibilitando repasses de recursos supostamente submetidos a um controle social”. (ALBURQUERQUE, 1999, p. 11).

Tatagiba (2002) alega que esse discurso de participação lançava exigências e buscava articular a democratização do processo com a eficácia dos resultados, em que a primeira aparece como condição de realização da segunda:

Esperava-se que, por meio da participação cidadã nos espaços institucionais, seria possível reverter o padrão de planejamento e execução das políticas públicas no Brasil; a participação provocaria um tensionamento nas agências estatais, tornando-as mais transparentes, mais responsáveis, mais suscetíveis ao controle da sociedade [...] Esses mecanismos de participação obrigariam o Estado a negociar suas propostas com outros grupos sociais, dificultando a usual “confusão” entre os interesses públicos e os interesses do grupo que circulam em torno do poder estatal e costumam exercer influência direta sobre ele. Esperava-se ainda que a participação tivesse um efeito direto sobre os próprios atores que participavam, atuando, assim

como um fator educacional na promoção da cidadania. (TATAGIBA, 2002, p. 47-48).

A política neoliberal, no Brasil, veio acompanhada com ações de Estado “mínimo” e “máximo” do mercado, comprometendo a participação cidadã, esvaziando-a do seu significado. A contradição foi apontada por Dagnino (2002) como uma confluência perversa:

Sua centralidade se relaciona com o fato de que ela tem se construído nos últimos anos como uma estratégia do Estado para a implementação do ajuste neoliberal que exige o encolhimento das suas responsabilidades sociais. Neste sentido, ela faz parte de um campo marcado por uma *confluência perversa* entre um projeto participatório, construído a partir dos anos 80 ao redor da extensão da cidadania e do aprofundamento da democracia, e o projeto de um Estado mínimo que se isenta progressivamente do seu papel de garantir direitos. A perversidade está colocada no fato de que, apontando em direções opostas e até antagônicas, ambos os projetos requerem uma sociedade civil ativa e propositiva. Essa confluência perversa faz com que a participação da sociedade civil se dê [...] em um terreno minado, onde o que está em jogo é o avanço ou o recuo de cada um desses projetos. (DAGNINO, 2002, p. 288-289).

Essa confluência provocou a convivência temporal, mas tensa, da construção de valores democráticos provenientes da luta contra a ditadura com valores neoliberais, umbilicalmente antidemocráticos¹⁷, o que impediu a construção de uma cultura cidadã no país. Nesse cenário marcado pela desigualdade e exclusão históricas, aprofundadas com os projetos políticos da hegemonia neoliberal impostos pelos presidentes Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso, os conselhos gestores de políticas públicas assumem relevante importância. Dagnino (2002) sugere a necessidade de algum centralismo das políticas públicas como alternativa para evitar-se o caráter pontual, fragmentado e setorializado, de amplitude nacional. Os espaços de formulação dessas políticas:

efetivamente públicos, no seu formato e no seu resultado. Daí a importância de resgatar a ênfase no caráter propriamente público que devem ter as políticas públicas, reconhecendo que a constituição do interesse público é um processo inovador na sociedade brasileira que enfrenta, por isso mesmo, enormes resistências e dificuldades. (DAGNINO, 2002, p. 300).

Nessa conjuntura política, a sociedade civil reivindica mais espaços de participação onde possa opinar e interferir na política sobre a gestão do destino comum da sociedade. Em síntese, a sociedade civil colocou grandes expectativas sobre esses mecanismos de partilha do poder: os conselhos de cogestão das políticas públicas, resultado de lutas e demandas populares e de pressão da sociedade civil por uma efetiva democratização do país. A

¹⁷ RUBIM, Albino. Cultura cidadã e desenvolvimento. Jornal A Tarde, Salvador, fev. 2011, Caderno A, Opinião, p. 2

democracia participativa é exercitada nesses conselhos regulamentados por leis específicas, de natureza deliberativa e composição paritária, que aos poucos vão multiplicando-se pelos municípios brasileiros, inseridos em várias áreas sociais, inclusive a da cultura.

1.2 Tradição *conselhist*a federativa no campo cultural

É importante observar, no campo cultural, a intervenção do Estado em dois períodos políticos brasileiros: na ditadura Vargas, na década de 1930, e na ditadura militar. Para Barbalho (2008), essa maior participação do Estado está relacionada à manutenção da imagem positiva que o governo buscava junto à população, existindo algumas similaridades nesses dois períodos ditatoriais, apesar de que, em 1964, a preocupação das elites dirigentes não era criar uma nação, como foi no Estado Novo, mas garantir sua integração. Na era Vargas, a cultura era o elemento dessa construção, e na ditadura militar, era o elemento de garantia da nacionalidade. Além disso, a partir dos anos 1970 existia uma crescente indústria cultural no país. No início do primeiro governo Vargas, estabeleceu-se o período de implantação das políticas culturais e a estruturação formal de diversas áreas de administração. Foi um tempo de construção de instituições voltadas para setores onde o Estado ainda não atuava e de sistematização das ações existentes. O maior exemplo disso está no campo da preservação do patrimônio material, com a fundação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), a criação do Instituto Nacional do Cinema Educativo (INCE) e a ampliação do mercado editorial, com a formação do Instituto Nacional do Livro (INCE).

Também foi no governo Vargas, a primeira iniciativa, no âmbito federal, de funcionamento do Conselho Nacional de Cultura (CNC), criado por meio do Decreto-lei nº 526, de 1º de julho de 1938, composto por pessoas notoriamente consagradas ao problema da cultura e notáveis homens de cultura, sendo nomeados diretamente pelo Presidente da República. São escassos os documentos que mostram o funcionamento e a atuação do CNC, porém o conceito de cultura:

com o qual o ministério de Capanema operava, na segunda metade da década de 1930, era abrangente. As atribuições do CNC abarcariam as áreas clássicas das artes, os meios de comunicação de massa, a produção intelectual, a educação cívica e física, inclusive as atividades de lazer, além da proposição de pesquisas e estudos para subsidiar a elaboração de políticas [...] Os projetos de defesa dos monumentos históricos no país datam da década de 1920, e tiveram como importantes aliados os modernistas, o que não significa dizer que grupos mais conservadores não tivessem projetos para a área. (CALABRE, 2010, p.23).

Cabia ao SPHAN a responsabilidade legal de promover em todo o país o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional; previa-se a existência de um Conselho Consultivo do qual deveriam participar o diretor do SPHAN¹⁸, os diretores dos museus nacionais - históricos e artísticos - e mais dez membros nomeados pelo presidente da República. Em 1961, o Decreto nº 50.293, de 23 de fevereiro, definiu que a composição do CNC deveria restringir-se aos presidentes e secretários gerais de Comissões Nacionais dedicadas a aspectos pontuais da cultura, a exemplo da Comissão Nacional de Literatura, Comissão Nacional de Teatro, dentre outras Comissões Nacionais ligadas às artes e cultura, e representantes do governo de cada setor artístico. Em 23 de março de 1962, uma nova alteração foi determinada pelo Decreto nº 771, sendo que o critério de seleção passou a considerar pessoas consagradas na problemática da cultura, o que, na prática, continuava privilegiando a participação de notáveis que, por muito tempo, estiveram à margem do jogo político, intelectuais e artistas que foram escolhidos entre seus pares por seus atributos pessoais, quase sempre pessoas de respeitabilidade e pouco peso nas estruturas do governo (MACHADO, 2003).

O regime militar extinguiu o CNC e criou o Conselho Federal de Cultura (CFC), por meio do decreto nº 74, de 21 de novembro de 1966, estabelecendo na sua composição, mais uma vez como traço principal, o fato de serem personalidades eminentes da cultura brasileira e de reconhecida idoneidade. Tatyana de Amaral Maia (2010), na sua Tese *Os Cardeais da cultura nacional. O Conselho Federal de Cultura na ditadura civil-militar (1967-1975)* analisou o papel e atuação do CFC e concluiu que a maioria dos conselheiros eram atuantes nas fileiras estatais desde os anos 1920 e 1930:

[...] esses intelectuais, oriundos das correntes modernistas de caráter conservador, resgataram parte do projeto desenvolvido por muitos deles a partir do primeiro governo Vargas (1930-1945). Trouxeram para o centro das políticas culturais o “espírito de nacionalidade” tão veiculado durante o Estado Novo por meio da valorização do folclore, do passado histórico, da literatura nacional, da arquitetura histórica, forjando, a partir de então a “consciência nacional”. Esse conjunto formava o patrimônio cultural que traduziria a experiência do ser brasileiro. (AMARAL, 2010, p. 230).

A participação intensa desse grupo nas instituições e nos movimentos culturais, nos ministérios, nas agências governamentais, exercendo cargos no Legislativo e Executivo, especialmente entre os anos 1930 e 1970, indica a importância desse grupo no cenário político (AMARAL, 2010). No período militar, o projeto político proposto por esses intelectuais do

¹⁸ O SPHAN mudou sua nomenclatura para IPHAN.

Conselho tinha nos eixos da cultura regional, identidade nacional e memória nacional seus principais fundamentos. Eixos que se manifestavam nos encontros nacionais que reuniam, além do CFC, os Conselhos Estaduais de Cultura¹⁹:

[...] a presença dos intelectuais [...] era que permitia a ligação entre a ‘cultura do povo’, em sua essência diversificada e a ‘cultura nacional, que precisava ser unificada para cumprir seus papéis ideológicos de identidade e integração da nação. Não havia um conflito radical entre os dois tipos de intelectuais e suas atuações. Na realidade, ambos apresentavam propostas, no fundo, partes de um mesmo sistema. Se ocorria, dentro das instituições, um embate entre estes sobre como orientar a política cultural, ao final, todos participavam da ‘construção simbólica’ apropriada aos interesses governamentais, como a elaboração dos planos nacionais de cultura [...]. (BARBALHO, 2008, p.71).

O CFC foi o espaço de ação idealizado e organizado por intelectuais que, para além de diagnósticos e definições sobre a cultura nacional, pretendiam intervir nos rumos dessa cultura; sua criação deveu-se à capacidade de articulação de Josué Montello, adquirida através da experiência em diversos cargos ocupados no Ministério da Educação e Cultura desde 1937, durante o Estado Novo. Em fins da década de 1960, Montello presidiu a comissão para elaborar estudos visando à reformulação da política cultural do país recomendada pela Presidência da República, o que resultou na criação do CFC:

O presidente Castello (*Branco*)²⁰ sempre foi uma pessoa que entendia a importância da área cultural [...] Para ele, criar um Conselho resgataria grande parte de eventuais problemas ocorridos na área cultural durante o início do governo militar. A proposta de Josué, que teve muito apoio de Rachel de Queiróz, amiga do presidente Castello, atendeu perfeitamente a uma questão até quase que pessoal do Presidente. (CALABRE, 2007, p.55).

O CFC estava formado por 24 intelectuais com projeção e reconhecimento nacional e internacional, nomeados pelo presidente da República, de perfil conservador e bastante próximos ao poder. Faziam parte do colegiado os baianos Pedro Calmon, Clarival do Prado Valadares e Adonias Filho – esse último, inclusive, chegou a ocupar o cargo de presidente do CFC. Essa regionalização e representação por estado foram expressas pelo presidente Castello Branco na cerimônia de criação do CFC, pois era seu desejo que o colegiado fosse formado por pessoas de vários estados da Federação, embora muitos deles atuassem profissionalmente nos cargos subordinados ao MEC, principalmente dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo.

Barbalho (2008) explica que a ditadura não pretendia restringir-se a uma ação

¹⁹ A forte ligação entre o CFC e a criação dos Conselhos Estaduais de Cultura será tratada no segundo capítulo deste trabalho.

²⁰ Grifo nosso.

repressora na cultura, mas que havia o interesse de atuar na área, como forma de colocá-la sob sua orientação, “justamente por perceber a dimensão e a força política da produção simbólica”. (BARBALHO, 2008, p. 66-67). Além do mais, a partir de 1960, o volume de produtos simbólicos se multiplicou, passando por um processo de diferenciação e acompanhando a crescente segmentação do público. Nesse período, consolidaram-se as grandes empresas de comunicação de massa, da indústria cultural e as empresas multinacionais, que assim como o Estado, investiam na cultura. (ORTIZ, 1989).

Os intelectuais reunidos no CFC discutiram e elaboraram uma série de estudos, a fim de fornecer ao MEC condições de implementar políticas de cunho nacional. Era fundamental a estruturação de um Sistema Nacional de Cultura para suprir as deficiências na área cultural. A partir do início da década de 1970, o quadro institucional dentro do MEC foi alterado. Alguns dos projetos do CFC foram reformulados e outros abandonados. O Sistema Nacional de Cultura não foi implantado e a Política Nacional de Cultura, elaborada em 1974, teve pouca influência na permanente ausência de recursos financeiros para a área. (CALABRE, 2008).

O colegiado federal estava dividido em quatro câmaras: artes, letras, ciências humanas, patrimônio histórico e artístico nacional, possuindo também uma comissão de legislação e normas, que na realidade, funcionava como uma quinta câmara. O Decreto nº 74 conferia ao CFC 20 competências, sendo uma delas: formular a política cultural nacional.

No seu relatório, divulgado em dezembro de 1970, o então presidente do CFC, Arthur Ferreira Réis, descrevia o anteprojeto do Plano Nacional de Cultura (PNC) e os convênios firmados entre o CFC e as entidades culturais que funcionavam nos Estados:

Somos um país com extensão continental, mas definido numa regionalização, que exige, com o reconhecimento de sua existência, a adoção de medidas que não firam o sentido regional da vida nacional, mas evitem que essa regionalização conflite com os supremos objetivos da unidade nacional, não apenas em termos (*sic*) de manutenção integral de espaço físico, mas de tóda (*sic*) a engrenagem espiritual que a humanidade brasileira já construiu e constituiu, apesar de pequenas diferenças regionais, a consciência cívica e o patrimônio cultural do país. (CULTURA, 1970, p. 10).

O ministro Jarbas Passarinho (1969-1973) tinha encomendado ao CFC a elaboração de diretrizes para uma Política Nacional de Cultura, sendo que o documento foi apresentado, em março de 1973, sob o título ‘Diretrizes para uma Política Nacional de Cultura’, com subsídios para a elaboração da PNC, lançada em 1975.

Para Cohn (1984), a elaboração do PNC foi o ponto culminante de um processo de busca do equacionamento da cultura adequado ao regime político que se procurava consolidar. O documento da Política Nacional de Cultura foi organizado em oito itens: “Política: concepção básica”; “Cultura brasileira”; “Fundamentos”; “Diretrizes”; “Objetivos”; “Componentes Básicos”; “Ideias e Programas”; “Formas de Ação”; além de uma breve introdução e uma apresentação do ministro Ney Braga.

A seleção desses itens refletia o aparato teórico que envolvia a organização das políticas culturais e propôs ações práticas de intervenção. A Política Nacional de Cultura afastou-se das políticas de proteção do patrimônio tal como preconizadas pelo Conselho, invertendo a ordem das prioridades. (AMARAL, 2010, p. 174).

O objetivo principal do documento estava na promoção da cultura e sua diversidade. O investimento nas áreas de produção e difusão cultural, ainda que reconhecesse a importância do patrimônio, mantinha a percepção da cultura como definidora da identidade nacional, sendo considerada basilar na manutenção do binômio desenvolvimento-segurança nacional. Contudo, as ações em defesa do patrimônio cultural foram limitadas pelo documento. Sendo assim, o papel do CFC, dentro da Política Nacional de Cultura, ficou restrito ao caráter normativo definido por lei, cabendo ao Conselho participar de um “sistema de cooperação” que incluía também o DAC, as universidades, o Ministério das Relações Exteriores, a Secretaria de Planejamento da Presidência da República e os demais órgãos governamentais²¹ interessados em desenvolver programas na área cultural:

O CFC permaneceria como impulsionador do projeto das Casas de Cultura, além de manter suas tarefas básicas de preservação do patrimônio e divulgador da nova política. [...] A nova política limitou a capacidade de intervenção do Conselho ao retirar-lhe o papel executivo. O documento apoiou-se no decreto de criação do CFC que lhe imprimia caráter normativo e de assessoramento, esvaziando qualquer possibilidade de ação executiva. As Casas de Cultura permaneceram sob a guarda do Conselho, não sendo mais um projeto de interesse dos novos agentes responsáveis pelas políticas culturais. Em consequência, junto com o CFC, esses centros culturais foram esquecidos. A partir do lançamento oficial da PNC, organizada pelos técnicos do PAC, o CFC viu minguar seu espaço de intervenção política. Soma-se a isso a criação de novas agências e instituições no interior do aparelho estatal, a partir de 1975, como a Fundação Nacional de Arte (FUNARTE); Conselho Nacional de Cinema (CONCINE); Conselho Nacional de Referência Cultural (CNRC); Secretaria de Assuntos Culturais (SEAC); Fundação Nacional Pró-Memória (Pró-Memória); entre outras – algumas inclusive fora da órbita do MEC. O CFC ainda seria o responsável pela organização do I Encontro dos Secretários Estaduais de Cultura, em Brasília, no ano de 1976. Entretanto, com o aparecimento de novas

²¹ Outros órgãos criados no período foram: o Conselho Nacional de Direito Autoral (CNDA), a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, Conselho Nacional de Cinema (1976); Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1979) e o CONCINE. Sobre o CONCINE ver: SIMIS, Anita. Concine - 1976 a 1990. IN: FERNANDES, T.; RUBIM, A.; RUBIM, I, *Políticas Culturais, Democracia e Conselhos de Cultura*. Salvador: Edufba, 2010, 400 p. (Coleção CULT).

instituições com atribuições definidas e multifacetadas, o CFC passou a disputar espaço político que antes dominava, mesmo com limitações financeiras, vendo sua atuação limitada por força de lei, mas, fundamentalmente, pelos novos grupos que exigiam a clara demarcação das funções de cada setor do MEC. (AMARAL, 2010, p.176).

Foram organizados ainda no âmbito do CFC encontros, programas e campanhas, como por exemplo: o Programa de Reconstrução das Cidades Históricas (1973); o Programa de Ação Cultural (1973); a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (1975); o Encontro Nacional de Dirigentes de Museus (1975); a Política Nacional de Cultura (1975); o Seminário Nacional de Artes Cênicas (1979). Para Amaral (2010), o esgotamento do CFC começou na gestão do ministro Ney Braga, em 1974.

O CFC permaneceu até 1990, mas não mais com as mesmas atribuições que lhe deram um lugar de notoriedade nas Políticas Culturais nos anos 1970, sendo extinto legalmente pelo projeto neoliberal do presidente Collor, que extinguiu também o Ministério de Cultura. O Decreto nº 94.979, de 29 de setembro de 1997, determinou uma nova estruturação para o CFC, transferindo-o para o Ministério de Cultura, conservando, porém, como perfil dos conselheiros o fato de serem personalidades eminentes da cultura brasileira, ligadas às diversas áreas culturais.

Com o fim do Ministério de Cultura, o CFC e o CONCINE foram automaticamente extintos, uma vez que não foram reconduzidos à Secretaria. Em 15 de março de 1990, através do Decreto nº 99.180, o presidente Collor promoveu uma ampla reestruturação no governo. O Art. 25 determinava à Secretaria de Cultura preservar e desenvolver o patrimônio cultural brasileiro, estimular a criatividade artística e promover a preservação da identidade cultural do país: “Tal secretaria era composta pelo Conselho Nacional de Política Cultural, pelo Departamento de Produção Cultural e Pelo Departamento de Cooperação e Difusão Cultural”. (CALABRE, 2009, p. 108).

O Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) foi criado pela Lei nº 9.469, de 27 de maio de 1998, mas foi o Decreto nº 3.617, de 02 de outubro de 2000 que inaugurou sua composição. O CNPC foi retomado a partir do governo Lula, na gestão do ministro Gilberto Gil, em 24 de agosto de 2005, por meio do Decreto nº 5.520, que instituiu também o Sistema Nacional de Cultura (SNC) e instalado dois anos depois, em dezembro de 2007²².

De natureza deliberativa, consultiva e normativa – cogestor das políticas culturais – o plenário do CNPC reúne-se em sessões ordinárias e reuniões extraordinárias. Pelo Regimento

²² O CNPC e o SNC foram instituídos pela Lei nº 9.469, de 27 de maio de 1998, implementados através do Decreto nº 5.520, de 24 de agosto de 2005 e alterados pelo Decreto 6.973, de 7 de outubro de 2009.

Interno, uma das atribuições do CNPC é a de propor a formulação de políticas públicas com vistas a promover a articulação e o debate entre os diferentes níveis de governo e a sociedade civil organizada, objetivando-se o desenvolvimento e o fomento das atividades culturais no território nacional. Outras atribuições são: propor orientações, diretrizes, deliberações normativas e moções pertinentes aos objetivos e atribuições do Sistema Nacional de Cultura (SNC), acompanhar e fiscalizar a execução do PNC, acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Cultura, estabelecer cooperação com os movimentos sociais, ONGs e setor empresarial e aprovar o regimento interno da Conferência Nacional de Cultura.

O Plenário do CNPC está composto por representantes do Poder Público (federal, estadual e municipal), da sociedade civil nas áreas artístico-culturais, de entidades empresariais, fundações e institutos vinculados ao meio cultural, e de personalidades de notório saber no campo da cultura. Para o ex-coordenador do CNPC, Gustavo Vidigal, o colegiado é legítimo, republicano e democrático, porque apenas três de seus 52 titulares (dos quais 46 têm direito a voz e voto, e seis convidados têm direito a voz) foram escolhidos pelo Ministro da Cultura, alterando a tradição da composição do colegiado. Integram o Conselho Nacional de Política Cultural dez ministérios e a Presidência da República, o Sistema S²³, associações e organizações não-governamentais, Academia Brasileira de Letras, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Ministério Público Federal, Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado e Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados. Estão representados no CNPC diversos segmentos culturais: artes visuais; música popular e erudita; teatro; dança; circo; audiovisual; literatura, livro e leitura; artes digitais; culturas afro-brasileiras, de povos indígenas e populares; arquivos; museus e patrimônio material e imaterial.

Os Colegiados Setoriais (antigas Câmaras Setoriais), ligados ao CNPC, têm como finalidade: debater, analisar, acompanhar e fornecer subsídios para a definição de políticas, diretrizes e estratégias para os setores culturais; apresentar diretrizes das áreas representadas; promover o diálogo entre o poder público, a sociedade civil e os agentes culturais; dentre outros objetivos. Para o MinC, esses Colegiados desempenham um papel fundamental, pois expressam as opiniões internas a cada segmento cultural e fazem a ponte entre eles e o Ministério:

²³ O Sistema S é formado por organizações e instituições todas referentes ao setor produtivo, tais como indústrias, comércio, agricultura, transporte e cooperativas que têm como objetivo melhorar e promover o bem estar de seus funcionários. É composto pelo Senai, Senac, Sesi, Sebrae e outras instituições ou organizações do setor produtivo.

O funcionamento do CNPC também é uma dinâmica inédita e relevante na vida cultural brasileira. A diferença básica deste conselho em relação ao CNC constituído durante a gestão FHC, é que o CNPC incorpora de forma efetiva e pela primeira vez na história deste país, a sociedade civil. (VIDIGAL, 2010, p. 8).

O CNPC tem como principal desafio estabelecer rotinas, agendas, mecanismos de deliberação e informação para o processo de decisão, bem como instituir um papel mais definido para os Colegiados que dele fazem parte, além de criar mecanismos de avaliação e fiscalização dessas iniciativas, dotando os processos de certa racionalidade de acordo com a eficiência e eficácia dos objetivos políticos decididos previamente.

1. 3 Política cultural e papel dos conselhos de cultura

A política pública de cultura é o espaço público de participação dos indivíduos e coletividades no qual o poder político intervém com o objetivo de instituir e universalizar direitos e deveres culturais que são produzidos através do consenso democrático. Trata-se de uma política cultural definida pela ideia de cidadania cultural em que:

Cultura não se reduz ao supérfluo, ao entretenimento, aos padrões de mercado, à oficialidade doutrinária que é ideologia, mas se realiza como direito de todos os cidadãos, direito a partir do qual a divisão social das classes, ou a luta de classes possa manifestar-se e ser trabalhada, porque o exercício de direito à cultura, os cidadãos como sujeitos sociais e políticos, se diferenciam, entram em conflito, comunicam e trocam suas experiências, recusam formas de cultura, criam outras e movem todo o processo cultural. (CHAUI, 2006, p. 138).

Afirmar esse direito à cultura é opor-se à política neoliberal, que abandona a garantia de direitos, transformando-os em serviços vendidos e comprados no mercado e, portanto, em privilégios de classe. Mata-Machado (2000) explica que a política governamental de cultura deve ser entendida como as normas e procedimentos emanados e executados por aparelhos administrativos e coercitivos do poder político, a fim de instituir uma identidade coletiva no território governado, assegurando, dessa forma, o poder ideológico ou simbólico do Estado.

A política cultural precisa de planejamento e execução de um conjunto ordenado e coerente de preceitos e objetivos que orientem suas linhas de ações públicas mais imediatas no campo da cultura. A historiadora Lia Calabre (2000) avalia que uma política cultural, elaborada por um determinado governo, ou ainda, em um período do país, pode ser realizada por meio do mapeamento das ações do Estado no campo da cultura, mesmo que este não as tenha elaborado ou reunido como um todo coerente, como uma política determinada. O foco

do mapeamento dessas ações deve levar em consideração os âmbitos da produção, da circulação e do consumo.

Ao analisar as transformações ocorridas no âmbito cultural, no Brasil, a partir do governo Lula, Rubim (2011) reivindica, além de um Estado radicalmente democrático, poroso e permeado pela pluralidade de interesses e visões existentes na sociedade, a constituição de uma cultura cidadã que reconheça a cidadania conforme Marshall, como “direito a ter direitos”. (RUBIM, 2011 *apud* Marshall). E por isso as políticas públicas, submetidas ao debate e crivo públicos, são tão importantes para o Estado democrático²⁴, cabendo importante papel aos atores das políticas culturais e os procedimentos envolvidos na sua implementação, uma discussão aberta sobre o tema com os mais diversos atores presentes na sociedade. Fato que Canclini inclui na conceituação de políticas de cultura:

Los estudios recientes tienden a incluir bajo este concepto al conjunto de intervenciones realizadas por el estado, las instituciones civiles y los grupos comunitarios organizados a fin de orientar el desarrollo simbólico, satisfacer las necesidades culturales de la población y obtener consenso para um tipo de orden y transformación social. Pero esta manera de caracterizar el ámbito de las políticas culturales necesita ser ampliada teniendo en cuenta el carácter transnacional de los procesos simbólicos y materiales en la actualidad. (CANCLINI, 2001).

A abrangência das políticas foi objeto de análise de Rubim (2007), cujo modelo contempla dez dimensões²⁵ inerentes ao campo cultural contemporâneo.

O conselho, então, é um ator social com atribuição de intervir nas políticas culturais. Apesar de que, alguns fatores têm dificultado a atuação desses colegiados no campo da cultura. É bom assinalar que os conselhos de cultura não contavam com regulamentação específica, sendo que sua atuação, em geral, estava regulamentada pelos Regimentos Internos.

A pesquisadora Soraya Côrtes (2010) recorreu ao conceito de instituição para explicar o alto nível de institucionalização dos conselhos, não só no campo cultural, mas também em outras áreas sociais:

Instituição é um termo polissêmico, mas [...] sua acepção é a de ‘regra’ comum e compartilhada. [...] O conceito significa também que essas regras ou instituições compelem atores individuais e coletivos a agir de acordo com o que elas estabelecem. Regras formais ou regras impostas externamente são, em geral, instituídas através da legislação [...] Regras implícitas, que os indivíduos sequer percebem que existem, têm origens variadas, mas são instituições sólidas,

²⁴ RUBIM, Antonio. Políticas de cultura: estatais ou públicas. *A Tarde*, Salvador, 02/dez. 2011, Caderno A, Opinião, p. 02

²⁵ Sobre este assunto ver RUBIM, Albino. Políticas Políticas Culturais entre o possível e o impossível. Anais do II Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (Enecult). Salvador: FACOM/UFBA, 2006.

constituídas por longos processos históricos. Estas são, sem dúvida, as mais difíceis de alterar [...]

[...] as regras externas fundamentais estão na Constituição Federal (BRASIL, 1988), que estabelece que deve haver participação em diversas áreas de política pública [...] As outras regras externas são as leis, decretos, portarias e outros instrumentos legais e administrativos, dos três níveis da gestão federativa do País, que afetam o funcionamento dos fóruns [...] Esses fóruns institucionalizam-se à medida em que podem ser encontrados nos municípios, estados e no nível federal de gestão, funcionando de acordo com regras relativamente estáveis [...] Constata-se que há a formação de regras ‘operacionais’ que conformam os ‘conselhos típicos’ de cada área de política pública. (CÔRTEZ, 2010, p. 55).

A autora analisou essas regras – comuns e compartilhadas pelos colegiados – a partir de quatro dimensões que expressam como funcionam os conselhos: 1) a relação dos conselhos com os governos, 2) sua composição, 3) sobre o que deliberam, 4) seu modo de funcionamento. Na primeira dimensão, os conselhos são instituídos por lei e sofrem a influência marcante do arcabouço legal que os cria, o que significa a rigor, que não são criados pelos governos, e sim, estatais. Entretanto, mesmo regidos por legislação própria, através dos Regimentos Internos, muitas vezes, os conselhos são afetados pelas constantes sucessões e alterações na administração pública, seja em âmbito nacional, estadual ou municipal, tornando-os dependentes dos gestores públicos: “Os conselhos que integram o aparato governamental, dependem em grande medida dos governos para funcionarem com alguma autonomia em relação aos próprios dirigentes governamentais”. (idem, p. 56).

A composição dos conselhos, que corresponde à segunda dimensão identificada pela autora, pode indicar como se distribui o poder entre os integrantes do colegiado. Sabe-se que existem regras nas diversas áreas de políticas públicas que estabelecem os tipos de participantes e qual a proporção de cada um desses tipos sobre o total de conselheiros. Na área de cultura, o Guia de Orientação para os Municípios sobre o Sistema Nacional de Cultura (SNC), do Ministério de Cultura, oferece orientações muito detalhadas sobre a composição que devem ter os conselhos municipais de política cultural, por vezes em substituição aos conselhos de notáveis, corporativos, ou especialistas que em muitos casos já existiam.

A terceira dimensão trata sobre os conteúdos dos debates nos conselhos e se constitui como indicador do papel dos colegiados na arena política setorial. Em geral, esses colegiados são de natureza deliberativa e/ou consultiva. A área cultural não foge à regra, os colegiados devem “propor, formular, monitorar e fiscalizar as políticas culturais a partir das diretrizes emanadas das Conferências de Cultura”. (CÔRTEZ, 2010, p. 57 *apud* BRASIL, 2010a, p.18).

A quarta dimensão analítica refere-se ao modo de funcionamento dos conselhos e ajuda a entender as regras que guiam suas dinâmicas de trabalho. Algumas regras são recorrentes

nos conselhos: os participantes são representantes, as reuniões são periódicas e regulares, existe algum tipo de corpo diretivo, além da presidência, que pode ser uma mesa diretora, um núcleo de coordenação. Normalmente as decisões são tomadas de modo consensual, o que envolve, em alguns casos, discussões: “Quando os assuntos tornam-se objeto de disputa, há votação e vence a posição majoritária”. (CÔRTEZ, 2010, p. 58).

Essas regras estão regulamentadas, em geral, nos Regimentos Internos dos conselhos que definem os modos de atuação dos conselheiros, suas competências e atribuições. O funcionamento depende da natureza dos conselhos, mas, no geral, isso ocorre por intermédio de plenários, câmaras setoriais, comissões, grupos de trabalho. Em relação aos recursos, alguns conselhos os têm vinculados como fundos especiais, a maioria, porém, depende de orçamento do poder público.

Quanto à composição dos conselhos de cultura, foi tradicionalmente preenchida pelos notáveis e especialistas:

O Conselho de notáveis é composto por personalidades de destaque na vida intelectual e artística [...] Delegar aos notáveis a formulação de políticas culturais implica o reconhecimento, pelo estado, de que a cultura não se adapta à racionalidade burocrática normalmente aplicada a outros setores. Trata-se de uma área especial que merece tratamento também especial.

O Conselho de especialistas tem certa semelhança com o de notáveis, mas difere na medida em que é composto por indivíduos selecionados não pela notoriedade individual, mas por sua capacidade técnica em determinada área. Nessa relação, os intelectuais são divididos em ideólogos [...] e especialistas [...] Na política cultural, o conselho de especialistas surge particularmente na área de patrimônio histórico e artístico, composto, em geral, por intelectuais do campo da arquitetura, urbanismo, artes plásticas, história, sociologia, direito, antropologia e etnologia, entre outros.

O Conselho corporativo é composto por profissionais de segmentos artísticos, em geral os próprios artistas, organizados em sindicatos e associações. (MATA-MACHADO, 2010, p. 227-228).

No que diz respeito à natureza dos colegiados, esta pode ser deliberativa, normativa ou consultiva e também de fiscalização. Os conselhos deliberativos efetivamente têm poder de decidir sobre a implantação das políticas e/ou a administração de recursos relativos à área de atuação. Tradicionalmente, a maioria dos conselhos estaduais de cultura, nos seus regimentos internos, prevê a função deliberativa, mas na prática acaba exercendo uma função consultiva, apenas de assessoramento ao governo ou ao Executivo.

Apesar do caráter deliberativo, formalmente, atribuído aos conselhos gestores de políticas públicas, deve-se indagar se suas decisões estão sintonizadas com os interesses da maioria da população, sobretudo dos setores excluídos das políticas públicas, ou se apenas referendam as decisões do poder executivo e dos grupos que lhe dão suporte. Faria (2010)

destaca que muitas vezes os conselhos acabam cedendo a essa capacidade de incidir sobre os rumos de algumas decisões culturais: “Ora, deliberar sobre a cultura não significa interferir na vida diária dos equipamentos, dos departamentos, etc. Mas significa tomar posição no debate sobre acontecimentos culturais que interferem na cidade [...]”. (FARIA, 2010, p. 274).

Na contemporaneidade, os objetivos acabam sendo diferenciados de conselho para conselho, porém, em geral, eles cumprem a finalidade de fiscalização ou acompanhamento das políticas públicas.

Em relação à função normativa, ela é definida como o estabelecimento de normas e diretrizes para as políticas e/ou administração de recursos relativos à sua área de atuação. Para Mata-Machado (2010), a eficácia passa pela competência para formular diretrizes políticas, gerir fundos e fiscalizar a execução dos planos e programas governamentais: “A efetividade torna-se ainda mais incisiva quando esses conselhos são deliberativos (ao invés de consultivos) e paritários [...]”. (MATA-MACHADO, 2010, p. 263).

Em julho de 2010, foi elaborada a pesquisa “Conselhos de Cultura e Democracia no Brasil”, com o objetivo de traçar um panorama do funcionamento dos conselhos de cultura nos três níveis da federação: federal, estadual e municipal. O trabalho foi desenvolvido pelo Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (CULT), da Universidade Federal da Bahia (UFBA), com apoio do Ministério da Cultura²⁶. O professor Albino Rubim (2010), com base nos regimentos internos de conselhos municipais levantados na pesquisa, e que podem ser aplicados aos conselhos estaduais, analisou suas realidades diferenciadas e concluiu:

[...] o caráter e as atribuições dos conselhos comportam diferenciadas composições, dando margem a uma infinidade de configurações possíveis, nas quais o caráter e atribuições combinam-se de diferentes modalidades. Assim, este órgão que designamos de conselho de cultura pode conformar muitas e distintas realidades. Tal complexidade de modos de existir impõe uma discussão sobre a relação das atribuições e modelos de composição dos conselhos. (RUBIM, 2010, p. 158).

Um dos debates a ser enfrentado sobre os colegiados está baseado nos modelos distintos de composição de conselhos, visando efetivar de modo mais adequado as funcionalidades demandadas aos conselhos pela sociedade civil e pela comunidade cultural (RUBIM, 2010). O quadro a seguir mostra as principais atribuições dos conselhos municipais

²⁶ A pesquisa foi desenvolvida entre julho e outubro de 2010, com base nas leis, decretos e regimentos que instituem e regulamentam os funcionamentos dos conselhos estaduais de cultura, além do CNPC. O projeto foi ampliado com a realização de um seminário, nos dias 31 de agosto e 1º de setembro de 2010, em Salvador (BA), cujo resultado foi a publicação de um livro, que foi complementado com a divulgação de um DVD e um CD sobre o seminário. Ver: FERNANDES, T; RUBIM, A; RUBIM, I (orgs). *Políticas Culturais, Democracia e Conselhos de Cultura*, Salvador: Edufba, 2010, p. 400 (Coleção CULT)

de cultura, podendo servir de base sobre os conselhos estaduais, em geral:

Atribuições dos Conselhos Municipais de Cultura	Percentuais
Acompanhar e avaliar a execução de programas	76,1
Propor e referendar projetos culturais	74,5
Elaborar e aprovar planos de cultura	72,6
Pronunciar-se e emitir pareceres sobre assuntos culturais	69,5
Fiscalizar a atividade do órgão gestor da cultura	54,9
Apreciar e aprovar normas de convênios	36,7
Fiscalizar e aprovar atividades de entidades culturais conveniadas	33,5
Apreciar e aprovar normas para financiamento do projeto	33,4
Elaborar normas e diretrizes para convênios	31,5
Administrar o Fundo Municipal de Cultura	17,9
Outros	15,0

Quadro 1 – Atribuições dos Conselhos Municipais de Cultura.

Fonte: Brasil (2009).

Na contemporaneidade, os modelos de conselhos associados à cogestão das políticas públicas, de natureza deliberativa e composição paritária, apresentam um papel propositivo, de discussão e elaboração da política cultural, promovendo os espaços democráticos de participação. Além disso, a transversalidade da cultura, a inclusão de novos atores, o crescimento das indústrias culturais, bem como a fusão de estilos e segmentos artísticos também favorecem as mudanças no campo cultural. Para o futuro, Barbalho (2010) aponta que os conselhos devem enfrentar dois desafios prementes, mas que podem ser sintetizados na ampliação de sua representação. No sentido de incorporar, além das áreas artísticas tradicionais (teatro, dança, audiovisual, literatura etc.), outras linguagens (grafite e arte sequencial, por exemplo) e disciplinas (sociologia, história, antropologia, filosofia). (BARBALHO, 2010).

Na pesquisa elaborada, em 2010, pelo CULT, foi constatada a existência de 1.398 conselhos de cultura no Brasil, sendo desses 1.371 municipais²⁷ e 23 conselhos estaduais²⁸, incluindo o Distrito Federal, e o CNPC, na esfera federal. Desse total, 1.158 foram considerados paritários.

Na Bahia, uma pesquisa desenvolvida pelo IBGE, em 2006, mostrou que 6,5% dos

²⁷ Os pesquisadores do CULT consideraram apenas os conselhos que tratam de políticas públicas de cultura.

²⁸ Ao todo são 26 conselhos estaduais de cultura, mas no período da pesquisa estavam desativados os conselhos do Pará, Paraná e Tocantins, portanto, esses não foram considerados pelos pesquisadores.

municípios tinham Conselhos Municipais de Cultura, aumentando para 11,5% em 2009, como demonstrado no gráfico abaixo:

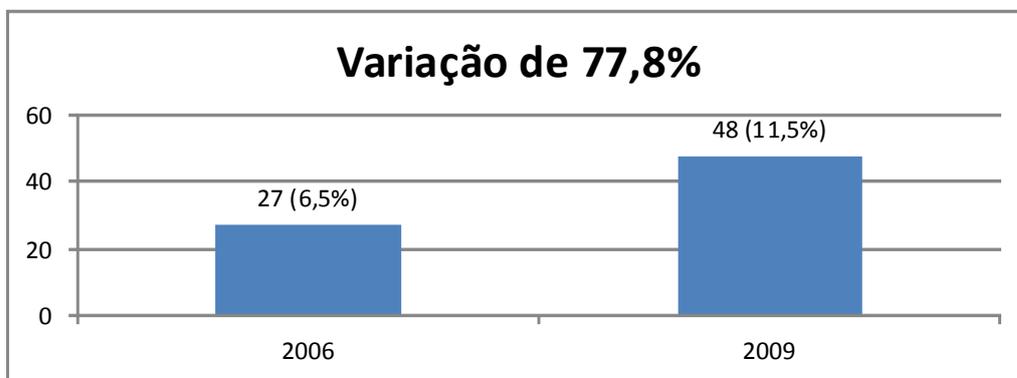


Gráfico 1 – Situação dos municípios baianos com CMC – 2006/ 2009.
Fonte: IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros – 2009.

A pesquisa do IBGE, em 2009, mostrou também que 89,6% dos municípios baianos possuíam conselho paritário, em 83,3% dos municípios os conselhos têm caráter consultivo, em 72,9% deliberativo, em 47,9% normativo e em 77,1% poder de fiscalização, conforme mostra o quadro:

Discriminação	2006		2009		
	N	%	N	%	
O conselho é Paritário	Nd	Nd	43	89,6	
Caráter do Conselho:	Consultivo*	17	63,0	40	83,3
	Deliberativo*	16	59,3	35	72,9
	Normativo*	15	55,6	23	47,9
	Fiscalizador*	16	59,3	37	77,1
Realizou reunião nos últimos 12 meses	Nd	Nd	31	64,6	
Total de Conselhos de Cultura	27	100,0	48	100,0	

Quadro 2 – Tipologia dos Conselhos Municipais baianos.
Fonte: IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros Cultura – 2006 e 2009.
*Cada conselho pode acumular mais de um caráter.

Em relação aos conselhos estaduais de cultura, a pesquisa realizada pelo Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (CULT), em 2010, apurou que oito dos 23 conselhos estaduais em atividade possuíam a composição paritária, e 15 não possuem paridade, mas têm

predomínio de representantes da sociedade civil²⁹. Rubim (2010) explica que a paridade para ser efetiva deve levar em consideração os problemas e discrepâncias entre as partes representadas no conselho. A paridade também envolve na discussão a autonomia e a independência para seu funcionamento.

O aprofundamento do debate sobre a paridade permite esclarecer dúvidas quanto à representação do poder público e do governo, que é considerada a base da demanda pela paridade, e que, na maioria das vezes, não se realiza, pois existem agentes públicos – como legisladores, membros do poder judiciário e até mesmo do ministério público – que não podem facilmente ser enquadrados em nenhuma das duas categorias. A questão da paridade inclui analisar a complexidade da composição nos conselhos e a diversidade da representação. Esse modelo de equilíbrio de forças entre a sociedade civil e o Estado, defendido na contemporaneidade não é fácil de vislumbrar. A dificuldade está na conceituação do binômio governo-poder público. Para tanto, é necessário identificar tanto um quanto o outro:

Quando um governante é eleito, ele assume um mandato para comandar o Executivo; isto é, recebe autoridade, investida pelo voto popular, para montar um gabinete e gerir uma série de estruturas estatais que prestam serviços públicos [...] isso é que chamamos de governo.

Já “poder público” tem um sentido mais amplo, na medida em que abrange também mais dois poderes da democracia brasileira: o poder legislativo e o judiciário. Esses dois outros poderes não apenas têm funções distintas do poder executivo – entre elas o próprio controle desse poder – como seus representantes podem não estar alinhados com a base ideológica e o programa das autoridades eleitas. (BRIZUELA, J; LEAHY, R.; e RUBIM, I., 2010, p. 125).

É o caso dos agentes públicos, a exemplo de legisladores, membros do poder judiciário e do ministério público, que não podem ser facilmente enquadrados em nenhuma das duas categorias, dificultando o resultado da pesquisa. Outras variáveis em relação à paridade têm sido abordadas por outros autores. Tatagiba (2010) trabalha com três delas: a) dificuldade dos atores, tanto governamentais quanto não governamentais, em lidar com a pluralidade; b) a relação conselheiro-entidade; e c) qualificação dos conselheiros para o exercício de suas funções.

A metade não governamental deverá incorporar, além dos segmentos artísticos, representantes de entidades ligadas à economia da cultura, de organizações identitárias (etnias, sexuais, de faixas etárias), de associações circunscritas a territórios (bairros, distritos e povoados) e de organizações não governamentais ligadas ao tema da cultura. (CÓRTEZ, 2010, p. 56).

²⁹ Sobre esse assunto ver BRIZUELA, J; LEAHY, R; RUBIM, I. Políticas Culturais, Democracia e Conselhos de Cultura. In: FERNANDES, T; RUBIM, A; RUBIM, I (orgs.). *Políticas Culturais, Democracia e Conselhos de Cultura*. Salvador: EDUFBA, 2010, 400 p. (Coleção CULT).

A discussão da paridade também perpassa a questão da representatividade. Existem dúvidas a respeito da representação efetiva, tanto dos representantes do governo quanto dos membros da sociedade civil, porque os membros do lado do governo geralmente não têm autoridade para decidir, o que chega a ser um descrédito por parte do governo em relação ao conselho, pois indica pessoas que não têm um mínimo de autoridade e usam o órgão, muitas vezes, para discordar da política oficial. Em outras palavras, não representa a vontade do órgão que participa do colegiado. Do lado da sociedade civil, é preciso ser bastante claro e rigoroso quanto à representatividade das entidades (TEIXEIRA, 2000). Em outros casos, as vagas a serem preenchidas por representantes da sociedade são ocupadas por prestadores de serviços, criando conflitos de interesses.

A maioria dos conselhos estaduais insere-se, na sua composição, como representativa da sociedade civil. Mas é importante ressaltar que, com raras exceções, a escolha dos membros continua sendo por indicação do governo. Tradicionalmente, os conselhos de cultura que continuam a priorizar a escolha dos notáveis na sua composição, continuarão com os problemas de representação, pois segundo Mata-Machado (2005), a rigor, os notáveis não representam ninguém a não ser a si mesmos. É o caso do Conselho Estadual de Cultura de Pernambuco, que mantém conselheiros com mandato vitalício.

Entretanto, as experiências de conselhos municipais, ao contrário, mostram significativas mudanças, como é o caso do Conselho Municipal de Política Cultural de Recife (CMPC) cuja composição é paritária e foi ampliada dos nove membros do antigo Conselho, para 40 participantes, sendo 20 representantes do Poder Público e 20 da sociedade civil. Esses últimos são eleitos diretamente pelos componentes dos 19 Fóruns Permanentes, contemplando dez segmentos culturais, produtores culturais, trabalhadores da cultura e instituições culturais não-governamentais, Fórum Temático de Cultura do Orçamento Participativo e as seis Regiões Político-Administrativas da cidade do Recife.

Nos conselhos estaduais podem-se identificar três modalidades principais para a nomeação dos conselheiros: 1) indicação do governo, de outros poderes e da sociedade civil; 2) os “conselheiros natos”, inscritos nos regimentos internos e 3) a eleição. Na pesquisa desenvolvida pelo CULT, em 2010, dos 23 conselhos estaduais, apenas cinco mencionaram o processo eleitoral nas suas normas de funcionamento, a exemplo do Conselho de Cultura do Rio Grande do Sul, onde os membros da sociedade civil são escolhidos através de processo eleitoral³⁰.

Em seis conselhos estaduais, a escolha mantinha a tradicional nomeação da totalidade

³⁰ Os outros conselhos que fazem eleição para escolher os conselheiros são os de Amazonas, Maranhão, Mato Grosso e Minas Gerais.

dos membros pelo governador, sendo que a sociedade civil não tem nenhuma influência e “o poder executivo tem total liberdade para escolher ou indicar os membros que participarão do conselho e que representarão os diferenciados setores culturais”. (BRIZUELA, J; LEAHY, R; RUBIM, I., 2010, p. 132).

Outra questão importante quando se discute a composição de alguns conselhos tem a ver com o exercício presidencialista, em que a decisão final sempre caberá ao presidente, enquanto esse tipo de representação não for mudada. Dentre as competências e atribuições do presidente do conselho, estão: representar o Conselho, presidir suas sessões e trabalhos, promover ou regular seu funcionamento, executar as decisões do Conselho, representar oficialmente o colegiado e negociar recursos para a execução das atividades.

No entendimento de Teixeira (2000), para que realmente os conselhos sejam eficazes em seu funcionamento, é preciso capacitar os conselheiros, em especial, os representantes da sociedade civil. Fatores como conhecimento da máquina administrativa, regularidade das reuniões, participação no orçamento, acompanhamento e formulação de propostas dão mais credibilidade e engajamento aos conselhos na formulação das políticas públicas. A divulgação dos atos e atividades dos conselhos também se configura como estratégia de promoção de maior transparência e visibilidade desses colegiados.

É importante ressaltar que a maioria dos conselhos de cultura estaduais continua em funcionamento, como foi demonstrado no trabalho de pesquisa desenvolvido em 2010, pelo Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Isso inclui o Conselho Estadual de Cultura da Bahia (CEC-BA), que foi criado em 1967. A pesquisa também mostrou como estão distribuídos regionalmente esses conselhos de cultura, como mostra o quadro a seguir:

Região do Brasil	Número de Conselhos Estaduais de Cultura
Nordeste	09
Sudeste	04
Centro-Oeste	04
Norte	04
Sul	02
Total	23

Quadro 3- Distribuição dos conselhos estaduais de cultura no Brasil.

Fonte: Projeto Políticas Culturais, Democracia e Conselhos de Cultura (CULT) – 2010.

Situado no Nordeste, o Conselho Estadual da Bahia, criado em 1967, foi um dos primeiros espaços a se preocupar especificamente com as questões culturais. O CEC-BA,

assim como muitos outros conselhos estaduais, foi criado a partir do modelo e estrutura do CFC e continua em funcionamento até o período em que foi realizada a pesquisa. Nos próximos capítulos, serão analisadas a trajetória de funcionamento e atuação do colegiado baiano, que originalmente mantinha essa relação com o CFC, mas que mesmo com a extinção do congênere federal continuou atuando, assim como muitos outros conselhos estaduais no País.

2. O Conselho Estadual de Cultura da Bahia (CEC-BA)

2.1 Primórdios do CEC-BA

Trabalhos de vários autores brasileiros focam a importância do CFC como lugar privilegiado para análise das políticas públicas de cultura, por aquele ter sido o órgão responsável pela grande maioria das ações efetuadas pelo MEC, na área de cultura, entre 1967 e 1975. Entre as atribuições do CFC estava a criação de conselhos estaduais de cultura, tarefa desempenhada pelo presidente do órgão, Josué Montello, que desenvolveu uma campanha incentivando a criação dessas instituições em vários estados brasileiros. Em 1967, o boletim *Cultura*³¹ do CFC publicou uma carta do presidente Montello, dirigida ao governador do Pará, ficando claro na correspondência que para efetivar convênios com o Governo Federal, os estados deveriam criar seus órgãos específicos de cultura (CALABRE, 2007). No Decreto que criou o CFC constavam duas alíneas específicas sobre o tema: uma determinando a articulação com os órgãos de cultura locais, e outra tratando exclusivamente do dever de fomentar a criação de conselhos de cultura. Os convênios firmados entre o CFC e os conselhos estaduais, nas décadas de 1960 e 1970, tiveram uma grande contribuição na manutenção de tais órgãos.

A historiadora Lia Calabre (2008) destacou a eficiência do CFC em fomentar a criação desses órgãos de cultura estaduais, sendo que em 1971, portanto cinco anos após a criação do órgão federal, o Brasil contava com conselhos de cultura instalados e funcionando em 22 estados (CALABRE, 2008). A proposta do órgão federal era manter convênios com esses conselhos para assegurar a coordenação e a execução dos programas culturais nacionais. Ainda não se sabe exatamente quantos conselhos estaduais funcionavam no momento da implantação do CFC. De acordo com alguns pesquisadores, apenas em dois estados – Guanabara e São Paulo – os colegiados atuavam regularmente. Entretanto, Alexandre Barbalho (2008), na sua pesquisa sobre o Conselho de Cultura do Ceará³² destaca:

Ao contrário do que pensa o escritor Josué Montello quando afirma só existirem dois conselhos estaduais de cultura, quando assume o Conselho Federal de Cultura (CFC) em 1967, o de São Paulo e do Estado da Guanabara, o Ceará já tinha o seu desde 1961. Acontece que ele não tinha existência efetiva, o que viria ocorrer a

³¹ Boletim do Conselho Federal de Cultura. Rio de Janeiro: MEC, ano I, n.2. agosto de 1967.

³² Sobre esse assunto, ver: BARBALHO, Alexandre. Orientando a Cultura: o Conselho de Cultura do Ceará, nos anos 1960-70. Políticas Culturais em Revista, volumem 1, número 1, 2008. Disponível em www.politicasculturaisemrevista.ufba.br. Último acesso em 2010.

partir da Secretaria de Cultura do Ceará (Secult), em 1966, a primeira secretaria estadual de cultura do Brasil. (BARBALHO, 2008, p.1).

Na pesquisa desenvolvida pelo CULT, em 2010, descobriu-se que três colegiados foram criados antes do CFC nos estados de: Piauí, Paraíba e Santa Catarina (BRIZUELA, J; LEAHY, R; RUBIM, I. 2010).

O Conselho Estadual de Cultura da Bahia data de 1967, durante o governo Luiz Viana Filho. Sua criação, contudo, foi gestada durante a reforma administrativa do Estado, em 1966, junto com a proposta de funcionamento de outros dois conselhos: da educação e do desporto. Até essa data, o Estado combinava em um único colegiado, as áreas de cultura e educação. Em 14 de maio de 1967, a Assembleia Legislativa promulgou a quarta Constituição baiana, incluindo dispositivos específicos para reorganizar o Conselho Estadual de Educação³³, criar o Conselho Estadual de Cultura e extinguir o Departamento Estadual de Educação e Cultura, que foi substituído pelo Departamento de Educação Superior e de Cultura (Desc). Os dispositivos da Constituição de 1967 estabeleciam:

1) o Conselho Estadual de Educação terá funções normativas no que tocará à disciplinação das atividades estaduais no sistema estadual de ensino (Art. 118); 2) a lei criará o Conselho Estadual de Cultura, que terá função consultiva, no que respeita as atividades culturais do Estado e normativa, na aplicação dos recursos advindos do Fundo de Cultura e de outras fontes (Art. 119); 3) a duração de mandatos de membros de conselhos e de órgãos colegiados nomeados pelo governador não excederá o mandato deste (Art. 127); e 4) o cargo de diretor do Departamento Estadual de Educação e Cultura fica extinto, passando suas atribuições a serem exercidas pelo Secretário até aprovação da nova lei orgânica de ensino (Parágrafo 1º Art. 128). (CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DA BAHIA, 1967).

Seis meses depois, no dia 13 de setembro de 1967, o governador Luiz Viana Filho³⁴, através da Lei nº 2.464/67, criou o Conselho Estadual de Cultura da Bahia (CEC-BA), órgão colegiado de natureza consultiva e normativa. A solenidade de instalação do conselho aconteceu no dia 09 de março de 1968, com a presença do presidente do CFC, Josué Montello (1967-1968), e do então Secretário de Educação, Luiz Navarro de Brito, na sede da Secretaria

³³ O Conselho Estadual de Educação da Bahia (CEE) foi o primeiro a funcionar no Brasil, nessa área, a partir de 1842.

³⁴ No governo Luiz Viana Filho foi inaugurada a nova sede da Biblioteca Central do Estado da Bahia, nos Barris, onde funciona até a atualidade, a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), o Instituto de Patrimônio (IPAC), o Museu Wanderley Pinho, no Engenho Freguesia e O Museu das Alfaias, de Cachoeira. Sobre a vida e obra de Luiz Viana Filho ver: DA FONSECA, João Justiniano. A Vida de Luiz Viana Filho. Edições do Senado Federal. Vol. 58. Edição Impressa, 2005. Disponível em <http://pt.scribd.com/doc/19825940/A-VIDA-DE-LUIZ-VIANA-FILHO>, Último acesso em 07/06/2011.

de Educação e Cultura³⁵. Em 12 de março de 1968, era realizada a primeira sessão plenária do CEC-BA, no mesmo recinto que dividia com o Conselho Estadual de Educação. O conselheiro Francisco Peixoto de Magalhães Netto,³⁶ por ser o mais idoso, presidiu os trabalhos temporariamente. Na sessão do dia 07 de maio de 1968, os conselheiros Odorico Tavares e Nelson Sampaio foram eleitos, respectivamente, presidente e vice-presidente do colegiado. Inicialmente, foram criadas três Câmaras: Câmara de Artes e Patrimônio Histórico, Câmara de Ciências, Câmara de Letras e duas Comissões: Comissão de Legislação e Normas e Comissão de Organização da Revista de Cultura da Bahia.

O então presidente Magalhães Netto designou o conselheiro Nelson Sampaio para elaborar o projeto do 1º Regimento Interno, aprovado através do Decreto nº 20.662, de 25 de abril de 1968. Pelo Regimento, a eleição dos cargos de presidente e vice-presidente do Conselho, dependia de votação secreta, com a duração do mandato de dois anos (biênio)³⁷, podendo ser reconduzidos por período igual.

É importante destacar que uma das estratégias usadas pelo presidente do CFC, Josué Montello, a fim de facilitar a formulação dos conselhos estaduais de cultura, foi encaminhar o Decreto-Lei nº 74, base jurídica do órgão federal. Assim, existem dispositivos comuns entre o Decreto-Lei e o 1º Regimento Interno do CEC-BA, embora o colegiado baiano incluísse novos itens, tal como o artigo 3º: Os órgãos técnicos e administrativos da Secretaria de Educação e Cultura prestarão ao Conselho a assistência que lhes for solicitada por seu Presidente, ou, em seu nome, pelo secretário geral. O mérito do 1º Regimento Interno foi ter construído o ideário de constituição e organização funcional do colegiado, definindo o seu papel e as bases fundamentais de sua atuação.

No período pesquisado, o CEC-BA passou por cinco alterações regimentais. Em 1976, no governo Roberto Santos, por meio do Decreto nº 25.674/76 estabeleceu o 2º Regimento Interno, ampliando as competências e atribuições do conselho e definindo as funções do sistema técnico-administrativo de sua Secretaria Geral. Apesar de omissos em relação ao papel do conselho, quanto à política cultural do Estado, O 2º Regimento deu um sentido mais orgânico às competências do Plenário (Art. 4º) e definiu a estrutura dos serviços técnico-administrativos da sua Secretaria Geral, além de criar, pela primeira vez, o quadro de cargos

³⁵ No período, a Secretaria de Educação e Cultura funcionava no Palacete Martins Catharino, na rua da Graça, 21.

³⁶ Francisco Peixoto de Magalhães Netto nasceu em 26 de dezembro de 1897, nesse período tinha 70 anos e era o pai do ex-senador Antonio Carlos Magalhães, este último morreu em 20 de julho de 2007, aos 79 anos.

³⁷ Geralmente, a escolha desses dois cargos era consensuada para evitar conflitos internos.

em comissão, dispondo de uma base logística de funcionamento subordinada à Secretaria de Educação e Cultura, à qual estava vinculado.

Em 1979, no primeiro governo Antonio Carlos Magalhães, o Decreto nº 26.893/79 – a terceira alteração regimental – fixou em 18 o número de conselheiros titulares, restringiu a 12 o número de sessões por mês, limitou a quatro os integrantes das Câmaras e Comissões e abriu a possibilidade de que funcionários da Secretaria de Educação e Cultura integrassem as Câmaras e Comissões, a convite do colegiado.

A Lei Delegada nº 051/83, em 1983, regulamentou a atribuição de aprovar a política cultural do Estado e de um plano estadual de cultura; ampliou para 20 o número de conselheiros titulares e criou a figura do conselheiro suplente num total de dez membros, além de dispor sobre os casos de impedimento e vacância dos conselheiros. Em 1985, no governo João Durval Carneiro, a reforma do Regimento Interno foi aprovada através do Decreto nº 32.400/85 (3º Regimento Interno) e, dentre outras coisas, fixou em três horas o tempo máximo de duração de cada sessão plenária, permitindo a criação de Comissões Especiais ou Grupos de Trabalho para o desempenho de determinadas tarefas.

Outra alteração regimental foi aprovada em 18 de janeiro de 1995, na primeira gestão do governo Paulo Souto: o Conselho Estadual de Cultura passou a integrar a administração direta da Secretaria de Cultura e Turismo (SCT). Em 1996, Souto assinou a Lei nº 10.950/96, que estabeleceu as disposições básicas do Conselho em relação à sua finalidade, estrutura organizacional, composição e competências. Essa lei limitou o exercício da função do conselheiro ao tempo de vigência da gestão governamental; dispôs sobre o recebimento de diárias pelo conselheiro para participação de reuniões do colegiado no interior do Estado ou em viagem a serviço do CEC-BA; possibilitou o convite a pessoas de notório conhecimento em qualquer área cultural, e sua participação nos trabalhos das Câmaras e Comissões, bem como promoveu condições à diversificação do leque de representatividade dos vários segmentos das artes e da cultura do colegiado. Em 2004, o Decreto nº 9.073 (4º Regimento Interno) manteve o caráter consultivo e normativo do Conselho de Cultura, de natureza opinativa, legisladora e propositiva, formulou o caráter conceitual e filosófico do CEC-BA e alterou as competências e nomenclaturas das Câmaras e Comissões.

Por fim, no dia 22 de novembro de 2010, a Assembleia Legislativa aprovou o 5º Regimento Interno. Esses documentos reúnem o legado histórico do conselho e constituem o arcabouço legal do seu sistema institucional, fixando historicamente as regras – comuns e compartilhadas – de funcionamento e atuação.

Desde sua criação, o plenário do Conselho da Bahia mantém a prática de funcionamento, através de sessão ordinária, e, às vezes, em sessões extraordinárias, para tratar assuntos relevantes, urgentes ou de reforma regimental. Os conselheiros recebem um jetom³⁸, de acordo com a frequência nas sessões.

Um levantamento realizado, entre os anos de 1968 e 2008, mostrou a regularidade de funcionamento do Conselho de Cultura da Bahia. É importante assinalar que o colegiado não foi reconduzido durante os governos Waldir Pires (1987-1989) e Nilo Coelho (1989-1991), quando os funcionários dedicaram-se às atividades internas³⁹. Nesse estudo, foram consideradas as sessões: ordinárias, extraordinárias, especiais, de instalação e posse dos conselheiros. Foram incluídas também as sessões realizadas em conjunto com o Conselho Estadual de Educação (CEE). Em 2007, com a posse dos conselheiros quase no final do ano, foram realizadas apenas três sessões. O ano com o maior número de sessões foi o de 1985, durante a gestão do então presidente Wilson Lins. Nos anos de 1969, 1972, 1974, 2002 e 2008 foram realizadas 52 sessões por ano. Veja o quadro que demonstra o funcionamento do Conselho de Cultura no período pesquisado:

Funcionamento do Conselho 1968-2008

Ano	Ordinária	Extraordinária	Especial	Instalação	CEE	Total de sessões
1968	42	03	----	----	----	45
1969	50	02	----	---	----	52
1970	50	01	----	---	----	51
1971	34	----	----	01	----	35*
1972	51	----	01	----	----	52
1973	52	02	01	----	----	55
1974	52	----	----	----	----	52
1975	38	--	---	01	---	39**
1976	52	----	----	----	01	53
1977	52	01	----	----	----	53
1978	52	01	----	----	----	53
1979	42	05	--	01	---	48***
1980	52	04	----	---	----	56
1981	49	---	05	---	---	54
1982	50	----	02	----	01	53
1983	19	----	----	01	01	21****
1984	52	02	01	---	----	55
1985	51	04	03	---	---	58
1986	52	03	01	--	--	56
1987	09	01	----	---	---	10*****
1987-1992	Período em que o Conselho Estadual da Bahia não foi reconduzido					
1992	22	02	04	01		29*****

³⁸ Na década de 90, o valor do jetom era de R\$ 25, 00, a partir de 2001 foi reajustado para R\$ 50,00, logo depois para R\$ 100, descontando os impostos.

³⁹ Esse assunto será tratado no próximo capítulo.

1993	44	01	05	--	--	50
1994	44	01	03	--	--	48
1995	38	02	02	--	--	42
1996	40	01	06		---	47
1997	41	---	09		--	50
1998	39	---	01	--	---	40
1999	31	---	---	01	---	32
2000	47	---	01	---	---	48
2001	39	03	06			48
2002	44	02	06			52
2003	40	01	06			47
2004	39	01	06			46
2005	39	---	02	01	---	42
2006	40	---	06	---	---	46
2007	03			01		03*****
2008	50	02	----	----		52

Quadro 4 – Relação de sessões por ano de funcionamento do CEC-BA

Fonte: dados coletados pela pesquisadora

* A gestão encerrou em 09/03/1971. O conselho foi instalado em 05/07/1971

**A gestão encerrou em 11/03/1975. O conselho foi instalado em 14/07/1975

*** A gestão encerrou em 13/03/1979. O conselho foi instalado em 06/07/1979.

**** A gestão encerrou em 14/03/1983. O conselho foi instalado em 27/10/1983

***** Durante o governo Waldir Pires, a última sessão foi em 10/03/1987

***** Gestão instalada em 29/06/1992

*****Gestão instalada em 28/11/2007

O CEC-BA foi o primeiro órgão a preocupar-se com as questões relacionadas ao campo da cultura no estado. Até sua data de criação, em 1967, era o Departamento de Educação Superior e de Cultura (Desc) que administrava, além das questões da educação, a área cultural, acumulando atribuições como gerir as verbas do Estádio Otávio Mangabeira (Fonte Nova):

[...] Criamos a Revista Porto de Todos os Santos⁴⁰, da qual só foram publicados dois números e patrocinamos peças apresentadas no Teatro Castro Alves. Patrocinamos também prêmios de romance, sendo que um deles foi ganho por Aninha Franco. Um romance que teve grande repercussão, foi publicado, circulou, mas as condições ditatoriais do Brasil eram da mais absoluta ignorância. O Desc também se preocupava com teatro, festival de poesia, bibliotecas, museus. Uma atividade que custou muito dinheiro à Secretaria de Educação e Cultura foi recuperar um trecho do Estádio da Fonte Nova [...] quem fez essa obra foi uma companhia que pertencia aos militares e eu era o fiscal da obra⁴¹.

No período, a repressão, a censura e o autoritarismo atingiam todas as áreas, inclusive a da cultura. Nas artes plásticas, a II Bienal, em 1968, foi tachada de “comunista” e após sua

⁴⁰ De acordo com as informações do ex-conselheiro Luiz Tavares, os dois números publicados da Revista Porto de Todos os Santos se encontram na Biblioteca Pública dos Barris, na seção de livros raros.

⁴¹ Ex-conselheiro Luis Henrique Tavares, em entrevista concedida à pesquisadora, em julho de 2011

inauguração, no final do ano, foram presos, por ordens do general Abdon Sena⁴², o secretário geral da Bienal e artista plástico, Juarez Paraíso, e o diretor do DESC, Luis Henrique Dias Tavares, esse último na noite do dia 23 de dezembro. No livro “Juarez Paraíso, um mestre na arte na Bahia”, o escritor Claudius Portugal (2009), descreveu o clima de intrigas, boicote e impasses administrativos para desmobilizar a organização da II Bienal. O próprio Juarez Paraíso em entrevista à Revista da Bahia nº 40, em 2005, culpou o governo Luiz Viana Filho pelo incidente, devido ao receio de maiores represálias e medo à repressão. A ordem dos militares era retirar dez obras consideradas subversivas⁴³, mas a solicitação não foi atendida “porque, ao aceitar essa imposição, estaria desrespeitando meus colegas e ao Júri de Seleção” (PARAÍSO, 2005, p. 23).

Meses antes, em maio de 1968, o presidente do Conselho de Cultura da Bahia, Odorico Tavares, tinha renunciado ao cargo de diretor da II Bienal por discordar com os preparativos do certame, sugerindo que no seu lugar assumisse o presidente da Câmara de Artes e Patrimônio Histórico do órgão, Godofredo Filho. No dia 08 de outubro, desse mesmo ano, o conselheiro Mário Cravo Junior também renunciou ao Conselho⁴⁴ por não concordar com a realização da Bienal. É possível, que nesse episódio, esses dois conselheiros preferiram renunciar para não desagradar ao governador e aos militares. O apoio à realização da II Bienal de Artes Plásticas também provocou a saída do ex-secretário de Educação e Cultura, Luiz Navarro, em 1969. O pesquisador Albino Rubim (2007, 2008 e 2009) apontou o autoritarismo como uma das tristes tradições que marcou a trajetória das políticas culturais no Brasil. As outras duas são instabilidade e ausência⁴⁵:

[...] somente nos períodos autoritários o Brasil conheceu políticas culturais mais sistemáticas, nas quais o Estado assumiu um papel mais ativo [...] As ditaduras do Estado Novo (1937-1945) e dos militares (1964-1985), além de censura, repressão, medo, prisões, torturas, assassinatos e exílios inerentes a todo regime autoritário, realizaram uma intervenção potente no campo cultural. Por certo tal atuação visava instrumentalizar a cultura: domesticar seu caráter crítico; submetê-la aos interesses autoritários; usá-la como fator de legitimação das ditaduras e, por vezes, como meio para a conformação de um imaginário de brasilidade e nacionalismo. (RUBIM, 2007, p. 3-4).

⁴² O general Abdon Sena era comandante da 6ª Região Militar, sediada em Salvador. Um dos quadros da Bienal que levaram ao desespero dos militares era a pintura de um orangotango vestido de general. Esse quadro foi premiado e colocado em destaque e foi o motivo para que o general Sena fechasse a Bienal de Artes Plásticas.

⁴³ A reabertura da II Bienal, em janeiro de 1969, sob a responsabilidade do novo diretor do DESC, Remy Souza, só se efetivou por pressão da sociedade, dos artistas e intelectuais. Mesmo assim dez obras foram confiscadas e destruídas pelos militares. A Bienal foi suspensa por decreto do governador Luiz Viana Filho, o que significou na prática, a sua lamentável extinção.

⁴⁴ Os conselheiros Juarez Paraíso e Odorico Tavares (esse último muito amigo de ACM) foram substituídos pelos conselheiros Fernando Luiz da Fonseca (1969) e Aluisio Prata (1970).

⁴⁵ Sobre esse assunto ver: RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas Culturais no Brasil: três tristes tradições e enormes desafios. Salvador, 2007 (inédito)

De acordo com Ortiz (1985), o movimento cultural pós-64 se caracterizou por dois momentos que não são, na verdade, contraditórios: por um lado ele é um período da história no qual mais se produziu e difundiu os bens culturais; por outro ele foi marcado por uma repressão ideológica e política intensa. Mesmo com a forte repressão, alguns intelectuais ousavam denunciar a violência institucional dos militares, no campo cultural:

[...] as campanhas sistemáticas denominadas ‘Terrorismo Cultural’ [...] As intervenções nas universidades, as aposentadorias compulsórias e demissões sumárias nas instituições de educação básica e superior, as invasões à União Nacional dos Estudantes (UNE), as perseguições e as prisões de jornalistas, professores, escritores, artistas e estudantes, além das cassações dos direitos políticos de vários parlamentares são alguns exemplos das práticas sistemáticas promovidas pela ditadura e nomeadas pela intelectualidade de ‘Terrorismo Cultural’. [...] provocaram uma série de manifestos e artigos na grande imprensa [...] denunciando essas ações – ditas ‘terroristas’ – organizadas pelo Estado [...] Nelson Werneck Sodré publicou no primeiro número da Revista Civilização Brasileira, em março de 1965, o artigo ‘Terrorismo Cultural’. Tratava-se de um minucioso inventário das principais denúncias de perseguição promovida pelo governo ao setor cultural [...]. (AMARAL, 2010, p. 20).

Nesse clima de terror, Salvador experimentava uma rica e peculiar “conjunção de vetores”⁴⁶:

[...] De um lado, ainda se faziam ouvir ecos do que Risério chamou de *avant-garde* na Bahia, resultantes da universidade euroafrobaiana de Edgard Santos [...] De outro lado, a resistência ao regime militar, endurecido e ufanista, produzia sons abafados pela clandestinidade e repressão, aumentando a atmosfera paranóica do chamado milagre brasileiro. Mas havia um terceiro lado, dissonante, colorido, caótico, onde o tropicalismo e a contracultura provocavam e animavam passagens ao ato e transgressões. Nessa vertente emergiam iniciativas espontâneas pessoais e grupais, declaradamente voluntaristas, como viver em comunidades ou transformar a própria casa em espaço cultural. (ALMEIDA, 2009. p 2).

Os focos de resistência se concentravam, principalmente, no Teatro Vila Velha; Instituto Goethe de Salvador; na Jornada de Cinema e no Centro Universitário de Cultura Popular, organizado pelos estudantes da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Intelectuais e artistas eram perseguidos e suas obras censuradas pelos militares. No livro *O Teatro na Bahia, através da Imprensa Brasileira*, mostra que o Departamento de Censura vetou 400 obras dramáticas entre 1968 e 1975, no país, uma média de 50 textos por ano. A violência contra a classe teatral não se limitou apenas ao trabalho do Departamento de Censura, manifestou-se, também, pela prisão, exílio e tortura física de muitos de seus integrantes. Na Bahia, os militares invadiram o TCA e agrediram violentamente os atores da peça “As

⁴⁶ ALMEIDA, Naomar. Bravo, professor Armino Bião, Salvador, jornal A Tarde, 09/12/2009, Caderno 1, Editorial, p. 02

Senhoritas”, de autoria de Álvaro Guimarães, e proibiram até 1979, em todo o país, a apresentação da peça “Ringue” de Ariovaldo Matos. (FRANCO, 1994).

A censura, no momento em que a repressão era brutal, adquiriu um significado político que parecia condensar todo o autoritarismo do regime. Ela representava uma bandeira política concreta em torno da qual se agrupava o movimento democrático. No período entre 1964 e 1980, a censura não se define tanto pelo veto a todo e qualquer produto cultural, mas age primeiro como repressão seletiva que impossibilita a emergência de determinados tipos de pensamento ou de obras artísticas. “São censuradas as peças teatrais, os filmes, os livros, mas não o teatro, o cinema ou a indústria editorial. O ato repressor atinge a especificidade da obra não a generalidade da produção” (ORTIZ, 1985, p. 89).

2.2 Composição, “grupo social” e elite cultural no CEC-BA

A fim de desenvolver seu projeto nacional, nas décadas de 1960 e 1970, os militares voltaram-se para os intelectuais disponíveis que apoiaram o golpe, sendo que alguns deles faziam parte do CFC. Na medida em que esse projeto ia se ampliando, a composição dos conselhos de cultura apresentou-se como uma característica comum a esse grupo de intelectuais:

[...] membros de um grupo de produtores de conhecimento que pode ser caracterizado como de intelectuais tradicionais. Recrutados nos Institutos Históricos e Geográficos e nas Academias de Letras, esses intelectuais conservadores e representantes de uma ordem passada irão se ocupar da tarefa de traçar diretrizes de um plano cultural para o país. A origem e a ideologia desses intelectuais não deixarão de criar problemas para o desenvolvimento dos objetivos a que se propõem, pois suas idéias não têm mais a força da necessidade histórica. (ORTIZ, 1985, p. 91).

Quando esses intelectuais foram recrutados pelo Estado para construir a política de cultura, a noção de Estado vai se adequando ao discurso tradicional quando isso é possível:

O primeiro problema com o qual os conselheiros se defrontam se refere à democracia. Em quase todos os documentos que nos remetem a uma eventual política de cultura, esta preocupação se manifesta [...] A contradição é resolvida retomando-se o velho tema do ‘totalitarismo’ [...] O Estado assumindo o argumento da unidade na diversidade, torna-se brasileiro e nacional, ele ocupa uma posição de neutralidade, a sua função é salvaguardar uma identidade que se encontra definida pela história. O Estado aparece, assim, como guardião da memória nacional e da mesma forma que defende o território nacional contra possíveis invasões estrangeiras preserva a memória contra as descaracterizações das importações ou das distorções dos pensamentos autóctones desviantes [...]

A segunda dificuldade que surge com a associação dos intelectuais tradicionais ao Estado se refere ao relacionamento entre cultura e desenvolvimento [...] existe um

descompasso entre as falas do Ministério da Educação e a ideologia dos conselheiros, pois, ao se considerar a cultura como elemento complementar ao desenvolvimento, está-se na prática subordinando-a aos interesses de outras áreas, em particular, da economia [...] São várias as queixas que se referem à cultura como o “primo pobre” da economia [...]. (idem, p. 99-102).

O CEC-BA também estava formado por intelectuais – 24 conselheiros (titulares e suplentes) – nomeados pelo governador. De acordo com o historiador Cid Teixeira (2001), o governador Luiz Viana Filho convidou os maiores “sábios da Terra”, diretores de jornal, brilhantes sujeitos, um grupo de notáveis que tinha como função definir um plano estadual de cultura⁴⁷. Os membros-fundadores do CEC-BA foram: os médicos Francisco Peixoto de Magalhães Netto⁴⁸ e Hélio Simões; o engenheiro civil Américo Simas Filho; os Bacharéis em Direito Carlos Eduardo da Rocha, José Calasans, Nelson Sampaio e Odorico Tavares⁴⁹; os arquitetos Diógenes Rebouças e Godofredo Filho, e o artista plástico Mário Cravo Júnior, personalidades que se destacavam por seu trabalho intelectual e que tinham em comum, nos seus currículos, obras publicadas em diversas áreas, em especial literatura e patrimônio, sendo que alguns eram colaboradores em jornais locais e nacionais⁵⁰.

De acordo com o relatório do então presidente Nelson Sampaio (1969-1971), o número total de conselheiros nunca se completou, nem se nomearam os suplentes, mas a “exemplar assiduidade de seus componentes fez com que não se sentisse falta dos suplentes e por conta disso nenhuma sessão deixou de ser realizada por motivo de quórum”⁵¹.

Desde sua criação, em 1967, passaram pelo CEC-BA cerca de 150 intelectuais e artistas baianos, em 21 gestões até 2010. Nesse universo, 25 mulheres integraram o colegiado, e dessas duas ocuparam a presidência do colegiado, em gestões diferentes: Eulâmpia Reiber (2005-2006) e Lia Robatto (2010-2011). Na década de 1990, a conselheira Myriam Fraga ocupou a vice-presidência por dois mandatos. Desde sua criação, o advogado Carlos Eduardo da Rocha foi o conselheiro que mais tempo permaneceu no colegiado, sendo reconduzido por várias gestões. O quadro abaixo mostra as gestões que passaram pelo CEC-BA:

⁴⁷ ALVES, Rossana, Conselho de Cultura, a hora da verdade. *Soterópolis*, agosto 2001, Ano 4, Edição 35, p. 19.

⁴⁸ O conselheiro Magalhães Netto faleceu em 31 de março de 1969

⁴⁹ Também era jornalista e diretor da TV Itapoan

⁵⁰ Enquadram-se como colunistas e colaboradores de jornais locais os conselheiros Thales de Azevedo, Aluisio Prata e Wilson Lins

⁵¹ Três anos de Conselho Estadual de Cultura, separata da Revista de Cultura da Bahia, nº 5, jul./dez, 1972

Gestão/Período	Presidente	Vice-Presidente
12/03/1968 - 30/04/1968	Francisco Peixoto de Magalhães Netto*	
30/04/1968 - 03/09/1968	Odorico Tavares	Nelson de Souza Sampaio
17/09/1968 - 31/01/1969 31/01/1969 - 31/01/1971 31/01/1971 - 15/03/1971	Nelson de Souza Sampaio	Thales de Azevedo
15/03/1971 - 22/03/1973	Godofredo Filho	Américo Simas Filho
22/03/1973 - 15/03/1975	José Calasans	Renato Berbert de Castro
15/07/1975 - 12/07/1977 12/07/1977 - 13/04/1979	José Calasans	Thales de Azevedo
06/07/1979 - 15/03/1983	Ruy Santos	Thales de Azevedo
17/12/1983 - 17/12/1985 17/12/1985 - 15/03/1987	Wilson Mascarenhas Lins	Remy de Souza
29/06/1992 - 27/12/1994 27/12/1994 - 07/11/1995	Renato Berbert de Castro	Myriam Fraga
07/11/1995 - 11/11/1997 11/11/1997 - 25/11/1999 25/11/1999 - 27/11/2001 27/11/2001 - 01/07/2003	Waldir Freitas Oliveira	Manoel Veiga
04/07/2003 - 12/07/2005	Oscar Dourado	Luis Henrique Dias Tavares
05/07/2005 - 13/12/2006	Eulámpia Santana Reiber	Waldir Freitas Oliveira
19/03/2008 - 09/04/2010	Albino Rubim	Pasqualino Magnavita
09/04/2010 -	Lia Robatto	Pasqualino Magnavita

Quadro 5 - Gestões dos presidentes e vice-presidentes do CEC-BA 1967-2010
Dados coletados pela pesquisadora

Em relação à composição do CEC-BA, na primeira gestão, foram indicados, pelo governador em exercício, membros oriundos da sociedade civil que, em tese, representavam os mais diferentes domínios das artes e ciências, e, em menor número, integrantes de instituições culturais do Estado, como diretores de museus locais:

O conselho de cultura é composto por personalidades de destaque na vida intelectual e artística. Nesse modelo, a cultura é vista como um campo regido por leis próprias, acessíveis a um pequeno número de indivíduos que, por méritos próprios ou por força do destino, teriam sido revestidos de um *status* e uma aura que as pessoas ditas comuns não têm. Delegar aos notáveis a formulação de políticas culturais implica o reconhecimento, pelo Estado, de que a cultura não se adapta à racionalidade burocrática normalmente aplicada a outros setores [...]. (MATA-MACHADO, 2010, p. 227).

Os notáveis-especialistas que formavam o CEC-BA foram se destacando, principalmente, por sua atuação na área de preservação do patrimônio e da memória. Na sessão do dia 12 de agosto de 1969, o Conselheiro Américo Simas Filho informou ao colegiado que as notícias veiculadas nos jornais locais a respeito das atividades do Conselho, particularmente em defesa do patrimônio, estavam provocando um “interesse desusado, pois era grande o número de pessoas e entidades que o procuravam para tratar desse assunto”⁵².

⁵² Livro de Atas do CEC-BA, 12 de ago. de 1969.

Ao analisar a composição e funcionamento de instituições culturais como: CFC, IHGB e ABL, na década de 1970, Maria Madalena Diéguas Quintella (1984) caracterizou os integrantes desses órgãos como um grupo social. A pesquisa desenvolvida por Diéguas investigou, dentre outros fatores: postura, relacionamento, representação e legitimidade dos atores sociais componentes desses grupos. O fato de alguns intelectuais participarem das mesmas instituições faz pensar em certa homogeneidade do grupo, tanto no Conselho Federal de Cultura como a Academia de Letras ou o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro devido à formalidade para a admissão de novos membros, que deviam cumprir com alguns requisitos “de tal maneira que os possíveis membros dessas instituições já entram com certas características ou qualificados, comuns a todos”. (QUINTELLA, 1984, p. 121). Participar em duas ou até três instituições atestava o lugar natural onde se recrutar um homem de cultura o CFC era uma instituição nova, por isso a maior parte de seus membros foi recrutado da ABL, IHGB ou em ambas.

Na Bahia, nesse período, vários conselheiros do CEC-BA transitavam nos lugares de sociabilidade local: Câmara de Letras da Bahia e Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e, por isso, também podem ser enquadrados como o grupo social definido por Quintella. Além desses dois lugares comuns à intelectualidade baiana, ABL e IHGB, há uma terceira instituição que também pode ser considerada como um lugar comum de atuação dos conselheiros: a Universidade Federal da Bahia. Lugar comum presente até na composição atual do CEC-BA. Nas palavras da ex-presidente do Conselho de Cultura, Lia Robatto (2010-2011):

[...] (o)⁵³ conselho continua elitista [...] mais de 80% dos membros do colegiado são professores universitários [...] nós todos temos esse vínculo com a universidade, que não deixa de ser uma elite. Não sei se é bom, não sei se é ruim. Então, nesse ponto é parecido com o antigo, que também tinha a maioria de seus membros ligados ao meio universitário, só que eram muito mais notáveis.”⁵⁴

Um levantamento feito apenas com os conselheiros titulares, mostrou o lugar-comum dos membros do CEC-BA como é evidenciado a seguir:

Nome Conselheiro/Gestão	Academia de Letras da Bahia	Inst. Geográfico e Hist. Da Bahia
Gestão 1968-1971		
Carlos Eduardo da Rocha	x	x
Francisco Peixoto de M. Neto	x	x

⁵³ Grifo nosso

⁵⁴ Entrevista da então presidente do Conselho de Cultura, Lia Robatto, concedida à pesquisadora em agosto de 2011

Godofredo Rebello de F. Filho	x	x
Hélio Simões	x	x
José Calasans Brandão da Silva	x	x
Odorico Montenegro Tavares	x	
Thales de Azevedo	x	x
Gestão 1971-1973		
Renato Berbert de Castro	x	x
Wilson Lins de Albuquerque	x	
Nelson de Souza Sampaio	x	
Ary Guimarães	x	x
Gestão 1975-1977		
Adriano de Azevedo Pondé	x	
Gestão 1979-1981		
João Eurico Mata	x	
Remy deSouza		x
Germano Machado		x
Gestão 1983-1987		
Claudio Veiga	x	x
Ruy Santos	x	
James Amado	x	
Paulo Ormino		x

Quadro 6 - Participação dos conselheiros baianos na ALB e IGHB

Fonte: Dados coletados pela pesquisadora

Na primeira gestão (1968-1971), sete deles (60%), dos 12 conselheiros titulares, eram membros da Academia de Letras da Bahia e do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Na segunda gestão (1971-1973), dos quatro conselheiros empossados, apenas Mário Mendonça de Oliveira não fazia parte dessas instituições. Na terceira gestão (1973-1975), continuou essa mesma tendência, sendo que a única nomeação nova foi a de Adriano Pondé, que era membro da Academia de Letras. Na quarta gestão (1979-1983), foram empossados seis novos conselheiros, sendo que três dos empossados pertenciam a uma dessas duas instituições. Na quinta gestão (1985-1987), foram quatro conselheiros, novos integrantes da ABL e do IGHB.

A formação com características de grupo social/elite intelectual, descrito por Quintella (1984), apresentava as ideias de mérito e eminência como sendo critérios subjetivos, na medida em que se referem a uma avaliação qualitativa, balizada por um reconhecimento informal das qualidades intrínsecas nos trabalhos dos possíveis membros da elite. Essas duas ideias conduzem à categoria “notório saber” para definir o autor de uma obra notável em qualquer dos saberes a que se dedique ou que desempenhe “nestes setores uma atividade que só poderia ser exercida por um autêntico líder”. (QUINTELLA, 1984, p. 125). Um dos requisitos informais apontados pela autora é a formação “polimorfa”, ou “polivalente”, sem que isso impeça a especialização em alguma área.

Mesmo que todos estivessem aptos a discursar sobre temas variados, as fronteiras do conhecimento estavam mais ou menos delimitadas: “Não se trata de uma formação escolar, mas adquirida, sobretudo, através de atividades e vivências variadas no universo cultural” (idem, p. 127). Isso pode ser observado, na prática, quando o presidente do Conselho da Bahia, na formação das Câmaras e Comissões, designava os conselheiros de acordo com sua área de interesse, ou, ainda, definia os oradores oficiais das homenagens, conforme a aproximação do homenageado, nas relações de parentesco (avô, tio, pai), biógrafo do homenageado, dentre outras questões.

As ligações de história de vida dos participantes, ou de “biografia”, descritas por Quintella, também estão presentes na composição do CEC-BA. A maioria dos conselheiros mantinha um forte vínculo pessoal. Outro traço biográfico refere-se à formação acadêmica dos conselheiros, traduzida no grande número de membros com bacharelados. “Contudo, este título, que os qualificaria em uma profissão, nada ou muito pouco tem a ver com sua atual atividade” (idem, p. 129). Durante sua posse para o biênio (1981-1983), o então presidente Ruy Santos⁵⁵ observou que o conselho passava a ser presidido por dois médicos, pois “a cultura precisava da medicina para o diagnóstico e do tratamento para a cura”. Além da medicina, outras áreas eram comuns aos integrantes do colegiado baiano: a de letras (jornalismo e literatura); e a de preservação do patrimônio (museus) e da memória.

Em relação a outro requisito apontado por Quintella, na ocupação de altos cargos públicos, no colegiado baiano tem-se como exemplo Magalhães Netto e Nelson Sampaio. Alguns conselheiros baianos demonstravam orgulho pelo grande acervo literário acumulado ao longo da vida, o que lhes permitia acesso às fontes inacessíveis ao grande público e também favorecia a manipulação, por via de referência, das datas passadas. O apelo à memória era comum aos integrantes tanto do colegiado estadual, como do federal. Outro motivo de orgulho dos conselheiros era o acervo de obras ou coleções raras, que lhes permitia agregar valor ao capital intelectual. Na gestão do presidente Renato Berbert de Castro (1992-1995), essas coleções raras (moedas, objetos de prata) foram admiradas pelos pares durante algumas sessões.

Por orientação do CFC, o colegiado baiano organizava o Calendário Cultural do Estado, publicação mantida até a década de 1990, com efemérides de valor cultural que eram comemoradas durante as sessões do CEC-BA. Amaral (2010) explica que a medida do “tempo” foi o pré-requisito utilizado pelo CFC na seleção das efemérides comemoradas nos

⁵⁵ Ata de posse do conselho, dia 06 de julho de 1979, foram escolhidos presidente Ruy Santos e vice-presidente Thales de Azevedo, respectivamente.

Calendários Culturais, nas homenagens, nas Casas de Cultura etc. Essa medida vinculada ao tempo foi muito utilizada, ainda, pelo Conselho de Cultura, nas sessões especiais de comemoração dos centenários de nascimento ou de obras dos intelectuais baianos. Um hábito de celebrar os mortos, muito comum entre os intelectuais ligados aos conselhos, que surgiu na modernidade como “ritual de evocação dos mortos”, associado à perda da memória coletiva das sociedades industrializadas.

Esse esfacelamento gerou a necessidade de construtores da memória social, verdadeiros criadores dos lugares de memória. Esse ritual evocativo promovido pelos agentes responsáveis pela construção da memória coletiva personifica em alguns mortos as representações do mundo moderno, ao identificá-los como portadores de características valorativas para determinado grupo. Dessa forma, os mortos passam a carregar consigo marcas simbólicas que identificam os comportamentos e atitudes esperados daqueles vivos que compartilham o mesmo espaço social. Isso significa que os mortos adquirem a mesma importância que os vivos ao serem evocados como exemplos a serem seguidos. Nesta perspectiva, alguns aspectos eram ressaltados no processo de comemoração dos mortos. A morte era declarada como uma perda irreparável para todo o país e só superada pela certeza da imortalidade da obra – esta compreendida como a produção intelectual e a ação política no setor cultural (AMARAL, 2010).

Geralmente, as homenagens eram realizadas, ou nas datas vitalícias desses intelectuais e personalidades, ou para registrar a passagem do tempo de suas obras. As sessões extraordinárias, na maioria das vezes, eram convocadas para prestar homenagem aos intelectuais mortos. A partir da década de 1990, por sugestão do então presidente Waldir Freitas Oliveira, as homenagens foram incluindo personalidades vivas, como o escritor Jorge Amado, Pedro Calmon, ACM, dentre outras.

2.3 O CEC-BA e a defesa do patrimônio cultural

Chiaui (2006) explica que a ideia de patrimônio cultural ou histórico-cultural associa-se a três aspectos: 1) o conjunto de monumentos, documentos e objetos que constituem a memória coletiva; 2) as edificações, cujos estilos desapareceram e cujos exemplares devem ser conservados a título de lembrança do passado da coletividade; 3) as instituições públicas encarregadas de zelar pelo que foi definido como patrimônio da coletividade: museus, bibliotecas, arquivos, centros de restauro e preservação de monumentos, documentos,

edificações e objetos antigos. Na disputa entre a hierarquia política, a religiosa ainda possui maior prestígio, poder e riqueza que o Estado em uma relação de poder:

inventa a ideia de patrimônio cultural da nação como patrimônio artístico, histórico e geográfico, ou seja, aquilo que o poder político detém contra o poder religioso e o poder econômico. Em outras palavras, os semióforos⁵⁶ religiosos são particulares a cada crença, os semióforos da riqueza são a propriedade privada, mas o patrimônio cultural é nacional ou coletivo e sua função é celebrar os feitos da nação. (CHIAUI, 2006, p. 116-119).

Os intelectuais tradicionais recrutados no CFC tinham como atribuição traçar as diretrizes de um plano cultural para o país. Na elaboração desse plano, o elemento central é o da conservação do patrimônio, uma política cultural que procura recuperar e conservar o passado, portanto, uma política conservadora: “O argumento da tradição é fundamental para a orientação de uma política de Estado que se volta para atividades como ‘pró-memória’, ‘museu histórico’, ‘projeto memória do teatro brasileiro’, ‘dia do folclore’, etc.” (ORTIZ, 1985, p. 97). Tanto o CFC como o CEC-BA mostravam-se preocupados com a restauração e preservação de monumentos de “pedra e cal” (MICELI, 1984) e obras de arte do passado.

No discurso de abertura do I Encontro dos Governadores sobre Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, realizado de 01 a 03 de abril de 1970, em Brasília, o ministro Jarbas Passarinho ressaltou a importância da colaboração de estados e municípios ao projeto do governo federal:

Não é à toa que a Constituição do Brasil desde 34, declara que o amparo à cultura é dever do Estado [...] a única referência expressa ao aspecto da Cultura seja exatamente este (*sic*) [...] hoje transformado no artigo 180 da Constituição Vigente [...] se será do caráter brasileiro este (*sic*) desamor ao culto, quer do civismo, quer das coisas do patrimônio, [...] se isto [...] não será uma consequência do sistema educativo [...] Porisso (*sic*) diante das pessoas da mais alta responsabilidade pela defesa do patrimônio artístico, histórico, cultural e natural dêste (*sic*) país [...] seja o título do nosso desafio [...] que nós poderemos transformar para o Brasil, passado restaurado. (CULTURA, nº 34, Ano 04, abril, 1970, p. 8).

Salvador, a primeira capital do Brasil, possuía um acervo monumental, artístico e histórico, segundo os conselheiros, “dos mais opulentos do Brasil”. Dessa cidade surgiram os primeiros escritores e poetas da nacionalidade. “E inauguraram toda uma linhagem de homens do espírito, que atravessou o Império, ajudou a Fundar a República e vem até os nossos dias. Aqui surgiram alguns dos primeiros e eminentes Institutos de Ensino do país”. (REVISTA DE

⁵⁶ Sobre esse assunto, ver POMIAN, Krisztoff. “Entre le visible et l’invisible”, Lire, nº 3, 1987. Segundo o autor, os semióforos (do grego *semeion*, sinal, e *phoóos*, expor, carregar, brotar) podem ser pessoas, lugares, objetos, animais, meteoros, constelações, acontecimentos, instituições, relíquias, pois o semióforos é alguma coisa ou algum acontecimento cujo valor não é medido por sua materialidade e sim por sua força simbólica.

CULTURA DA BAHIA, nº 02, set./dez., 1968, p.20).

Uma elite baiana, consciente das tradições culturais e históricas manifestas nas letras, artes, ciências, religião, bem como nos eventos marcantes que tiveram lugar no território baiano ou contavam com a participação do seu povo. Uma elite que:

No pós-30 [...] ‘a Bahia ainda era a Bahia’. Uma terra que fora, tanto no Império quanto na República, fornecedora de literatos, oradores, juristas e líderes políticos; que fora o ‘berço da civilização brasileira’, a ‘*mater* da nacionalidade’, de cujas terras - a pujante região do Recôncavo - partiram as primeiras riquezas do Brasil agro-exportador. [...] os indivíduos que exerciam atividades intelectuais encontravam-se vinculados àqueles que ocupavam posições-chaves no aparelho do Estado ou que gozavam de situação econômica privilegiada. Não há como pensar a vida intelectual baiana dissociada dos grupos dirigentes locais. Não se formou uma categoria de intelectuais livres, independentes e autônomos [...] Os espaços para o exercício de atividades intelectuais eram conquistados e ampliados pelas amizades, vínculos familiares ou filiações políticas. (SILVA, 2000, p.15-17).

Entretanto, na visão do CEC-BA, os órgãos públicos baianos sequer estavam preocupados com a preservação dos monumentos e da memória, por isso cabia ao Conselho desempenhar essa tarefa. Deve ter sido esse o motivo da indignação do colegiado, porque no Plano Integrado de Educação e Cultura do Estado da Bahia para o triênio 1968-1970 (PIEC), elaborado no governo Luiz Viana Filho, não constava “nem uma palavra sequer, sobre a proteção do acervo (*sic*) monumental do Estado, o que nos parece um lapso imperdoável”. (REVISTA DE CULTURA DA BAHIA, nº 02, set./dez., 1968, p.20). Tradicionalmente, a proteção aos bens culturais e a conservação de monumentos, tinham sido uma questão que interessava apenas a uma minoria intelectualizada, pois a sua beleza e significação só eram entendidas por essa elite intelectual:

[...] a conservação dos bens que exprimem a continuidade cultural dos povos é primordialmente, obrigação e dever das chamadas elites, mas em benefício da comunidade, no que concerne a imperiosa necessidade de educá-la, pois é sobejamente conhecido que uma sociedade torna-se segura guardiã de sua herança cultural, quando adquire consciência do valor das obras que testemunha e explica seu passado. A partir daí, a simples hipótese da destruição de tais bens levará o povo a colaborar com entusiasmo e perseverança, ajudando, por isso mesmo, aos organismos responsáveis por tal mister. Há cerca de quarenta anos atrás -1932 – encontramos uma adequada manifestação da *Comissão Internacional de Cooperação Intelectual* perante a *Assembleia da Liga das Nações*, apelando para que esta fizesse ver aos estados membros a conveniência de seus educadores instruírem a infância e a juventude no respeito aos monumentos, sem distinção de civilização e época. Esta ação educativa deveria ser dirigida ao povo em geral [...], o que foi dito pelo insigne Dr. Rodrigo Melo Franco, símbolo da defesa do patrimônio histórico e artístico nacional, [...] Chegou sem dúvida, o momento de ação de todos os brasileiros cultivados, particularmente daqueles que pertencem às entidades universitárias, em prol do estudo sério e da proteção eficaz do acervo monumental do Brasil [...] Essa proteção não fica assegurada pelo preceito constitucional que instituiu nem pelas disposições da lei especial que estabeleceu as normas de sua organização, nem tampouco por meio de sanções incluídas, para reforçá-las em

nosso código penal. A defesa necessária só poderá ser garantida por obra da educação. (REVISTA DE CULTURA DA BAHIA, nº 05, jul./dez., 1971, p.65-66).

Os conselheiros entendiam que:

O povo não ama o passado porque o não conhece: não ama as cousas (*sic*) onde respira aquela aura das suas glórias e misérias idas – patrimônio da sua própria consciência – porque nem suspeita que um muro possa valer uma narração e um exemplo, um velho templo ou uma casa arruinada proferir, na sua nudez humilde ou majestática, um canto patriótico ou uma lição de civismo. Os governos não cuidam de *minimis*, ocupados na solução dos problemas oportunos e diuturnos de sua vida. E as famílias já nem pensam nas tradições de seus avós, descobrindo muito ridículo, e só ridículo, no sagrado amor das genealogias e dos brasões. (REVISTA DE CULTURA DA BAHIA, nº 05, jul./dez., 1971, p. 66 -67).

Cabia ao colegiado “uma grande estrada à frente”, e não podia mais recuar, pois tanto o Conselho Estadual de Cultura, quanto o CFC tinham se tornado órgãos indispensáveis de preservação do patrimônio. Eram as exigências do desenvolvimento da Bahia, “mas também as crescentes preocupações em transformá-la num dos maiores centros turísticos do País”⁵⁷. Nessa conjuntura, a noção de patrimônio, com a preservação dos monumentos, está diretamente ligada ao desenvolvimento do turismo, presente nas preocupações do colegiado. As obras de recuperação do Pelourinho, as Casas de Cultura, os monumentos, os tombamentos tinham a finalidade de promover o turismo. O CFC se posicionava também nesse sentido:

[...] (*quando*)⁵⁸ surgiram os problemas quantitativos e qualificativos impostos pelo TURISMO de massas, foi necessário normalizar e inserir o mesmo patrimônio num sistema que permitisse, ao mesmo tempo preservar e utilizar esse patrimônio [...] na crescente importância dada à ecologia, fazendo com que os novos traçados de rodovias sejam esboçados, inicialmente por paisagistas, ecologistas e historiadores [...] integrar os monumentos históricos artísticos e arqueológicos nessa ambientação. Nesta nova dinâmica brasileira, objetivando o turismo em grande escala, o desempenho da defesa dos monumentos culturais de uma região e a sua conservação, estão a exigir uma atuação que vai além da abnegação, para impôr-se (*sic*) como instrumento indispensável no planejamento e desenvolvimento desse (*sic*) mesmo turismo. ‘Cultura é sem turismo, mas turismo nunca será sem cultura’. E, partindo dessa premissa, o turismo é consequência e não uma causa das atividades culturais. (CULTURA, nº 34, abril, 1970).

Esse documento foi divulgado durante o I Encontro de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 1970, desvendando a importância do binômio patrimônio-turismo. A ideia de desenvolvimento turístico ligado à preservação e ao patrimônio também estará

⁵⁷ CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA, Três anos de Conselho Estadual de Cultura, p. 143.

⁵⁸ Grifo nosso

presente no governo de ACM, na década de 1990.

Na sessão do dia 28 de julho de 1970, o Secretário de Educação e Cultura, Luiz Navarro, e o diretor da Fundação de Patrimônio, Vivaldo Costa Lima, solicitaram ao Conselho a elaboração de uma legislação específica para a defesa do patrimônio cultural, afirmando que era papel do colegiado elaborar a política cultural, cabendo ao Desc executá-la. A partir dessa solicitação foram preparados vários documentos, publicados na Revista da Cultura da Bahia, instrumento de comunicação do colegiado, com as propostas de alguns conselheiros.

Assim, por exemplo, o conselheiro Luiz da Fonsêca defendia para a área do patrimônio, como primeira medida, o tombamento das zonas das cidades e edifícios rurais degradados; a segunda medida, educação com conscientização sobre preservação do patrimônio; e a terceira, a regulamentação de uma legislação específica para a área. Sugeriu ainda mais atuação da Petrobras nas áreas degradadas, uma vez que a empresa tinha restaurado a igreja do Engenho de Mataripe. No período, ao Estado era delegado o papel de grande mecenas da cultura, sendo seu principal financiador. Por iniciativa do Ministro Abgar Renault, o Projeto de Resolução nº 94/70 (disciplinado pelo Art. 6 do Decreto nº 68.135, de 29 de janeiro de 1971) recomendava a possibilidade da aplicação de 5% do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) para o restauro de monumentos.

Na Bahia, o governo contava também com os recursos provenientes de indenizações da Petrobras (Decreto nº 22.302, de 13 de março de 1971), nas áreas exploradas por ela. Inclusive, dentre as propostas do Conselho para a criação de um Fundo de Cultura Estadual, o colegiado aprovou dois Pareceres, um na década de 1970, propondo uma taxa no Porto de Aratu e o outro na década de 1980, para usar parte das verbas dos royalties do petróleo nas atividades destinadas à cultura, mas nenhuma dessas duas foi aceita pelos governos estaduais.

Além disso, o colegiado, após a discussão do PIEC, comprometeu-se em realizar um levantamento da legislação para definir competências e atribuições dos órgãos da administração estadual que se preocupavam com a área de patrimônio na Bahia, sendo que três pertenciam à Secretaria de Educação e Cultura: o Conselho Estadual de Cultura, a Divisão de Museus e Patrimônio Histórico e a Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia. Nesse período, também funcionavam o Departamento de Turismo da Secretaria de Assuntos Municipais e Serviços Urbanos⁵⁹, o Conselho de Desenvolvimento do Recôncavo

⁵⁹ A Secretaria de Assuntos Municipais e Serviços Urbanos foi extinta em 1971 no governo Antônio Carlos Magalhães. O Departamento de Turismo passou a fazer parte da Secretaria de Indústria e Comércio

(Conder) e no âmbito da Prefeitura de Salvador, a Superintendência de Turismo de Salvador (SUTURSA), todos com competência de preservar o patrimônio.

Na prática, o Conselho de Cultura queria se transformar no órgão de cúpula na área de patrimônio estadual. Expressava o conselho:

Quanto ao próprio Estado, é preceito constitucional e legal que a “aplicação dos recursos advindos do Fundo de Cultura e de outras fontes” se subordina à função normativa do Conselho. É o que dispõe a Constituição Estadual (*de 1967*)⁶⁰ em seu art. 121 [...], segundo o qual todos os recursos destinados à cultura – sejam oriundos do Fundo de Cultura, sejam oriundos de quaisquer outras fontes – devem ser aplicados de acordo (*sic*) com as normas do Conselho. No que respeita à política cultural, só o Conselho pode traçar o respectivo plano. As demais entidades culturais – e há várias delas no Estado – são de natureza executiva, devendo seguir a política traçada pelo Conselho. (REVISTA DE CULTURA DA BAHIA, nº 05, jul./dez., 1970, p. 144).

Então, era indispensável que a proteção ao patrimônio cultural fosse uma das obrigações mais importantes do Poder Público no Estado da Bahia, “dentro de cujos bens avultam, porém, os monumentos arquitetônicos, como núcleo primacial de nosso patrimônio, como ressaltou o ilustre Conselheiro Federal da Cultura, Dr. Rodrigo Melo Franco Andrade”. (REVISTA DE CULTURA DA BAHIA, nº 02, set./dez., 1968, p.19). Apesar do valor histórico da cidade e de possuir uma boa legislação de proteção dos bens culturais, no entanto, percebeu-se que os diversos órgãos executivos estaduais ligados ao problema achavam-se insuficientemente dotados de recursos humanos, e materiais, e, por isso mesmo, incapazes de assegurar estudos preliminares, inventários, anteprojetos, projetos básicos e executivos em termos de garantir a qualidade e continuidade, “sem as quais os resultados são muito escassos, quando não, nulos”. (REVISTA DE CULTURA DA BAHIA, nº 3, jan./jun., 1969, p. 39).

Estava em curso o processo de urbanização, com a migração da população da área rural para Salvador, provocando uma forte pressão da população por espaços para habitação, com frequentes invasões, ocorridas nos anos 1970. No seu trabalho: Ruínas Notáveis, publicado pela Revista de Cultura da Bahia, nº 04 (jul./dez. 1971), o conselheiro Fernando da Fonsêca chamava a atenção para dois aspectos da modernização nas cidades: 1) desenvolvimento, modernização e planejamento das cidades como Salvador e as do Recôncavo: cidades antigas, portanto, em que a influência das indústrias provocava o aumento da população e o crescimento desordenado das áreas habitacionais, provocando a especulação imobiliária; 2) estruturas rurais que eram abandonadas quando surgiam novos

⁶⁰ Grifo nosso.

interesses nos núcleos urbanos. Salvador, nos últimos dez anos, tivera seu patrimônio material desgastado, degradado e desvalorizado pelo tempo e pelo desleixo.

A zona comercial, na cidade baixa, onde existiam notáveis prédios característicos de uma época passada e foram substituídos por novas estruturas mais modernas. O antigo corredor da Vitória [...] perdeu os seus solares mais característicos e sua beleza paisagística sofreu em virtude das novas massas arquitetônicas erguidas aí. A zona de Itapagipe, com seus solares e casas de fins de século passado [...] Ressaltemos o trabalho do DPHAN que [...] com as poucas verbas que lhe são destinadas, empreende o magistral trabalho de consolidar ruínas e restaurar monumentos, mas, infelizmente, se o acervo é grandioso, o tempo é esse algoz insensível e frio. A zona do Pelourinho, conjunto ímpar da arquitetura pretérita da América Latina tem, no presente, cerca (*sic*) de 40 edifícios arruinados, segundo o Plano geral de recuperação da área, apresentados à Organização dos Estados Americanos (OEA) em outubro de 1968, pela Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia.

A Cidade do Salvador possui ainda outros edifícios, tombados ou não, clamando os cuidados necessários, como enfermos sem remédios [...] ⁶¹, além de quarteirões inteiros ou belíssimos exemplares de arquitetura civil, em nome do urbanismo cirúrgico, para atender o progresso. Assim, pouco a pouco, a cidade vai sendo modificada e despojada de seus valores artísticos mais importantes.

Na zona rural do Recôncavo, as capelas e as casas de engenhos de um período pretérito estão hoje abandonadas e vão sendo destruídas pela vegetação, ficando como marcos de uma civilização do passado [...] ⁶². (REVISTA DE CULTURA DA BAHIA, nº 05, p. 87-88).

As propostas do conselheiro Américo Simas Filho ⁶³ foram reunidas em dois trabalhos. Em síntese, o conselheiro propunha a reativação do Conselho do Patrimônio Histórico e Artístico da Bahia ⁶⁴ como órgão de administração pública estadual, a cuidar da proteção e conservação do patrimônio histórico e artístico do estado e, como complementaridade, o Conselho Estadual de Cultura passaria a ser o órgão de cúpula com alterações nas suas atribuições e estrutura. Com base na nova composição do Ministério de Educação e Cultura (MEC), na área cultural, o conselheiro sugeria ao governo estadual o remanejamento das instituições que integravam as áreas da educação e cultura, de maneira que comportassem,

⁶¹ Os locais mencionados pelo artigo do conselheiro Fernando da Fônseca, na cidade de Salvador, eram: Quinta dos Padres, Solar Bandeira, Solar Ferrão, Solar Berquó, Casa das Sete Mortes, Paço do Saldanha, Capela de São José de Ribamar. Desapareceram Solar Coronel, na Massaranduba, igrejas de São Pedro Velho, a Sé e a de N. Senhora da Ajuda.

⁶² Na zona rural, o levantamento do conselheiro incluiu: igrejas de Santo Antonio, em Mapele; N. Senhora do Rosário, em Passé; São Paulo, em Candeias; de Nossa Senhora do Socorro e N. Senhora de Brotas, em São Francisco do Conde; São Brás em Santo Amaro; N. Senhora do Monte do Recôncavo; e os engenhos de Mapele, São Miguel e Almas, Matoim, Nôvo Caboto, Paramirim, do Monte, do Conde de Linhares, Vitória, Capanema, Escola Imperial Agrícola, em São Francisco do Conde e os conventos dos Humildes, em Santo Amaro e Santo Antonio, no Paraguaçu.

⁶³ Foram dois trabalhos elaborados pelo conselheiro Américo Simas. Um com o título *Legislação de Proteção aos Bens Culturais*, publicado na Revista da Cultura, nº 3, jan./jul., 1969, p.39 e o outro *Sistema de Proteção aos Bens Culturais* publicado na Revista da Cultura, nº 5, jul./dez., 1970, p.65

⁶⁴ O Conselho do patrimônio Histórico e Artístico da Bahia foi criado através do Decreto nº 18.124 de 22 de setembro de 1961, mas não chegou a ser instalado e por isso nunca funcionou. Ver: CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA, Revista de Cultura da Bahia, nº 03, p. 57-58)

além do Secretário de Educação e Cultura e do Conselho Estadual de Cultura, o Departamento de Assuntos Culturais, em substituição ao Desc, que estava por demais sobrecarregado nas suas funções. Assim, cada área comportaria um departamento próprio: para a educação existiria o Departamento de Educação Superior e para a cultura o Departamento de Assuntos Culturais⁶⁵. Dessa maneira, os dois setores lucrariam e “se atenderia à política atual de valorização e independência dos órgãos culturais em relação aos do ensino, inclusive como preparação para a criação futura do Ministério da Cultura e da Secretaria da Cultura”. (REVISTA DE CULTURA DA BAHIA, nº 05, jul./dez., 1971, p.71-72).

Para a concretização dessa proposta, o governo deveria remanejar a estrutura organizacional com a definição de atribuições e finalidades para desempenhar suas funções de proteção ao acervo cultural; equilibrar os recursos, a fim de evitar os desvios do orçamento destinado à cultura, e selecionar e treinar os recursos humanos em quantidade compatível com a execução das atividades: “Sem dinheiro, pessoal, órgãos dotados de estrutura racional, atribuições executivas específicas e uma Programação conveniente, aprovada por Colegiados idôneos, tudo o que se pretende fazer ficará na intenção, na fantasia e nas palavras”. (idem, 1971, p. 72).

Para o Conselho, os três órgãos se ocupavam com a valorização dos bens históricos e culturais do Estado, mas o objetivo comum era realizado através de tarefas diversas em campos delimitados. Ao passo que a atividade do Conselho Estadual de Cultura, por definição legal, se situava no plano consultivo e normativo (Art. 36 da Lei 2.464), a Divisão de Museus e a Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia tinham funções precipuamente executivas, e só subsidiariamente funções normativas. A Fundação formulava diretrizes de uma política, mas cabia ao Conselho formular a política cultural do Estado, assim como cabia ao órgão estabelecer as prioridades, através do plano Estadual de Cultura, “[...] e a Fundação do Patrimônio Artístico Cultural da Bahia deve submeter o seu plano anual de trabalho à aprovação do Conselho Estadual de Cultura”. (REVISTA DE CULTURA DA BAHIA nº 04, jul./dez., 1969, p. 77).

É interessante notar que o conselheiro Américo Simas Filho, tomando como base a carta de Quito, convocou para o patrocínio na recuperação de imóveis, a iniciativa privada:

mediante a implementação de um regime de isenção de tributos fiscais nos edifícios que se restaurarem com capital particular e dentro dos regulamentos estabelecidos pelos órgãos competentes, além de outros favores fiscais, como compensação às

⁶⁵ O Departamento teria quatro subdivisões a) Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico, b) Divisão de Museus, c) Divisão de Letras e d) Divisão de Música e Artes Cênicas e outras linguagens.

limitações à propriedade particular, consequência da utilidade pública” (idem, 1969, p. 77).

Em 1970 e 1971 foram promovidos dois encontros nacionais sobre patrimônio. As propostas do I Encontro de Governadores para Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural (Brasília) foram ratificadas no II Encontro⁶⁶, que aconteceu entre os dias 25 e 29 de outubro de 1971, em Salvador, reunindo o governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães; o diretor do IPHAN, Renato Soeiro; autoridades federais; representantes da igreja; governadores e prefeitos; o CFC e o Conselho de Cultura da Bahia, dentre outras autoridades. De acordo com Lia Calabre (2009), o MEC convocou os governos estaduais para que juntos buscassem elaborar uma pauta de compromissos no processo de recuperação e preservação do patrimônio, com acordos que recomendavam a criação de órgãos estaduais e municipais de proteção ao patrimônio, a criação de cursos para suprir a carência de mão de obra especializada, a defesa dos patrimônios natural, arquivístico e bibliográfico.

A Bahia esteve representada pelo presidente da Câmara de Artes e Patrimônio Histórico, conselheiro Godofredo Filho, que, junto com o conselheiro Américo Simas Filho, apresentou o documento sob o título “Breve Relatório das consequências, no Estado da Bahia, do Encontro de Brasília”. Em geral, o documento sintetizou as ações e atividades do governo na área do patrimônio, suas publicações e um levantamento dos equipamentos culturais⁶⁷. O documento destacou também a criação do Sistema de Bibliotecas, dirigido pela Biblioteca Central, que reunia uma Seção de Livros Raros e a Seção Baiana, encarregada de reunir, divulgar e preservar o acervo cultural de autores baianos; a criação do Parque Castro Alves (Decreto nº 22.268, de 11 de fevereiro de 1971), em Cabaceiras, no Município de Muritiba.

Em relação à formação de mão de obra, o documento referia-se à criação do curso de Museologia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), em 1970, e do curso de Arquivologia, sob responsabilidade do Arquivo Público do Estado, cujo diretor era Renato

⁶⁶ No discurso do diretor do IPHAN, Renato Soeiro, na abertura do II Encontro, no Museu de Arte Sacra, em Salvador, no dia 25 de outubro de 1971, assinalou como sendo importantes: a criação do Departamento de Ação Cultural (DAC), em julho de 1970 e a autonomia do IPHAN. O IPHAN, antigo DPHAN, foi criado na gestão Jarbas Passarinho, em 27 de julho de 1970, por meio do Decreto nº 66.967, com maior autonomia administrativa e financeira.

⁶⁷ Estavam em funcionamento, na década de 1970, o Conselho Estadual de Educação (1967) a Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (1968), a Fundação dos Museus (Lei nº 2.879, de 20 de janeiro de 1971) com o seguinte patrimônio: Museu de Arte Moderna (Salvador); Museu de Arte Popular (Salvador), Museu de Artes da Bahia (Salvador, 1970), Museu do Recôncavo Wanderley Pinho, no Engenho Freguesia (Candeias, 1970) e a Casa de Cultura Afrânio Peixoto (Lençóis, 1970). Somavam-se a esses equipamentos, a criação do Museu Carlos Costa Pinto (30 de julho de 1969) administrado por uma Fundação conveniada com o Estado e o Museu das Alfaias, em Cachoeira (1971).

Berbert de Castro⁶⁸. Também foram incluídos, no documento, os convênios entre o IPHAN e a UFBA, para o desenvolvimento do Plano Urbanístico de Cachoeira, e outro entre o Conselho de Cultura e a UFBA para a publicação do *Dicionário de Artistas Plásticos e Oficiais Mecânicos*, pesquisa realizada por Marieta Alves⁶⁹.

O Compromisso de Salvador sugeriu 24 recomendações, das quais se destacam: a sugestão de criação do Ministério da Cultura e da Secretaria da Cultura da Bahia; a proposta de convocação dos órgãos responsáveis pelo planejamento do turismo, a fim de voltar suas atenções para os problemas de valorização, utilização e divulgação dos bens naturais e de valor cultural protegidos por lei; a sugestão de inclusão de curso complementar de estudos brasileiros e museologia nas escolas de 2º grau, para prestação de serviço nos locais, onde houvesse profissionais da área. No que se refere à Bahia, especificamente, foram sugeridas: criação do parque Histórico da Independência, em Pirajá; e a publicação de documentos referentes à história da independência, por ocasião do transcurso do sesquicentenário da Independência do Brasil, que seria comemorado nesse ano, dentre outras propostas. O Encontro de Brasília foi qualificado como positivo pelo governo federal, inclusive porque relacionava ao encontro a criação do DAC – três meses depois do evento – e a autonomia do IPHAN.

Embora mantivesse as divergências com o governo do Estado e a Fundação de Patrimônio Artístico e Cultural⁷⁰, no documento apresentado pelo colegiado, ao I Encontro dos Governadores sobre a Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Brasil, o Conselho de Cultura teceu elogios ao governador Luiz Viana pelo pioneirismo de ter criado o órgão.

Salvador também foi sede do Encontro Nacional de Cultura⁷¹, convocado pelo ministro Ney Braga, entre os dias 05 e 09 de julho de 1976. Dessa reunião participaram o Conselho Federal de Cultura, representantes de 25 Conselhos Estaduais de Cultura, Secretarias de Cultura e de Educação e Cultura, Universidades, Fundações, o Arcebispo de Salvador, o governador da Bahia, Roberto Santos, e o Secretário Estadual de Educação e Cultura, Carlos Sant'Anna. Os assuntos tratados no encontro foram distribuídos em 15

⁶⁸ O diretor do Arquivo Público, Renato Berbert de Castro, será empossado conselheiro, em 1991.

⁶⁹ O lançamento do livro “Artistas e Artífices na Bahia” de Marieta Alves aconteceu no dia 19 de março de 1977, em um evento realizado no Museu de Arte Sacra.

⁷⁰ Era conhecida também como Fundação do Pelourinho. O artigo 3º do Decreto nº 20.530, de 03 de janeiro de 1968, que criou a Fundação diz que surgiu com fins turísticos e culturais, dentro do binômio cultura-turismo.

⁷¹ A sessão inaugural do Encontro Nacional de Cultura aconteceu no Salão Nobre da Universidade Federal da Bahia, no dia 05 de julho de 1976. A UFBA comemorava 30 anos de funcionamento.

temas⁷²; foi realizada ainda uma visita dos participantes às cidades de Cachoeira e Santo Amaro, além de uma homenagem ao escritor Afrânio Peixoto, na cidade de Lençóis.

O presidente do CFC, Raimundo Moniz de Aragão, no discurso de abertura do evento, ressaltou que “preservar o patrimônio cultural do país e promover o constante acréscimo é tarefa que a todos incumbe: governo federal, governos estaduais e municipais e particulares”⁷³. O Conselho Estadual de Cultura apresentou um trabalho organizado pelo então presidente da Câmara de Arte e Patrimônio Histórico, conselheiro Manoel Veiga, sobre etnomusicologia, como sugestão para o Sistema Nacional de Cultura.

Coube ao presidente do CFC, Raimundo Moniz Aragão, no discurso de encerramento do Encontro, sintetizar seus objetivos:

O primeiro, mais geral [...] a criação de uma consciência, entre quantos tratam de coisas da cultura, de que há uma necessidade imperiosa [...] submetida aos mesmos propósitos e conduzida nas mesmas direções [...] para a criação de um grande sistema nacional de Cultura e analisar as condições em que se podem constituir subsistemas que o integrarão [...] finalmente, estudar o delicado problema da cultura brasileira tomada na sua dupla dimensão [...] no que é essencialmente regional, peculiar, na dependência do elemento étnico formador diversificado, seja a questão delicada de alcançar a integração da cultura brasileira, sem eliminação das culturas regionais. Em sùmula, obter a unidade sem a uniformidade. (Boletim, Ano 6, nº 23, jul.,1976).

A Fundação do Patrimônio ou Fundação do Pelourinho⁷⁴, como ficou conhecida, foi criada através do Decreto nº 20.530, de 03 de janeiro de 1968, com a finalidade de preservar o patrimônio cultural do Estado. Tratava-se da descentralização, do plano estadual, das atividades regionais desenvolvidas até então pela DPHAN. A Fundação do Pelourinho tinha como objetivo recuperar e revitalizar o Centro Histórico (área compreendida entre a região da Antiga Sé e Santo Antônio Além do Carmo). Entre os anos 1930 e 1950 funcionavam, no Pelourinho, jornais, teatros, cinemas, legislativo, transformando-se no centro cultural, político e econômico de Salvador: mas, na década de 1960, a nova configuração urbana da cidade, marcada pela construção de avenidas e a instalação do Centro Administrativo, provocou a migração e o fechamento do comércio local. Os casarios e sobrados, testemunhos de uma

⁷² Foram 15 temas discutidos, dentre eles: Legislação e Cultura, Defesa do Patrimônio Cultural, Sistema Nacional de Arquivos, Arquivo Nacional como peça fundamental do Sistema de Arquivos, Integração Regional de Cultura, Regionalização e Interregionalização Cultural, Experiência de Regionalização do Nordeste, Sistema Nacional de Bibliotecas, Integração dos Museus na Educação do Povo, dentre outros.

⁷³ O Conselho Federal de Cultura dedicou o número especial sobre o Encontro dos Governadores: *Boletim do Conselho Federal de Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, ano 6, nº 23, julho de 1976.

⁷⁴ A Fundação do Patrimônio mantinha um Escritório Regional do Recôncavo em Cachoeira, cidade que despertava o maior interesse do colegiado baiano e objeto de estudo da Câmara de Artes e Patrimônio Histórico, uma vez que a mesma tinha sido declarada monumento estadual pelo Art. 139 da Constituição da Bahia de 1967.

riqueza colonial passada, acabaram sendo abandonados e transformados em cortiços. O Pelourinho passou a ser conhecido como “Comunidade do Maciel”.

Em 1966, a DPHAN, dirigida por Rodrigo Melo Franco de Andrade, acertou com a UNESCO a vinda de uma Missão ao Brasil, confiada a Michel Parent, que visitou algumas cidades, dentre elas Salvador. Em seu relatório, Parent considerou Salvador ‘a primeira cidade de arte do Brasil’ e fez algumas recomendações sobre o Pelourinho, a de uma Fundação para atuar na área, inclusive para administrar bens. Em 1968, a Unesco enviou a Salvador dois arquitetos, a fim de estudar a viabilidade do projeto Pelourinho. O processo de restauração das casas do Pelourinho despertava interesse também na Organização de Estados Americanos, e em 1969 foi assinado um convênio com a UFBA para fazer um levantamento das construções do local⁷⁵. No relatório apresentado ao II Encontro dos Governadores, o colegiado fazia uma avaliação sobre o funcionamento da Fundação do Pelourinho, que tinha desapropriado os sobrados nº 01, nº 12 – sede da Fundação – e nº 51 – atual Casa de Jorge Amado.

A Fundação coordenou ainda o levantamento censitário de todos os prédios da 1ª etapa do Plano de Recuperação, remanejando 292 pessoas de oito prédios desocupados do Largo do Pelourinho, necessários ao Plano de Recuperação do local e ao desenvolvimento de estudos socioeconômicos sobre a área do Maciel, “ênfatizando o problema do meretrício ali localizado e do sub-emprego da área”⁷⁶, a fim de integrar a população local em um novo quadro social e produtivo. Na prática, o projeto criava condições para que os moradores continuassem no local, dando-lhes oportunidade de emprego e melhores condições de vida, o que acabou não acontecendo: os moradores foram desalojados e expulsos do local, indo para outras áreas da cidade. Isso provocou a reação da população, não surtindo, todavia, muitos resultados, porque o governo “carlista” insistiu com sua proposta de recuperação dos casarões do Pelourinho com destinação turística.

Em 1976, as obras de restauração foram possíveis devido a um convênio com o programa de Cidades Históricas, criado em 1973, por iniciativa dos ministros do Planejamento, João Paulo Reis Velloso e da Educação, Jarbas Passarinho. Inicialmente o programa atendeu o Nordeste e os recursos vinham do Fundo de Desenvolvimento de Programas Integrados (FDPI), sob supervisão da SEPLAN

O PCH tinha ainda preocupação com os moradores locais, com a reativação das atividades econômicas e com a formação de recursos humanos visando a geração de

⁷⁵ Revista de Cultura da Bahia, nº 04, jul./dez., 1969, p. 40-41.

⁷⁶ Revista de Cultura da Bahia, nº 06, jul./dez., 1971, p. 123.

empregos. O programa envolvia os governos locais, que deveriam arcar com 20% dos custos dos projetos, restando 80% a cargo do governo federal. (CALABRE, 2009, p. 85).

No ano de 1978, o Conselho se debruçou na discussão de uma legislação sobre tombamento, por parte do Estado, de bens de valor cultural. Para o diretor da Fundação Cultural, Valentin Calderón, a lei era imprescindível para que a Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural obtivesse a liberação de verbas, junto à SEPLANTEC, para poder dar continuidade às obras de reforma do Pelourinho. A elaboração do anteprojeto foi de responsabilidade da Câmara de Artes e Patrimônio Histórico e da Comissão de Legislação e Normas. O governador aprovou a Lei 3.660 de 08 de junho de 1978, regulamentada pelo Decreto nº 26.319 de 23 de agosto de 1978, atribuindo à Fundação o poder de tombar bens culturais em nível estadual. Em 1980, a Fundação foi transformada em autarquia com o nome de Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (IPAC) e em dezembro de 1985, o Pelourinho foi declarado Patrimônio da Humanidade. O Conselho de Cultura, nas décadas de 1970 e 1980, acompanhou as obras de restauração do Pelourinho, manifestando a opinião de que os prédios restaurados tinham que ter destinação turística.

As primeiras solicitações de tombamento estadual, originárias do Conselho Estadual de Cultura, foram de 1979, iniciando-se um processo de análise e estudo por parte dos conselheiros, traduzido em Pareceres sobre diversos aspectos da preservação do patrimônio. Esses processos foram encaminhados ao IPAC, culminando em decretos governamentais de tombamento. De acordo com os registros do IPAC, o Estado tombou de 1991 a 2006, um total de 86 bens culturais, dos quais 44 eram de Salvador, e 42 dos municípios do interior do estado. Em levantamento realizado pela então presidente do Conselho de Cultura, Eulâmpia Reiber (2005-2006), 45 bens foram tombados, no período de 2001 a 2006, sendo 21 deles na capital e 24 no interior, abarcando um universo de 18 municípios e oito regiões (Chapada Diamantina, Nordeste, Paraguaçu, RMS, Recôncavo, Sudoeste e Sul).

Além disso, entre 1979 e 2005, a Bahia dispunha de cerca de 50 bens culturais tombados provisoriamente pelo Estado, sendo sete em Salvador e 43 nas cidades do interior. Nesse mesmo período existiam 65 bens culturais, com solicitação do IPAC, aguardando abertura de processo visando tombamento pelo Estado. Ademais, esperavam, em processo de Registro de Bens Imateriais: o Carnaval, a Capoeira, a Procissão Santa Bárbara. O 2 de Julho e o Vaqueiro⁷⁷ foram registrados nos livros de Bens Tombados.

⁷⁷ O governador Jaques Wagner, por meio do Decreto Nº 13.150 de 09/08/2011, aprovou como bem de valor cultural, o ofício de vaqueiro.

2.4 O CEC-BA e a implementação de Casas de Cultura

O CEC-BA viu na implantação das Casas de Cultura a possibilidade de criar as condições para a elaboração de uma política cultural, por meio de um plano de cultura estadual, abrangente, que atendesse os municípios baianos. O assunto foi motivo de discussão em várias sessões no ano de 1969, tendo como relator do processo o conselheiro Thales de Azevedo. Na sessão de 11 de março, o conselheiro apresentou o Parecer 05/69 sob o título “Áreas Culturais e Casas de Cultura”⁷⁸. O conselheiro tomou como base para suas argumentações o Plano do Conselho Federal de Cultura sobre o assunto, mas apresentava como proposta a distribuição das cidades do interior em seis “Polos de Desenvolvimento” para a escolha de pontos de implementação das Casas de Cultura. O projeto foi aprovado, mas acabou sendo escamoteado, prevalecendo o critério das cidades escolhidas como prioritárias.

A escolha de municípios prioritários estava associada à ideia de fomentar o turismo regional. Para Ortiz (1985) a política de turismo (*pós-64*)⁷⁹ tinha um impacto importante no processo de mercantilização da cultura popular. Não é por acaso que as Casas de Cultura, sobretudo no Nordeste, se encontravam sempre associadas às grandes “empresas de turismo, que procuram explorar as atividades folclóricas e os produtos artesanais” (ORTIZ, 1985, p.87).

O CEC-BA preparou, ainda, um documento padrão – Resolução 1/79⁸⁰ – com os procedimentos, que os prefeitos das cidades do interior, interessados em implantar as Casas de Cultura, deveriam seguir. As cidades eleitas pelo colegiado como prioritárias foram: Cachoeira, Feira de Santana, Alagoinhas, Jequié, Lençóis, Juazeiro, Caetité, Vitória da Conquista e Ilhéus⁸¹.

Praticamente, a Resolução 1/79 funcionava como um manual de orientações e foi distribuída aos prefeitos que solicitavam auxílio financeiro para obras de restauração de móveis, a exemplo da Casa Subaé, em Santo Amaro, que apresentavam condições de serem transformados em um centro cultural. De modo genérico, esses processos não tinham prosseguimento e acabavam sendo arquivados.

⁷⁸ O parecer 05/69 foi publicado na íntegra na Revista da Cultura nº 03, jan./jun., 1969, p. 84-93.

⁷⁹ Grifo nosso.

⁸⁰ O relator do Parecer 1/79 foi o conselheiro Nelson Sampaio e o projeto foi aprovado pelo plenário do órgão na sessão do dia 06 de março de 1979. O Parecer 1/79 se encontra publicado na Revista da Cultura nº 14, jan./dez., 1979-1980, p. 327.

⁸¹ Na sessão de 21 de janeiro de 1975, o presidente da Bahiatursa, Manoel Castro, explicou ao conselho que as cidades mais procuradas turisticamente eram Cachoeira, Feira de Santana, Ilhéus, Itabuna e Porto Seguro.

Os conselheiros reconheciam a falta de atuação do Conselho de Cultura nos municípios baianos, e ironizavam com a representação “capitalista” de sua composição. Até a década de 1980, os conselheiros Dival Pitombo, e depois, Nathan Coutinho eram considerados membros representantes das cidades do interior. Para incentivar a criação de conselhos municipais, em junho de 1970, o CEC-BA aprovou um Projeto de Resolução⁸² propondo normas para a criação de conselhos, através das Câmaras de Vereadores. Em julho de 1981 criou uma Comissão Especial de Interiorização, que, na prática, nunca funcionou.

Prefeitos convidavam frequentemente o CEC-BA para visitar seus municípios e as oportunidades eram criadas, principalmente, nas comemorações de datas importantes das cidades do interior. Em solenidades, os conselheiros falavam sobre os patronos ou intelectuais dessas cidades e lembravam fatos históricos.

2.5 Atribuições e tarefas do CEC-BA

As Câmaras e Comissões, constituídas no dia 02 de maio de 1968, regulamentadas pelo 1º Regimento Interno, foram: 1) Câmara de Artes e Patrimônio Histórico, 2) Câmara de Letras, 3) Câmara de Ciências e duas Comissões que, na realidade, funcionavam como se fossem Câmaras: Comissão de Legislação e Normas e Comissão de Organização da Revista de Cultura, nomeada também como Comissão Editorial. Em 1975, na gestão do presidente José Calasans (1975-1979), a Câmara de Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural começou a funcionar em substituição à Câmara de Artes e Patrimônio Histórico (Resolução nº 05/75). Em 14 de agosto de 1979, pela Resolução nº 03/79, foi criada a Câmara de Música, Artes Cênicas e Artes Visuais, por sugestão do conselheiro Gilberto Gil, a fim de contemplar outras linguagens artísticas.

As Comissões Especiais e Grupos de Trabalho eram regulamentados por meio de Projetos de Resolução, com prazo de duração determinado para discutir questões que não estavam previstas no Regimento Interno, assim, por exemplo, no primeiro biênio da gestão do presidente Wilson Lins (1983-1985) foi criado o Grupo de Trabalho para tratar a criação da Secretaria de Cultura e duas Comissões: Especial de Elaboração do Dicionário de Autores Baianos e de Interiorização.

⁸² O projeto estabelecia que “a formulação da política Cultural do Estado, o reconhecimento das instituições culturais existentes, o esforço pela conservação e defesa do patrimônio histórico, artístico e cultural, a apreciação dos pedidos de auxílio por instituições culturais, etc., supõem a colaboração com organismos e serviços públicos das áreas federal, estadual e municipal”. (Revista da Bahia, 1971, p. 157-158).

Outras atribuições e competências do Conselho Estadual da Bahia, descritas no Art. 4º do 1º Regimento Interno, eram: 1) formular a política cultural do Estado; 2) opinar sobre o reconhecimento das instituições culturais; 3) cooperar para a defesa e preservação do patrimônio histórico e artístico nacional, estadual e municipal; 4) apreciar os planos especiais de trabalho elaborados pelos órgãos culturais da Secretaria de Educação e Cultura, para sua incorporação num programa anual a ser aprovado pelo Secretário daquela Pasta; 5) emitir parecer sobre assuntos e questões de natureza cultural, que lhe sejam submetidos pelo Secretário de Educação e Cultura; 6) decidir sobre convênios que ao Conselho cumpra promover e incentivar, em favor de exposições, festivais de cultura artística e congressos de caráter científico, artístico ou literário.

Em relação ao cadastro e reconhecimento das instituições culturais, Calabre (2008) afirma que essa atribuição tinha como objetivo a estruturação de um Sistema Nacional de Cultura. Em 1968, meses antes da 1ª Reunião Nacional de Cultura⁸³, que aconteceu entre os dias 22 e 24 de abril desse mesmo ano, no Rio de Janeiro, o CFC encaminhou aos órgãos de cultura dos estados um questionário, solicitando informações sobre todas as áreas de sua competência, a fim de conhecer as condições em que se encontravam as instituições culturais em todo o país – museus, arquivos, escola de artes, bibliotecas, teatros, etc – tanto da área pública quanto da privada. Havia também interesse em conhecer formas de produção artístico-culturais. Foram solicitadas, ainda, pelo CFC, informações sobre constituição do conselho estadual, sede, etc.

O CEC-BA participou desse encontro, que estabeleceu também as normas de convivência e os programas de desenvolvimento cultural, organizados pelos órgãos estaduais de cultura, que deveriam passar pela apreciação dos conselhos estaduais. O encontro foi preparado “visando a articulação, a coordenação e a execução do Plano Nacional de Cultura” (CALABRE, 2009, p.70), servindo de ponto de partida para a implementação do Sistema Nacional de Cultura, com forte participação dos Estados conveniados:

[...] neste País [...] malgrado as suas dimensões continentais propícias a diversificar a sua cultura, naquilo que se convencionou chamar de ‘arquipélago cultural’, combater o isolamento entre as ‘ilhas’ [...] de forma que haja uma integração, primeiro regional, logo interregional e afinal a grande unidade de cultura nacional, porque a cultura brasileira há de ser una, porque é por uma cultura íntegra que o Brasil se há de apresentar perante as demais culturas a disputar um lugar de proeminência, senão de vanguarda⁸⁴.

⁸³ A reunião foi convocada pelo então presidente Castelo Branco, através do Decreto presidencial nº 62.256 de 12 de fevereiro de 1968.

⁸⁴ Discurso de abertura do então presidente do CFC, Raymundo Moniz Aragão, na 1ª Reunião Nacional de Cultura.

Ficou definido no final do Encontro que os convênios, de efeitos regionais, seriam firmados com os colegiados estaduais, já criados em quase todos os Estados e, a partir desse momento, deveria ser iniciada a criação de Conselhos Municipais de Cultura. No relatório apresentado ao Plenário do CEC-BA, com os resultados da 1ª Reunião, na sessão do dia 30 de abril de 1968, o conselheiro Nelson Sampaio explicou a seus pares as normas para a liberação dos auxílios financeiros, que deveriam seguir os critérios fixados pelo CFC, ou seja, “os processos deveriam conter, sempre, da melhor maneira possível, detalhes, especificações sobre o questionário e zoneamento cultural do país”⁸⁵.

Apesar dos esforços do Conselho Estadual de Cultura, e também da Secretaria de Educação e Cultura, no encaminhamento das demandas das instituições baianas, públicas e privadas, consta no Relatório de 1970, do presidente do CFC, Arthur Cezar Ferreira, enviado ao Ministro da Educação e Cultura, Jarbas Passarinho, que dos convênios firmados com 16 estados brasileiros, a Bahia foi o estado que recebeu menos recursos. De um total de mais de três milhões de cruzeiros novos, administrados pelo CFC para os convênios, “a Guanabara recebeu a importância de mais de um milhão de cruzeiros novos, seguido pelo Rio Grande do Sul, com cerca de 300 mil cruzeiros novos. No entanto, para a Bahia foram liberados, nesse ano, apenas dez mil cruzeiros novos”. (CULTURA, 1970, p.13). No relatório de atividades de 1971, a Bahia também não figurou entre os seis estados mais contemplados com auxílios financeiros, que foram: Guanabara (41,78%), Pará (10,96%), Minas Gerais (9,52%), São Paulo (7,58%), Pernambuco (6,83%) e Rio Grande do Sul (5,87%). Sendo assim, o CEC-BA cobrava mais atenção do órgão federal. Na sessão de 13 de agosto de 1974, o então presidente do colegiado, conselheiro José Calasans, saudava a nomeação do baiano Clarival Valadares à presidência do CFC e lhe pedia que assumisse a posição de defensor dos interesses culturais da Bahia.

A dependência financeira foi um grande “gargalo” que criava sérios problemas ao funcionamento do colegiado. Embora, pela Constituição de 1967, o CEC-BA tivesse na função normativa a possibilidade de aplicar recursos liberados pelos governos federal e estadual, na prática, o colegiado lamentava a falta de verbas que não lhe garantia autonomia na administração para a execução de suas atividades. Essa dependência financeira, e também burocrática, criava

embaraços ao Conselho, que temia assumir qualquer compromisso de despesa para fins de estímulos ou realizações culturais [...] em face da incerteza se as dotações a

⁸⁵ A sessão foi publicada no livro de atas do Conselho de Cultura da Bahia.

serem consignadas no Orçamento do Estado serão ou não liberadas. Deve-se seguir o exemplo federal. (REVISTA DA CULTURA da Bahia, nº 6, 1971, p. 144).

Por sua vez, o CFC recebia uma pequena dotação orçamentária que lhe permitia tanto executar ações e projetos próprios quanto conceder apoio financeiro, atendendo parte significativa das solicitações que recebia (CALABRE, 2007). A concessão de auxílio do CFC, necessariamente, deveria ser respaldada pelos conselhos estaduais ou pelos órgãos de administração da cultura dos estados, que passaram a ser considerados parceiros privilegiados, podendo solicitar auxílio para as instituições ou ser consultados para fornecimento de Parecer, esclarecimento ou diligência. Em muitas sessões plenárias, os conselheiros manifestaram falta de comunicação e de entrosamento com o CFC. Na sessão do dia 27 de agosto de 1968, o presidente Odorico Tavares apresentou sua renúncia ao cargo, em caráter irrevogável:

[...] falta de comunicação e entrosamento [...] por parte do CFC (*vem*)⁸⁶ motivando uma série de ocorrências destoantes e contrárias ao bom funcionamento do órgão [...] o presidente Odorico Tavares, depois de comentar as observações que acabaram de ser feitas pelo senhor conselheiro Américo Simas Filho, que considerou procedentes e fez uma análise da situação e das dificuldades por que passa o Conselho, salientando suas deficiências e necessidades. Ao final manifestou sua impossibilidade em continuar no cargo de Presidente justificando-a não só pela falta de tempo, tendo em vista estar absorvido pelas suas atividades como homem de imprensa, como também por estar desacostumado à burocracia do serviço público [...]⁸⁷.

Em outros assuntos importantes, a exemplo do registro da cidade de Cachoeira como monumento nacional, em dezembro de 1970, o colegiado baiano foi surpreendido através das informações veiculadas pela imprensa sobre o assunto. Esses fatos incomodavam muito os conselheiros que se sentiam desprestigiados pelo órgão federal.

De acordo com o Regimento Interno, uma das atribuições do CEC-BA era formular a política cultural para o Estado. O assunto, contudo, provocava sérias divergências entre os conselheiros. Em número menor havia os que se manifestavam a favor da formulação da política cultural como tarefa principal do CEC-BA, alegando experiência e conhecimento acumulados pelos conselheiros como gestores públicos, parlamentares ou professores universitários, e, por isso, com bagagem suficiente para enfrentar esse desafio. Mas a maioria defendia apenas aprovar o Plano Estadual de Cultura que deveria ser encaminhado pelos governos. Entretanto, quando isso acontecia, os conselheiros queixavam-se porque não eram consultados previamente sobre os documentos na hora da elaboração.

⁸⁶ Grifo nosso

⁸⁷ Livro de atas, 27ª sessão em 27/08/1968. As atas estão disponíveis na biblioteca Alves Ribeiro do CEC-BA

No governo Viana Filho (1967), os conselheiros apreciaram o Plano Integrado de Educação e Cultura do Estado da Bahia (PIEC) para o triênio 1968-1970, encaminhado em maio de 1968, pelo então Secretário de Educação e Cultura, Luiz Navarro de Brito⁸⁸. No documento sob o título “Sugestões ao Plano Integrado de Educação e Cultura”⁸⁹, encaminhado ao Secretário em 27 de agosto de 1968, foram incluídas as contribuições do colegiado ao Plano. Desta maneira, o Conselho respondia “à confiança que no Conselho depositou o Governo (*sic*), selecionando e convidando para fazer parte dêle (*sic*) especialistas de vários ramos que pudessem colaborar com a sua experiência na determinação eficiente das diretrizes daquela política”⁹⁰. O Plano era dedicado, em grande parte, à educação, e o item cultura estava inserido no capítulo Estratégia do Plano Integral.

O CEC-BA concluiu que o documento não se enquadrava na categoria de um plano, apenas era um estudo introdutório a respeito das intenções governamentais nos campos da educação e cultura e como tal, era um passo inicial importante, revelando o propósito do poder público de programar metas nas áreas de educação e cultura. Entretanto, faltava ao Plano uma metodologia, prioridades das ações e meios – humanos, materiais e financeiros – de execução. Para esclarecer as dúvidas, em relação ao PIEC, o Conselho convocou a então assessora da Secretaria de Educação e Cultura, Maria Isabel Bittencourt de Oliveira e o diretor do DESC, Luiz Henrique Dias Tavares.

Em agosto de 1968, apesar das duras críticas, o Conselho aprovou o PIEC, apresentando várias sugestões. As divergências do colegiado com o governo estavam nas matérias sobre patrimônio histórico-artístico, organização dos museus e programação editorial, que o colegiado entendia como “a política que nos cabe traçar em linhas mestras mas que em verdade norteia e orienta o desenvolvimento cultural da Bahia”⁹¹.

No governo Roberto Santos (1975-1979), o Conselho de Cultura passou a ser vinculado à Secretaria de Educação e Cultura, não mais ao governador. Até esse momento, a Câmara de Letras registrava grande atividade, apreciando processos de pessoas que buscavam que seus trabalhos fossem publicados a expensas do governo. A Câmara analisava minuciosamente essas obras, mas, geralmente, as solicitações eram indeferidas. Nesse período também, o colegiado realizava gestões para viabilizar a doação do acervo de obras literárias

⁸⁸ O então presidente do órgão, Odorico Tavares, designou uma comissão formada pelos presidentes das três Câmaras em funcionamento para analisar o documento.

⁸⁹ O documento com as contribuições do colegiado ao PIEC foi publicado na íntegra na REVISTA DE CULTURA DA BAHIA, nº 02, set./dez., 1968, p.9-28

⁹⁰ REVISTA DE CULTURA DA BAHIA, nº 02, set./dez., 1968, p.10

⁹¹ *idem.*, 1968, p.10

do escritor e juiz José Alves Ribeiro pela família. Em retribuição a esse gesto, a Biblioteca do Conselho foi batizada com o nome do juiz.

O CEC cobrava insistentemente que o governo encaminhasse sua proposta para a área de cultura, e na sessão do dia 16 de dezembro de 1975, o então Secretário de Educação e Cultura, Carlos Sant'Anna encaminhou para apreciação do conselho o documento intitulado “Por uma Política Estadual de Ativação da Cultura”⁹², elaborado pelo jornalista Florisvaldo Mattos e por Fernando da Rocha Peres. Diante da ausência do governo diante de um Plano de Cultura, os conselheiros discutiram a possibilidade de apresentar um projeto com as contribuições do colegiado para um Plano de Cultura, mas a proposta não foi concretizada; em vez disso, o colegiado decidiu apresentar suas propostas diretamente ao governador Roberto Santos.

Na sessão do dia 28 de julho de 1977, o governador Roberto Santos discutiu o assunto com o Conselho. No documento apresentado ao governador, as propostas foram sintetizadas em seis demandas, das quais se destacam: a) elaboração do Plano Estadual de Cultura pelo órgão competente para aprovação pelo Conselho, de acordo com o previsto na Lei nº 3.095, de 26 de dezembro de 1972; b) proporcionar recursos humanos, técnicos e materiais para o exercício das atribuições citadas na Lei 3.095/72; c) conhecimento do conselho, em virtude do Art. 41 da mesma Lei, de atividades, obras ou projetos que interessem à proteção do patrimônio histórico, artístico, documental, folclórico, etnográfico, arqueológico e paisagístico do Estado; d) concessão periódica de prêmios, visando incentivar o desenvolvimento da ciência e e) a criação do Instituto Nacional do Livro, cujo projeto já se encontrava na Secretaria de Educação e Cultura, dentre outras propostas.

O documento reforçava firmemente que o governo delimitasse as atribuições para evitar conflitos com atribuições conferidas às duas Fundações estaduais existentes (FCEBa e FPACEB) e solicitava a liberação de recursos financeiros e humanos. Durante a sessão, o colegiado cobrou também mais atenção por parte do governo: “[...] ressentir-se o nosso Conselho Estadual de Cultura é de não ser ouvido, consultado, ativado, e, quando isso ocorre, de não ter acatados os seus pronunciamentos”⁹³, questionando as razões que levaram a que o colegiado não fosse consultado sobre os projetos do governo em andamento, na área de cultura⁹⁴. O governador Roberto Santos, na sua intervenção, falou sobre turismo cultural:

⁹² Não consta, nas atas, nenhuma alusão a esse documento por parte do colegiado.

⁹³ Livro de Atas do CEC-BA, 1977.

⁹⁴ Outras intervenções eram: anteprojeto do Anel Ferroviário de Salvador, com suas implicações aos monumentos tombados e à modificação da paisagem urbana; o loteamento do Morro do Conselho, no Rio Vermelho, aprovado pela Prefeitura Municipal do Salvador; a construção da Barragem de Pedra do Cavalo e

[...] aproveitamento do nosso acervo para fins turísticos dentro da ideia de que o turismo contribuiria para a base econômica indispensável para certos investimentos, indispensável para a preservação do nosso patrimônio [...] No que diz respeito ao turismo cultural, temos tido um enorme empenho na restauração, na preservação de grandes monumentos do nosso passado, assim é que a restauração do Solar do Ferrão está em curso, a da Quinta dos Jesuítas, projetos para restauração do Forte do Mar e restauração da Catedral, Rosário dos Pobres, várias casas do Pelourinho. Santo Amaro, o convento dos Humildes, estendendo obras para a Ilha de Itaparica e Porto Seguro [...] na área de literatura e história estabelecemos os prêmios [...] continuidade dos trabalhos do Teatro Castro Alves, Biblioteca Central e museus [...]”⁹⁵.

O Conselho de Cultura também apresentou as propostas para a reforma do segundo Regimento Interno, que ampliou as atribuições do Conselho e definiu com mais clareza a estrutura e o funcionamento técnico administrativo da Secretaria-Geral. Durante o governo Roberto Santos, passaram pela FCEBa três diretores: Luiz M. Monteiro da Costa, Fernando da Rocha Peres e Valentin Calderón – este último também era membro suplente do CEC-BA.

Sucedeu Roberto Santos, ACM (1979-1982), que por meio do Decreto nº 26.893, de 14 de setembro de 1979, fixou em 18 o número de conselheiros titulares e o número de conselheiros nas Câmaras (mínimo de quatro e máximo de cinco membros). Em 1971, ACM⁹⁶ sucedeu o governador Luiz Viana Filho. Personalidade polêmica no cenário político baiano, ACM demonstrou grande

capacidade de costurar um pacto político com as forças oligárquicas e conservadoras da política e economia baiana, mas cumprindo uma trajetória própria [...] (*garantindo*)⁹⁷ aportes de recursos federais, então relativamente abundantes e indispensáveis devido à centralização de tributos, para dar continuidade aos projetos de modernização da Bahia. (SOUZA, Celina; DUTRA, Judite, 1991, p.150).

No segundo governo ACM, as ações governamentais para a área de cultura foram divididas em duas linhas de atuação: a) dinamização das ações culturais e b) preservação do patrimônio cultural. A primeira linha ficou sob responsabilidade da Fundação Cultural e a segunda a cargo do IPAC. A FCEBa (depois Funceb) priorizou as ações de base e de dinamização. As ações de base tinham como objetivo assegurar condições necessárias para a produção artística e cultural, através de seminários, pesquisas, cursos, desenvolvendo interfaces de produção e coprodução (FUNDAÇÃO CULTURAL, 2004). Foram criados o

possíveis alterações do conteúdo paisagístico de Cachoeira e os programas culturais e de restauração de imóveis e de áreas antigas de Salvador e do Recôncavo, programa a cargo das Fundações que se integram na estrutura da Secretaria de Educação e Cultura.

⁹⁵ O conteúdo sessão do dia 28 de julho de 1977 encontra-se no livro de Atas disponível no Conselho.

⁹⁶ ACM foi Prefeito de Salvador, durante a gestão de Luiz Viana Filho

⁹⁷ *Grifo nosso*

Corpo de Baile do Teatro Castro Alves (TCA) e a Orquestra Sinfônica, e implementados o Quarteto de Cordas, Curso Livre de Teatro e Oficinas de Música e Artes Cênicas, dentre outros programas. Além disso, foram instituídos grupos de trabalho, que não se enquadravam no regimento da Fundação⁹⁸.

Nas gestões do presidente do CEC-BA, Wilson Lins (1983-1985/1985-1987), o Regimento Interno do CEC, por força da Lei Delegada nº 051/83, de 01 de junho de 1983, passou por profunda reforma. Com o objetivo de melhorar o atendimento às Câmaras e Comissões, foi implantada a Coordenação de Serviços Técnicos, na estrutura da Secretaria Geral do Conselho. A Coordenadoria foi instalada no dia 17 de julho de 1984, assumindo atividades nas áreas de: comunicação, arquivo, biblioteca e pesquisa. Também assessoravam o Conselho, as Câmaras, Comissões e Grupos de Trabalho. O CEC vinha divulgando, através do Diário Oficial do Estado, e em algumas ocasiões no jornal A Tarde, uma síntese das reuniões do Conselho. O professor João Carlos Teixeira Gomes foi contratado na função de assessor para Assuntos Culturais. O governador nomeou Eustórgio Lima Cavalcanti para exercer o cargo, em Comissão, de Diretor da Secretaria do CEC (antes Eustórgio ocupava o cargo de Secretário Geral).

De acordo com Dutra e Souza (1991), o governo de João Durval, que sucedeu ACM (1983-1987), foi marcado pelo clientelismo do aparelho do Estado, associado às práticas patrimonialistas, criando vários órgãos, tanto em nível da administração centralizada quanto descentralizada. A política cultural desenvolvida pelo Estado, a partir da administração de Olivia Barradas, na FCEBa, foi duramente criticada pela classe artística, porque, dentre outras coisas, extinguiu o Curso Livre de Teatro do TCA.

O Conselho de Cultura também manifestou seu descontentamento com a gestora da FCEBa. Na sessão do dia 21 de janeiro de 1986, o então presidente de CEC-BA, Wilson Lins, desabafou: “esta casa é uma usina de projetos que não têm tido o necessário atendimento”⁹⁹. A administração de Geraldo Machado, anterior à de Barradas, tinha se caracterizado pela gestão democrática, liberal e conciliadora: “Embora funcionário de confiança do governo, sua gestão não foi partidária, nem personalista. Em sua administração não houve censura econômica ou administrativa por parte do Estado. Mudamos da água para o vinho.”¹⁰⁰.

Pelo Regimento Interno, uma das atribuições do colegiado era aprovar as publicações

⁹⁸ Foram criados: Grupo de Trabalho do Interior (GT-I), Grupo de Trabalho Memória (GT-M), Grupo de Trabalho dos Bairros/Prodasec (GT-B), Grupo de Trabalho Educação (GT-E).

⁹⁹ Livro de Atas do CEC-BA, sessão de 21 de jan., 1986.

¹⁰⁰ SIQUEIRA, Benvindo, Jornal da Bahia, 25 de mar., de 1983

de livros e também sugerir títulos de obras de autores baianos para edição. Os processos eram encaminhados pela Câmara de Letras à Fundação Cultural que, como órgão executivo, deveria seguir as orientações do colegiado. Mas isso não estava acontecendo. Nesse período a Câmara de Letras estava formada por quatro conselheiros: Hélio Simões (presidente), Nathan Coutinho (vice-presidente), Cláudio Veiga e José Luiz de Carvalho Filho. Desses, Cláudio Veiga, José Luiz de Carvalho Filho e Hélio Simões integravam a Academia de Letras da Bahia.

É bom ressaltar que a relação do Conselho de Cultura da Bahia com a Fundação Cultural nunca foi tranquila, sempre marcada por conflitos, a partir do momento que o governo comunicou ao colegiado a proposta de criação de uma fundação, no governo ACM. Mesmo discordando do projeto, o colegiado acabou aceitando a proposta. Em 1972, o Conselho, solicitava ao então secretário de Educação e Cultura, Rômulo Galvão, uma definição em relação a “órgãos fazendo a mesma coisa e muitas vezes este colegiado só toma conhecimento das ocorrências, através do noticiário da imprensa, embora sejam relacionadas com a sua competência.”¹⁰¹. A proposta do colegiado era recriar o Departamento de Assuntos Culturais e não uma instituição com as características de uma Fundação.

Na sessão do dia 17 de dezembro de 1972, o Secretário de Educação e Cultura, Rômulo Galvão, apresentou ao Conselho o anteprojeto de Lei de reestruturação da pasta, anunciando a implantação da Fundação Cultural da Bahia, uma vez que o governador não aceitava a ideia da criação de uma Secretaria de Cultura. O conselheiro Carlos Eduardo da Rocha mostrou-se contrário ao projeto, porque o considerava muito ambicioso. O Plenário acabou apoiando a iniciativa do governo, solicitando condições de funcionamento ao novo órgão.

A Fundação Cultural foi criada por meio da Lei nº 3.095, de 26 de dezembro de 1972, com a proposta de absorver os órgãos de cultura da Bahia, como bibliotecas e museus (Museu de Arte da Bahia, Museu de Arte Moderna, Museu de Arte Popular e o Teatro Castro Alves), exceto a Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural. A FCEBa teve seu primeiro estatuto aprovado em 1974 e tinha como finalidades: 1) preservar, por sua contínua reinserção na realidade cultural presente, o acervo cultural constituído; 2) promover, por intermédio da dinamização e reelaboração dos objetivos e procedimentos, a cultura; 3) difundir, de modo a possibilitar que dela efetivamente participem os vários setores da comunidade, a produção

¹⁰¹ Os conselheiros se referiam ao lançamento do convênio de preservação de monumentos das cidades de Cachoeira e Santo Amaro, entre o governo estadual e federal, através da Fundação do Patrimônio Cultural e Artístico e do qual não foram comunicados antecipadamente.

cultural. (FUNDAÇÃO CULTURAL, 2004).

O ex-presidente da FCEBa e também conselheiro, Geraldo Machado, afirma que os problemas eram resolvidos pelo Conselho Deliberativo¹⁰² da Fundação e por isso o Conselho de Cultura da Bahia dificilmente era consultado. Era desejo do Conselho criar uma política editorial, com recursos próprios, sobretudo para publicar obras antigas de autores baianos, que achavam-se esgotadas. Essa proposta foi incluída nos programas e projetos em várias gestões do Conselho de Cultura, mas inviabilizada pela falta de recursos. Sendo assim, o governo orientava que as propostas ligadas à política editorial fossem encaminhadas à Fundação Cultural, que raramente atendia essas solicitações.

Por discordar dos critérios e da organização dos prêmios culturais, patrocinados pelo governo do Estado, o Conselho discutia, desde sua fundação, em 1967, sugestões para serem encaminhadas ao governo, tais como: regulamentação, em uma única lei, da grande quantidade de prêmios estaduais concedidos em várias áreas, em especial na literatura, e incluir nessa legislação uma categoria destinada à produção cultural no âmbito das ciências. Além disso, o colegiado sugeria a organização dos prêmios por temáticas e patronos permanentes, para evitar alterações a cada administração estadual.

Uma das primeiras sugestões sobre este assunto referia-se ao Decreto nº 20.378, de 12 de outubro de 1967, que recomendava desmembrar o Prêmio Wanderley Pinho, destinado aos melhores trabalhos de história e biografia, em duas categorias: Prêmio Wanderley Pinho, para os trabalhos históricos, e Prêmio Luís Viana Filho, para as biografias. Em 1978, o Conselho alertava o governador Roberto Santos de que o Decreto nº 25.124, de 16 de fevereiro de 1976, que criou vários prêmios literários para serem distribuídos pelo Estado, tinha expirado nesse ano e, portanto, não mais existia prêmio cultural sob patrocínio do governo, nem mesmo o Prêmio Odorico Tavares.

Nos argumentos utilizados pelo Conselho sobre este assunto chamava a atenção que nesses dois governos estaduais – Luiz Viana Filho e Roberto Santos – “verificamos que houve uma reduzidíssima afluência de candidatos [...] com a única exceção da poesia, sem dúvida, pela facilidade de sua elaboração, mormente se de baixa qualidade”¹⁰³. De acordo com o colegiado, os argumentos utilizados pela Fundação Cultural do Estado para explicar o fato “não nos parecem expressivos, salvo o de baixo valor da compensação financeira que era oferecida aos vencedores [...] e sem lhes dar direito à publicação dos seus trabalhos, o que

¹⁰² Entrevista cedida à pesquisadora no ano de 2008

¹⁰³ Processo do CEC-BA 46/78.

ficava exclusivamente ao alvedrio da própria Fundação”¹⁰⁴.

Para o colegiado, a Fundação Cultural “[...] não arrolou, por motivos óbvios de não querer revelar sua própria deficiência, a falta de ampla divulgação dos certames instituídos, principalmente em outros Estados da Federação, para aqueles de âmbito nacional”¹⁰⁵. No documento, o Conselho apresentou várias sugestões para estimular o aparecimento de novos escritores ou novos trabalhos de autores consagrados pela crítica. Também em 1978, em virtude da abertura da inscrição para concorrer aos prêmios culturais, o conselheiro Thales de Azevedo solicitava, através de uma Indicação, a intervenção da Comissão de Legislação e Normas e das três Câmaras, respaldado pelo art. 4º do Decreto nº 25.264, de 08 de junho de 1976, que coubesse ao CEC-BA a capacidade exclusiva de “propor aos Poderes Públicos a instituição de prêmios ou a sua concessão para fim de estímulo a atividades culturais”.

O conselheiro sugeria ainda a inclusão de modalidades e expressões da criação e produção artística que até esse momento não tinham sido contempladas. O Parecer da Câmara de Letras, nº 01/78, confirmou que uma das atribuições do Conselho era a de propor prêmios culturais, mas esta não era exclusiva porque, se assim fosse, estaria limitando as atribuições da Secretaria de Educação e demais órgãos e autoridades estaduais. O Art. 12 do Regimento Interno da Fundação Cultural do Estado da Bahia lhe conferia essa atribuição. Três meses depois, o Diretor Executivo da Fundação Cultural, Valentin Calderón, encaminhava ao Conselho Estadual de Cultura, para apreciação, uma minuta de projeto de lei para regulamentar a criação dos Prêmios Culturais Governo do Estado da Bahia em caráter definitivo, reformulando as premiações em relação aos valores dos prêmios, a regulamentação, o júri, as áreas artísticas, incluindo as novas expressões de arte como grafismo, multimídia, dentre outras questões.

No dia 14 de agosto de 1978, a Fundação Cultural encaminhou o documento “Sugestões para a criação dos Prêmios Culturais Governo do Estado da Bahia”, com a proposta de criar em caráter definitivo uma série de Prêmios Culturais, propondo a reformulação da premiação, baseada na regulamentação, no júri, nos critérios, nos valores e enviava sugestões para a ampliação dessa premiação para outras áreas culturais e linguagens artísticas. Em 1979, o conselheiro Ary Guimarães encaminhou ao Secretário de Cultura e Educação um anteprojeto, criando os prêmios culturais, porque considerava que a premiação era competência do Conselho, de acordo com o art. 4º do Regimento Interno. Segundo o conselho, a proposta não foi sequer acolhida pelo órgão, nem examinada, mas se a Fundação

¹⁰⁴ Idem.

¹⁰⁵ Idem.

desconhecia o projeto era porque não se interessava pelo problema. Portanto, a decisão do relator era de que a proposta fosse definitivamente arquivada.

Em 1984, por solicitação do conselheiro James Amado, o assunto voltou a ser retomado, com a justificativa de que era necessário um pequeno estudo complementar em torno da necessidade da criação de prêmios culturais, por parte do Governo do Estado, visando apenas precisar, mais objetivamente, algumas condições de exequibilidade, para que tal sistema fosse implantado. O colegiado tinha a convicção de que um sistema de premiação não poderia existir isoladamente, como um mecanismo autônomo e, por isso, deveria estar inserido em um quadro mais abrangente de medidas de incentivo em torno das condições da produção cultural, especialmente no tocante ao desenvolvimento dos meios de produção, bem como de circulação de bens culturais e de consumo.

Para justificar a proposta, os conselheiros resgataram o Parecer do confrade Ary Guimarães, que tinha sido relator da matéria. Para o relator, um verdadeiro sistema de prêmios deveria levar em consideração três fatores: a) a introdução de um sistema de prestígio, b) uma remuneração condigna pelo trabalho realizado e c) uma boa divulgação do certame e dos artistas e obras vencedoras. Para os artistas e criadores falecidos, o prêmio seria uma medalha e, para os vivos, dinheiro. A comissão reuniu as sugestões das Câmaras elaboradas, no período de 1984 e 1985, e resgatou algumas propostas encaminhadas em governos anteriores. A Comissão Técnica do colegiado também fez um levantamento sobre os prêmios efetivamente outorgados pelo Estado nesses dois anos.

De acordo com o relatório, divulgado pela Comissão Especial, encaminhado ao presidente Wilson Lins, “chegou-se à triste conclusão de que jamais foram atendidas as sugestões deste conselho”, mas, mesmo assim, reiterou que estatutariamente tinha como uma das finalidades propor a concessão de prêmios, de acordo com o art. 5º do regimento Interno e a Lei Delegada 55 A. Finalmente, no dia 18 de julho de 1985, o processo foi arquivado, uma vez que a Fundação Cultural “está executando um programa elaborado a partir do Projeto oferecido por este Conselho, na gestão passada, o que ocorreu no curso da tramitação das Indicações, objeto de Parecer da Comissão Especial, archive-se”, concluía o documento.

Em 1985, acontece uma nova reforma regimental, a terceira, mediante o Decreto nº 32.400/85, publicado no Diário Oficial do Estado em 26 e 27 de outubro de 1985. Em síntese, mantém vigentes as matérias que tratam da organização, administração e funcionamento do CEC, incorporando cerca de 80% das prerrogativas anteriores, mas com melhor tratamento organizacional.

A criação de uma Secretaria de Cultura do Estado era proposta do colegiado desde 1970, mas foi na sessão do dia 25 de março de 1986, com a presença do Secretário de Educação e Cultura, Edivaldo Boaventura, que a proposta começou a ser gestada. O presidente do Conselho, Wilson Lins (1985-1987), designou, nesse dia, uma Comissão Especial para estruturar a Secretaria de Cultura (Indicação nº 19/86) presidida pelo conselheiro João Eurico Matta, com a participação dos conselheiros Ary Guimarães, Geraldo Machado, James Amado e Remy de Souza (Sub-secretário de Educação). O órgão vinha discutindo informalmente esse assunto havia quatro meses.

O trabalho final da Comissão, apresentado ao Plenário, nas sessões do dia 07 e 14 de outubro desse mesmo ano, não agradou ao colegiado, que esperava uma proposta mais ousada e moderna. A sugestão da Comissão era criar uma Secretaria de Cultura que não sofresse solução de descontinuidade com o fim do mandato do governador, propondo a sucessão dos gestores. O Plano de Cultura estaria sob responsabilidade da Coordenadoria de Assuntos Culturais, ligada à Fundação Cultural, mas deveria ser apreciado pelo Conselho. Outra sugestão era criar um departamento para os Museus e Bibliotecas. A Comissão sugeriu convocar funcionários da Fundação Cultural para opinar sobre a viabilidade da proposta. Na opinião do presidente, nessa nova Secretaria, a Fundação Cultural deveria ter apenas a finalidade de captar recursos, inclusive privados, para a área da cultura. Após discussão, o Plenário decidiu pela criação de duas Coordenadorias: de museus e de bibliotecas. O projeto foi encaminhado à Comissão de Legislação e Normas, que lhe daria a formatação final antes de ser enviado ao governador João Durval. O projeto do Conselho ficou apenas no papel.

Outra atribuição do Conselho de Cultura era apreciar os planos especiais de trabalho, elaborados pelos órgãos culturais da Secretaria de Educação e Cultura, para sua incorporação num programa anual a ser aprovado pelo Secretário daquela pasta. Nas décadas de 1960, 1970 e 1980, o Conselho apreciou os planos de trabalho da maioria das instituições culturais. Dentre as entidades da administração centralizada em funcionamento estavam o Museu de Arte Moderna, a Fundação Teatro Castro Alves, a Fundação do Serviço de Biblioteca e a Fundação do Patrimônio Artístico de Cultura do Estado (FPACEB), a Fundação Cultural do Estado, o Instituto Baiano de Radiodifusão (IRDEB) e o Instituto Anísio Teixeira, que foi vinculado à Secretaria de Educação e Cultura.

Junto com isso, existia a proposta de mapear as instituições culturais do Estado e várias propostas foram sugeridas neste sentido, mas nenhuma foi concretizada. Entretanto, como alternativa, o Conselho realizou várias sessões nessas instituições enquadradas como

culturais pelo colegiado. A primeira sessão fora do plenário do CEC-BA foi realizada na Biblioteca Central da Bahia, no dia 29 de agosto de 1972, com a presença da diretora da Divisão de Bibliotecas, Adalgisa Moniz Barreto de Aragão. A essa se seguiram muitas outras em diferentes órgãos de cultura.

No dia 10 de março de 1987, na 9ª sessão plenária, despediam-se do mandato, o presidente do Conselho Wilson Lins (1983-1987) e os conselheiros titulares: Remy de Souza, Renato Berbert de Castro, Ary Guimarães, Carlos Eduardo da Rocha, Cláudio Veiga, Geraldo Machado, Godofredo Filho, Germano Machado, Mercedes Rosa, Paulo Ormino de Azevedo, Dival Pitombo, Nathan Coutinho, José Augusto Berbert de Castro, Thales de Azevedo, Jorge Novis, José Luiz de Carvalho Filho, James Amado e João Eurico Matta, além dos suplentes.

O conselheiro Germano Machado lembrou os projetos encaminhados pela gestão, como: a proposta de criação de uma estrutura para a Secretaria de Cultura (que ficou no papel), o projeto de interiorização do CEC-BA (considerado idealista pelo próprio colegiado) e o tombamento do Palacete Catharino, sede do conselho. No discurso de despedida, o presidente Wilson Lins manifestou:

[...] não sei se perdemos tempo no corpo a corpo com as notórias deficiências da máquina do Estado ou com o *titiiti* da comédia de equívocos que marca o cotidiano das coisas da cultura em nosso meio [...] chegamos ao fim da jornada desfalcados de companheiros [...] Adroaldo Ribeiro Costa, Luis Fernando Macedo Costa, Rui Santos, Nelson Sampaio e agora Hélio Simões [...] Sem vedetismo este conselho soube desempenhar atribuições que lhe foram conferidas pela Constituição e, sempre que se fez necessário, resguardou suas prerrogativas, não cedendo aos caprichos da tecnocracia [...] Quando os ventos da mudança sopram na direção da reformulação da política cultural do Estado não custa lembrar que o conselho cujo mandato se exaure, já punha em debate alguns pontos básicos dessa indispensável reformulação e dava o primeiro passo [...] ao constituir um Grupo de Trabalho que elaborou e submeteu ao voto deste Plenário o anteprojeto já remetido a consideração do governo, que cria a Secretaria de Estado para os assuntos de cultura. A estrutura discutida e aprovada por esta casa [...] importa na reformulação da política cultural, a começar por excluir a atual tutela exercida pelo Estado sobre as entidades responsáveis pela produção na área de cultura. Ainda no período do centralismo autoritário, este Conselho [...] manifestou a sua condenação à exagerada ingerência do poder público na produção cultural. Entre 1979 e 1981 a sua Câmara de Artes, ao pretender identificar as causas do raquitismo congênito do teatro baiano, não se fechou entre as quatro paredes de sua sala de reuniões quando as abriu aos profissionais do setor, que denunciaram as falhas dos órgãos oficiais e apresentaram sugestões [...] Mas, o que tem de mais significativo e proveitoso a trazer à baila nesta hora de despedida, é a atmosfera de saudável confiança, criada à nossa volta [...] graças à ausência de grupismos e da discriminação que envenenam as relações em instituições como a nossa. [...] ¹⁰⁶.

¹⁰⁶ A ata está registrada no Livro de Atas, 9ª sessão, 10 de março de 1987

Coube ao secretário geral do órgão, Eustórgio Cavalcanti¹⁰⁷, justificar as atividades internas desenvolvidas, nesse período: “não sendo constituído [...] não desenvolveu um programa de ação capaz de envolver mudanças substanciais, na sua estrutura interna, nem na sua estrutura”¹⁰⁸. O funcionamento do Conselho restringiu-se apenas à secretaria geral do colegiado, atendendo solicitações que eram encaminhadas à Coordenação Administrativa (pessoal, almoxarifado, execução orçamentária) e sua biblioteca - Alves Ribeiro - foi desativada devido à falta de um espaço físico que pudesse abrigar o acervo. As Câmaras e Comissões também ficaram sem funcionar e os funcionários do Conselho da Bahia se dedicaram às funções internas. Como será analisado no próximo capítulo, o CEC-BA voltou a ser reconduzido, no governo ACM, em 1991.

¹⁰⁷ O Secretário do Conselho, Eustórgio Cavalcanti começou a exercer as atividades no início de junho de 1968, servindo ao Conselho até a gestão de Eulâmpia Reiber 2005-2006.

¹⁰⁸ Relatório referente ao exercício das atividades de 01 de janeiro a 30 de dezembro de 1990, preparado pelo diretor do órgão, Eustórgio Cavalcanti, e encaminhado pela Secretária de Educação Dirlene Mendonça ao Presidente do TCE, Bernardo Spector

3. Recondução do Conselho Estadual de Cultura da Bahia

3.1 O CEC-BA no governo Waldir Pires

Nas gestões dos governadores Waldir Pires¹⁰⁹ (1987-1989) e Nilo Coelho¹¹⁰ (1989-1991), após vinte anos de funcionamento ininterrupto, o Conselho Estadual de Cultura da Bahia não foi reconduzido, ficando nessa situação até 1991, quando ACM voltou ao governo. Propondo-se a fazer uma frente de oposição ao modelo político-administrativo até então vigente, que era dominado até então por ACM, o governo Waldir Pires promoveu uma grande reestruturação na administração pública¹¹¹, visando reajustá-la ao seu projeto governamental. A reforma administrativa visava eliminar a duplicação de competências e superposições de ações, na administração pública; reduzir custos e elevar o padrão de desempenho dos órgãos públicos.

Na campanha, o candidato Waldir Pires foi apoiado por uma coligação que incluía partidos de esquerda¹¹². O programa de sua campanha, intitulado “Propostas de um Governo Democrático para Mudar a Bahia”, propunha que “além da educação e da saúde cumpre ao Governo estimular a cultura popular, a partir da perspectiva de que uma sociedade como a nossa é eminentemente pluricultural.” (PIRES *apud* MARTINS, 2006, p.3). Na sua gestão, a concepção privilegiada de cultura foi bastante ampla, considerada em suas dimensões antropológica e sociológica. Além da visão artística, a cultura era entendida ao plano do cotidiano, das expressões e manifestações populares (FERNANDES, 2008).

Na área de cultura, o governador criou a Secretaria de Cultura e nomeou como secretário da pasta, o poeta José Carlos Capinan. Com a criação da Secretaria, Waldir manteve órgãos já existentes, como a Fundação Cultural do Estado da Bahia (FCEBA)¹¹³, Instituto do Patrimônio Artístico (IPAC), Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB) e Fundação Pedro Calmon. Também criou novos departamentos: Departamento de Intercâmbio e Ações Regionalizadas (DIAR), o de Bibliotecas (DEPAB) e a Superintendência de Apoio às

¹⁰⁹ Waldir Pires, em 1987, foi eleito com 1,5 milhão de votos de diferença para o candidato governista, Josaphat Marinho (PFL), que era apoiado pelo então governador João Durval e também por partidários de ACM.

¹¹⁰ Nilo Coelho, ex-deputado estadual, foi prefeito da cidade de Guanambi, na Bahia. Era dissidente do grupo carlista.

¹¹¹ A Lei nº 4.697, de 15 de julho de 1987, introduziu modificações na estrutura organizacional da administração pública do Estado, legado do seu antecessor João Durval (1983-1987), com a criação, substituição, incorporação e privatização de inúmeros órgãos de administração centralizada e descentralizada.

¹¹² A coligação liderada por Waldir Pires estava composta pelos seguintes partidos: PMDB, PCB, PC do B e PSC, com apoio crítico do PT, PDT e PSB.

¹¹³ FCEBA era a sigla usada para a Fundação Cultural diferente de FUNCEB dos dias atuais.

Ações Culturais (SAAC). Foram muitas as resistências internas enfrentadas pelo novo governo:

[...] não só na área cultural, mas também em outras áreas da administração estadual [...] muitos conflitos, muitas resistências oriundas da própria aliança política que foi feita [...] em função de cobranças ou de grupos políticos ou de entidades políticas, ou de pessoas mesmo que vieram historicamente vinculadas a uma luta contra a ditadura [...] O que nós tentamos na área de cultura [...] foi criar um novo sistema [...] porque o sistema anterior era todo centrado na Fundação Cultural do Estado, que tinha sido criticada durante muitos governos [...] a Secretaria de Cultura foi o nosso principal objetivo e em certa forma nós conseguimos fazer isso, o período foi muito curto de governo [...] muito tumultuado, mas apesar disso nós pudemos fazer a reforma da Concha Acústica, que estava abandonada há muito tempo [...] nós achávamos que a política era democratizar o acesso aos valores e produção cultural; eu pensava sobretudo em uma área em que o Estado deve ser um grande propulsor da criação, da produção cultural [...] as bibliotecas, museus deveriam ser estimulados como prioridade [...] Nós pensamos em fazer uma cartografia porque a prevalência da cultura soteropolitana e no Recôncavo, é muito grande sobre as outras regiões culturais da Bahia, então achávamos que essas outras regiões deveriam ser evidenciadas [...] Chapada, Região do Cacau, o Litoral Norte, o Litoral Sul, o Sertão. O Sistema estadual de Bibliotecas também foi uma ideia que queríamos colocar em prática, ou seja, um sistema onde houvesse em cada município uma biblioteca pública do estado em parceria com a Prefeitura. [...] em que a biblioteca não seja apenas um lugar de livros [...] deveria ser entendida como um centro onde pudesse se fazer teatro, fazer cinema, atividades culturais mais amplas, inclusive atendendo a produção local, que de certa forma atende essa ideia da pluralidade [...] sair de uma cultura só de Salvador, cuja vitrine é a produção soteropolitana [...] fiquei apenas dois anos à frente da Secretaria (*de Cultura*)¹¹⁴ [...]foi um período muito curto para chegar a resultados [...] e tão carente de recursos, me lembro que não tinha nem carro para o secretário, nem sede tinha a Secretaria¹¹⁵.

Em 1989, o vice-governador Nilo Coelho assumiu o governo, enfraquecendo a atuação da Secretaria de Cultura. Capinan deixou o cargo e no seu lugar assumiu interinamente Joir da Silva Martins Brasileiro sucedido pelo médico Oswaldo Teixeira: “Não se pode negar que a cultura foi vítima do descaso do governador Nilo Coelho” (FERNANDES, 2008, p. 30).

O ex-secretário de Cultura, Carlos Capinan, explicou que o conselho não foi reconduzido porque faltou articulação política, especialmente entre a Secretaria de Cultura e a Assembleia Legislativa:

[...] nós chegamos a fazer uma proposta de lista de membros do Conselho, mas [...] a Secretaria (*de Cultura*)¹¹⁶ não tinha um representante, na Assembleia Legislativa, que pudesse conduzir nossas principais reivindicações. Nós tínhamos uma base política, meus principais chefes de gabinete [...] (*eram*)¹¹⁷ militantes do antigo Partido Comunista [...] faltou um parlamentar para conduzir o processo, na Assembleia Legislativa. Nós tínhamos uma lista de nomes para compor o

¹¹⁴ Grifo nosso

¹¹⁵ Entrevista concedida à pesquisadora em julho de 2011

¹¹⁶ Grifo nosso

¹¹⁷ Grifo nosso

Conselho, mas isso também foi um problema [...] sempre foi um lugar muito requerido, havia um desejo enorme de participar dessa congregação que realmente é importante para a política cultural do Estado, pois deveria ser o órgão das grandes matrizes dessa política [...] Havia uma proposta de mudança muito radical para a composição do conselho [...] a ideia era torná-lo mais popular [...] era interessante pensar também em mudar. As figuras do Conselho eram muito fortes, eram intelectuais prestigiados [...] ¹¹⁸.

Para o ex-presidente do colegiado Waldir Freitas Oliveira¹¹⁹, o assunto resumia-se ao incomodo que o colegiado causava ao Executivo. “Creio que eles não tiveram interesse. Como os conselheiros são nomeados pelo governador e aprovados pela Assembleia, talvez não quisessem enfrentar uma oposição”¹²⁰. O fato de o CEC-BA ter deixado de funcionar nos governos Waldir Pires/Nilo Coelho foi sempre lembrado negativamente pelos conselheiros sob argumento de que, após funcionamento ininterrupto de 20 anos, essa descontinuidade provocou sérias dificuldades de retomar as atividades com o mesmo fôlego das gestões passadas.

3.2 Recondução do CEC-BA e a “hegemonia carlista”

ACM voltou ao poder na Bahia, em 1991, no seu terceiro mandato como governador. Fernandes (2008) explica que ACM, ministro das Comunicações¹²¹ no governo Sarney, construiu uma nova imagem para voltar ao governo no período democrático:

A imagem truculenta e agressiva precisava ser deixada no passado recente, já que associada diretamente aos duros anos de ditadura. Cabia neste momento, de posse de novos e poderosos instrumentos, migrar de “Toinho Malvadeza” ao “Toinho Ternura”, ao “Cabeça Branca”. É, então, através da mídia que ACM vai assumir e elaborar uma imagem de baianidade fincada no tripé amor à Bahia, do orgulho de ser baiano e da Bahia como terra da tradição e da ancestralidade. (FERNANDES, 2008, p. 34).

ACM recorreu à sua capacidade de articulador político, junto ao executivo federal, para garantir sua eleição. Mas havia também outros fatores: apoio do setor judiciário e do empresariado baiano; o poder econômico acumulado no estado; o fracasso político-administrativo da esquerda anticarlista; o atraso socioeconômico do estado; o peso político-

¹¹⁸ Entrevista concedida à pesquisadora em julho de 2011.

¹¹⁹ O presidente Waldir Freitas Oliveira foi reconduzido ao cargo por três mandatos (1997-1999) (1999-2001) e (2001-2003), seu sucessor foi o presidente Oscar Dourado (2003-2005)

¹²⁰ RIBEIRO, Simone. Conselheiros do Rei, *A Tarde*, Salvador, 23/dez., 1995, Caderno 2.

¹²¹ Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) à frente do Ministério das Comunicações (1985-1990) favoreceu a concessão de emissoras de rádio ou TV aos políticos ligados a ele. O partido de ACM dominava o cenário midiático: 28 emissoras estavam sob controle direto de sócios-proprietários, sem contar as filiadas à Rede Bahia. Como ministro, ACM tornou-se empresário poderoso do setor na Bahia.

eleitoral do interior e das pequenas cidades; o uso da mídia, além do discurso da baianidade. (RUBIM, 2001).

No âmbito federal, na década de 1990, o então presidente Fernando Collor de Mello¹²² sucedeu José Sarney (1985-1990), na presidência da República. Na área cultural, Sarney criou o Ministério da Cultura, através do Decreto 91.144 de 15 de março de 1985. A proposta de criação de um Ministério de Cultura tinha sido defendida pelo CFC e pelos Conselhos Estaduais de Cultura desde a década de 1970¹²³; sendo retomada pelo Fórum de Secretários de Cultura, em 1983. Era grande a instabilidade política dentro do Ministério da Cultura, tendo passado pela pasta: José Aparecido (1985), Aluísio Pimenta (1986), Celso Furtado (1986-1988), Hugo Napoleão do Rego Neto (1988) e, novamente, José Aparecido (1988-1990).

Na gestão do ministro Celso Furtado¹²⁴, em 1986, foi aprovada a Lei nº 7.505, de 02 de julho de 1986, conhecida como Lei Sarney, que concedia benefícios fiscais, na área de Imposto de Renda, às operações de caráter cultural ou artístico. No seu discurso, na solenidade de abertura, o ministro Furtado referia-se à visão político-cultural adotada pelo governo como

de que em uma sociedade democrática as funções do Estado no campo da cultura eram de natureza supletiva. Cabe aos indivíduos, agindo isoladamente ou em grupos, no uso pleno de sua liberdade, aportar os elementos que assegurarão o enriquecimento perene da nossa cultura. (FURTADO, 1986, p. 9).

Além do caráter mercantilista da nova legislação, a Lei Sarney recebia críticas pela falta de transparência na aplicação de recursos, e também por criar um grupo privilegiado de empresas cadastradas com fácil acesso aos recursos da Lei. Essas empresas eram registradas no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas de Natureza Cultural (CPC) e seus atestados liberados pelos órgãos do Ministério de Cultura, sendo um deles o CFC e, em nível estadual, o CEC-BA.

O processo de privatização¹²⁵, iniciado por Collor, provocou o desmonte do Estado

¹²² No seu governo, Collor de Mello, o “Bismarck das Alagoas”, o “caçador de marajás”, iniciou a implantação do projeto neoliberal que se estendeu a vários países da América Latina. Collor se elegeu e prometeu debelar com um ípon (golpe de lutas marciais) a inflação e reduzir os gastos públicos.

¹²³ Em 1971, durante o II Encontro de Governadores para Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural, nos dias 25 a 29 de outubro de 1971, a primeira recomendação do Compromisso de Salvador era a criação do Ministério de Cultura, e de Secretarias ou Fundações de Cultura no âmbito estadual

¹²⁴ Na gestão do ministro Furtado foram criados: o Instituto Nacional de Artes Cênicas (INACEN), desvinculado da Funarte; e também quatro secretarias: Secretaria do Patrimônio Artístico Nacional (SPHAN), Secretaria de Atividades Sócio-Culturais (SEAC), Secretaria de Difusão e Intercâmbio (SEDI) e Secretaria de Apoio Cultural (SEAP).

¹²⁵ Sobre este assunto, consultar BIONDI, Aloysio. O Brasil privatizado. Um balanço do desmonte do Estado, Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 1996

(BIONDI, 1996). O baque na área de cultura (CALABRE, 2009) foi sentido com a transformação do Ministério da Cultura em Secretaria da Cultura, por meio da Lei nº 8.028 de 12 de abril de 1990. O CFC e o CONCINE¹²⁶ foram automaticamente extintos, “na medida em que não foram reconduzidos ao novo órgão gestor da cultura.” (CALABRE, 2009, p. 108). Passaram pela Secretaria de Cultura, nesse período, o cineasta Ipojuca Pontes e o embaixador Paulo Sérgio Rouanet.

No dia 20 de março de 1992, Rouanet reunia-se com os Secretários de Cultura do Nordeste e presidentes de Fundações para discutir diversos aspectos relativos à aplicação da Lei 8.313, de 23/12/1991, conhecida como Lei Rouanet¹²⁷. O jornal *Correio da Bahia* publicou duas matérias, no caderno *Arte e Lazer*, nos dias 20 e 21 de março desse ano. Sob o título *SOS Cultura*, uma das matérias explicava como funcionava esse dispositivo:

[...] O presidente recorreu à mesma pessoa para atacar os dois pontos fracos: primeiro nomeou o culto e conceituado embaixador Sérgio Paulo Rouanet para substituir Pontes. Depois lhe encomendou uma lei aos moldes da antiga Lei Sarney, dispositivo este regulamentado no final do ano passado e que restabelece os princípios da Lei 7.505, de 2 de julho de 1986, instituindo o Programa Nacional de Apoio a Cultura – Pronac [...] a Lei Rouanet abre aos empresários a possibilidade de descontar do Imposto de Renda uma parcela dos recursos que investirem em projetos culturais [...] os projetos agora devem ser aprovados por um órgão do governo criado exclusivamente para isso: a Comissão Nacional de Incentivo à Cultura [...] possui três mecanismos para os financiamentos dos projetos: o Mecenato Privado, o Fundo Nacional de Cultura, FNC, e o Fundo de Investimento Cultural e Artístico, Ficad.¹²⁸

No final do Encontro, os secretários de Cultura reivindicaram 54% da verba prevista pela Lei Rouanet, a ser destinada às secretarias e fundações dos estados do Nordeste, como saída para evitar a centralização da seleção dos futuros projetos premiados com os incentivos da lei, uma vez que a distribuição de verbas para a cultura se concentrava na região Sudeste.

Na Bahia, ACM, por meio da Lei nº 6.074 de 23 de maio de 1991, extinguiu a Secretaria de Cultura, criando a Secretaria de Educação e Cultura; a Fundação das Artes voltava a ser denominada Fundação Cultural do Estado da Bahia (FCEBA) e o Conselho de Cultura da Bahia passou a estar subordinado à Secretaria de Educação e Cultura (Art. 37 da Lei nº 6074 de 22/05/1991). Outras instituições administradas pela Secretaria, nesse período,

¹²⁶ O Concine foi criado pelo Decreto nº 77.299, em 16 de março de 1976 e instalado em agosto desse mesmo ano. Foi extinto por Collor de Mello em 1990. Sobre esse assunto, ver SIMIS, Anita. *Concine – 1976 a 1990*. In: FERNANDES, T.; RUBIM, A.; RUBIM, I. *Políticas Culturais, Democracia e Conselhos de Cultura*. Salvador: Edufba, 2010 (Coleção Cult)

¹²⁷ O Programa Nacional de Incentivo à Cultura foi instituído pela Lei nº 8.313 de 23 de dezembro de 1991, em substituição à Lei Sarney. A nova lei buscava corrigir problemas e distorções apresentados pela legislação anterior.

¹²⁸ LASSERRE, Luís. *SOS Cultura*, *Correio da Bahia*, Caderno *Arte e Lazer*. Salvador, 20 mar./1992

eram o IRDEB, o Instituto de Patrimônio Artístico e Cultural (IPAC), a Fundação Pedro Calmon, a Fundação Santa Cruz (FUNCRUZ), além de três universidades estaduais.

No dia 27 de maio de 1992, ACM encaminhou à Assembleia Legislativa, para apreciação, a nova composição dos membros titulares e suplentes do CEC-BA, publicada no Diário Oficial, no dia 09 de junho de 1992. A posse dos conselheiros ocorreu no dia 29 de junho desse mesmo ano, no auditório da Secretaria de Educação e Cultura, no Centro Administrativo, em uma solenidade presidida pela então Secretária de Educação e Cultura, Dirlene Mendonça. Estavam presentes, também, o Presidente da Fundação Cultural da Bahia, José Augusto Burity e o diretor do IPAC, Vivaldo Costa Lima, além de outras autoridades.

Foram empossados os conselheiros: Geraldo Machado, Wilson Lins, Thales de Azevedo, Ary Guimarães, Renato Berbert de Castro, Cláudio Veiga, Carlos Eduardo da Rocha, Manoel Veiga, Mário Augusto Castro Lima, Waldir Freitas Oliveira, Luis Henrique Dias Tavares, Virgílio Motta Leal Júnior, Raymundo Pacheco Sá Barreto, Emmanoel Araújo, Fernando da Rocha Peres, Myriam Fraga, Humberto Castro Lima e o Padre Osmar Valeriano Ribeiro, que elegeram como presidente e vice-presidente do colegiado os conselheiros Renato Berbert de Castro e Myriam Fraga, respectivamente.

Na solenidade, a então secretária de Educação Dirlene Mendonça falou aos conselheiros:

no momento em que a educação e a cultura voltam a se integrar é para mim uma felicidade coordenar esses trabalhos, tanto porque a educação para se processar de modo sensível e inteligente, não pode prescindir dos valores dos elementos das artes e da cultura [...] este Conselho de Cultura [...] deverá oferecer, pela sua representatividade, a sustentação político-institucional para intensificar o trabalho na área da educação e cultura [...] os esforços na Fundação Cultural com vistas à promoção do desenvolvimento cultural como dimensão essencial de crescimento econômico, político, social, científico, tecnológico institucional da população, estimulando o processo de criação, produção, preservação dos bens culturais.¹²⁹

O colegiado iniciou as sessões plenárias no dia 07 de julho de 1992, no Palácio do Rio Branco, porque o prédio Palacete Catharino¹³⁰, sede do conselho, estava em obras. Em ofício encaminhado à Secretária de Educação, Dirlene Mendonça, no dia 30 de novembro de 1993, o presidente do conselho, Berbert de Castro (1994-1996), queixou-se do descaso do poder público em relação à conservação do imóvel, que apresentava precárias condições de

129

¹³⁰ No dia Nacional da Cultura, em 05 de novembro de 1993, aconteceu a entrega das obras do Palacete Catharino. Na oportunidade, o governador comprometeu-se com os conselheiros a por em funcionamento a Biblioteca Anísio Teixeira, uma antiga reivindicação do Conselho de Cultura, mas o projeto não saiu do papel devido à falta de infraestrutura do local.

funcionamento, já que as salas apresentavam infiltrações, necessitando de reforma urgente.

Nesse período, o colegiado elaborou várias propostas que não foram aceitas pelo governador ACM. Na área de patrimônio foram tombados, por solicitação do Conselho de Cultura, o Cemitério dos Ingleses (Decreto 2.457 de 20/09/1993); a Casa do Barão de Jeremoabo, no município de Itapicuru (Decreto nº 3.731 de 24/11/1994); painel do artista Lênio Braga, na Estação Rodoviária de Feira de Santana; além da desapropriação do imóvel da Ladeira da Barra, onde funcionava o restaurante Chez Bouillon (Decreto nº 2.971 de 01 de abril de 1994)¹³¹ e, por iniciativa do colegiado, foi demolido o sanitário público construído em frente ao Forte de Santa Maria.

O CEC-BA participou de atividades nos municípios de Itapicuru, Santo Amaro e Mata de São João, realizando sessões em locais como: IPAC, Museu Carlos Costa Pinto, Museu de Arte da Bahia e Museu do Recôncavo Wanderley Pinho; no Instituto Feminino da Bahia e no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB). Além da Fundação Gregório de Mattos, com o objetivo de conhecer as instalações do Arquivo Público Municipal. Por iniciativa da Câmara de Artes e Patrimônio, o Conselho se reuniu, no dia 15 de junho de 1993, no auditório da Fundação Pedro Calmon, para ouvir a exposição do ex-conselheiro Diógenes Rebouças sobre as obras de reconstrução do Paço do Saldanha e do centro de Cultura do Abaeté.

Para se adequar à reforma administrativa do governo ACM, o Conselho encaminhou ao governador, no dia 19 de outubro de 1992, a proposta do anteprojeto de Lei elaborado pela Comissão de Legislação e Normas. O CEC-BA, nesse período, estava sendo regido pela Constituição da Bahia, Art. 272; pela Lei Delegada nº 51, de 31 de maio de 1983, e, ainda, pelo Regimento Interno, aprovado pelo Decreto nº 32.400, de 25 de outubro de 1985. Do anteprojeto elaborado pelos conselheiros, podem-se destacar: a) desatrelar o mandato do governador ao dos conselheiros, sugerindo-o para seis anos, com a renovação de um terço da composição a cada dois anos e b) supressão do dispositivo que permitia ao Conselho administrar verbas destinadas ao auxílio de instituições culturais. Por decisão do governador, os conselheiros suplentes não foram constituídos.

O então presidente Renato Berbert de Castro criou três Comissões Especiais: a Comissão responsável por elaborar uma programação para a realização de atividades internas (Resolução nº 006/92), composta pelos conselheiros Geraldo Machado, Myriam Fraga e Fernando da Rocha Peres; a Comissão de elaboração do anteprojeto para a fixação de critérios

¹³¹ No local foi construído um apart-hotel. Em 12 de abril de 1994, o colegiado entregou pessoalmente ao governador uma moção de louvor pelo atendimento da solicitação e, em 1994, ACM foi homenageado no almoço de confraternização do Conselho de Cultura.

e regulamentação dos prêmios culturais indicados pelo governador ACM (Resolução nº 007/92); e a Comissão de levantamento da história do CEC-BA (Resolução nº 003/92). Dentre as homenagens organizadas pelo colegiado destaca-se a comemoração dos 90 anos de Pedro Calmon, e, na sessão do dia 22 de abril de 1994, a comemoração do centenário de nascimento de Mãe Menininha do Gantois, tendo como palestrante o diretor do IPAC, Vivaldo Costa Lima. Foram publicados três livros pelo CEC-BA no período.

No dia 30 de março de 1994, o Conselho participou da inauguração da primeira etapa da restauração do Centro Histórico. Na década de 1990, o Centro Histórico foi contemplado com um projeto de recuperação de seu conjunto arquitetônico, concebido na percepção do patrimônio histórico-cultural, como um “novo produto” turístico (QUEIRÓZ, 2006). O projeto para a área recuperada, desenvolvido pela Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador (CONDER), previa a formação de um enclave entre o Terreiro de Jesus e o Largo do Pelourinho, que funcionaria como um *Shopping Center* ao ar livre, tendo por diferencial, em relação aos outros shoppings da cidade, a fusão entre cultura e consumo em um bairro histórico. O governo investiu cerca R\$ 53 milhões, nessa primeira etapa de restauração, incluindo 17 quarteirões e 453 casas.

Em 27 de dezembro, desse mesmo ano, expirou o mandato dos conselheiros. Para evitar constrangimentos, o colegiado encaminhou um documento elaborado pela Comissão de Legislação e Normas ao governador ACM, colocando seus cargos à disposição. Diante desse fato, o Plenário aprovou a sugestão de um recesso das atividades por tempo indeterminado, no aguardo de decisão superior.

No dia 18 de janeiro de 1995, o governador Paulo Souto¹³² sancionou a Lei 6.812, que introduziu modificações na estrutura organizacional do Estado, criando a Secretaria de Cultura e Turismo, da qual o Conselho passou a fazer parte (Art. 2º, Inciso 1). Taiane Fernandes (2008), em sua Dissertação “Políticas Culturais: A Secretaria de Cultura e Turismo do Estado da Bahia 1995-2006”, analisou o processo de criação da Secretaria de Cultura e Turismo quando se conciliaram, pela primeira vez no Brasil, as pastas de cultura e turismo na administração pública, sob a batuta de um único secretário: Paulo Gaudenzi. Foram 12 anos de continuidade hegemônica de um mesmo partido no governo estadual: Partido da Frente Liberal (PFL, hoje DEM).

¹³² Em 1995, Paulo Ganem Souto é eleito com 58,64% do total de votos válidos no segundo turno das eleições de 1994, derrotando o candidato do PDT João Durval Carneiro. Paulo Souto era candidato do PFL na coligação liderada por Antônio Carlos Magalhães que, naquele momento, deixava o governo estadual para concorrer a uma cadeira no senado federal juntamente com Waldeck Ornelas, candidato de sua coligação.

3.3 Reformulação do papel do CEC-BA

O CEC-BA retomou suas atividades, no dia 21 de março de 1995, após manifestação da Procuradoria Geral do Estado (PGE), que, instada a se pronunciar, opinou pela continuidade do exercício do mandato. Nesse dia, o presidente do Conselho, Renato Berbert de Castro, informou ao Plenário os assuntos tratados com o secretário de Cultura e Turismo, Paulo Gaudenzi, na reunião ocorrida em janeiro desse ano. Nessa conversa, o presidente do colegiado expressou ao secretário as dificuldades de relacionamento com a Fundação Cultural do Estado.

O vice-presidente da Comissão de Legislação e Normas, Ary Guimarães, explicou a seus pares que, mesmo sem mandato, a legislação do servidor público os respaldava a continuar na função, enquanto aguardavam o ato de demissão ou de dispensa do cargo, sob pena de prisão por abandono de serviço. O conselheiro defendeu a continuidade dos trabalhos porque entendia que era uma obrigação prestar serviço ao Estado. Os conselheiros, muito contrariados com essa situação, decidiram encaminhar um documento ao secretário Paulo Gaudenzi, em que pediam solução para o problema. Nessa sessão, discutiu-se ainda a criação da Secretaria de Cultura e Turismo, que, na opinião de alguns conselheiros, revelava, pela primeira vez, um quadro favorável para o desenvolvimento cultural.

O exercício desse mandato encerrou-se no dia 07 de novembro de 1995, quando foi empossada e instalada uma nova gestão, por meio do Decreto s/nº do governador Paulo Souto, assinado em 22 de outubro de 1995. Para o biênio 1995-1997 foram eleitos presidente e vice-presidente, respectivamente, os conselheiros Waldir Freitas Oliveira¹³³ e Manoel Veiga. No dia 21 de novembro de 1995, o presidente anunciou a nova composição das Câmaras e Comissões, de acordo com a Resolução nº 003/95.

Enquanto o governador Paulo Souto era eleito na Bahia, em Brasília o sociólogo e ex-ministro Fernando Henrique Cardoso (FHC) também iniciava sua gestão. Altamiro Borges (2009) sintetiza o apoio da mídia ao governo FHC:

Sua campanha (*de FHC*)¹³⁴ foi planejada com base nas técnicas publicitárias mais modernas, com a assessoria de James Carville, marqueteiro de Bill Clinton. Tudo foi feito para desqualificar o operário Lula¹³⁵ ‘analfabeto e despreparado’, e para fixar a imagem de FHC como ‘o pai do Real’, o responsável pelo fim da inflação. [...] A mídia não teve qualquer escrúpulo para pavimentar as duas vitórias eleitorais de

¹³³ O historiador Waldir Freitas de Oliveira também era funcionário da Secretaria de Cultura e Turismo

¹³⁴ Grifo nosso

¹³⁵ O candidato do PT, Luis Inácio Lula da Silva, metalúrgico saído das greves do ABC, na década de 1980 tentava pela terceira vez o acesso à Presidência da República.

FHC. Durante seus dois mandatos¹³⁶, a mídia defendeu militantemente todas as medidas de desmonte do Estado, da nação e do trabalho. Ela (*a mídia*)¹³⁷ apoiou as privatizações criminosas, a libertinagem financeira, a desnacionalização da economia e a flexibilização das leis trabalhistas [...] não deu qualquer destaque às denúncias de corrupção contra o governo FHC, como na compra de votos para sua reeleição ou no bilionário socorro aos banqueiros. Todas essas manipulações, porém, não evitaram o crescente desgaste do seu serviço, que deixou o governo como um dos presidentes mais detestados da história do país. (BORGES, 2009. p.82).

Para o Ministério da Cultura, FHC nomeou Francisco Weffort, que se manteve no cargo até dezembro de 2002

Foi um período dedicado ao aprimoramento das leis de incentivo (Rouanet e do Audiovisual), ação que esteve em consonância com a política neoliberal implantada pelo presidente Fernando Henrique, cujo principal exemplo foi a política das privatizações das empresas estatais nas mais diversas áreas. (CALABRE, 2009, p.114).

As leis de incentivo assumiram o papel de execução das políticas culturais, como afirmam Rubim (2008) e Calabre (2009), e o governo FHC/Weffort não elaborou propostas, planos ou diretrizes de gestão pública para o campo da cultura. A intervenção do governo federal foi na área de patrimônio, com a instituição do Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e a criação do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, através do Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000¹³⁸. “Esse decreto é a institucionalização da ampliação do conceito de patrimônio, presente na Constituição de 1988, expresso no capítulo III, seção II, artigo 16” (CALABRE, 2009, p. 119).

Na Bahia, a racionalização administrativa promovida pelo governador Paulo Souto estava acompanhada pelas privatizações de empresas e serviços públicos estatais, como a Coelba. A nova gestão do CEC-BA, nomeada por meio do Decreto s/nº, assinado em 22 de outubro de 1995, foi empossada no dia 7 de novembro, na sala Conselheiro Américo Simas Filho, no Palacete Catharino. O número de conselheiros passou de 18 para 20 titulares, e 10 suplentes. Foram reconduzidos vários membros da gestão anterior, à exceção de Emanuel Araújo e Raymundo Brito. Os quatro novos integrantes foram: Nilda Spencer, Ana Maria Pedreira, Bell Marques e Sante Scaldaferrri. Nessa gestão, artistas ligados à cultura popular e às diversas linguagens artísticas compõem o colegiado. A composição do conselho continuava

¹³⁶ FHC foi reeleito em 1998.

¹³⁷ Grifo nosso

¹³⁸ De acordo com o Decreto nº 3.551, o registro estava dividido em: 1) Livro dos saberes (para registro de conhecimentos e modos de fazer), 2) Livro das celebrações (para festas, rituais e folguedos), 3) Livro das formas de expressão (para manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas), 4) Livro dos lugares (para espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas).

formada por maioria da sociedade civil, em comparação aos representantes do Estado.

Os conselheiros deram todo o apoio à iniciativa do governo de criar a SCT e acreditavam que o secretário Gaudenzi iria apoiar a proposta de alterações regimentais no CEC-BA em face da sua estrutura organizacional, em desacordo com a nova realidade. Para o colegiado, a política estadual de cultura não poderia se limitar à atuação apenas da SCT. Cabia ao Conselho de Cultura assumir sua parcela de responsabilidade na definição e concretização da nova política para o setor cultural, precisando de novos estímulos e incentivos, de instrumentos e mecanismos de ação. Ao final de sua gestão, em 1997, o presidente Waldir Freitas de Oliveira (1995-2003) lamentou que, “apesar dos esforços e empenho, para desenvolver suas atividades, não houve melhoria das condições estruturais e funcionais do Conselho de Cultura.”¹³⁹.

Os conselheiros desejavam também mais autonomia para desenvolver suas ações: queixavam-se da burocracia imposta pela administração pública, que os impedia de avançar nos trabalhos. Na 38ª sessão plenária, em 05 de dezembro de 1995, o conselheiro Mário Augusto Castro lamentava: “o excesso de formalismo e a burocracia na operacionalização deste conselho às vezes são muito prejudiciais”¹⁴⁰

O Conselho da Bahia dependia de recursos e infraestrutura do governo estadual para funcionar, inclusive, dependendo dos gestores da área. No que respeita a isso, o ex-presidente do CEC-BA, Waldir Freitas Oliveira, explicou que, na sua gestão, o carlismo nunca exigiu posição, mas cobrava “obediência”: Nós queríamos incluir no Regimento (*Interno*)¹⁴¹ que o governo assegurasse a plena autonomia do conselho, mas esse regimento nunca foi aprovado porque o governo não queria que fosse aprovado. O governo queria que nós obedecêssemos e nós éramos desobedientes”¹⁴². Essas posições de independência e autonomia, em relação ao Executivo, também foram reafirmadas pelo ex-conselheiro Luiz Henrique Dias Tavares: “o colegiado não aceitava pressões externas, atuando com autonomia. Mas também não criava polêmicas.”¹⁴³.

Na gestão de Berbert de Castro, o colegiado debruçou-se nos estudos de um anteprojeto de Lei para modificar o Regimento Interno. Porém, a SCT não aceitou as mudanças propostas pelo colegiado e acabou modificando a proposta original. Na sessão do dia 31 de outubro de 1995, com a presença da chefe de gabinete da SCT, Sônia Bastos, os

¹³⁹ Oliveira, Freitas. Relatório de Atividades, 1995-1997, CEC-BA, 1997.

¹⁴⁰ Livro de atas, 1995.

¹⁴¹ Grifo nosso.

¹⁴² Entrevista concedida à autora da pesquisa em agosto de 2011.

¹⁴³ Entrevista concedida à autora da pesquisa em julho de 2011.

conselheiros ratificaram a importância do anteprojeto de Lei do Regimento Interno e pediram mais atenção do órgão para a definição das atribuições e competências do conselho. O colegiado manifestou sua indignação porque a SCT não tinha ouvido o CEC-BA na elaboração do Plano Cultural Bahia 95, lançado pelo governador Paulo Souto, no início desse mesmo ano, além de desrespeitar a Câmara de Letras (Art. 19 do Regimento Interno aprovado pelo Decreto 32.400 de 25 de outubro de 1985) ao criar o Selo Editorial Letras da Bahia, em parceria com a Fundação Cultural da Bahia, o que parecia uma afronta ao CEC-BA.

Para Tatagiba (2010), o projeto político do governo é uma variável importante para se entender como o Executivo se posiciona em relação aos novos arranjos participativos. Geralmente, a postura do Estado é de resistência à participação da sociedade civil nos conselhos, mas quando existe uma complementaridade de interesses, os conselhos podem ser usados como espaços de legitimação para suas decisões: “Nesses contextos, o conselho acaba virando uma instância paralela esvaziada de poder efetivo.” (TATAGIBA, 2010, p. 37). A pesquisadora acrescenta que existem duas formas pelas quais os governos têm buscado controlar esses espaços de participação da sociedade civil: por meio da definição de sua agenda e pela garantia de uma composição favorável. A segunda opção parece se adequar mais ao Conselho de Cultura da Bahia, porque era constituído por indicações políticas do chefe do Executivo. Além disso, a forte dependência ao Executivo lhe colocava limitações para seu funcionamento, em especial por não contar com recursos financeiros para desenvolver seus trabalhos.

O governador sancionou a Lei nº 7.016 de 09 de dezembro de 1996, que reorganizou o Conselho Estadual de Cultura e também alterou a estrutura do Arquivo Público, dando outras providências, frustrando, assim, os conselheiros porque limitava suas competências em determinadas áreas de ação: “Irresignado, o Colegiado preferiu se omitir a apreciar o anteprojeto do Regimento Interno, elaborado e encaminhado pela Secretaria de Cultura e Turismo ao CEC-BA”¹⁴⁴. Teixeira (2000), Côrtez (2010), Tatagiba (2010), Rubim (2010), por citar alguns, mostram essa preocupação em relação aos dispositivos encontrados nos Regimentos Internos que acabam por limitar o trabalho dos conselheiros:

Na análise de atas e resoluções é possível identificar que o principal tema sobre o qual os conselheiros se debruçavam dizia respeito à dinâmica interna do conselho. [...] Dentre essas discussões mais organizacionais, ganham destaque as questões relativas à elaboração dos regimentos internos. (TATAGIBA, 2010, p. 44).

¹⁴⁴ Livro de Atas do CEC-BA, dezembro de 1996.

Após esse episódio, o conselheiro Manoel Veiga apresentou ao Plenário o documento “Planejamento e Desenvolvimento Culturais: uma Indicação para uso Interno”¹⁴⁵, propondo um programa das atividades do conselho. O texto convocava os conselheiros a assumir a função de planejar a política cultural, porque os

planos culturais podem descer a minúcias concretas do que fazer, ou como fazer. É necessário, entretanto, que esses planos se insiram dentro de políticas culturais mais amplas, formuladas em função de problemas detectados, com o objetivo comum de buscar soluções.¹⁴⁶

Urgia a necessidade de acabar com o imobilismo dos conselheiros, passando do “mito para a realidade”¹⁴⁷, porque essa competência estava prevista na Constituição do Estado e o conselho tinha o dever de contribuir para sua formulação. “Em vez de enfrentar o problema, trabalhando, dividindo tarefas, o nosso Conselho veste-se de lauréis acadêmicos, lamenta-se de decretos e possíveis insubordinações e imobiliza-se”¹⁴⁸.

Para reanimá-lo, convocava seus confrades a elaborar, a partir desse momento, o arcabouço da política cultural, em que os planos culturais de 1997 deveriam estar inseridos, o documento deveria ser encaminhado ao secretário da SCT e ao governador. O Plano não poderia imitar os modelos sulistas do eixo Rio - São Paulo, como, de acordo com o colegiado, os órgãos públicos de cultura estavam se orientando. Por isso, aos conselheiros cabiam duas tarefas urgentes: a de ligação e articulação com as diversas instituições culturais do Estado e a responsabilidade, dentro das suas áreas de competência, de desenvolver o projeto com prazo estabelecido para apresentá-lo às autoridades. Para servir de apoio ao colegiado, o CEC-BA criou uma Secretaria Executiva, que acompanhou a elaboração de um documento básico.

O teor do documento foi discutido pelo Plenário, no dia 16 de fevereiro de 1996. A maioria dos conselheiros não aprovou o texto, por considerá-lo autoritário e não poderia ser aplicado, nesse ano, porque exigia a audiência de outras instâncias. Além disso, muitos conselheiros discordavam da proposta de elaborar um Plano de Cultura, alegando não ser atribuição do conselho e, sim, do governo. Nesse sentido, o papel dos conselheiros era apenas apreciar e aprovar o Plano de Cultura. Devido às opiniões divergentes, foi criada uma Comissão responsável por elaborar o anteprojeto de Lei com as alterações regimentais, a partir do documento preparado pelo conselheiro Manoel Veiga.

¹⁴⁵ O documento “Planejamento e Desenvolvimento Culturais: uma Indicação para uso Interno” foi encaminhado como Indicação nº001/96

¹⁴⁶ Indicação nº001/96, CEC-BA, 1996

¹⁴⁷ idem

¹⁴⁸ idem

A iniciativa do conselheiro Veiga possibilitou ao colegiado, de fato, repensar o papel do conselho. Ao longo de sua trajetória, o colegiado, por diversas vezes, debruçou-se na discussão sobre sua atuação e papel na administração pública. Alguns conselheiros alegavam falta de atuação pelas limitações impostas pela legislação, através do Regimento Interno; outros queixavam-se da falta de planejamento e organização dos trabalhos e tarefas, dependendo das Câmaras e Comissões para funcionar; outros reivindicavam uma estratégia de comunicação que levasse as atividades e discussões públicas. Em algumas gestões, o colegiado queixou-se da carência de infraestrutura e número insuficiente de funcionários. Raramente essas reclamações eram incluídas nos relatórios elaborados pelos presidentes do Conselho, e que eram encaminhados ao Executivo; parecia existir um pacto de silêncio entre os conselheiros, por não tornar público esses problemas do colegiado.

Na sessão do dia 23 de janeiro de 1996, a Coordenadora de Cultura (Codecult) da SCT, Eulâmpia Reiber¹⁴⁹, era sabatinada pelo CEC-BA. Reiber apresentou dois documentos ao colegiado: a) Diretrizes Básicas à formulação de um Plano Estadual de Ação Cultural para o Quadriênio 1995-98 e b) o esboço do documento preliminar do Plano Estadual de Cultura. O primeiro documento foi lançado pela SCT, em 14 de dezembro de 1995, apresentando os objetivos da Secretaria

na promoção de condições de desenvolvimento da Cultura e Turismo. Nesse contexto, o turismo devia interagir com a cultura, sem risco do comprometimento da identidade cultural baiana¹⁵⁰.

Para isso, quatro das ações iriam ser implementadas pela Secretaria considerando a diversidade cultural, a relação de equilíbrio e o papel do Estado. As linhas de ação estavam pré-estabelecidas de acordo com o fortalecimento da política de incentivo à criação e produção: a adoção de novos mecanismos legais e estratégicos de proteção, preservação e dinamização do patrimônio histórico, artístico e cultural; a intensificação da política de difusão/intercâmbio cultural e a implementação de uma política de fortalecimento institucional.

Além disso, a SCT se comprometia a fortalecer os órgãos do sistema: o Conselho de Cultura da Bahia, cuidando da formulação do pensamento, da defesa do patrimônio e dos

¹⁴⁹ A jornalista Eulâmpia Reiber, pós-graduada pelo *Institut Français de Presse – Université Paris VI – Sorbonne*, em Paris, após retornar da França, trabalhou como assessora de Valentin Calderón e depois de Geraldo Machado na Fundação Cultural. Faz parte da equipe técnica da Bahiatursa, na gestão de Paulo Gaudenzi, desenvolvendo projetos culturais, ocupando as chefias das unidades de Turismo Social e de Estudos de Produto. Em 1995 assumiu a Coordenação de Cultura (Codecult).

¹⁵⁰ Diretrizes Básicas à formulação de um Plano Estadual de Ação Cultural para o Quadriênio 1995-98, SCT, 1996.

interesses de desenvolvimento artístico e cultural da Bahia; a Coordenação de Cultura (Codecult), cumprindo suas atribuições de assessoramento, estudos e pesquisas, e apoiando o sistema em suas necessidades específicas; a Fundação Cultural do Estado da Bahia (agora denominada Funceb), cuidando das linguagens artísticas e de alguns segmentos de memória e patrimônio, a exemplo de bibliotecas e museus. Para isso, seriam recuperados, ampliados e modernizados os acervos, espaços, equipamentos e serviços culturais: centros de cultura, vinculados à Fundação Cultural; o Arquivo Público do Estado e as bibliotecas; a sede da Biblioteca Pública; a sala do Coro do TCA; o Teatro Miguel Santana; a Sala Walter da Silveira e os museus. Os instrumentos utilizados para conseguir cumprir as metas eram: Fazcultura (Fundo Estadual de Incentivo à Cultura)¹⁵¹, Marketing Cultural e mecanismos de difusão do mercado com criação do Polo Cinematográfico da Bahia, Selo Fonográfico e Editorial, dentre outros.

A SCT definiu o conceito de cultura a ser trabalhado nessa gestão no documento “Diretrizes Básicas à formulação de um Plano Estadual de Ação Cultural para o quadriênio 1995-98”, como sendo um:

conjunto de valores que traduzem os modos de ser do homem em sua forma de pensar, sentir, criar, saber, agir, interagir, exprimindo arte, conhecimento, costume, crença, moral, organização, relação de produção, etc., formando sistemas que dão sentido à existência humana, caracterizando os diferentes contextos e constituindo em cada um deles a sua própria identidade cultural¹⁵².

Em várias ocasiões, o secretário Gaudenzi declarou publicamente que, desde que assumiu a SCT, Eulámpia Reiber foi sua “mestra” nas questões ligadas ao campo cultural porque ele era “leigo” nesses assuntos. Nas palavras do ex-presidente do CEC-BA, Waldir Freitas Oliveira:

[...] O secretário Paulo Gaudenzi se interessava muito mais pelo turismo que pela cultura. A parte de gestão cultural ficava a cargo de Sonia Bastos, que era uma espécie de coronel, mandona, ditatorial mesmo. Agora, ela fazia tudo que o governo queria [...] nunca houve uma política cultural definida. Nós, do conselho, queríamos ter o direito de fazer isso, mas ele (*Paulo Gaudenzi*)¹⁵³ não abria mão disso. [...] Então, se você tira isso da mão do governador ou do secretário e passa para o conselho, eles perderiam politicamente. Era uma perda. E eles não queriam perder. Sonia Bastos decidiu fazer uma coisa que eu considero absurda, aquele Atlas de Cultura, o inventário cultural da Bahia em 12 volumes. O projeto não foi discutido, foi decisão única da Secretaria de Cultura e Turismo. O grande mapeamento cultural

¹⁵¹ Sobre este assunto ver VIEIRA, Mariella. Política cultural na Bahia: o caso do Fazcultura. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura Contemporâneas) 240f. Salvador: FACOM/UFBA, 2004.

¹⁵² Diretrizes Básicas à formulação de um Plano Estadual de Ação Cultural para o quadriênio 1995-98, SCT, 1996

¹⁵³ Grifo nosso

da Bahia não é esse. É aquele que foi feito por Paulo Ormino de Azevedo, que é muito superior àquele de Sonia Bastos e Eulâmpia (Reiber)¹⁵⁴ [...] o Conselho não teve nenhuma participação naquilo ali [...] recebeu pronto. Quem fez a divisão da Bahia em áreas culturais foram Sonia Bastos e Eulâmpia. Elas não ouviram ninguém. Era esse tipo de coisa que nos deixava com raiva, porque a gente queria que uma coisa como essa fosse dirigida por nós, do Conselho de Cultura. Nós achávamos que a Secretaria estava tomando o nosso lugar e nós não queríamos o lugar do secretário, mas quando se tratasse de certas coisas de políticas culturais, nós tínhamos que dirigir o processo [...] O secretário era assessorado por Eulâmpia e Sonia Bastos era o coronel, quem ordenava, mas a cabeça era Eulâmpia e ela não consultava o Conselho, mesmo quando o integrou. O material já chegava pronto ao Conselho¹⁵⁵.

Portanto, a SCT privilegiou as instituições culturais e a área de Turismo se restringiu à Coordenação de Turismo (administração direta) e a Bahiaturisa (de administração indireta). Veja a seguir o organograma, que determinava a organização da Secretaria:

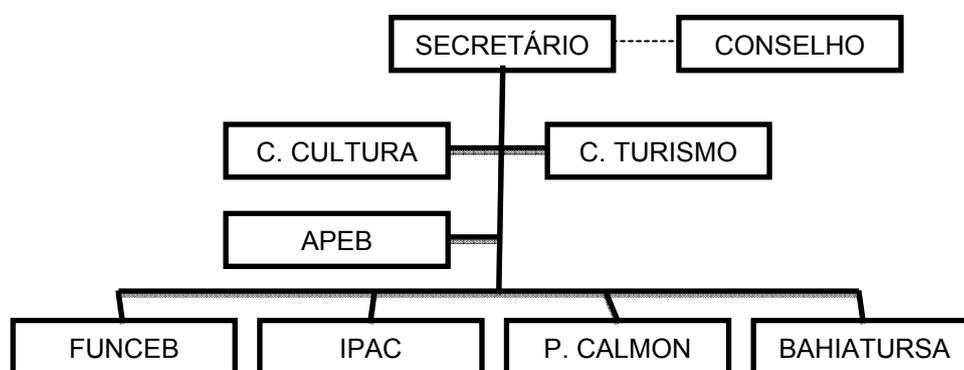


Ilustração 1- Organograma da SCT no governo Paulo Souto

Na gestão do presidente Waldir Freitas Oliveira (1995-2003), a Revista de Cultura da Bahia voltou a ser editada, com uma nova programação visual. O presidente do CEC-BA criou também um projeto editorial denominado Memória da Bahia, com o objetivo de publicar obras de autores baianos inéditos, falecidos, que nunca foram editados ou com edições esgotadas. Foram enviados 15 títulos à Fundação Cultural para publicação. No dia 05 de novembro de 1996, em uma solenidade para comemorar o Dia da Cultura, o governador Paulo Souto e o secretário Paulo Gaudenzi lançavam, no Museu de Arte Moderna, a terceira versão do Programa Cultura Bahia 96-97¹⁵⁶, com uma extensa programação. Durante a

¹⁵⁴ Grifo nosso

¹⁵⁵ Entrevista com a autora em agosto de 2011

¹⁵⁶ A primeira versão do programa Ações Culturais aconteceu no dia 24 de julho de 1995, às 11h, na sede do Conselho Estadual de Cultura, na posse dos conselheiros da gestão 94-96 e foram anunciados o lançamento dos Prêmios Literários Governo da Bahia 95-98, iniciativa do CEC-BA, e do Selo Editorial Bahia, convênio de co-edição entre a Fundação Cultural do Estado (Funceb) e a Empresa Gráfica da Bahia (EGBA), além de outras atividades. A segunda versão ocorreu no dia 19 de dezembro de 1995, na Sala Walter da Silveira, para lançar o projeto Dramaturgia baiana, o primeiro número da Revista Bahia e a assinatura do Convênio de Cooperação

solenidade, o governador autorizou também o encaminhamento do anteprojeto de reestruturação do Regimento Interno do CEC-BA à Assembleia Legislativa; foi criado o Fazcultura e o secretário entregou ao governador sete publicações, das quais quatro eram da Coleção Selo Bahia (da Fundação Cultural)¹⁵⁷, e três da linha Obras Institucionais¹⁵⁸. O programa editorial tão desejado pelo Conselho não foi contemplado pelo governo.

Na sessão do dia 14 de agosto de 1995, o Conselho encaminhou à SCT as avaliações e sugestões do documento “Subsídios para o Plano Estadual de Cultura”, manifestando a satisfação de ter contribuído para a elaboração de um documento norteador das ações do governo do Estado na área da cultura. E pelo fato de tratar-se de “subsídios” e não de um Plano definitivo, apresentou sete sugestões: a primeira delas era que o CEC fosse reconhecido como “órgão do sistema” da SCT, permitindo e estimulando sua participação nas ações preliminares da formulação das políticas culturais desenvolvidas pela Secretaria. Desejava, ainda, uma participação mais efetiva junto à Codecult, criando um canal de comunicação direto na elaboração dos documentos definidores de ações e estratégias a serem realizadas pelos demais órgãos do “sistema”, detentores de funções executivas.

Outras sugestões diziam respeito à citação apenas dos equipamentos culturais de Salvador, esquecendo os do interior; sugestão para incluir as áreas das artes e atividades científicas nos prêmios culturais do Estado; definir uma política editorial unificada a cargo dos órgãos culturais do estado; e incluir a SCT e o Plano Cultural do Estado no Mercosul Cultural, dentre outras.

Nesse mesmo ano, na sessão do dia 22 de dezembro de 1997, o secretário Paulo Gaudenzi apresentou ao colegiado um balanço, na área de cultura, dos quatro anos do governo Paulo Souto. O documento, intitulado “A Política Cultural do Estado”, mostrava os investimentos do governo para a área, na tentativa de justificar como a cultura tinha se tornado prioridade para a SCT. Em relação ao Programa Editorial, na área de Literatura, o governo editou:

Programa Editorial	Número de livros editados pelo governo
Coleção Memória da Bahia	05

entre a SCT e o Instituto Mauá para levantamento de informações sobre o artesanato baiano, através do projeto Mapeamento Cultural da Bahia.

¹⁵⁷ Foram lançadas as obras “Triste Bahia. Oh! Quão Dessemelhante”, de Cid Teixeira; “O poeta grego da Bahia – Sosígenes Costa”, de Gerana Damulakis; “O espelho partido”, de Aramis Ribeiro Costa; e “Caminhos da Ficção”, de Maria de Lourdes Netto Simões.

¹⁵⁸ Na solenidade, foram lançados três trabalhos elaborados pela SCT: Guia Regional de Cultura Baixo Médio São Francisco; Bahia, Ações Culturais e Catálogo Literário 96.

Selo Editorial – Letras da Bahia	26
Prêmios Culturais Governo	07
Coleção Apoio	25
Coleção Obras Institucionais	22
Coleção Literatura de Cordel	01

Quadro 8 – Programa Editorial 1995-1998

Fonte: SCT

Pode-se perceber, no quadro, que o programa editorial criado pelo Conselho de Cultura: Memória da Bahia, não foi contemplado pelo governo, em comparação ao programa Selo Editorial Letras da Bahia, o que provocou sérias reclamações do colegiado.

Durante as comemorações dos 30 anos de criação do CEC-BA, em 09 de março de 1998, foi inaugurada a galeria dos ex-presidentes. A solenidade teve apresentação do grupo Madrigal da UFBA e o lançamento da Revista de Cultura da Bahia, nº 16 que, após 13 anos, voltou a ser editada.

3.4 A “crise de identidade” do CEC-BA

Ao longo de sua trajetória, o colegiado manifestou uma preocupação com o papel e atuação do Conselho Estadual de Cultura. Na década de 1990, os conselheiros lembravam com certa nostalgia o trabalho e a atuação do colegiado, nos anos 1970 e 1980, e consideravam que, nas décadas anteriores, uma maior intervenção no campo cultural do Estado. Mas foi durante a gestão do governador César Borges, que sucedeu Paulo Souto, em 1998, que o Conselho decidiu aprofundar as discussões sobre sua identidade. César Borges, outro candidato apoiado pelo carlismo, dava continuidade não só à hegemonia do DEM, no governo, como também às ações da SCT, com exceção de algumas nomeações. O Secretário Paulo Gaudenzi continuou no governo, assim como boa parte de sua assessoria técnica e administrativa.

De acordo com Fernandes (2008), César Borges apenas promoveu algumas permutas de cargos, Sônia Bastos assumiu a Codecult, no lugar de Eulâmpia Reiber; a chefia de gabinete foi ocupada por Marinaldo Mello, que foi substituído na presidência da Bahiatura por Cláudio Taboada. Em 1999, a Bahiatura iniciou o Inventário Patrimonial – acolhido no Centro de Referência Cultural da Bahia, criado pela SCT, denominado, também, Centro de Referência em Educação Patrimonial (CREP), que pertencia ao IPAC e “promovia atividades internas de pesquisa e catalogação, além de palestras, oficinas e capacitações” (FERNANDES, 2008, p. 90).

Na sessão de 25 de janeiro de 2000, o Conselho de Cultura comemorava o encaminhamento de algumas iniciativas: a aquisição do Cine-Teatro Nazaré pelo jogador Vampeta¹⁵⁹, onde depois passou a funcionar o Memorial de Cinema da Bahia, e o apoio do colegiado ao governo que estava contra o Projeto de Transposição das águas do Rio São Francisco. O conselho se uniu ao governador Paulo Souto na campanha contra a transposição do Rio São Francisco, que vinha sendo ventilada pelo então presidente Itamar Franco. Qualificada pelos conselheiros como um “projeto insensato do governo brasileiro”, “projeto catastrófico”, “danoso para o país” e por essa razão duramente criticada, a transposição mobilizou o colegiado, que solicitou ao Procurador Geral da República, Aristides Junqueira, que examinasse essa questão a fim de evitar sua concretização.

O colegiado assumiu publicamente sua posição contrária ao projeto e, por conta disso ganhou muita visibilidade, inclusive na imprensa local. Além disso, em uma solenidade, lançou a edição nº 22 da Revista da Cultura, dedicada quase que exclusivamente ao assunto. Estavam presentes no evento o senador Paulo Souto, que proferiu uma palestra contra a transposição, o secretário Gaudenzi e muitas outras autoridades. A edição da Revista da Cultura incluiu um discurso do então senador Paulo Souto, o parecer contrário do CEC à transposição, uma antologia e iconografia da história do Rio São Francisco escrita pelos conselheiros, uma bibliografia sumária sobre publicações do Rio São Francisco, dentre outros textos que ocuparam 81 páginas do total de 210 da Revista. Os conselheiros usaram todo seu “capital”, na defesa dessa campanha promovida pelo governo estadual.

Para o ex-presidente Waldir Freitas Oliveira, o fato de o CEC-BA ser contra a transposição do Rio São Francisco foi pura coincidência:

Paulo Souto também era contra a transposição, mas o conselho também era. Nós não estávamos defendendo a transposição apenas para agradar o governo, mas sim porque estávamos convencidos de que não deveria haver a transposição. Divulgamos, inclusive, na capa da Revista de Cultura da Bahia uma imagem rara¹⁶⁰, mas ali o que houve foi apenas uma coincidência entre as posições de Paulo Souto e do Conselho. Tanto que nós convidamos o governador para fazer uma palestra e teve um artigo dele publicado na Revista de Cultura da Bahia. Mas não foi ele quem determinou o tema, fomos nós que escolhemos o tema. Por coincidência ele estava defendendo a mesma coisa que nós¹⁶¹.

¹⁵⁹ Após a aquisição do teatro, Vampeta diz que houve certa inoperância do Conselho e por isso, a atitude dele devia servir de lição. “Considero isso injusto. O conselho não foi omissivo na questão; ao contrário, acolheu o parecer favorável à proposta, emitido pela Câmara de Patrimônio [...] ao tombamento do imóvel e o encaminhou à instância competente” (conselheira Myriam Fraga) “[...] durante dois anos este conselho tentou encaminhar o processo de tombamento daquele imóvel, sem conseguir”, justificou-se o ex-presidente Waldir Freitas Oliveira.

¹⁶⁰ A Revista da Bahia nº 22, de 2005, foi publicada a fotografia *Cachoeira de Paulo Afonso* de 1875, de Marc Ferrez (1843-1923)

¹⁶¹ Entrevista concedida à pesquisadora em agosto de 2011

Em 1999 o governador Paulo Souto nomeou quatro conselheiros suplentes para reforçar as atividades do Conselho: o jornalista José Cerqueira, então assessor de Relações Institucionais da Braskem; a então diretora do IPAC, Adriana Castro; Francisco Soares Sena e Eulâmpia Reiber. A conselheira falou sobre essa chegada ao Conselho:

[...] foi uma indicação do próprio Paulo Gaudenzi, eu acho que muitos conselheiros não gostaram [...] Fui a primeira mulher a ser presidente do Conselho e para muita gente isso era um horror [...] O secretário queria que tivesse forte presença feminina até para poder mostrar que havia um repensar [...] colocando no mesmo patamar homens e mulheres [...] que não tivesse nenhuma restrição a cultos, nenhum problema de ideologia contaminando [...] isso mudou muito porque, a partir desse momento, o Conselho passou a ter um critério de composição [...] com um terço formado por representantes oficiais do governo, um terço por instituições de classe e um terço formado pelos intelectuais [...]¹⁶².

Nesse período, ainda, os conselheiros iniciavam uma discussão profunda sobre o papel do colegiado, tendo à frente o ex-presidente da Fundação Cultural do Estado da Bahia e conselheiro Geraldo Machado, que fazia parte do colegiado havia três gestões. Mais uma vez, o colegiado usava o Plenário para discutir o assunto. Desta vez, o conselheiro Machado, além de fazer uma análise da situação, apresentou diversas propostas sistematizadas em vários documentos:

[...] é como se fossemos um corpo velho querendo pensar de uma maneira nova. Nós temos uma liturgia, uma ritualística, que é inibidora de um processo mais criativo. O Secretário quer que sejamos *think thanks* - grupos de intelectuais que pensam polêmica e objetivamente, em cima de determinados assuntos - É sempre difícil ver qual é o nosso compromisso com o Estado, até que ponto podemos importuná-lo, provocá-lo, desafia-lo! O que está aí é mais um jogo dialético. Mas, o Conselho, de alguma forma, preza e preserva uma paz diplomática [...] Na hora que se libera um processo democrático de discussão da cultura, nós sempre temos um leque de possibilidades [...] um dia as cabeças pensantes da Bahia vão reconhecer que aqui há um somatório de inteligências capazes de pensar melhor que ninguém o Plano de Ação Cultural do Estado [...] temos que encontrar espaços, buscar algo efetivo; porque senão ficaremos reclusos a uma ação entre amigos, trocando informações, celebrando datas, fazendo moção de pêsames e congratulações¹⁶³.

O conselheiro Geraldo Machado sugeriu fazer uma “parada técnica” por três sessões, para que o conselho pudesse se dedicar a “refletir e mergulhar em suas razões de ser”, pois o colegiado perdia terreno em efetividade e o modelo não acompanhava os processos de mudanças socioculturais; não estava sintonizado com a contemporaneidade e por isso não se comunicava com a comunidade cultural baiana. Convocou seus pares a uma reflexão profunda sobre sua função e solicitou renovar a atuação do Conselho, através de modificações estruturais profundas e radicais. Mas isso só poderia acontecer através de um “consenso

¹⁶² Entrevista cedida à pesquisadora em julho de 2011.

¹⁶³ O material se encontra no livro de Atas, no Conselho Estadual de Cultura

interconselheiros”. Finalmente, na opinião de Machado, apresentava-se a oportunidade de “desenharmos uma formatação ágil, despida de formalismos anacrônicos de maneira a processar e metabolizar conteúdos culturais em um amplo processo de diálogo com a sociedade baiana, cada vez mais complexa e plural”¹⁶⁴.

Além disso, o conselheiro denunciava: um loteamento institucional tradicional, o diretor da Fundação Cultural tem seus projetos e quer realizá-los; não quer ouvir o Conselho. O Secretário tem sua agenda política; também não quer ouvir o Conselho. Uma matéria publicada na edição 35, página 19, do Jornal Soterópolis, em agosto de 2001, desagradou uma parte do colegiado pelo seu conteúdo, considerado ofensivo. A seguir, alguns trechos da matéria divulgada pelo Soterópolis:

O Conselho Estadual de Cultura vive uma crise de identidade. Criado na década de 60 para ser o grande gestor da cultura baiana, hoje é uma instituição meramente decorativa, desconectada do governo e da sociedade, sem qualquer participação relevante na discussão e na definição da política cultural da Bahia. Um órgão que, se hoje fosse extinto, passaria completamente despercebido para a grande maioria da sociedade baiana [...] um grupo de conselheiros vem promovendo uma verdadeira rebelião. Capitaneados por Geraldo Machado, diretor da Fundação Luis Eduardo Magalhães, [...] querem mudar a face do conselho, tornando-o um órgão mais atuante e influente na vida cultural da cidade [...] “Queremos ser a cabeça de um amplo processo de discussão cultural, um elemento de articulação entre o Estado e a comunidade. Queremos organizar o pensamento na área da política cultural”, define Geraldo Machado [...] O que é o conselho? Qual o seu papel? Qual a imagem diante da sociedade? Em que contribui para a cultura baiana? A quem ele serve?

O que nós temos é uma caricatura de conselho. “Não existe disposição para aconselhar ninguém nem para interferir no debate cultural da cidade”, acusa o antropólogo e poeta Antonio Risério, que se licenciou do cargo de conselheiro. Na sua visão, apesar de contar com intelectuais e artistas atuantes da cidade, como Geraldo Machado, Lia Robatto (Projeto Axé), Regina Dourado (atriz), Myriam Fraga (Fundação Casa Jorge Amado), Luis Henrique Dias Tavares (UFBA), Oscar Dourado (UFBA), Mercedes Rosa (Museu Carlos Costa Pinto), Jorge Portugal (professor), entre outros, a instituição está emperrada. “O conselho tem um caráter reumático e burocrático”, diz Risério [...] Numa dessas reuniões, parodiando Graça Aranha, o professor Jorge Portugal foi enfático: “Ou renova-se a academia ou morra a academia” [...]

O presidente do conselho, o geógrafo e historiador Waldir Freitas Oliveira, se defende. Há seis anos na presidência, ele garante que a instituição não está parada. O problema, na sua opinião, é que o conselho não tem função executiva nem normativa – apenas consultiva. O conselho é um grilo falante e uma pedra no sapato. Não é muito, mas é alguma coisa”, justifica ele, lembrando que a pressão do conselho evitou a construção de um espigão acima do Iate Clube, na Ladeira da Barra, e de quatro prédios na Avenida Contorno, em frente à Bahia Marina – construções que desvirtuavam a arquitetura colonial daquelas áreas. [...] nem orçamento definido possui [...] “Não temos dinheiro para comprar uma folha de papel sequer”, confessa Waldir Freitas. Nem mesmo uma audiência mensal com o secretário Paulo Gaudenzi o conselho tem. Diante disso, parte dos conselheiros não vai às reuniões, renuncia ao cargo ou pede licença, como aconteceu com Antonio Risério.

Na visão de Geraldo Machado, o Conselho deve ser um órgão consultivo, capaz de levantar informações, identificar problemas, fazer balanços e oferecer propostas e

¹⁶⁴ Indicação nº 004/01, CEC-BA, 2001

sugestões ao governo. Para isso, entretanto, é preciso que crie novos vínculos com a sociedade [...] Os planos incluem a criação de um site na Internet [...] A criação de uma distribuidora de livros para dinamizar o mercado editorial na Bahia é outra proposta em discussão [...] muitos conselheiros têm claro que é preciso trabalhar rápido para mudar a feição da instituição. Não há muito tempo que esperar [...] ¹⁶⁵.

Foi realizado um seminário interno, no dia 28 de julho de 2001, das 10h às 17h, nas dependências da Bahiatursa, no Centro de Convenções, com a participação de conselheiros e funcionários¹⁶⁶. O resultado desse encontro foi sistematizado em um documento de 37 páginas, organizado em quatro capítulos: 1) Concepção do Seminário Interno, 2) Desenvolvimento do Seminário Interno, 3) Produto do Seminário Interno e 4) Recomendações. Durante o evento, os próprios conselheiros fizeram uma espécie de “*mea culpa*” pelo desgaste da instituição.

Foram registradas, no documento, 23 sugestões para o funcionamento do Conselho, das quais podemos destacar: substituição da nomenclatura da Câmara de Ciência para Câmara de Ciência e Ecologia; reformulação das Câmaras, subdivididas com base em novos critérios; promoção e interação entre o conselho e a sociedade e intercâmbio com outros conselhos; realização de uma audiência mensal com o Secretário de Cultura e Turismo para encaminhamento de propostas e providências; destinação de recursos, no orçamento do Estado, para o funcionamento do Conselho de Cultura, solicitação para o aumento do valor do jetom e limitação do número de sessões. Além de garantir a divulgação das atividades do Conselho através dos serviços de uma Assessoria de Imprensa, além de uma página na internet; escolher os conselheiros por meio de consulta à coletividade cultural; estabelecer agenda de discussões, prazos e metas; mudar a dinâmica das sessões plenárias.

Apesar das inquietações em relação ao futuro do conselho, as sugestões acabaram não sendo encaminhadas, nem concretizadas. Nas atas do período constam várias reclamações pela demora na sistematização do encontro, cujo relatório final acabou sendo apresentado ao Plenário muitos meses depois da realização do seminário.

Na sessão de 24 de abril de 2001, quando o Secretário Paulo Gaudenzi empossou como titulares os conselheiros Cleise Mendes¹⁶⁷ e Celso Castro¹⁶⁸, o presidente Waldir Freitas Oliveira, além de mencionar como seus ex-alunos os conselheiros José Cerqueira, Fernando Peres, Geraldo Machado e Lia Robatto, reafirmou os desafios de sua gestão: reformulação de

¹⁶⁵ ALVES, Rossana. Conselho de Cultura, a hora da verdade. Jornal Soterópolis, Salvador, ago./ 2001. Ano 4. Edição 35, p. 19

¹⁶⁶ O Seminário contou com a participação de 13 conselheiros, o diretor-geral Eustórgio Cavalcanti e sete funcionários

¹⁶⁷ Em substituição ao conselheiro Carlos Eduardo da Rocha

¹⁶⁸ Em substituição à conselheira Paloma Jorge Amado que renunciou ao cargo

um novo Regimento Interno para o Conselho e elaboração de um projeto, que tinha sido encaminhado pelo secretário, para a implantação, estruturação e funcionamento de uma editora e distribuidora para a Bahia.

No seu discurso, o secretário Gaudenzi reforçou o papel reservado ao conselho na sua gestão:

O governo chegou à conclusão que depois de fazer três planos de turismo, planos de médio prazo [...] o governo do século XXI chega à conclusão de que o próximo plano de turismo não vai ser um plano de turismo. Ele vai ser um plano do entretenimento, onde vai englobar todas as possibilidades de agregar valor ao produto vendável do turismo [...] nós vamos, na Semana da Cultura, em novembro, fazer um grande Seminário da Cultura na Bahia e as forças vivas é que vão ditar quais serão os passos que o governo vai dar para os próximos dez anos, com relação à atividade cultural no Estado. O governo vai acompanhar, como na área de turismo mudou para o entretenimento e que englobou a área cultural, não só vamos mudar também, diretamente a área cultural, onde esses ditames vão sair dessa grande discussão, discussão essa em que a Secretaria vai ser uma coadjuvante auxiliar deste Conselho [...] nós tenhamos a possibilidade de reunir produtores, criadores, os artistas, intelectuais em geral, negociantes da área cultural. Nós não temos medo de falar na palavra negócio e comércio (*sic*) [...] Precisamos mais uma vez do conselho. O conselho vai ser a mola mestra, vai ser o indutor dessa grande discussão, um conselho plural, com cabeças extraordinárias, de todas as linguagens, de todos os aspectos, de todos os setores da atividade cultural [...] Nós não temos suplentes. “Somos todos titulares” (Anais do Conselho, abril de 2001)¹⁶⁹.

No dia 03 de julho desse mesmo ano, o secretário Paulo Gaudenzi voltou ao plenário do colegiado para discutir o “Encontro de Cultura, Desenvolvimento e Políticas Culturais” sob patrocínio do Conselho de Cultura. O presidente designou uma Comissão Especial formada pelos presidentes das Câmaras¹⁷⁰, sob a coordenação de Eulâmpia Reiber, para elaborar a programação do encontro, previsto para acontecer na semana da Cultura, no mês de novembro daquele ano.

O evento aconteceu no dia 06 de fevereiro de 2002, no Centro de Convenções, e teve como objetivo refletir sobre os temas Desenvolvimento, Cultura e Políticas Culturais. A ideia era apontar indicadores básicos à formulação de um novo plano estratégico do setor, voltado para o decênio 2002-2012. Os argumentos usados pelo secretário Gaudenzi eram:

[...] nós só vamos ter resultado econômico [...] na atividade do turismo, se nós agregarmos, cada vez mais, aquilo que nós somos capazes de produzir diferente dos outros [...] São as nossas manifestações culturais, ou a nossa vida cultural [...] [...] (*a*

¹⁶⁹ Os Anais do Conselho, a partir de 2000, encontram-se disponíveis na Biblioteca Alves Ribeiro, na sede do Conselho Estadual de Cultura, no anexo do Palácio da Aclamação, algumas sessões estão disponíveis também em versão digital através de CD-Rom.

¹⁷⁰ Nesse período, a Câmara de Ciências era presidida por Kleyde Lopes; a Câmara de Letras por Luis Henrique Dias Tavares; a Câmara de Artes por Nilda Spencer e a Câmara de Patrimônio pelo Padre Osmar Valeriano Ribeiro.

atividade cultural)¹⁷¹ é um fato econômico [...] Tudo que o governo podia fazer pelo turismo, praticamente se fez nestes 30 anos [...] Então o que a gente quer é que a renda, a taxa de crescimento da renda, seja maior do que a taxa de crescimento do fluxo [...] Aí vai depender do empresariado, porque o governo não vende, quem vende são os empresários. Então o que a gente quer: é que eles (*os empresários*)¹⁷² têm que vender melhor, que eles têm que selecionar o produto a ser vendido, eles têm que agregar valor cultural, têm que agregar um bom valor àquilo que é o turismo nosso [...] mas isso não tem nada a ver com o que a gente quer aqui [...] a gente está querendo fazer dessa discussão [...] o que é que nós somos, o que é que nós queremos, o que é que nós pretendemos fazer na atividade, no processo cultural [...] ¹⁷³.

Também em 2002, na campanha para governador, os conselheiros aprovaram um documento sintetizando as propostas do Conselho de Cultura para a área cultural, que deveria ser enviado aos candidatos envolvidos no pleito. Era a primeira vez que o colegiado adotava essa atitude. Em outra ocasião, na década de 1980, alguns conselheiros intentaram enviar os resultados da Comissão de Estruturação da Secretaria de Cultura aos principais candidatos que estavam concorrendo às eleições de 1987, quando foi eleito Waldir Pires, mas essa iniciativa ficou apenas no papel.

No mês das eleições, outubro de 2002, o conselheiro Fernando da Rocha Peres encaminhou um documento ao Conselho, renunciando ao colegiado pelo:

descontentamento que me vem causando o desvio da finalidade desse Conselho, constitucionalmente definida no Artigo 272 da Constituição do Estado, que diz expressamente da competência do Conselho: ‘formulará a política estadual de cultura’, perguntando: Afinal qual é o lugar do Conselho? Vale salientar que a minha renúncia diz respeito também ao projeto arquitetônico Museu Rodin [...] contrariando o fato do Palacete Catharino ser uma edificação, área e jardins, protegidos legalmente, tombados pelo Estado, sem ter havido conhecimento e a consulta prévia ao órgão colegiado¹⁷⁴.

O projeto do governo de instalar o Museu Rodin no Palacete Catharino, sede do CEC-BA, não tinha sido comunicado ao colegiado. A obra previa a reforma e ampliação do prédio que, por iniciativa do colegiado, estava tombado. Por muito tempo os conselheiros lutaram para construir no local uma biblioteca, que sempre foi negada pelo governo. Além disso, a instalação do Rodin veio acompanhada de denúncias graves de desvio de dinheiro do secretário Paulo Gaudenzi. Uma matéria assinada pelo jornalista Paulo Leandro, divulgada pela Revista Carta Capital, sob o título “Um duto baiano - Uma conta fantasma de R\$ 101 milhões, pagamentos irregulares e suspeita de caixa 2 rondam o terreiro de ACM”, denunciava o esquema:

¹⁷¹ Grifo nosso

¹⁷² Grifo nosso

¹⁷³ Anais do Conselho de Cultura, 2001.

¹⁷⁴ Livro de Atas, CEC-BA, 2001.

[...] No centro da investigação está a Bahiatursa [...] O relatório do TCE aponta uma movimentação, entre 2003 e abril de 2005, de R\$ 101 milhões por meio de uma conta bancária não registrada no sistema de controle do Erário baiano [...] trata-se de dinheiro público [...] As despesas não tinham nenhuma relação, portanto, com a finalidade expressa dos recursos, esclarece o documento do TCE. Uma das sócias, segundo o relatório, Maria de Fátima Dantas Gaudenzi, é irmã do atual secretário estadual de Cultura, Paulo Gaudenzi, também ex-presidente da Bahiatursa. Outras duas, as irmãs Tânia e Vânia Redig Lisboa, são servidoras da Bahiatursa. Os demais são Eulâmpia Reiber, Carlos Américo Machado, Ivonete Maria Campos e Nidalvo Quinto dos Santos. [...] Outro caso emblemático é a assinatura, em 2002, de um convênio entre a Bahiatursa e a Sociedade Cultural Auguste Rodin, no valor de R\$ 1,6 milhão. Por conta de três termos de aditivos, essa parceria foi prorrogada até 25 de fevereiro de 2004. O festival de irregularidades apontadas pelo TCE, nesse caso, é de deixar de queixo caído até o Pensador, mais famosa estátua do artista francês a ser supostamente homenageado por um museu em Salvador. “A Sociedade Rodin vem pagando, costumeiramente, impostos e taxas fora dos prazos de vencimento, acrescidos de juros e multas, utilizando para pagamentos desses encargos os recursos financeiros do convênio”, registra o relatório do TCE [...] rol de descalabros relacionado à Sociedade Rodin: aquisição de uma cadeira de couro natural por R\$ 1,8 mil; apoio à participação de artistas plásticos na V Bienal Di Roma e nas comemorações dos 110 anos de nascimento de Mãe Menininha do Gantois; pagamento por consultoria de feng shui; compra de uma camisa de grife para o engenheiro responsável pela obra do futuro Museu Rodin; pagamento de hospedagem, no fim de semana na Praia do Forte, para representantes do Museu Rodin de Paris; aluguel de TV por assinatura e, finalmente, um pacote de despesas aparentemente superfaturadas com empresas de fotocopiadoras [...] Além disso, a Bahiatursa mandou reformar, por R\$ 39,1 mil, um casarão do século XIX, para a instalação do Museu Rodin da Bahia. O imóvel é alugado. O contribuinte baiano paga R\$ 2,6 mil mensais para o dono do lugar, Sérgio Freire Sobral, [...] Somente entre 2003 e abril de 2005, a Sociedade Cultural Auguste Rodin embolsou R\$ 3,7 milhões da Bahiatursa, [...] O secretário de Cultura e Turismo, Paulo Gaudenzi, é fã incondicional da Oficina das Artes, além de grande entusiasta da construção do Museu Rodin da Bahia. Mas alega desconhecer o movimento de receitas e despesas da Bahiatursa – da qual também desconhece o número de funcionários. [...] O fato de o TCE ter registrado uma irmã e seis funcionárias da secretaria da qual é titular no comando da Oficina das Artes (R\$ 10,5 milhões recebidos em dois anos e quatro meses) também não lhe demove a tranquilidade. “Eles nunca receberam um tostão, eram todos voluntários” (CARTA CAPITAL, 2002).

O fato é que o Museu Rodin instalou-se no Palacete Catharino e o Conselho foi forçado a procurar uma nova sede que, por diversos motivos, acabou derivando no Anexo do Palácio da Aclamação, no Passeio Público, a partir de 2003.

A reestruturação da SCT, proposta pelo governo César Borges, através da Lei 8.538¹⁷⁵, foi discutida na sessão do CEC-BA, no dia 10 de dezembro de 2002. A proposta era substituir as Coordenadorias por Superintendências; o Arquivo Público (APEB) e a Biblioteca passaram a integrar a Fundação Pedro Calmon, o IRDEB foi transferido para a SCT e os museus para o IPAC, porque para o governo os museus eram considerados patrimônio e não memória. Na prática, o organograma ficou definido dessa maneira:

¹⁷⁵ A Lei 8.538¹⁷⁵ foi publicada em 20/12/ 2002

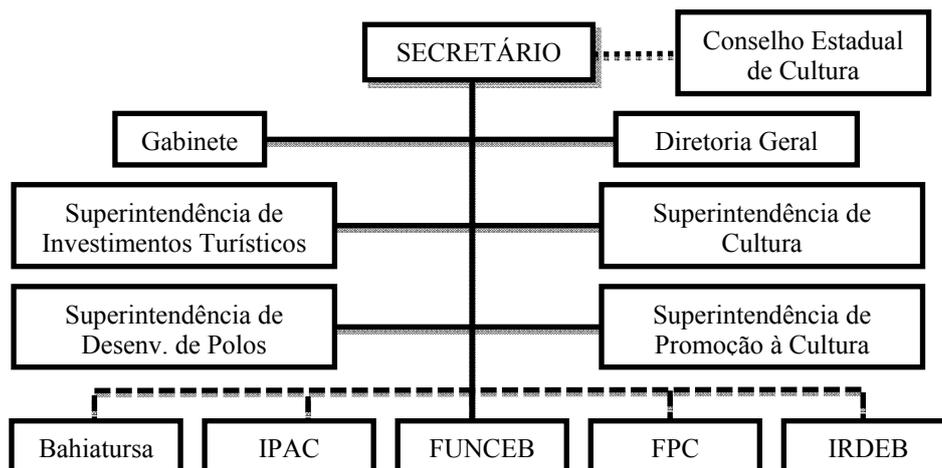


Ilustração 2- Organograma SCT no governo César Borges

Nesse mesmo dia, também, o Plenário discutiu a proposta do texto do projeto de lei, definindo um novo processo de tombamento e preservação de bens materiais e imateriais, que foi encaminhado à Assembleia Legislativa para aprovação. O projeto instituiu as normas de proteção e estímulo à preservação do patrimônio cultural do Estado da Bahia, criando a comissão de setores preservados. A novidade nessa legislação, que a tornou pioneira no Brasil, e talvez na América Latina, foi a possibilidade de opções para o processo de tombamento, em relação ao proprietário do bem tombado. Foram criadas cinco possibilidades, sendo a última a desapropriação, no sentido de possibilitar uma conversa entre o proprietário do bem tombado e o governo que tomba o imóvel.

A discussão sobre esse projeto tinha começado na sessão do dia 21 de janeiro de 1997, quando a conselheira e então diretora geral do IPAC, Maria Adriana Almeida Couto, falou ao Plenário sobre o projeto de uma nova legislação de proteção de bens culturais em fase de elaboração, sob sua coordenação. A proposta visava à manutenção do tombamento previsto no Decreto 25/37 e na Lei nº 3.360/78, que criou o tombamento estadual, bem como a criação de três novos instrumentos de preservação: 1) listagem complementar de preservação, visando conservar os imóveis e as edificações que deles estiverem próximas; 2) inclusão do setor privado, envolvendo o município com ordenamento do uso do solo e desenvolvimento socioeconômico, aplicável às áreas de concentração de bens de cultura que têm imóveis, elementos artísticos e que necessitam de tratamento diferenciado em relação à cidade; 3) registro especial, bens de cultura definidos, a exemplo de festas populares, que podiam ser arquivadas em vídeos, filmes, gravações e fotografias. A proposta incluiu os sítios arqueológicos. A Comissão estaria formada por técnicos do IPAC, da Prefeitura e da Secretaria da Fazenda, solicitando orientações sobre essa questão ao CEC.

Após estudos realizados no período entre 1978 e 2004, cujos resultados foram apresentados em janeiro de 2004, no Conselho Estadual de Cultura, através de Indicação nº 20/2004 em janeiro de 2005, concluiu-se que apenas 4,07% dos municípios baianos estavam contemplados nos livros de tomo existentes no Estado. Além disso, a legislação de 1978 não atendia às necessidades da representatividade da lista de bens culturais no Estado. Por isso, por iniciativa da conselheira Adriana Castro, com a assessoria do advogado Carlos Amorim¹⁷⁶, o anteprojeto da Lei Estadual de Proteção do Patrimônio Cultural da Bahia, que foi sancionada pelo governador Paulo Souto através da Lei nº 8.895/03¹⁷⁷, publicada em 16 de dezembro de 2003, e regulamentada em 03 de julho de 2006 pelo Decreto nº 10.039/06. A legislação oferece uma gama de novos Institutos de Proteção: Inventário para a Preservação, Tombamento, Registro de Patrimônio Imaterial e Espaço Preservado.

O Secretário Paulo Gaudenzi encaminhou, no dia 03 de setembro de 2002, por intermédio do Ofício nº 366/2002, um conjunto de propostas oriundas de diferentes fontes do meio cultural, como subsídio à formulação do Plano Estadual de Cultura, quadriênio 2003-2006. O objetivo da pasta era organizar as bases do Plano Estadual de Cultura no quadriênio. Com o título “Cultura”, o documento era assinado por cerca de 34 entidades culturais.

Na esfera federal, em outubro de 2002, no segundo turno das eleições para a Presidência da República, o candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), Luis Inácio Lula da Silva (2003-2006) era eleito com 61,3% dos votos contra 38,7% do segundo candidato, José Serra. Era sua quarta tentativa de chegar ao Palácio do Planalto após as campanhas de 1989, 1994 e 1998¹⁷⁸. Pela primeira vez na história do Brasil, um operário chegava ao Palácio do Planalto; a grande mídia lhe fez oposição desde o início de seu governo:

esses veículos e seus homens de confiança nas redações simplesmente não aceitavam a ideia de que Lula vencera as eleições. Qualquer motivo servia não apenas para criticá-lo, mas para tentar desqualificá-lo, numa escalada que independia dos fatos, tratamento bem diferente da cordialidade que a maior parte da imprensa revelara para com o governo anterior. (KOTSCHO, 2006).

O cantor baiano Gilberto Gil foi nomeado Ministro da Cultura, tomando posse em 2003. Um dos maiores desafios enfrentados pelo ministro Gil foi resgatar o papel institucional do órgão como formulador, executor e articulador de políticas públicas de cultura. E para isso

¹⁷⁶ O advogado Carlos Amorim, no ano de 2011, ocupou o cargo de diretor do IPHAN.

¹⁷⁷ A Lei nº 8.895/03 foi divulgada por meio de uma cartilha e pode ser encontrada na Biblioteca Alves Ribeiro do CEC-BA

¹⁷⁸ Sobre a vida de Lula ver BOURNE, Richard. Lula do Brasil. A história real, do Nordeste ao Planalto. Trad. Paulo Schmidt, Bernardo Schmidt. São Paulo, Geração Editorial, 2009, 360p.

realmente acontecer, o MinC precisou sedimentar as bases de novos arranjos institucionais, criar novos aparatos regulatórios e legais, novos espaços institucionais de formação de entendimentos e tomadas de decisões, além de novos e confiáveis sistemas de referência nacional para o compartilhamento de responsabilidades (MinC, 2006). Junto a isso, o órgão estabeleceu mecanismos de diálogo que acabaram por inovar a relação da sociedade com o Estado.

Nesse contexto, de mais participação da sociedade civil e dos atores culturais, foram realizadas as I e II Conferências Nacionais de Cultura (2006 e 2010); foram criadas as Câmaras Setoriais (2003), substituídas depois por Colegiados Setoriais, espaços de deliberação participativa e de compartilhamento de políticas públicas para os diferentes setores e atividades culturais; foram lançadas as diretrizes do Sistema Nacional de Cultura (SNC) e do Plano Nacional de Cultura (PNC) e foi instalado o Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), em dezembro de 2007. “Já o autoritarismo estrutural que impregna a sociedade brasileira foi enfrentado através da ampliação do conceito de cultura” (GIL, 2003). Segundo Rubim (2010), a adoção da noção “antropológica” permitiu ao Ministério ampliar o raio de atuação que tradicionalmente estava circunscrito ao patrimônio (material) e às artes, abrindo as fronteiras para outras culturas: populares; afro-brasileiras; indígenas; de gênero; de orientação sexual; das periferias; audiovisuais; das redes e tecnologias digitais etc.

Foram criadas pelo governo federal, a Secretaria de Articulação Institucional, a Secretaria de Políticas Culturais, a Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura, a Secretaria de Programas e Projetos Culturais, a Secretaria de Audiovisual e a Secretaria de Identidade e Diversidade Cultural; além de mais de oito programas do governo¹⁷⁹.

Na Bahia, no Conselho de Cultura, em 2003, a conselheira Eulâmpia Reiber era nomeada titular, dando continuidade ao trabalho iniciado em 1999, de reestruturar o órgão. A presidência era ocupada pelo ex-diretor da Escola de Teatro, Oscar Dourado, e a vice-presidência por Luis Henrique Dias Tavares. Nesse período, os outros conselheiros titulares empossados foram Antonio Jorge Portugal, Cláudio de Andrade Veiga, Cleise Furtado Mendes, Geraldo Magalhães Machado, Guido Guerra, Humberto Castro Lima, José Araripe Cavalcanti Filho, Júlio Braga, Kleyde Mendes Lopes, Lia Carvalho Robatto, Maria Mercedes de Oliveira Rosa, Myriam de Castro Fraga, Naomar Monteiro de Almeida Filho, Nilda César Spencer, Regina Maria Dourado, Sante Scaldaferrri e Waldir Freitas Oliveira.

¹⁷⁹ Para ter um panorama das políticas culturais implementadas no primeiro governo Lula, ver BARBOSA, Frederico. Política Cultural no Brasil 2002-2006. Acompanhamento e análise. Brasília, Coleção Cadernos de Políticas Culturais, Volume 2, 2007, 220 p e RUBIM, Albino Canelas. Políticas Culturais no governo Lula. Salvador, Edufba, 2010, 306 p.

Também em 2003, no Dia Nacional da Cultura, 05 de novembro, foi inaugurada a sede do Conselho de Cultura, no anexo do Palácio da Aclamação, onde continua funcionando até os dias atuais. A solenidade contou com a presença do governador Paulo Souto e do secretário Paulo Gaudenzi. Durante a solenidade, foi entregue o Prêmio Nacional de Fotografia Pierre Verger; lançado o Prêmio Nacional de Literatura Funceb 2004, na área de Dramaturgia; publicada a Revista da Cultura nº 37 dedicada ao teatro; lançado o selo musical da Casa das Filarmônicas e também inaugurada a Galeria de artes Nilda Spencer, do Conselho de Cultura.

Na sessão do dia 18 de agosto de 2004, o conselheiro Waldir Freitas Oliveira ao falar sobre o acordo de cooperação celebrado entre o governo federal, por intermédio do MinC e o estadual, por intermédio da Secretaria de Cultura, visando a integração do Estado no Sistema Nacional de Cultura, declarou:

[...] Tive o desgosto em menos de quinze dias, tomar conhecimento de dois documentos [...] O primeiro, a ideia de um Conselho Federal de Jornalismo¹⁸⁰ [...] E agora esse projeto invasor, eliminador das características estaduais e municipais, tentando concentrar a cultura, toda a cultura dentro de um ‘grupelho’ que constitui o Ministério da Cultura [...] fala-se em um Plano Nacional de Cultura, fala-se em uma Política Nacional de Cultura, sem que se defina o que são essas coisas, tomando como não existentes os Conselhos Estaduais de Cultura, inclusive este aqui presente. É um documento que eu repilo, logo de início como documento merecedor de desprezo¹⁸¹.

Não está muito claro porque o conselheiro mostrava-se tão indignado com o projeto do MinC que preparava a discussão do Plano Nacional de Cultura (PNC), previsto na Constituição Federal de 1988, mas aprovado pela Emenda Constitucional nº 48, em 2005. O CEC-BA frequentemente ressentiu-se da pouca atenção do Executivo quando se tratava de discutir a política cultural do Estado. A situação era mais grave nas discussões da esfera federal, nesse campo. Em síntese, o PNC é um plano de estratégias e diretrizes para a execução de políticas públicas dedicadas à cultura, que fortalece a possibilidade do órgão realizar ações, a longo prazo, de valorização da diversidade cultural: “garantindo a responsabilidade do Estado na formulação e implementação de políticas de universalização do acesso à produção e fruição cultural, contribuindo para a superação das desigualdades do país.” (MINISTÉRIO DA CULTURA, PNC, Diretrizes Gerais, segunda edição). Na gestão do presidente do CEC-BA, Albino Rubim, (2008-2010), o PNC passou por um amplo debate

¹⁸⁰ O Projeto de Lei, elaborado pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), para a criação do Conselho Federal de Jornalismo (CFJ) foi enviado ao Congresso, no dia 09 de agosto de 2004, pelo Presidente Lula. Os principais objetivos do Conselho são conferir o registro profissional, fiscalizar o exercício ético da profissão e acompanhar a formação do futuro profissional. O projeto causou muita polêmica e discussão da classe e dos empresários do setor. A tramitação do projeto acabou sendo adiada.

¹⁸¹ A sessão se encontra disponível no livro de atas do Conselho de Cultura.

público, tanto dos próprios conselheiros quanto pela sociedade.

Com a presença do Secretário Paulo Gaudenzi, e outras autoridades, na sessão do dia 12 de julho de 2005, foram eleitos presidente e vice-presidente do CEC-BA, Eulâmpia Reiber e Waldir Freitas Oliveira, respectivamente. Nesse mesmo dia, o ex-presidente Oscar Dourado (2003-2005) fez um balanço de sua gestão, destacando o processo de reformulação do Regimento Interno do Conselho de Cultura, que resultou na alteração do perfil de competências e na mudança de nomenclaturas das Câmaras do Conselho; a definição de indicadores e estratégias para uma política de distribuição do livro baiano, que acabou por realizar um diagnóstico focado na distribuição e questão editorial na Bahia, com propostas de utilização do autor baiano pelas escolas da rede de ensino; e a realização de um encontro de cultura, em torno da temática Cultura e Desenvolvimento, que aconteceu em fevereiro de 2003.

No seu relatório, o ex-presidente do colegiado explicou o que foi feito durante sua gestão:

[...] Pela primeira vez, em mais de três décadas de existência, o Conselho Estadual de Cultura conseguiu antecipar uma proposta de programas de ação e orçamento para o ano seguinte [...] a interiorização das ações do Conselho; realização de seminários e eventos; criação de conselhos municipais de cultura; preservação e valorização do patrimônio, com ciclo de encontro e debates sobre o patrimônio tangível e intangível da Bahia, em parceria com os órgãos oficiais do patrimônio [...] Uma sede onde a gente pode contar com auditório [...] temos também uma galeria de arte, que é dedicada a divulgar a arte dos artistas baianos, tanto iniciantes como consagrados [...] estamos em vias de concretizar o sítio [...] realização do fórum de cultura permanente, dando continuidade àqueles fóruns que aconteceram há alguns anos [...] A publicação da Revista de Cultura, em duas edições anuais, uma a cada semestre, num formato editorial atual, nos moldes das publicações já existentes [...] publicação em edição simples do texto da nova lei estadual de proteção do patrimônio cultural da Bahia em formato de cartilha [...] o fortalecimento institucional e qualificação gerencial que é a criação de um centro de tecnologia e informação dentro do conselho [...] e o projeto de uma biblioteca virtual [...]¹⁸².

Por sua vez, Eulâmpia Reiber (2005-2006), no seu discurso de posse mostrou o lastro significativo de contribuições e realizações do Conselho de Cultura, em mais de três décadas de atividades, ressaltando o fato de ser a primeira mulher a dirigir o colegiado. Anunciou que, durante sua gestão, iria priorizar os canais de comunicação e integração com a SCT e seus órgãos de administração direta e indireta, a exemplo da Superintendência de Cultura (que ela já tinha dirigido), Funceb, Fundação Pedro Calmon, Irdeb, Bahiaturisa, Sudecult, com as universidades, centros e casas de cultura, com os organismos do terceiro setor e com entidades e grupos socioculturais comunitários que buscassem diálogo sobre questões

¹⁸² A sessão se encontra disponível nas Atas do Conselho, em 12 de julho de 2005.

conceituais e práticas culturais. Reiber comprometeu-se em dar continuidade ao Plano de Ação¹⁸³. Seu programa de atividades foi focada na continuidade do Plano de Ação 2005-2006, que tinha começado a ser posto em prática na gestão anterior. A previsão orçamentária era de R\$ 946.380 para custear as atividades do Conselho. Reiber considerou que o Conselho, na sua gestão, teve um papel de caráter propositivo, pelas ações e atividades desempenhadas pelo colegiado. Entretanto, para Rubim (2010), o papel propositivo está na iniciativa de propor programas, projetos e atividades ao poder executivo e à sociedade, testando a criatividade e iniciativa dos colegiados: “Esta atribuição interessa particularmente para a construção compartilhada de políticas culturais envolvendo conselho, sociedade e estado”. (RUBIM, 2010, p 157).

Entre setembro e dezembro de 2005 foi realizado o Módulo I, cuja temática era “Políticas Públicas de Cultura”, sendo dividido em blocos. O Bloco A discutiu o tema “A política de cultura do governo do Estado, a partir dos órgãos executivos da Secretaria da Cultura e Turismo”, com a participação do Diretor Geral da Funceb, Armindo Bião; do Diretor Geral do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC), Júlio Braga; do Diretor Geral da Fundação Pedro Calmon (FPC), Claudius Portugal; do Diretor Geral do Instituto de Radiodifusão da Bahia (Irdeb), José Américo Moreira da Silva; do Presidente da Empresa de Turismo da Bahia (Bahiatursa), Cláudio Pinheiro Taboada; da Superintendente de Cultura da SCT, Sônia Bastos; e do Secretário de Cultura e Turismo, Paulo Gaudenzi, que falou sobre a política cultural do governo 1995-2005.

No Bloco B, o tema foi “A política de cultura do governo municipal de Salvador, a partir da Fundação Gregório de Mattos”, tendo como palestrante o presidente da FGM, Paulo Costa Lima. No último bloco, Bloco C, o tema foi “A política nacional de cultura, a partir da ação do Ministério de Cultura”, tendo como convidado o Secretário Executivo do MinC, Juca Ferreira.

Além disso, nos dias 16 e 17 de novembro, aconteceu o Encontro de Conselhos Municipais de Cultura do Estado da Bahia. Nos dias 23 e 24 de novembro, o Seminário “Godofredo Filho – Vida e Obra”; o Fórum Permanente de Cultura (Dança), no dia 30 de

¹⁸³ O Plano de Ação 2005-2006, organizado pela conselheira Eulâmpia Reiber e aprovado pelo plenário do conselho, em 2004, tinha como objetivo maior interação e conectividade com os diversos segmentos e instituições culturais. A programação temática incluía ciclos de palestras, debates, encontros e seminário. O Plano foi estruturado, a partir de eixos temáticos sistematizados em três módulos. O Módulo I foi desenvolvido no ano de 2005, com palestras sobre o tema: Políticas Públicas de Cultura (esferas estadual, municipal e federal); os dois Módulos restantes foram desenvolvidos no ano de 2006. O Módulo II tinha como tema Grandes Projetos Culturais da Bahia e seus impactos na comunidade e Módulo III com o tema Ações estruturantes e afirmativas de desenvolvimento sociocultural.

novembro; e no dia 05 de dezembro, o Seminário Nacional de Conselhos Estaduais de Cultura, com a participação do Secretário Executivo do MinC, Juca Ferreira. Estavam presentes no Seminário Nacional conselheiros de 19 estados. Ao final do encontro foi distribuída a “Carta de Salvador”, com propostas para a reorganização e o fortalecimento do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Cultura (Conecta), elegendo a Comissão de Organização. Na sessão do dia 20 de dezembro, o Secretário Paulo Gaudenzi encerrou as atividades do ano, com uma palestra sobre cultura e turismo.

Em 2006, foi desenvolvido o Módulo II com o tema “Grandes Projetos Culturais da Bahia e seus impactos na comunidade”, dividido em quatro blocos. Foram realizados cerca de dez debates no primeiro bloco: Série TCA Grandes Concertos, com o diretor do TCA Theodomiro Queiróz; Seminários Internacionais de Música, com o diretor do seminário Horst Schwebel; Dramaturgia na TV, com palestra do coordenador do POTE, João Luis Bolatti; Sua Nota é um Show, com Luis Cláudio Garrido; Bienal do Livro da Bahia, com o coordenador do projeto Claudius Portugal e a Superintendente de Cultura Sônia Bastos; Pelourinho Dia e Noite e Expresso 2001, com a diretora do DEMAC/IPAC, Tânia Simões; Centro Internacional de Indústrias Criativas, com o diretor do CENIC, Paulo Míguez; Fazcultura e Funcultura, com o Superintendente de Investimentos Culturais, Fábio Linger, e Mercado Cultural, com o coordenador geral do projeto, Ruy César.

Na sequência foi apresentado o Módulo III: “Ações estruturantes e afirmativas de desenvolvimento sociocultural”, com participação de ONGs, distribuído em mais três blocos. O Projeto *Fórum Permanente de Cultura* era coordenado pela Câmara de Produção Cultural Contemporânea e realizado uma vez por mês, no auditório do Conselho de Cultura Nilda Spencer. O objetivo do projeto era esclarecer informações sobre a cultura e os temas a ela relacionados, como poesia, direito autoral, cinema, moda, dentre outros. Buscava integrar, ainda, os profissionais e estudantes da área em um espaço de interlocução entre a comunidade e os artistas, além de dar mais visibilidade ao conselho. O primeiro encontro foi realizado, no dia 01 de setembro de 2004, com o tema “A Produção Cultural, Economia na Cultura, Movimento Teatral e Direito Autoral”, com as presenças das conselheiras Nilda Spencer, Cleise Mendes e do conselheiro Tuzé de Abreu. No dia 31 de maio de 2006, a discussão foi sobre dança: “Questões relativas à formação, produção, circulação e difusão da dança”, com os representantes da Câmara Setorial da Bahia; no dia 31 de maio de 2006, o tema foi Artes Plásticas, com o professor, curador e crítico de arte, Aldo Tripodi; em 28 de maio de 2006,

“Produção Cultural”. A Câmara de Produção Cultural funcionou provisoriamente até ser criada definitivamente pelo governador.

No dia 26 de agosto de 2005, a presidente Reiber designou quatro Comissões Temporárias: Comissão de Regulamentação do uso do Auditório Nilda Spencer¹⁸⁴; Comissão Editorial, Comissão de Comunicação e Divulgação; Comissão de concepção do projeto Executivo da Biblioteca Digital (Centro de Tecnologia da Informação e Difusão Cultural). Cada comissão estava formada por cinco conselheiros titulares e de dois a três suplentes.

A Comissão do uso do Auditório tinha como objetivo definir critérios e mecanismos de utilização e cessão do local, que fossem compatíveis com as “finalidades institucionais” do CEC; a Comissão Editorial tinha como objetivo formular a ação editorial do Conselho para o biênio 2005-2006 e definir as diretrizes da Revista da Cultura da Bahia e Coleção Memória da Bahia. A Comissão de Comunicação buscava alternativas para dar maior visibilidade institucional do colegiado na mídia, além de buscar implementar um endereço web do Conselho na internet; a Comissão da Biblioteca Digital tinha como objetivo elaborar a proposta executiva do Centro Tecnológico de Informação e Difusão Cultural. Durante a gestão de Reiber foi publicado o I Módulo da série editorial *Cadernos Temáticos*¹⁸⁵.

Em 2007, com a eleição do petista Jaques Wagner ao governo estadual, inicia-se uma nova fase na área da cultura, com a criação da Secretaria de Cultura (Secult), definindo como missão do órgão: atuar de forma integrada e em articulação com a sociedade, na formulação e implementação de políticas públicas que reconheçam e valorizem a diversidade cultural da Bahia, nas dimensões simbólica, econômica e de cidadania. Para a pasta foi nomeado o diretor de teatro e ex-diretor do TCA, Márcio Meirelles. A Secretaria de Cultura foi reorganizada através da Superintendência da Promoção Cultural e da Superintendência da Cultura. Os órgãos vinculados à Secretaria, nesse período, foram o Irdeb, a Fundação Cultural, a Fundação Pedro Calmon e o IPAC. A estrutura da Superintendência de Cultura estava composta pela Diretoria de Integração Regional e a Diretoria de Projetos para o Desenvolvimento da Cultura¹⁸⁶.

¹⁸⁴ A Galeria do Conselho Nilda Spencer foi criada em 04 de dezembro de 2003 pela Resolução nº 006/2003 com a finalidade de cumprir “os objetivos culturais e sociais da instituição, de incentivar a produção artística” e servir de local de exposições temporárias. De acordo com o regimento da Galeria, podem participar artistas brasileiros ou estrangeiros, residentes legalmente no País há mais de dois anos e artistas consagrados convidados, independente de nacionalidade. A galeria também poderia ser usada para exibição de vídeos, palestras, workshops e lançamento de livros.

¹⁸⁵ O Módulo “Cadernos Temáticos” encontra-se disponível na Biblioteca Alves Ribeiro do Conselho de Cultura.

¹⁸⁶ Sobre este assunto veja ROHDE, Bruno e RUBIM (orgs.), Albino. Políticas Culturais na Bahia. Governo Jaques Wagner 2007. Salvador: Edufba, 2008, 70 p.

No plano federal, a partir de 2012, com a aprovação da Emenda Constitucional nº 71 de 29 de novembro, quando foi instituído o Sistema Nacional de Cultura (SNC), os estados, o distrito federal e os municípios deverão organizar seus sistemas de cultura em leis próprias, tendo um órgão de gestor de cultura, um conselho de cultura, um plano de cultura e um fundo de cultura. Na Bahia, foi aprovada a Lei da Cultura, que apresenta entre os seus destaques a implantação do Sistema Estadual de Cultura e a regulamentação do Plano Estadual de Cultura, no dia 22 de novembro de 2011, pela Assembleia Legislativa da Bahia. A nova lei constitui-se em um dos maiores alicerces para a organização da cultura no estado e vai beneficiar não apenas os agentes e gestores culturais, mas toda a sociedade. Enfatiza que para desenvolver a cultura e fomentar a ação é preciso a interação entre União, Estado e municípios. A partir de então, o Conselho de Cultura da Bahia vem sofrendo várias reformulações na sua composição, a fim de torná-lo mais representativo dos diversos domínios das artes e ciências. Para tanto, o 5º Regimento Interno passou por uma consulta pública e foi reformulado para atender a nova demanda, na área da cultura.

Nas palavras da ex-presidente do Conselho de Cultura, Lia Robatto (2010-2011):

Quando Márcio chegou, ele adotou as políticas culturais que Gilberto Gil estava implantando e que fizeram toda a diferença [...] A ideia, a partir de Gilberto Gil, foi que os conselheiros do Brasil não fossem mais somente notáveis, podiam até ser notáveis, mas que fossem representantes dos vários segmentos da sociedade. Então, como detectar quem são os representantes? Através de indicações. Essa é que é a grande diferença. A orientação em termos federais e que a Bahia foi uma das primeiras a adotar é que fosse feita uma consulta nas entidades culturais comprometidas com ações voltadas para a cultura [...] como qualquer manifestação, como segmentos populares e inclusive representantes sindicais [...] Foi feita, porque o regimento não indicava isso, então, foi feita informalmente uma consulta. Das pessoas indicadas pelas diversas entidades, por exemplo, como a Academia Baiana de Letras, até o Clube Suburbano da Plataforma. Todos os níveis de coletivos que se reuniam e atuavam na cidade. Então, Márcio Meireles pensou o número que ainda está em vigor, ele indicou vinte titulares e dez substitutos, o que é uma cota que ninguém entende, porque deveriam ser 20-20 [...] Desses vinte [...] têm representantes, por exemplo, de dança; de música; tem três pessoas (Ana Célia, Valtina e Elísio) da cultura afro; a indígena, Nádia, que faz todo um sacrifício pra vir do sul do estado, tem gente que é de fora de Salvador (Nádia e Araken, que é do Recôncavo), tem gente mais ligada à educação, como Nelson Pretto, gente mais ligada à economia, como Paulo Miguez. Então, se ampliou o leque de interesses. Tanto contemplou algumas linguagens, quanto contemplou algumas áreas, regiões [...] Já é um começo¹⁸⁷.

Os conselheiros foram indicados por seus setores de atuação no campo da cultura, incluindo, na composição, a representação dos povos indígenas e afrodescendentes, empossados durante a realização da II Conferência Estadual de Cultura realizada em Feira de

¹⁸⁷ Entrevista cedida à pesquisadora em setembro de 2011

Santana, empossados ao final de 2007. Foram nomeados 20 conselheiros titulares e 10 suplentes. Esses conselheiros foram indicados através de consulta pública a mais de 30 instituições, incluindo universidades, sindicatos e associações profissionais, além de contar com 20% de sua formação de conselheiros, que residem ou trabalham no interior do Estado. Também foram incluídos membros com trabalhos e representação da cultura indígena, sertaneja e tradicional, até questões referentes ao patrimônio material e arqueológico.

Nesse período, ainda, foram apresentadas várias propostas de alterações ao 5º Regimento, cujo texto foi apreciado pela Assembleia Legislativa da Bahia e aprovada por unanimidade no dia 22 de novembro de 2010. As principais alterações do documento buscam democratizar o conselho. Entretanto, ao longo prazo busca-se aumentar para 52 o número de conselheiros para que sejam contemplados os territórios de cultura. Nas palavras de Rubim (2010):

Definimos ampliar o número de conselheiros e optamos por trabalhar com duas grandes modalidades de representar a cultura: por momentos do fazer cultura (criação, preservação, difusão, crítica, organização) e por territórios (são 26 territórios de identidade, ou regiões, definidos neste governo estadual). Antes o CEC era composto apenas por representantes informais de segmentos culturais, porque somente escolhidos pelo governador. Agora passa a ser um conselho efetivamente da Bahia e não mais restrito a Salvador¹⁸⁸.

Até 2010, pelo Regimento Interno, o Conselho de Cultura se reunia às quartas-feiras, sendo que a Sessão Plenária acontecia após a reunião das Câmaras e Comissões, sendo elas: Câmara de Produção Cultural Contemporânea; Câmara de Patrimônio Artístico, Arqueológico e Natural; Câmara de Articulação e Integração e Câmara de Política Sociocultural. Durante a gestão de Rubim (2008-2010), foram indicados: Pasqualino Magnavita (vice-presidente), Ana Célia da Silva, Ana Fernandes, Antonio Guerreiro, Antonio Godi, Antonio Risério, Araken Vaz Galvão, Emiliano José, José Carlos Capinan, Dom Gregório Paixão, Luis Marfuz, Nadia Acauã, Nelson Preto, Paulo Costa Lima, Roberto Duarte e Makota Valdina.

Ademais, acompanhando os ventos favoráveis que sopravam da esfera federal na área de cultura, durante a gestão do presidente Rubim, ampliou-se a concepção de cultura, visando criar maior interação com a sociedade baiana, colocando-se em discussão pública vários temas, envolvendo convidados da sociedade e do meio cultural da Bahia e do Brasil. Os assuntos foram: Cultura Baiana; Carnaval; Políticas Culturais na Bahia; Lei Orgânica da Cultura da Bahia; Plano Nacional de Cultura; Sistema Nacional de Cultura; Políticas Culturais e Cidade; Direitos Autorais; Conferência Nacional de Cultura; Políticas Culturais e Relações

Internacionais; Conferência Estadual de Comunicação; Papel cultural da mídia; Legislação e Procedimentos no Campo Cultural; Cultura e Educação; Patrimônio Natural; Cultura do Sertão; Povos Originários, dentre outros assuntos¹⁸⁹.

Na gestão de Rubim, também, foram analisados e aprovados cinco propostas de tombamento, além de dois processos de registros de atividades culturais relevantes, como patrimônios culturais imateriais. E a Bahia contribuiu, através do CEC, com várias propostas para o Plano Nacional de Cultura que foi colocado em discussão pelo governo, atualizando uma nova versão do projeto. Também foram realizadas homenagens aos povos originários e ao ex-diretor do ICBA, Roland Schaffner. Nesta gestão ainda foram sabatinados os dirigentes dos órgãos que compõem a Secretaria de Cultura para falar sobre suas gestões e atividades. O CEC criou um blog e editou um boletim eletrônico, instrumentos de comunicação com a sociedade e a comunidade cultural, com o intento de dar mais transparência às atividades do colegiado. Dentre os projetos que não foram concretizados, na gestão de Rubim, está a realização de reuniões itinerantes em variadas regiões da Bahia.

Para Lia Robatto, ao fazer uma avaliação das atuais gestões do Conselho de Cultura na Secretaria de Cultura, continua acreditando que não é apenas a composição que precisa ser alterada, mas também a função e o papel do CEC-BA:

[...] os únicos processos que a gente avalia são os de patrimônio, que é a única função real. Função que eu digo, com produto concreto, por causa do Regimento (*Interno*)¹⁹⁰. Sem aprovação e avaliação do conselho não se pode tomar ou não tomar, então, claro que é uma ação conjunta que tem que articular à opinião, análise do IPAC. Às vezes tem certos conflitos, mas se ajusta no final das contas. [...] as propostas do conselho não são levadas a sério. Nem eram antes nem são agora. Não mudou nada. Eu até entendo, porque nós não somos deliberativos nos termos da execução. Fomos todos contra a implosão do Estádio da Fonte Nova¹⁹¹, mas nossa opinião não foi considerada. Tem questões em que a gente é consultado, mas não é ouvido. Mas eu entendo o que acontece. No Regimento está que a gente tem que aprovar as ações da Secretaria, mas o problema é que a área de cultura é a última a organizar-se [...] ¹⁹².

Para democratizar as relações entre os conselheiros e tentar buscar alternativas ao sistema presidencialista, que tem se caracterizado pelo centralismo e autoritarismo nas gestões passadas, o colegiado decidiu eleger os cargos de presidente e vice-presidente depois de um

¹⁸⁹ CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA. Relatório de Gestão 2008-2010, Salvador, março de 2010

¹⁹⁰ Grifo nosso

¹⁹¹ Incluído para ser sede da Copa do Mundo, em 2014, o estádio Octávio Mangabeira (Fonte Nova) precisou passar por uma reestruturação, a fim de atingir as exigências da FIFA. Interditado desde 2007, após um trágico acidente, o estádio foi implodido, no dia 29 de agosto de 2011.

¹⁹² Entrevista concedida à pesquisadora em setembro de 2011

tempo de convivência entre os pares. Além disso, os novos conselheiros, na gestão de Rubim, participaram de cursos de capacitação antes de serem empossados.

3.5 Política editorial e a Revista de Cultura da Bahia

A Revista de Cultura da Bahia foi o instrumento de comunicação com mais periodicidade no Conselho de Cultura, a partir de 1968, com uma tiragem de mil exemplares. Outra publicação informativa foi o Boletim do Conselho Estadual de Cultura, de curta duração, com apenas três edições publicadas até março de 1984. O Boletim, que era distribuído, através do Diário Oficial da União, tinha quatro seções: “Plenário”, com o resumo das atas do período; “Pareceres”, “Indicações” e o “Noticiário das Câmaras e Comissões”, com um resumo dos assuntos tratados nas Câmaras e Comissões. O Boletim nº 01 foi publicado como encarte no Diário Oficial de 20 e 21 de janeiro de 1984, mas o conselho achou que destoou da diagramação apresentada e decidiu mudar para o mesmo tamanho das páginas do Diário Oficial, na seção dedicada à Secretaria de Educação e Cultura.

A publicação de um boletim informativo de natureza cultural estava prevista no Decreto de criação do CFC, em 1966. Denominada *Cultura*, a publicação tinha duplo objetivo: 1) informar sobre as ações do Conselho, obrigatório por lei, 2) divulgar o posicionamento dos conselheiros sobre as questões pertinentes ao universo cultural. Por portaria ministerial, a revista *Cultura*, que já existia, e estava a cargo do Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Cultura, até março de 1967, foi transformada na nova publicação do CFC. Em abril de 1967, o secretário-geral do MEC, Edson Franco, assinou no CFC o convênio que autorizava a Reitoria da Universidade Federal do Rio de Janeiro a publicar o periódico. A revista *Cultura* foi editada no período de 1967 a 1970, sendo, posteriormente, substituída pelo *Boletim do Conselho Federal de Cultura*” (AMARAL, 2010).

Em relação ao Conselho Estadual de Cultura da Bahia, a criação de publicações não estava prevista pelo Primeiro Regimento Interno, mas foi uma preocupação dos conselheiros, que tinham em comum publicações de livros e artigos em jornais locais e nacionais. Na sessão do dia 10 de dezembro de 1968, o plenário discutia o primeiro número da elaboração da Revista de Cultura da Bahia. Nessa sessão, também, o então secretário do CEC-BA, Eustórgio Cavalcanti, comunicava que o Diretor da Imprensa Oficial, Junot Silveira, tinha enviado um documento ao colegiado, informando que não era possível a publicação das Atas do Conselho,

no Diário Oficial, devido à falta de espaço e de condições do órgão em atenção ao requerimento do deputado Raimundo Rocha Pires, aprovado pela Assembleia Legislativa.

O CFC tinha a prática de publicar na íntegra as atas das reuniões plenárias, porque, para Montello, as atas constituíam o espelho dos trabalhos do Conselho Federal. Na Bahia, o Conselho Estadual publicava as súmulas das atas desde os primeiros números da Revista da Cultura até o número 16, estas também foram publicadas no Boletim do Conselho.

Para a escolha da capa da publicação, foi realizado um concurso. Nesses primeiros números, o colegiado precisava abrir processo de licitação para a publicação da Revista de Cultura da Bahia. Esse demorado processo de licitação, com a escolha do menor preço, acabava por prejudicar a publicação da Revista. Os conselheiros se queixavam também da falta de revisão dos textos, conseqüentemente publicados com erros de português, lapso imperdoável para o colegiado, e também de diagramação.

O projeto editorial e os assuntos que seriam publicados pela Revista de Cultura da Bahia ficavam sob responsabilidade da Comissão Editorial da Revista de Cultura, que decidia os temas que seriam publicados nas Revistas, além de executar os orçamentos. Devido à indisponibilidade de verbas, o colegiado enfrentou sérias dificuldades para publicar a Revista, que não contava com uma periodicidade fixa. Os primeiros números eram semestrais, dois números por ano, e os trabalhos publicados geralmente eram artigos dos próprios conselheiros, abrindo a possibilidade de publicar os Pareceres, especialmente os da área de Patrimônio, como os números 03 e 05, com artigos dos conselheiros Américo Simas Filho e Fernando L. Fonsêca e de Thales de Azevedo sobre Casas de Cultura. Também não existia um projeto gráfico, nem editorial, para a Revista de Cultura, que apresentava uma capa simples na cor branca e estava dividida por seções denominadas de “Colaboradores”, onde eram publicados os artigos dos conselheiros ou trabalhos de interesse, aprovados pelo colegiado ou pelo presidente do conselho. Nessa seção, poucos eram os artigos inéditos preparados pelos conselheiros para a Revista; muitas vezes, eram reproduções de material publicado na imprensa ou em outras publicações. Apenas os Pareceres tinham esse caráter de ineditismo, em especial na área de patrimônio, que acompanhavam esses artigos com plantas, ilustrações e até fotografias, como o Parecer sobre o Solar Bandeira (Lido na sessão da Câmara de Artes e Patrimônio Histórico, em 30 de maio de 1968), que incluiu fotos e planta do local. O Parecer foi publicado na Revista nº 02, set/dez. 1968.

Outros temas publicados pela Revista, de pessoas próximas ao Conselho, eram artigos sobre memória, folclore e literatura. Em alguns números da Revista, era publicada a seção de

“Notícias”, divulgando as atividades do Conselho de Cultura da Bahia. Até o número 15, a Revista de Cultura manteve as seções fixas “Pareceres”, “Indicações”, “Moções” e “Sessões”, que eram as atividades desenvolvidas pelo Conselho. A parte “Sessões” sintetizava um resumo, ou, às vezes, uma sinopse das sessões anuais do colegiado.

Na pesquisa, não foi encontrado nenhum exemplar da Revista nº 01. O exemplar nº 02 da publicação corresponde ao período de setembro a dezembro de 1968 e foi impressa pela Editora Beneditina. Esse número traz um Editorial assinado pelo Vice-Presidente do Conselho, Thales de Azevedo, sobre o Plano Integrado de Educação e Cultura. Foram dedicadas a esse assunto cerca de 24 páginas, de um total de 132.

A Revista de Cultura da Bahia era o órgão oficial do Conselho de Cultura, e o instrumento de divulgação dos artigos publicados pelos próprios conselheiros. Nos números da Revista: 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 10 e 12, a maioria dos artigos foi de autoria dos próprios conselheiros. Na Revista nº 03 (janeiro a junho de 1969), por exemplo, os cinco artigos publicados foram dos conselheiros em exercício: o conselheiro Godofredo Filho publicou um artigo sobre Rodrigo Mello Franco de Andrade; o conselheiro Thales de Azevedo, sobre A Vida de Cultura na Bahia; o conselheiro José Calasans, um artigo sobre Celso Magalhães e o folclore baiano; o conselheiro Carlos Eduardo da Rocha sobre O Museu do Estado da Bahia e o conselheiro Américo Simas Filho, um artigo sobre Legislação de Proteção aos bens culturais.

Na Revista nº 11, dos nove artigos publicados, quatro pertencem aos titulares, dois aos suplentes, dois são de colaboradores externos, além de uma colaboração do Conselho Estadual de Educação. A exceção foi a Revista nº 10, na qual, dos seis artigos, apenas um é de um conselheiro titular; três eram dos suplentes, uma colaboração externa e um artigo publicado por um conselheiro do Conselho Estadual de Educação.

Por falta de recursos, a partir do nº 07, em 1972, a Revista de Cultura passou a ser anual, sendo que o número 14 contemplou dois anos (janeiro de 1979 a dezembro de 1980). A reformulação aconteceu a partir do número 16, na edição comemorativa dos 30 anos do CEC (1968-1998). Além da Comissão Editorial, foi contratado o jornalista Valdomiro Santana, que assumiu a função de editor. No Editorial da Revista, ele escreveu:

Inteiramente nova, treze anos depois, volta a circular a Revista de Cultura da Bahia [...] a presente publicação se propõe a veicular sob diferentes enfoques o que tem sido a Bahia no contexto cultural brasileiro [...] O que se deseja com este propósito é privilegiar a leitura de textos dignos desse nome. Daí o cuidado que exigiu – e deve continuar a exigir – a seleção¹⁹³.

¹⁹³ REVISTA DE CULTURA DA BAHIA, Salvador, 16:1-125, 1998, p. 5

O projeto gráfico mudou completamente, inclusive a capa da Revista, neste número com desenho de Possidônio Costa sobre trabalho de Carybé. A partir desse momento, a Revista vem com novas seções e são extintas as partes “Pareceres”, “Indicações”, “Moções” e “Sessões”.

A partir do nº 20, em outubro de 2002, a Revista de Cultura da Bahia apresentou uma nova diagramação: formato 15,5 x 22,5 cm, fontes Futura, Myriad Roman e Garamond (texto principal, corpo 12/16), papel miolo 90g/m² e capa cartão supremo 250g/m², com tiragem de 1.000 exemplares, sendo rodada na Empresa Gráfica da Bahia (EGBA). Na gestão do presidente Waldir Freitas Oliveira (1995-2003), a Revista de Cultura da Bahia foi novamente editada, com uma nova programação visual:

A iniciativa de retomar a Revista foi de Renato (*Berbert de Castro*)¹⁹⁴ [...] mas acabou morrendo antes dela sair. [...] Eu pretendi fazer da Revista de Cultura uma revista literária. Uma revista que tivesse conteúdo, que não fosse algo apenas informativo, uma espécie de relatório administrativo. Tanto que nunca eu publiquei dentro da revista qualquer relatório; no máximo tinha um noticiário onde se relacionavam as atividades do conselho. Ou seja, ela foi de fato uma revista de cultura. Eu trouxe colaborações de pessoas de fora, tanto de fora do estado quanto de fora do conselho. A gente escolhia uma temática dominante e então convidava as pessoas, e quem muito me ajudou na edição da revista foi Valdomiro Santana. Além de ser escritor, ele é jornalista. Então, ele me ajudou muito para pôr essa revista na rua.

Na teoria existiu uma comissão editorial, mas na prática quem escolhia, quem fazia, éramos eu e Valdomiro [...] eu não podia ser diretor da revista. A revista não tinha diretor, então, se procurou ver como se solucionava essa questão. Eu não podia ser nem diretor nem redator-chefe, porque tanto para diretor quanto para redator-chefe eu precisava ser graduado em jornalismo. Então se criou essa comissão editorial, mas quem escolhia a temática, quem selecionava, quem convidava as pessoas, éramos eu e Valdomiro. Os outros conselheiros só queriam receber a revista pronta, porque dá muito trabalho fazer uma revista. Então eles não tinham interesse [...]¹⁹⁵.

Nessa nova fase, o Conselho de Cultura iniciou a publicação de artigos que não eram assinados pelos conselheiros, mas de homenagens. A nova diagramação continuou sem seções fixas, mas a apresentação, na maioria das vezes, era assinada pelo jornalista Valdomiro Santana. Depois vinham os artigos e uma seção fixa chamada de “Noticiário”. A Revista 21 rendeu homenagens aos 100 anos de Edith Mendes da Gama Abreu, Artur Ramos, Pedro Nava e Ari Barroso. O então presidente do Conselho, Waldir Freitas Oliveira escreveu sobre Pirajá da Silva. Foram incluídas também homenagens ao pintor Mário Cravo, Sante Scaldaferrri; aos contistas baianos Vasconcelos Maia e Jorge Medauar.

A Revista foi publicada até o número 23, em 2006. De acordo com a ex-presidente do

¹⁹⁴ Grifo nosso

¹⁹⁵ Entrevista concedida à pesquisadora em setembro de 2011

Conselho, Lia Robatto, a publicação foi extinta porque não era uma revista literária, mas sim uma publicação que atendia quase que exclusivamente os interesses dos conselheiros.

Também na área editorial, a grande frustração do ex-presidente Waldir Freitas Oliveira foi não ter aprovado uma legislação estadual para o livro, que atendesse as necessidades da Bahia: “[...] promovi uma série de encontros e levamos mais de dez sessões especiais para discutir o problema do livro baiano. Convoquei todos os donos de livrarias, os donos de editoras, e se discutiu muito, mas não se chegou a uma solução”¹⁹⁶.

No dia 05 de novembro de 1996, em uma solenidade para comemorar o Dia da Cultura, o governador Paulo Souto e o secretário Paulo Gaudenzi lançavam, no Museu de Arte Moderna, a terceira versão do Programa Cultura Bahia 96-97, com uma extensa programação. Durante a solenidade, o secretário entregou ao governador sete publicações das quais quatro eram da Coleção Selo Bahia (da Fundação Cultural) e três da linha Obras Institucionais. O programa editorial tão desejado pelo Conselho teria que esperar mais tempo para se concretizar. Finalmente, em 2005, o governo aprovava o projeto editorial denominado Memória da Bahia, criado pelo ex-presidente Waldir Freitas Oliveira, com o objetivo de editar obras de autores baianos inéditos, falecidos, que nunca foram editados ou com edições esgotadas. Foram 15 títulos encaminhados à Fundação Cultural para publicação. O quadro a seguir mostra algumas obras publicadas pelo Conselho:

Gestão/Presidente	Obras
Nelson Sampaio (1969-1971)	- Proteção dos Monumentos Públicos e Objetos Históricos, do historiador baiano Wanderley de Araújo Pinho.
José Calasans Brandão (1973- 1979)	Dicionário de artistas e Artífices da Bahia, de Marieta Alves, em convênio com a Universidade Federal da Bahia.
Ruy Santos (1981-1983)	“Odorico Tavares”, de Carlos Eduardo da Rocha, Godofredo Filho, Wilson Lins e Renato Berbert de Castro, com introdução de Ruy Santos.
Wilson Lins (1983- 1987)	“Clarival Valadares”, de Carlos Eduardo da Rocha e Kátia do Prado Valladares, em parceria com a Fundação Emilio Odebrecht, 1985.
Renato Berbert de Castro (1992-1994)	- Dicionário de Autores Baianos. - Canudos – Cinquenta anos depois (1947), de Odorico Tavares. Introdução de José Calasans, com fotos de Pierre Verger e ilustrações de Carybé (separata de alguns capítulos do seu livro Bahia Imagens da Terra e do Povo) – Coleção Bibliografia de Autores Baianos - Triste Bahia, Oh Quão Dessemelhante, de Cid

¹⁹⁶ idem

	<p>Teixeira.</p> <p>- O fechamento da Casa da Moeda da Bahia e os 80 Reis de 1831, de Renato Berbert de Castro, Empresa Gráfica da Bahia, Salvador, 1996.</p>
<p>Waldir Freitas Oliveira (1995-2003)</p>	<p>- Mercado Modelo, de Guilherme Dias Gomes.</p> <p>- Aprendizagem do absurdo. Uma casa após outra, Wilson Lins, Coleção Apoio, 16, 1997, Prefácio de Josaphat Marinho e apresentação de Waldir Freitas Oliveira.</p> <p>- Poesia completa, de Sosígenes Costa – edição comemorativa do centenário de nascimento de Sosígenes Costa, 2001.</p> <p>Revista Alvorada, em 1997</p> <p>Samba – Mensário moderno de letras, artes e pensamento, Bahia 1928-1929, ano de 1999.</p> <p>- Cartografia de Canudos – José Calasans Brandão da Silva</p> <p>Coleção Memória da Bahia:</p> <p>- Gado Humano, de Nestor Duarte, apresentação de Waldir Freitas Oliveira. Segunda edição publicada em 1998. Romance. Com apoio da Secretaria de Educação e Cultura (Coleção Memória da Bahia, 06).</p> <p>- As voltas da Estrada, de Xavier Marques, segunda edição publicada em 1998, Secretaria de Turismo e Cultura, Conselho Estadual de Cultura e Academia de Letras da Bahia. Romance. (Coleção Memória da Bahia 07).</p> <p>- Páginas escolhidas, 200 crônicas e dois contos, de Adroaldo Ribeiro Costa. Seleção, organização e introdução de Aramis Ribeiro Costa, Secretaria da Cultura e Turismo, 1999 (Coleção Memória 8).</p> <p>- Procissões tradicionais da Bahia de João da Silva Campos. Orelha de Cândido da Costa e Silva. Segunda edição revista, comemorativa do centenário do movimento literário “Nova cruzada” e da passagem dos 120 anos de nascimento de João Silva Campos, publicada em 2001. 2ª edição revista, com apresentação de José Valladares (Coleção Memória da Bahia, 8).</p>

Quadro 9 – Algumas publicações do Conselho Estadual de Cultura (1969-2003)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação entre o Estado e a sociedade civil mediada pelos conselhos apresenta-se como alternativa de diálogo entre esses dois entes. Inclusive porque as modalidades de colegiados em funcionamento na atualidade, no Brasil, dentre eles os conselhos gestores de políticas públicas, em várias áreas, tais como, saúde, educação, criança e adolescente foram se consolidando no período de redemocratização do país, após um longo período de ditadura militar, e se multiplicaram após a promulgação da Constituição cidadã de 1988.

A área de cultura também se contaminou com a proliferação de conselhos gestores, em especial conselhos municipais pós-Constituição de 88, que surgem nesse momento com uma nova dinâmica de funcionamento, composição e natureza.

No âmbito federal, tanto o Conselho Nacional de Cultura (CNC), do período Vargas, como o Conselho Federal de Cultura (CFC), na ditadura militar, tinham na sua composição a participação de intelectuais notáveis cujo trânsito pelos campos político e cultural vem desde os anos 1920. Muitos desses intelectuais participaram ativamente no CFC, criado em 1967, que teve como uma de suas atribuições, dentre outras, implementar conselhos estaduais e municipais de cultura. Nesse contexto, surgiu o Conselho Estadual de Cultura da Bahia (CEC-BA), em 1967, no governo Luís Viana Filho. Apesar dos esforços do CEC-BA, por manter os convênios com o CFC, a Bahia dificilmente foi contemplada com recursos financeiros do órgão federal, o que aprofundava os problemas de funcionamento do colegiado.

A gestão de política cultural adotada pelos governos militares, na década de 1970, estava centrada na assistência e no amparo das instituições culturais a partir de um plano de envergadura nacional, que garantisse ao governo federal agir de forma eficiente na defesa de imensos patrimônios dispersos em todo o território nacional, de cuja soma resultaria o patrimônio e a memória nacionais. Na esfera federal, o CFC cumpria esse papel; na Bahia, o CEC-BA tomou para si essa tarefa e muitas vezes os conselheiros mostraram seu descontentamento com o fato de dividir com outros órgãos as atividades de defesa do patrimônio. A alternativa para resolver esse impasse seria criar o Conselho de Patrimônio, mas para isso o CEC-BA deveria assumir o papel de órgão de “cúpula” e, portanto, as outras instituições estaduais estariam subordinadas a ele.

Na defesa do patrimônio, o CEC-BA tem o maior legado de contribuições: seus estudos permitiram regulamentar as duas legislações que regem as matérias da proteção ao patrimônio cultural do Estado da Bahia: 1) a Lei nº 3.660 de 08 de junho de 1978, que

atendeu as recomendações de dois Encontros de Governadores, realizados em Brasília (1970) e em Salvador (1971); 2) a Lei 8.895/2003 de Proteção do Patrimônio Cultural da Bahia, regulamentada pelo Decreto 10.039/2006. A Lei 8.895/03 garantiu o Instituto do Tombamento, previsto na legislação anterior, mas apresentou o diferencial de oferecer uma gama de novos Institutos de proteção: Inventário para a Preservação, Registro de Patrimônio Imaterial e Espaço Reservado.

Portanto, o CNC e o CFC privilegiaram a elite cultural na sua composição: notáveis homens de cultura e especialistas que eram indicados pelo Presidente da República. Na Bahia, o Conselho de Cultura também seguiu essa composição formada por notáveis e especialistas, indicados pelo chefe do Executivo. Essa composição se manteve até a década de 1990, quando são incorporados representantes dos diferentes domínios das artes e linguagens artísticas. Inclusive, no CEC-BA, a maioria dos membros do colegiado baiano era representante da sociedade civil e em menor número do poder público. Entretanto, os membros da sociedade civil estavam muito distantes de representar segmentos artísticos ou instituições culturais.

De natureza consultiva e normativa, o CEC-BA surgiu com muitas atribuições e tarefas por ser a primeira instituição a se preocupar realmente pelas questões culturais, na década de 1970. Uma delas era contribuir com a formulação da política cultural do Estado. Essa questão, contudo, provocou sérios conflitos internos porque a maioria deles manifestava a opinião de que a responsabilidade de elaborar as políticas era do Executivo e, portanto, cabia ao colegiado apenas sua apreciação. De qualquer forma, nos documentos pesquisados não foram encontrados indícios de que o colegiado contribuiu para a formulação de uma política estadual de cultura, podendo-se perceber, ainda, a falta de intervenção, no campo cultural, dos governos estaduais que se sucederam, a partir de 1967. A cultura sempre esteve à sombra da educação ou do turismo, a depender da pasta em que era incluída.

Assim, por exemplo, o colegiado apreciou o Plano Integrado de Educação e Cultura da Bahia (PIEC) para o triênio 1968-1970, no governo Luiz Viana Filho, e concluiu que o documento não se enquadrava na categoria de um plano, mas de um estudo introdutório sobre as intenções do governo nessas duas áreas. Anos mais tarde, em 1977, o colegiado, diante da ausência de um Plano de Cultura, discutiu com o governador Roberto Santos várias propostas sistematizadas pelos conselheiros para a área da cultura. Nota-se, portanto, que a administração pública relegou a um segundo plano a política de cultura, subordinando-a à política de educação. Durante a gestão da SCT, quando foram conciliadas, pela primeira vez

no Brasil, as pastas de cultura e turismo da administração pública, por meio da Secretaria de Cultura e Turismo da Bahia (SCT), a política cultural ficou a mercê da política de turismo.

O secretário Paulo Gaudenzi, que ficou à frente da Secretaria durante os doze anos de funcionamento, reorganizou o conselho para minimizar a falta de quórum nas sessões plenárias. Além disso, as quatro Câmaras e as duas comissões de trabalho não estavam funcionando a contento, inviabilizando a rotina do CEC-BA. O secretário designou a jornalista Eulâmpia Reiber para intermediar a relação entre o colegiado e a SCT, mas a jornalista encontrou resistências internas em virtude de sua ligação com o secretário Gaudenzi..

Em 2002, o CEC-BA foi obrigado a transferir-se de local porque o governo decidiu instalar a sede do Museu Rodin Bahia no Palacete Martins Catharino, o que provocou a renúncia de Fernando da Rocha Peres, um dos conselheiros mais antigos, por discordar desse projeto. A instalação do Rodin, tendo à frente a vice-presidente da Associação Cultural Auguste Rodin e conselheira, Eulâmpia Reiber, foi cercada de denúncias de irregularidades e desvio de dinheiro por parte da SCT. Os conselheiros foram obrigados a procurar uma nova localidade para se reunir e, em 2003, o governo do Estado cedeu o prédio do Anexo do Palácio da Aclamação, sede atual do CEC-BA.

Na esfera federal, a principal dificuldade do CFC foi o limite legal de suas atribuições, já que havia uma série de interdições legais que limitaram a atuação dos conselhos. Era o próprio governo, todavia, que imputava ao órgão um papel que deveria ser cumprido por uma secretaria. Em relação ao congênere estadual, ao longo de sua trajetória, o CEC-BA buscou mais atenção do Executivo para suas ações e propostas. Fora as ações de defesa e valorização do patrimônio e da memória, o colegiado passou despercebido pela sociedade e comunidade cultural baiana. O funcionamento ininterrupto do conselho, desde que foi criado em 1967, só sofrendo descontinuidade entre os anos 1987 e 1991, não pode ser considerado como um fator positivo ao lastro de contribuições à cultura baiana. Mesmo assim, em várias gestões, o Conselho da Bahia se debruçou em discussões internas, a fim de alterar os dispositivos que tratavam sobre organização, administração, funcionamento e composição do colegiado, com escassos resultados práticos.

Nota-se que, apesar de extinto o CFC, na década de 1990, a maioria dos conselhos estaduais manteve a mesma composição, natureza e funcionamento, mesmo no período de redemocratização, quando a sociedade civil se organizou em busca da democracia. São modelos de conselhos com práticas arcaicas, membros indicados pelo chefe do Executivo e

tipologia de notáveis e especialistas que precisam ser superados, pois não são mais capazes de conter e representar a complexidade da vida cultural na contemporaneidade.

Na Bahia, as mudanças no Conselho Estadual de Cultura iniciaram-se a partir do governo Jaques Wagner, em 2007. Importantes intervenções foram realizadas na composição do colegiado, formado por 20 conselheiros e 10 titulares, que foram indicados através de consulta pública a mais de 30 instituições, incluindo universidades, sindicatos e associações profissionais. Foram empossados também representantes do interior do Estado – com 20% das pessoas morando fora de Salvador – dos povos indígenas e da cultura afro-brasileira. Na gestão do presidente Albino Rubim (2008-2010), o Regimento Interno passou por consulta pública antes de ser enviado ao Executivo com propostas de alterações profundas nas atribuições e composição.

Na esfera federal, as mudanças na gestão cultural começaram muito antes, na eleição do petista Luis Inácio Lula da Silva, tendo à frente do Ministério de Cultura (MinC) dois baianos, Gilberto Gil e Juca Ferreira. O funcionamento do Conselho Nacional de Políticas Culturais (CNPC), em 2007, expressou a concretização do entendimento do ministro Gilberto Gil, de que era impossível formular, executar, acompanhar e avaliar políticas públicas sem que os diferentes agentes, setores e regiões estivessem reunidos para apresentar e representar seus pontos de vista. De composição paritária, 50% de representantes governamentais do âmbito federal, estadual e municipal dividem assentos com 50% de representantes da sociedade civil, sendo que desde 2010, esses últimos vêm sendo escolhidos nas Pré-Conferências Setoriais – o órgão admite a cogestão das políticas públicas de cultura.

Este órgão colegiado surgiu com muitas finalidades, sendo a principal a de propor a formulação de políticas públicas, com vistas a promover a articulação e o debate dos diferentes níveis de governo e a sociedade civil organizada, para o desenvolvimento e o fomento das atividades culturais no território nacional. Delibera sobre pautas específicas, como a renovação do Plano Nacional de Cultura (PNC), planos de trabalho do MinC e regimento interno da Conferência Nacional de Cultura (CNC). Ademais, o CNPC, além de atender a demanda do setor cultural por um espaço de interlocução com o MinC, terá um importante papel na fiscalização do PNC e do Sistema Nacional de Cultura (SNC).

Entre os desafios do CNPC está o de estabelecer rotinas, agendas, mecanismos de deliberação e informação para o processo de decisão, bem como de estabelecer um papel mais definido e articulado com os Colegiados Setoriais..

Nesse novo cenário democrático de mais participação social, os conselhos assumem

um papel importante como espaços de interlocução e articulação entre diferentes atores sociais e os entes do governo. Para superar o modelo tradicional de conselho, que por muitos anos prevaleceu na Bahia, o Estado deverá dar continuidade às mudanças iniciadas pela gestão Wagner/Meirelles. O Conselho Estadual de Cultura da Bahia, ao contrário das gestões anteriores, precisa incorporar efetivamente a sociedade civil e garantir que sejam representantes da comunidade cultural. A consulta pública e a eleição nas Conferências Estaduais de Cultura são instrumentos funcionais que devem continuar sendo usados para a consecução desse fim.

O processo eleitoral da escolha do presidente do conselho da Bahia, com duração de dois anos, foi considerado um sistema viciado de indicação direta ou indireta. O fato de ser um colegiado não alterou o sistema presidencialista com amplos poderes ao presidente. Outros modelos de conselhos admitem a figura de coordenador, a fim de dividir responsabilidades na gestão do colegiado. Mesmo com as mudanças na área de cultura, práticas arcaicas de centralização do poder continuam, como, por exemplo, o conselho estadual de cultura do Amazonas, em que o cargo de presidente é do Secretário de Cultura, que alterna a presidência a cada ano com a eleição de um representante da sociedade civil.

Outra questão importante é definir o período de mandato dos conselheiros, que, na Bahia, continua vinculado ao mandato do governador, que é de quatro anos. Embora muitos conselheiros tenham sido reconduzidos para mais de um mandato, existem opiniões divergentes em relação à gestão vinculada à do chefe do Executivo, com propostas de mandatos com tempo maior de duração.

A ampliação do conceito de cultura, a hibridização e fusão de estilos e segmentos artísticos, a inclusão de grupos sociais e comportamentos culturais desconsiderados pela ação pública, os avanços tecnológicos e das comunicações são fatores importantes a se levar em consideração quando se trata de discutir a eficácia e efetividade dos atuais modelos de funcionamento e composição dos conselhos de cultura. Esses fatores sugerem a superação das composições tradicionais dos conselhos: corporativos, de especialistas e de notáveis. Trata-se, então, de desenhar novos modelos de composição e atuação de Conselhos de Cultura que enfrentem os desafios da atual dinâmica cultural. Inclusive para atender os projetos nacionais, como o PNC e o SNC.

Além disso, a ampliação de suas representações significa uma maior diversidade cultural, não só dos territórios de identidade, mas também de linguagens e expressões artísticas com inclusão de novos atores sociais e de novas dinâmicas urbanas (hip-hop,

grafiteiros, meios de comunicação).

O novo modelo de conselho deve ainda superar os gargalos que limitam sua atuação, para evitar as frustrações da comunidade artística e da sociedade como um todo. Para isso, o órgão deve se atualizar e buscar nas ferramentas de comunicação os instrumentos de divulgação de suas atividades e atos administrativos. O colegiado precisa interagir com a sociedade e ouvir suas demandas. Em relação à natureza dos conselhos, são encontrados colegiados com caráter deliberativo, consultivo, fiscalizador, normativo. E as atribuições e tarefas dependem da natureza dos colegiados.

As funções desses colegiados, em nível federal, estadual e municipal, dependem também dos objetivos a que se propõem e a finalidade de sua criação. O modelo mais utilizado atualmente pelo governo federal é o de gestor de políticas públicas com composição paritária e natureza deliberativa. Isso significa que a política pública daquela área ou daquele tema deverá ser decidida dentro do conselho. Se isso não acontecer, não será possível ao governo executar a política pública.

Em relação à paridade, na atualidade os limites da paridade não estão mais relacionados à equação numérica de 50% sociedade civil e 50% do poder público, mas sim, sobre outros aspectos da representação tão variados quando se trata de discutir a composição dos conselhos. Nesse sentido, os gritos de desobediência civil clamam pelo “empoderamento” dos conselheiros, a partir de uma composição formada apenas por representantes da sociedade civil ou com maior número de assentos. Os conselhos populares originalmente tinham apenas representantes da população. Mas existem outras questões implícitas nesse binômio governo–sociedade civil que precisam ser aprofundadas devido à inclusão de novos atores como o Ministério Público.

A questão da paridade precisa de mais aprofundamento também porque é um elemento decisivo na composição dos conselhos. Além disso, a indicação dos conselheiros deve superar a atual tradição de indicação dos “apadrinhados” do governo, como vinha acontecendo no CEC-BA.

Por fim, a proposta de articulação com a criação de redes de comunicação entre conselheiros e conselheiras em nível federal, estadual e municipal precisa virar realidade. O CONECTA foi um laboratório efetivo de um processo de articulação dos conselhos estaduais, mas essa experiência deverá ser ampliada para as outras esferas. Essas redes de articulação dos conselhos municipais, estaduais e o CNPC vão favorecer a relação entre as organizações e facilitar a implementação dos projetos do governo federal em andamento, como o Plano

Nacional de Cultura (PNC) e o Sistema Nacional de Cultura (SNC). Os conselhos têm um papel fundamental na fiscalização do PNC.

Além das redes de comunicação, é importante também que o conselheiro – em especial, representante da sociedade civil – conheça o funcionamento da máquina pública, orçamentos, procedimentos burocráticos, legislação e a estrutura administrativa governamental e para isso é importante a capacitação dos membros do conselho.

Este trabalho está longe de ser conclusivo e percebe-se uma maior bibliografia do tema na academia. É importante destacar o projeto desenvolvido pelo Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura da Universidade Federal da Bahia (CULT/UFBA), em parceria com o Ministério da Cultura (MinC), que reuniu mais de 250 representantes entre pesquisadores, gestores, conselheiros e representantes de conselhos de cultura de 24 estados do país e do Distrito Federal no Seminário Políticas Culturais, Democracia e Conselhos de Cultura, em 31 de agosto e 1º de setembro de 2011. O objetivo foi realizar uma investigação mais aprofundada sobre o papel dos conselhos de cultura no Brasil. O projeto publicou um livro da Coleção Cult e produziu material multimídia com os resultados da pesquisa.

Os conselhos precisam se consolidar como instrumentos de participação social, de cogestão das políticas públicas e de intermediação entre sociedade civil e estado. Principalmente na área de cultura, os novos modelos de conselhos devem ser mais efetivos, sendo capazes de construir uma nova relação com a sociedade, a comunidade cultural e o Estado, contribuir para a elaboração de políticas públicas de cultura e ampliar a representação dos diversos territórios culturais, linguagens artísticas e movimentos culturais urbanos, a fim de abranger a diversidade cultural do Estado da Bahia.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Maria do Carmo. A Participação Cidadã no Brasil Hoje. *Pólis Papers* número 2. 1998. Disponível em: <http://www.polis.org.br/publicacoes_interno.asp?codigo=169>. Acesso em: out. 2010.
- ALMEIDA, Naomar. Bravo, professor Armindo Bião, Salvador, *A Tarde*, 09 dez., 2009, Caderno 1, Editorial, p. 02.
- ALVES, Rossana, Conselho de Cultura a hora da verdade. *Soterópolis*, agosto 2001, Ano 4, Edição 35, p. 19.
- AMARAL MAIA, Tatyana. “*Cardeais da cultura nacional*”: o Conselho Federal de Cultura e o papel cívico das políticas culturais na ditadura civil-militar (1967-1975). Tese (Doutorado em História). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2010.
- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. *Bahia de todos os fatos*. Cenas da Vida Republicana 1889-1991. 2ª ed. Salvador. Assembleia Legislativa, 1997, 383 p.
- AVRITZER, L.; PEREIRA, Maria de Lourdes. *Democracia, participação e instituições híbridas*. Teoria & Sociedade, Belo Horizonte, 2005, p. 14-41.
- BARBALHO, Alexandre. *Relações entre Estado e Cultura no Brasil*. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 1998.
- _____. Política Cultural. In: RUBIM, Linda (org.) *Organização e produção da cultura*. Salvador: EDUFBA, 2005, p. 33-52.
- _____. *Política, cultura e mídia*. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2008. (Coleção Textos Nômades; n.01). 142p.
- _____. Conselhos de cultura e democracia: desafios contemporâneos. In: FERNANDES, T.; RUBIM, A.; RUBIM, I., (Org.) *Políticas Culturais, Democracia e Conselhos de Cultura*. Salvador: EDUFBA, 2010, p. 237- 254.
- BARBOSA, Frederico. *Política Cultural no Brasil 2002-2006: acompanhamento e análise*. Brasília: Ministério da Cultura, 2007. 220p. (Coleção Cadernos de Políticas Culturais; v. 2).
- BAVA, Silvio Caccia. Os Conselhos como instrumentos da sociedade civil. In: CARVALHO, Maria do Carmo e TEIXEIRA, Ana Claudia (Org.). *Conselhos Gestores de Políticas Públicas*. São Paulo: Instituto Pólis, 2000. 144 p. (Publicações Pólis, 37).
- BIANCHI, Alvaro. *O laboratório de Gramsci: filosofia, história e política*. São Paulo: Alameda, 2008. 317 p.
- BIONDI, Aloysio. *O Brasil privatizado*. Um balanço do desmonte do Estado. Editora Fundação Perseu Abramo: São Paulo, 1996. 48 p.

BOAVENTURA, Edivaldo. *Sitientibus*, Feira de Santana, n.10, p. 13-30, jul./dez. 1992
Disponível em:
<http://www2.uefs.br/sitientibus/pdf/10/criacao_e_reorganizacao_do_conselho_de_educacao_da_bahia.pdf, atualizado em 06/06/2011>.

BORGES, Altamiro. *A ditadura da mídia*. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2009.

BOTELHO, Isaura. As dimensões da cultura e o lugar das políticas públicas. *Revista São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, v.15, n. 2, 2001. Disponível em:<<http://www.scielo.br/>>
Acesso em: 15 dez. 2009.

_____. *Romance de Formação*. Funarte e Política Cultural 1976-1990. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2000. 182 p.

BOURNE, Richard. *Lula do Brasil*. A história real, do Nordeste ao Planalto. Tradução de Paulo Schmidt e Bernardo Schmidt. São Paulo: Geração Editorial, 2009. 360p.

BRIZUELA, J.; LEAHY, R.; RUBIM, I. Políticas Culturais, Democracia e Conselhos de Cultura. In: FERNANDES, T.; RUBIM, A.; RUBIM, I., (Org.) *Políticas Culturais, Democracia e Conselhos de Cultura*. Salvador: EDUFBA, 2010.

CALABRE, Lia. *Política Cultural no Brasil: um breve histórico*. Trabalho apresentado no I Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (Enecult). Salvador: FACOM/UFBA, 2005.

_____. A ação federal na cultura: o uso dos conselhos. *O público e o privado* n° 9, jan./jun. 2007.

_____. *Políticas culturais no Brasil dos anos 1930 ao século XXI*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. 141p.

_____. *Políticas culturais no Brasil: história e contemporaneidade*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010. (Textos Nômades; n.2), 136p.

CANCLINI, Néstor Garcia. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

CANEDO, Daniele [et al]. Políticas Públicas os mecanismos de participação social. In: RUBIM, Albino (org.). *Políticas Culturais no Governo Lula*. Salvador: Edufba, 2010 (Coleção Cult). p. 25-47.

CARVALHO, Maria do Carmo A. A; TEIXEIRA, Ana Cláudia (Org.). Conselhos Gestores de Políticas Públicas. São Paulo: Instituto Pólis, 2000. 144p. (*Revista Pólis* n° 37). Disponível em: <http://www.polis.org.br/obras/arquivo_68.pdf>.

CHAUÍ, Marilena. *Cidadania Cultural*. O direito à cultura. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

COELHO, Vera; NOBRE, Marcos. *Participação e deliberação*. Teoria Democrática e

Experiências Institucionais no Brasil Contemporâneo. São Paulo: Editora 34, 2004.

COHN, Gabriel. A concepção oficial da política cultural nos anos 70. In: MICELI, Sergio (Org.). *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, 1984.

CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA DA BAHIA. *Revista de Cultura da Bahia*, Salvador, nº 02, set/dez., 1968.

_____. *Revista de Cultura da Bahia*, Salvador, nº 03, jan./jun., 1969.

_____. *Revista de Cultura da Bahia*, Salvador, nº 04, jul./dez., 1969.

_____. *Revista de Cultura da Bahia*, Salvador, nº 05, jul./dez., 1970.

_____. *Revista de Cultura da Bahia*, Salvador, nº 06, de jul./dez., 1971.

_____. *Revista de Cultura da Bahia*, Salvador, nº 07, jan./dez., 1972.

_____. *Revista de Cultura da Bahia*, Salvador, nº 08, jan./dez., 1973.

_____. *Revista de Cultura da Bahia*, Salvador, nº 10, jan./dez., 1975.

_____. *Revista de Cultura da Bahia*, Salvador, nº 11, jan./dez., 1975.

_____. *Revista de Cultura da Bahia*, Salvador, nº 12, jan./dez., 1976.

_____. *Revista de Cultura da Bahia*, Salvador, nº 13 jan/dez., 1978.

_____. *Revista de Cultura da Bahia*, Salvador, nº 14 jan 1979 a /dez., 1980.

_____. *Revista de Cultura da Bahia*, Salvador, nº 16. Edição comemorativa dos 30 anos do CEC (1968-1998).

_____. *Revista de Cultura da Bahia*, Salvador, nº 20, 2002.

_____. *Revista de Cultura da Bahia*, Salvador, nº 21, 2003.

_____. *Revista de Cultura da Bahia*, Salvador, nº 22, 2005.

_____. *Revista de Cultura da Bahia*, Salvador, nº 23, 2006.

_____. *Políticas Públicas de Cultura*. Salvador, 2006.

_____. *Relatório de Prestação de Contas do CEC-Bahia*, referente ao exercício de 01.01.90 a 30.12.90. Ofício assinado pela Secretária da Educação e Cultura, Dirlene Mendonça, encaminhado ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado, Bernardo Spector. nº 16/91, em 30.12.1991 (45p).

_____. *Reforma do Regimento Interno do Conselho Estadual de Cultura*, Parecer nº 23/75/77, Processo 00157/73/75, de 12.05.1976. (p.02).

_____. *Relatório interno da Câmara de produção Cultural contemporânea ano de 2004*, 07 de julho de 2005.

_____. *Relatório de Atividades* de 07.11.95 a 07.11.97, presidente Waldir Freitas Oliveira, s/d., 114p.

_____. *Relatório de Gestão 2008-2010*, Salvador, março de 2010.

_____. *Encontro de Conselhos Municipais de Cultura do Estado da Bahia*, Carta de Princípios, Salvador, 17 de novembro de 2005.

_____. *Relatório de Prestação de Contas*, referentes ao exercício de 01.01 a 30.12.90 p. 03-45.

_____. *Bahia Cultural, 1975*: exposição de publicações promovidas pelo Conselho estadual de Cultura; planejamento e organização do catálogo por Terezinha Costa Machado e Olivia de Barros Corrêa. Salvador, Ed. Gráfica, Serviços e Editora Ltda, 1976 40p.

_____. *Documento Síntese do Seminário Interno*, Salvador, 03.09.2001, assessoria externa. Anna Carolina Daltro Sampaio, 37p.

_____. *Discurso de posse da Presidente Eulâmpia Reiber*. 12.07.2005, 8p.

_____. *Planejamento e Desenvolvimento Culturais*: uma Indicação para uso interno (Revista): Indicação nº 001/96, 23.01.96, 6p.

CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Boletim*, Rio de Janeiro, ano 6, nº 23 jul. 1976 (Especial).

_____. *Cultura*, Rio de Janeiro, Ano 4, n.42, dez. 1970.

_____. *Cultura*, Rio de Janeiro, Ano 4, nº 34, abr. 1970.

_____. *Cultura*, Rio de Janeiro, Ano 1, n. 04, out./dez. 1971.

CÔRTEZ, Soraya. Conselhos de Políticas Públicas: o falso dilema entre institucionalização e democratização da gestão pública. In: FERNANDES, T.; RUBIM, A.; RUBIM, I., (Org.) *Políticas Culturais, Democracia e Conselhos de Cultura*. Salvador: EDUFBA, 2010, p. 51-70.

COUTINHO, Carlos Nelson. Os intelectuais e a Organização da Cultura. In: COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e Sociedade no Brasil*. Ensaios sobre idéias e formas. Oficina de Livros Ltda.: Belo Horizonte, 1990. p. 13-31.

DA FONSECA, João Justiniano. *Vida e Obra de Luiz Viana Filho*, Edições do Senado federal, Volume 58, Brasília, 2005. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/19825940/A-VIDA-DE-LUIZ-VIANA-FILHO>>, atualizado em 07 jun. 2011.

DAGNINO, Evelina. Sociedade Civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: DAGNINO, Evelina (Org.). *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*. São Paulo: Ed: Paz e Terra S/A, 2002. p. 279-301.

DUTRA, Judite; SOUZA, Celina. Adequação Político-Institucional e Administrativa das Políticas Públicas Baianas nos anos 80. IN: SANTOS, Reginaldo (Org.). *Políticas Públicas Baianas: Análises e Perspectivas*. Salvador: Editora Universitária Americana: 1991. 2ª ed., 200p.

FARIA, Hamilton. Conselhos Municipais de Cultura: Cultura Participativa e Cidadania Cultural. In: CALABRE, Lia (Org.). *Políticas Culturais: Reflexões sobre gestão. Processos participativos e desenvolvimento*. São Paulo: Itáu Cultural, 2010. 145 p.

FARIA, Hamilton; MOREIRA, Altair; VERSOLATO, Fernanda (Org.). *Você quer um bom conselho?* Conselhos Municipais de Cultura e Cidadania Cultural. São Paulo: Instituto Pólis, 2005, 128p.

FARIA, Hamilton; MOREIRA, Altair. Cultura e governança: um olhar transversal de futuro para o município. In: FARIA, Hamilton; MOREIRA, Altair; VERSOLATO, Fernanda (Org.). *Você quer um bom conselho?* Conselhos municipais de cultura e cidadania cultural. São Paulo: Instituto Pólis, 2005. 128 p.

FERNANDES, Taiane. Políticas Culturais. *A Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia 1995-2006*. Dissertação de Mestrado em Salvador: FACOM/UFBA, 2008.

FERNANDES, T.; RUBIM, A.; RUBIM, I., (Org.) *Políticas Culturais, Democracia e Conselhos de Cultura*. Salvador: EDUFBA, 2010. 400p. (Coleção CULT).

FRANCO, Aninha. *O teatro na Bahia através da imprensa – século XX*. Salvador: FCJA, COFIC, FCEBA, 1994, 412p. (Coleção Casa de Palavras – Série Memória 1).

FURTADO, Celso. *Discurso do ministro de Estado Celso Furtado no lançamento da Lei de Incentivos Fiscais*. Brasília (Ministério da Cultura). 04 jun. 1986.

GOHN, Maria da Glória. *Conselhos gestores e participação sociopolítica*. São Paulo: Cortez Editora, 2003. 120 p.

GOVERNO DA BAHIA, *Legislação de proteção e estímulo à preservação do patrimônio cultural do Estado da Bahia*, Salvador s/d.

LEANDRO, Paulo. Um duto baiano - Uma conta fantasma de R\$ 101 milhões, pagamentos irregulares e suspeita de caixa 2 rondam o terreiro de ACM. São Paulo. *Revista Carta Capital*, 2002.

MARSHALL, Thomas Humphrey. Cidadania e classe social. Senado Federal, MCT/CEE, Brasília, 2002, Editora Zahar, Rio de Janeiro, 1967.

MATA-MACHADO, Bernardo. Conselhos de cultura e democratização do estado no Brasil. In: FERNANDES, T.; RUBIM, A.; RUBIM, I., (Org.) *Políticas Culturais, Democracia e Conselhos de Cultura*. Salvador: EDUFBA, 2010. p. 213 - 235.

MICELI, Sérgio (Org.) *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, 1984.

MINISTÉRIO DA CULTURA, *Conselho Nacional de Política Cultural*. Brasília (Coordenação 2009).

_____. *Plano Nacional de Cultura*. Diretrizes gerais. Brasília, 2007, segunda ed.

MORAES, Leticia Nunes de. *Cotidiano e política*. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo./2007.

NOBRE, Marcos. Participação e deliberação na teoria democrática: uma introdução. In: COELHO, Vera Schattab; NOBRE, Marcos (Org.). *Participação e deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Editora 34, 2004. p. 21-40.

ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

PEDROSA, José Ivo. Conselhos Gestores de Políticas Públicas e Democratização do Estado: reflexões a partir dos conselhos de saúde. In: FERNANDES, T.; RUBIM, A.; RUBIM, I. (Org.) *Políticas Culturais, Democracia e Conselhos de Cultura*. Salvador: Edufba, 2010.

POLÍTICAS CULTURAIS EM REVISTA. *Publicação eletrônica da Rede de Estudos em Políticas Culturais* (REDEPCULT). Volume 1, número 1, 2008. Disponível em: <www.politicasculturaisemrevista.ufba.br>.

PORTO, Marta. Construindo o público a partir da cultura: gestão municipal e participação social. In: Ministério da Cultura. *Oficinas do Sistema Nacional de Cultura*. Brasília, 2006, p.61-78.

PORTUGAL, Claudius. Juarez Paraíso. Um mestre na arte da Bahia. Coleção Gente da Bahia, Salvador: EGBA, Assembleia Legislativa da Bahia, 2009.

QUEIROZ, Lúcia Aquino de. *O Espaço Turístico*. Centro Histórico: formação, transformações, perspectivas e desafios, Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo, 2006.

QUINTELLA, Maria Madalena D. Cultura e poder ou Espelho, espelho meu: existe alguém mais culto do que eu?. In: MICELI, Sergio (Org.) *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo: Ed. Difel, 1984. p.113-134.

RUBIM, Albino. *Políticas Culturais no Brasil e na Bahia: três tristes tradições e enormes desafios*. Salvador, 2007 (inédito).

_____. *Políticas culturais do Governo/Gil: desafios e enfrentamentos*. Salvador, 2007 (inédito).

_____. Políticas Culturais: Entre o possível e o impossível. In: NUSSBAUMER, Gisele Marchiori. *Teorias e políticas de cultura*. Salvador: EDUFBA, 2007. Parte 2. Conformações da cultura contemporânea, p. 140-148.

_____. Comunicação e Política. Hacker Editores: São Paulo, 2000. 136 p.

_____. Conselhos de Cultura: atribuições, caráter, composição e democracia. In: In: FERNANDES, T.; RUBIM, A.; RUBIM, I. (Org.) *Políticas Culturais, Democracia e Conselhos de Cultura*. Salvador: Edufba, 2010, p. 147- 165.

_____. Cultura cidadã e desenvolvimento. *A Tarde*, Salvador, fev. 2001. Editorial, p. 02.

SALES, Ivandro da Costa. Os Conselhos e a Gestão Democrática: armadilhas e possibilidades. *Cadernos de Educação Popular*, Rio de Janeiro, v. 32, p. 40-52, 2005.

SANTOS, Reginaldo (Org.). *Políticas Públicas Baianas: análise e perspectivas*. Salvador: Editora Universitária Americana, 1991. (Escola de Administração da UFBA).

SCHIOCHET, Valmor. *Sociedade civil: o social pensado politicamente*. Blumenau: Edifurb, 2005. 167 p.

SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO. *30 anos do IPAC nos jornais*. Bahia, 1997.

SILVA, Paulo Santos. *Âncoras da tradição: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930 – 1949)*. Salvador: EDUFBA, 2000. p. 251.

SILVA, Vanderli Maria da. *A construção da política cultural no regime militar: concepções, diretrizes e programas (1974-1978)*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). São Paulo: USP, 2001.

SIMIS, Anita. CONCINE – 1976 a 1990. In: FERNANDES, T.; RUBIM, A.; RUBIM, I., (Org.) *Políticas Culturais, Democracia e Conselhos de Cultura*. Salvador: EDUFBA, 2010. p. 325- 350.

TATAGIBA, Luciana. Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. In: DAGNINO, Evelina (Org.). *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*. São Paulo: Ed: Paz e Terra S/A, 2002. p. 47-103.

_____. Os conselhos e a construção da democracia no Brasil: um rápido balanço de duas décadas de participação conselhistas. In: FERNANDES, T.; RUBIM, A.; RUBIM, I., (Org.) *Políticas Culturais, Democracia e Conselhos de Cultura*. Salvador: EDUFBA, 2010. p. 27-49.

TEIXEIRA, Ana Cláudia. Formação dos conselhos no Brasil. In: FARIA, Hamilton; MOREIRA, Altair; VERSOLATO, Fernanda (Org.). *Você quer um bom conselho? Conselhos municipais de cultura e cidadania cultural*. São Paulo: Instituto Pólis, 2005. 128p. (Publicações Pólis, 48).

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. Sociedade civil e participação cidadã no poder local. Salvador. Pró-reitoria de Extensão da UFBA, 2000 (Série UFBA em Campo; Estudos). 416 p.

THOMPSON, B. John. *A mídia e a modernidade*. Uma teoria social da mídia. Tradução de Wagner de Oliveira Brandão. Petrópolis: Editora Vozes, 2001. 3ª ed. 261 p.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, *Relatório de Inspeção nº 01/89*, em 27.06.90 (p.13).

VIEIRA, Mariella. Política cultural na Bahia: o caso do Fazcultura. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura Contemporâneas) 240f. Salvador: FACOM/UFBA, 2004.

VIDIGAL, Gustavo. O sentido da mudança. In: FERNANDES, T.; RUBIM, A.; RUBIM, I., (Org.) *Políticas Culturais, Democracia e Conselhos de Cultura*. Salvador: EDUFBA, 2010.

ENTREVISTAS REALIZADAS

CAPINAN, José Carlos. Entrevista concedida à pesquisadora Cecilia Vásquez Soto, em julho de 2011.

DIAS TAVARES, Luis Henrique. Entrevista concedida à pesquisadora Cecilia Vásquez Soto, em julho de 2011.

OLIVEIRA, Waldir Freitas. Entrevista concedida à pesquisadora Cecilia Vásquez Soto, em 08 de agosto de 2011.

REIBER, Eulâmpia. Entrevista concedida à pesquisadora Cecilia Vásquez Soto, em 29 de abril de 2011.

ROBATTO, Lia. Entrevista concedida à pesquisadora Cecilia Vásquez Soto, em agosto de 2011.

SOUZA SILVA, Isa Maria de. Entrevista concedida à pesquisadora Cecilia Vásquez Soto, em novembro de 2009.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

BAHIA. **Lei nº 2.464 de 13 de setembro de 1967.** Dispõe sobre a organização da Secretaria de Educação e Cultura e dá outras providências.

_____. **Lei nº 2.563 de 28 de agosto de 1968.** Criação da Bahiatursa.

_____. **Lei nº 6.812/95 de 18 de janeiro de 1995.** Cria a Secretaria de Cultura e Turismo (SCT), introduz modificações da Administração Pública Estadual e fornece outras providências.

_____. **Lei nº 12.365 de 30 de novembro de 2011.** Dispõe sobre a Política Estadual de Cultura, institui o Sistema Estadual de Cultura e fornece outras providências.

CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA DA BAHIA. **Decreto nº 20.662/68, de 15 de abril de 1968.** Publicado no DO 26.04.68. 1º Regimento Interno. Aprova o Regimento do Conselho Estadual de Cultura.

_____. **Decreto nº 25.264/76.** Publicado no Diário Oficial do Estado em 07.07.1976. 2º Regimento Interno. Aprova o Regimento do Conselho Estadual de Cultura.

_____. **Lei Delegada nº 051/83 de 31 de maio de 1983.** Publicada no Diário Oficial do Estado em 01.06.1983. Dispõe sobre a organização do Conselho Estadual de Cultura e fornece outras providências.

_____. **Decreto Nº 32.400/85.** Publicado no Diário Oficial do Estado em 26-27.10.1985. 3º Regimento Interno. Aprova o Regimento do Conselho Estadual de Cultura.

_____. **Lei nº 10.950/96.** Publicada no Diário Oficial do Estado em 06.11.1996. Dispõe sobre a base estatutária.

_____. **Decreto Nº 9.073/2004, de 23 de abril de 2004.** Publicado no Diário Oficial do Estado em 24-25.04. 2004. 4º Regimento Interno. Aprova o Regimento do Conselho Estadual de Cultura.

_____. **Ofício CEC nº 261/93, de 30 de novembro de 1993,** assinado pelo conselheiro Renato Berbert de Castro e encaminhado à Secretaria de Educação e Cultura. 3p.

_____. **Ofício CEC nº 002/93.** Relatório de Atividades e Prestação de Contas, exercício 1993, Presidente Renato Berbert de Castro, 10.01.93, 7 p.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. **Decreto nº 9.073, de 23 de abril de 2004.** Publicado no Diário Oficial do Estado, em 24 e 25.04.2004. Governo Paulo Souto. p. 29-38.

_____. **Resolução nº 04/68.** Publicada no Diário Oficial, em 08.01.68. Pág. 07.

_____. **Resolução nº 06/68.** Publicada no Diário Oficial, em 30.11.68. Pág. 08.

_____. **Resolução nº 01/69**. Publicado no Diário Oficial, em 06.05.69. Pág. 12.

Anexo A - Decreto nº 20.662/68, de 15 de abril de 1968, publicado no DO 26.04.68 – 1º Regimento Interno

Em abril de 1968, o Conselho, nesse período vinculado ao gabinete do governador Luiz Viana Filho, teve aprovado seu 1º Regimento Interno, através do Decreto nº 20.662/68, publicado no Diário Oficial do Estado em 20/04/68.

Luiz Viana Filho e Luiz Augusto Navarro Filho

Conselho Estadual de Cultura

Regimento interno

Capítulo I - Do Conselho e seus órgãos

Artigo 1º - O Conselho Estadual de Cultura, organizado pela Lei nº 2464 de 13 de setembro de 1967, compõe-se de 12 (doze) conselheiros e reunir-se-á em caráter ordinário, pelo menos quatro vezes por mês, até o máximo de 8 (oito) sessões mensais.

Parágrafo 1º - Nos casos de impedimento ou vaga de conselheiro, será convocado o respectivo suplente.

Parágrafo 2º - Também se convocará o respectivo suplente no caso de ausência comunicada com a devida antecedência.

Parágrafo 3º - Para tratar de matéria urgente ou relevante, o Conselho poderá reunir-se extraordinariamente por convocação de seu Presidente, do Secretário de Educação e Cultura, ou a requerimento da maioria de seus membros.

Artigo 2º - O Conselho funciona em sessões de Plenário, Câmara ou Comissões

Parágrafo 1º - No intervalo das reuniões pode funcionar as Câmaras ou Comissões

Parágrafo 2º - A presidência do Conselho e a secretaria geral funcionam em caráter permanente

Artigo 3º - Os órgãos técnicos e administrativos da Secretaria de Educação e Cultura prestarão ao Conselho a assistência que lhes for solicitada por seu Presidente, ou, em seu nome, pelo secretário geral.(novo)

Capítulo II - Do Plenário

Artigo 4º - Compete ao Plenário do Conselho:

- 1) elaborar e alterar seu regimento, que será submetido à aprovação do Governador do Estado;
- 2) formular a política cultural do Estado;
- 3) opinar sobre o reconhecimento das instituições culturais;

- 4) cooperar para a defesa e preservação do patrimônio histórico e artístico nacional, estadual e municipal;
- 5) opinar sobre a concessão de auxílios às instituições culturais, oficiais e particulares de utilidade pública, tendo em vista a conservação e guarda de seu patrimônio artístico e bibliográfico, e a execução de projetos específicos para a difusão e dinamização culturais;
- 6) opinar sobre a organização e empreendimentos de campanhas estaduais que visem ao desenvolvimento da cultura;
- 7) opinar para efeito de assistência e amparo ao Plano Estadual de Cultura, sobre os programas apresentados pelas instituições culturais do Estado;
- 8) decidir sobre os convênios deste Conselho com o Conselhos Federal, Estaduais e Municipais de Cultura, visando ao levantamento das necessidades estaduais e ao desenvolvimento e integração da cultura no Estado e no País;
- 9) apreciar os planos especiais de trabalho elaborados pelos órgãos culturais da Secretaria de Educação e Cultura, para sua incorporação num programa anual a ser aprovado pelo Secretário daquela Pasta;
- 10) aprovar o Plano Estadual de Cultura; nova redação
- 11) emitir parecer sobre assuntos e questões de natureza cultural, que lhe sejam submetidos pelo Secretário de Educação e Cultura;
- 12) decidir sobre convênios que ao Conselho cumpra promover e incentivar, em favor de exposições, festivais de cultura artística e congressos de caráter científico, artístico ou literário;
- 13) decidir sobre solicitações dirigidas ao Conselho acerca de realizações de ordem cultural (cursos, exposições, espetáculos, conferências e debates, projeções cinematográficas, programas radiofônicos e de televisão e demais atividades conexas), inclusive as feitas em articulação com os Conselhos Federal, Estaduais e Municipais de Cultura;
- 14) decidir sobre as articulações deste Conselho com os órgãos federais, estaduais e municipais, bem como as Universidades, Escolas e Instituições, para assegurar a coordenação e a execução de programas culturais;
- 15) baixar atos da competência do Conselho que, firmando doutrina ou norma de ordem geral, hajam de ser submetidos à homologação do Secretário de Educação e Cultura;
- 16) elaborar regulamentos para a Secretaria Geral e as Secretarias das Câmaras;
- 17) deliberar sobre assuntos de natureza cultural não atribuídos por este Regimento a outros órgãos do Conselho.

Artigo 5º - O Conselho funciona e delibera, em sessões plenárias, com a presença da maioria absoluta de seus membros.

Artigo 6º - A ordem do dia de cada sessão será distribuída com antecedência de, pelo menos, 24 horas, salvo caso de urgência.

Artigo 7º - O Plenário delibera a respeito de pareceres e projetos de resolução apresentados por escrito, salvo questões de ordem ou matéria urgente.

Parágrafo 1º - Os Presidentes das Câmaras e Comissões distribuirão os processos a relatores, depois de devidamente ordenados e informados pelas respectivas secretarias.

Parágrafo 2º - Os pareceres indicarão o número dos processos que lhes deram origem e serão procedidos de ementas.

Parágrafo 3º - Os estudos especiais apresentados pelos Conselheiros, que não constituírem matéria de discussão, não serão objeto de votação, mas serão publicados.

Artigo 8º - O tempo de sessão plenária será dividido em duas partes: a primeira, dedicada ao expediente, e a segunda à ordem do dia.

Parágrafo único- De cada sessão lavrar-se-á uma ata, que será discutida e votada na sessão subsequente, salvo caso de urgência, quando a sua apreciação será na mesma sessão.

Artigo 9º - As deliberações serão tomadas por maioria dos conselheiros presentes, com exceção das proposições referentes aos seguintes assuntos, cuja aprovação dependerá do voto da maioria absoluta do Conselho

- a) alteração do Regimento do Conselho;
- b) aprovação do Plano Estadual de Cultura (art. 4º, nº 10), a ser submetido à sessão conjunta do Conselho Estadual de Cultura e do Conselho Estadual de Educação, sob a presidência do Secretário de Educação e Cultura;
- c) revisão de pareceres anteriormente aprovados pelo Plenário.

Artigo 10º - Relatado o processo, será iniciada a discussão, facultando-se a palavra a cada conselheiro, por 10 minutos, prorrogáveis por mais 10, a juízo do Presidente.

Parágrafo único – O relator poderá usar da palavra mais de uma vez na discussão do assunto objeto de seu relatório.

Artigo 11º - Antes do encerramento da discussão, qualquer Conselheiro poderá solicitar vista do processo, ficando obrigado a apresentar por escrito, seu voto na sessão seguinte, salvo prazo maior aprovado pelo plenário

Parágrafo 1º - O pedido de vista interromperá imediatamente a questão

Parágrafo 2º - Se do pedido de vista houver impugnação justificada, o Plenário decidirá.

Capítulo III - Da Presidência

Artigo 12º - O Presidente e o Vice-Presidente são eleitos, com mandato de dois anos, mediante votação secreta, por maioria absoluta do Conselho, em primeiro escrutínio, e, nos demais por maioria dos presentes.

Parágrafo 1º - O Presidente é substituído pelo Vice-Presidente e este pelo Conselheiro mais idoso.

Parágrafo 2º - Verificando-se a vacância da Presidência, o Vice-Presidente completará o mandato, elegendo-se novo Presidente.

Artigo 13º - Compete ao Presidente

- 1) representar o Conselho;
- 2) presidir as sessões e aos trabalhos do Conselho;
- 3) convocar reuniões ordinárias e extraordinárias;
- 4) aprovar a ordem do dia de cada sessão;
- 5) resolver as questões de ordem;
- 6) designar os componentes das Câmaras e Comissões;
- 7) distribuir os processos às Câmaras e Comissões;
- 8) promover ou regular o funcionamento do Conselho, como responsável por sua administração, solicitando ao Secretário de Educação e Cultura as providências e recursos necessários;
- 9) autorizar despesas e pagamentos;
- 10) propor funcionários para as funções de chefia ou designá-los para o desempenho de encargos especiais;
- 11) exercer, nas sessões plenárias, o direito de voto e usar o voto de qualidade nos casos de empate;
- 12) convocar suplentes;
- 13) executar as decisões do Conselho;
- 14) resolver os casos omissos de natureza administrativa;

Capítulo IV - Das Câmaras e Comissões

Artigo 14º - O Conselho será composto das seguintes Câmaras e Comissões:

- a) Câmara de Artes e Patrimônio Histórico;
- b) Câmara de Ciências;
- c) Câmara de Letras;
- d) Comissão de Legislação e Normas;
- e) Comissões Especiais, para o desempenho de tarefas determinadas, com o número de conselheiros e a duração necessárias em cada caso.

Parágrafo 1º - Os membros de uma Câmara não poderão participar em caráter efetivo, de outra Câmara.

Parágrafo 2º - A composição das Câmaras e da Comissão de Legislação e Normas coincidirá com o mandato do Presidente.

Artigo 15º - Cada Câmara ou Comissão elegerá seu Presidente e Vice-Presidente, observadas as disposições do artigo 12 e seus parágrafos.

Artigo 16º - Haverá secretário para cada Câmara e para a Comissão de Legislação e Normas.

Artigo 17º - As Câmaras e Comissões reúnem-se com a maioria de seus membros e deliberam por maioria dos presentes, cabendo ao Presidente, além do voto ordinário, o de desempate.

Artigo 18º - É facultado aos Conselheiros participar dos trabalhos das Câmaras ou Comissões a que não pertençam, sem direito a voto, salvo designação do Presidente em caráter de substituição temporária.

Artigo 19º - Compete a cada uma das Câmaras:

- a) apresentar os processos que lhe forem distribuídos e sobre eles emitir parecer para deliberação do Plenário;
- b) responder consultas encaminhadas pelo Presidente do Conselho;
- c) examinar os relatórios das instituições culturais auxiliadas, propondo as providências cabíveis;
- d) propor medidas e sugestões ao Plenário;
- e) promover estudos, pesquisas e levantamentos para serem utilizados nos trabalhos do Conselho;
- f) promover a instrução dos processos e fazer cumprir para o Plenário, o requerimento da parte interessada no processo.

Artigo 20º - Das deliberações das Câmaras caberá recurso para o Plenário, a requerimento da parte interessada no processo.

Artigo 21º - Compete à Comissão de Legislação e Normas pronunciar-se em matéria de interpretação e aplicação de preceitos jurídicos para orientação dos trabalhos do Conselho.

Artigo 22º - O Secretário Geral será designado pelo Secretário de Educação e Cultura, mediante proposta do Presidente do Conselho, entre servidores da Secretaria.

Parágrafo único – O pessoal administrativo necessário ao desempenho das atividades do Conselho será designado pelo Secretário de Educação e Cultura, entre servidores da Secretaria, mediante solicitação do Presidente do Conselho.

Artigo 23º - Compete ao Secretário Geral:

- a) superintender administrativamente os serviços da Secretaria Geral e das Secretarias de Câmaras e Comissões;
- b) instruir processos;
- c) organizar, de acordo com o Presidente, a Ordem-do-Dia, para as sessões plenárias e lavrar às respectivas atas;
- d) fazer executar estudos técnicos em geral, inclusive mediante contrato de serviço de terceiros, previamente aprovados pelo plenário;
- e) tomar as providências administrativas necessárias à instalação e funcionamento das sessões do Conselho;
- f) manter articulação com órgãos técnicos e administrativos;

g) auxiliar o Presidente durante as sessões plenárias e prestar esclarecimentos durante os debates.

Artigo 24º - Compete aos Secretários das Câmaras e Comissões:

- a) assessorar os respectivos Presidentes;
- b) assistir às suas atividades;
- c) facultar os elementos necessários ao estudo dos assuntos que a eles forem distribuídos;
- d) organizar de acordo com os Presidentes, a Ordem-do-Dia para as sessões, redigir as respectivas atas e tomar providências necessárias ao funcionamento das sessões.

Capítulo VI – Disposições finais

Artigo 26º - Na primeira sessão do Conselho, após a publicação deste Regimento, realizar-se-á a eleição do Presidente e do Vice-Presidente para o período que terminará em 31 de janeiro de 1969.

Parágrafo único – Na última sessão de janeiro de 1969, será realizada a eleição do Presidente e Vice-Presidente para o período seguinte.

Artigo 27º - Este Regimento entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala de sessões do Conselho Estadual de Cultura, em 26 de março de 1968.

ANEXO B - Composição do Conselho Estadual de Cultura, das Câmaras e Comissões 1967-2010

Governo: Luiz Viana Filho (1967-1971)

**Secretários de Educação e Cultura: Hilton José Marques/Luis de Navarro Brito/
Edivaldo M. Boaventura**

1º Mandato de 09 de março de 1968 a 15 de março de 1971

Presidente interino - Francisco Peixoto de Magalhães Netto (12/03/1968 a 30/04/1968)

Presidente – Odorico Tavares (30/04/1968 a 03/09/1968)

Vice-Presidente – Nelson Sampaio

Presidente – Nelson Sampaio (17/09/1968 a 15/03/1971)

Vice-Presidente – Thales de Azevedo

Membros Titulares

1. Américo Furtado Simas Filho
2. Carlos Eduardo da Rocha
3. Diógenes de Almeida Rebouças
4. Francisco Peixoto de Magalhães Netto (falecido em 31/03/1969)
5. Godofredo Rebello de Figueirêdo Filho
6. Hélio Simões
7. José Calasans Brandão da Silva
8. Mário Cravo Júnior (renunciou em 08/10/1969)
9. Odorico Montenegro Tavares (renunciou em 03/09/1968)
10. Fernando Luiz da Fonseca (incorporado no dia 15/07/1969)
11. Aloísio Prata (incorporado no dia 07/07/1970)

Membros Suplentes

1. Ary Guimarães
2. José Duarte de Araújo
3. Maria Mercedes Rosa
4. Manoel Veiga

As Câmaras e Comissões foram designadas pelo presidente no dia 02/05/1968

Câmara de Artes e Patrimônio Histórico

Presidente - Godofredo Rebello de Figueirêdo Filho

Vice - Presidente - Diógenes de Almeida Rebouças

Américo Furtado Simas Filho

Carlos Eduardo da Rocha

Mário Cravo Júnior

Câmara de Ciências

Presidente - Francisco Peixoto de Magalhães Netto

Vice-Presidente - Thales Olimpio Góes de Azevedo

Nelson de Souza Sampaio

Câmara de Letras

Presidente - Hélio Simões

Vice-Presidente - José Calasans Brandão da Silva
Odorico Montenegro Tavares

Comissão de Legislação e Normas

Presidente - Nelson de Souza Sampaio
Vice-Presidente - Francisco Peixoto de Magalhães Netto
Odorico Montenegro Tavares

Comissão de Organização da Revista de Cultura da Bahia

Thales de Azevedo
Américo Simas Filho
José Calasans Brandão Silva

Em 15/04/1969 as Câmaras e Comissões foram reformuladas:

Câmara de Artes e Patrimônio Histórico

Presidente - Godofredo Rebello de Figueirêdo Filho
Vice - Presidente - Diógenes de Almeida Rebouças
Américo Furtado Simas Filho
Fernando Luiz da Fonseca

Câmara de Ciências

Presidente – Nelson Sampaio
Vice-Presidente - Thales Olímpio Góes de Azevedo
José Calasans
Aloísio Prata (incorporado em 1970)

Câmara de Letras

Presidente - Hélio Simões
Vice-Presidente – Carlos Eduardo da Rocha
José Calasans (incorporado em 1970)

Comissão de Legislação e Normas

Presidente - Nelson de Souza Sampaio
Vice-Presidente – Carlos Eduardo da Rocha
Américo Simas Filho

Governador: Antonio Carlos Magalhães (1971-1975)

Secretário de Educação e Cultura: Rômulo Galvão e Kleber Pacheco

2º Mandato de 30 de junho de 1971 a 15 de março de 1975
(1º Biênio de 1971 a 1973)

Presidente - Godofredo Filho

Vice-Presidente - Américo Simas Filho

Membros Titulares

1. Carlos Eduardo da Rocha
2. Diógenes Rebouças

3. Helio Simões
4. José Calasans Brandão da Silva
5. Renato Berbert de Castro
6. Mario Mendonça de Oliveira (substituído por Antonio Celso Spínola em 08/10/1974)
7. Wilson Lins de Albuquerque
8. Nelson de Souza Sampaio (substituído por Ary Guimarães)
9. Odorico Tavares (substituído por Fernando Luiz da Fonseca, em 15/07/1969 que faleceu em abril de 1986)
10. Thales de Azevedo (substituído temporariamente por José Duarte de Araújo)

Membros Suplentes

11. Antonio Loureiro de Souza
12. Manuel Vicente Ribeiro Veiga Júnior
13. Adroaldo Ribeiro Costa
14. José Martins Catharino
15. Maria Mercedes de Oliveira Rosa
16. Cláudio de Andrade Veiga
17. Mercedes Kauark Kruschewsky
18. Carlos Alberto Reis Campos

As Câmaras e Comissões foram designadas em 13/07/1971

Câmara de Artes e Patrimônio Histórico

Presidente - Américo Simas Filho
Vice-Presidente - Diógenes Rebouças
Fernando Luiz da Fonseca
Godofredo Filho

Suplentes

Carlos Alberto Reis Campos
Manoel Vicente Veiga Júnior
Maria Mercedes Rosa

Câmara de Ciências

Presidente - Thales Olímpio Goés de Azevedo
Vice-Presidente - Nelson de Souza Sampaio
Mário Mendonça de Oliveira
Renato Berbert de Castro

Suplentes

José Duarte de Araújo
Ary Guimarães
Antonio Celso Spínola Costa
Antonio Loureiro Souza

Câmara de Letras

Presidente – José Calasans Brandão
Vice-Presidente – Carlos Eduardo da Rocha
Wilson Lins Albuquerque
Hélio Simões

Suplentes

Adroaldo Ribeiro Costa
Mercedes Kauark Kruschewsky
Cláudio de Andrade Veiga
José Martins Catharino

Comissão de Legislação e Normas

Presidente - Nelson de Souza Sampaio
Vice-Presidente - Carlos Eduardo da Rocha
Wilson Lins Albuquerque

Comissão de Organização da Revista de Cultura da Bahia

Presidente - Thales de Azevedo
Américo Simas Filho
Renato Berbert de Castro
José Calasans

Secretário Geral: Eustórgio Lima Cavalcanti.

3º Mandato de 22 de março de 1973 a 15 de março de 1975 (2º Biênio)

Presidente - José Calasans Brandão da Silva

Vice-Presidente - Renato Berbert de Castro

Membros Titulares

1. Américo Simas Filho
2. Carlos Eduardo da Rocha
3. Diógenes Rebouças
4. Fernando Luiz da Fonseca
5. Godofredo Rebello de Figueiredo Filho (falecido em 22/08/1992)
6. Hélio Simões
7. Mário Mendonça de Oliveira (substituído pelo membro suplente Antônio Celso Spínola)
8. Nelson de Souza Sampaio
9. Thales de Azevedo
10. Odorico Tavares (substituído pelo membro suplente Fernando Luiz da Fonseca)
11. Wilson Lins de Albuquerque (substituído pelo membro suplente José Martins Catharino)

Membros Suplentes

12. Carlos Alberto Reis dos Campos
13. Mercedes Kauark Kruschewsky
14. Manoel Vicente Ribeiro Veiga Júnior
15. Maria Mercedes de Oliveira Rosa
16. Cláudio de Andrade Veiga
17. Adroaldo Ribeiro Costa
18. Ary Guimarães
19. Antonio Loureiro de Souza
20. José Duarte de Araújo

Câmara de Artes e Patrimônio Histórico

Presidente - Godofredo Filho
Vice-Presidente - Fernando Luiz da Fonseca
Américo Simas Filho
Diógenes Rebouças

Suplentes

Maria Mercedes de Oliveira Rosa
Carlos Alberto Reis Campos
Manoel Veiga

Câmara de Ciências

Presidente - Nelson de Souza Sampaio
Vice-Presidente - Mário Mendonça de Oliveira
José Calasans Brandão da Silva
Renato Berbert de Castro

Suplentes

Ary Guimarães
Antonio Celso Spínola
Adroaldo Ribeiro
Antonio Loureiro de Souza

Câmara de Letras

Presidente - Carlos Eduardo da Rocha
Vice-Presidente – Wilson Lins
Thales de Azevedo
Hélio Simões

Suplentes

Mercedes Kauark Kruschewksy
José Martins Catarino
Cláudio Veiga
José Duarte

Comissão de Legislação e Normas

Presidente – Wilson Lins
Vice-Presidente - Carlos Eduardo da Rocha
Nelson de Souza Sampaio

Comissão de Organização da Revista de Cultura

Presidente - Thales de Azevedo
Vice-Presidente - Américo Simas Filho
Hélio Gomes Simões
Renato Berbert de Castro

Governador: Roberto Santos (1975-1979)

Secretário de Cultura e Educação: Carlos Correa Sant'Anna/Mário Cardoso Neto

4º Mandato de 15 de julho de 1975 a 15 de março de 1979

(1º biênio 1975-1977 e 2º biênio 1977-1979)

Presidente - José Calasans Brandão da Silva

Vice-Presidente - Thales Olímpio Góes de Azevedo

Membros Titulares

1. Américo Simas Filho
2. Carlos Eduardo da Rocha
3. Diógenes Rebouças
4. Godofredo Rebello de Figueiredo Filho
5. Helio Gomes Simões
6. Nelson de Souza Sampaio
7. Renato Berbert de Castro
8. Adriano de Souza Pondé
9. Wilson Lins
10. Odorico Tavares (substituído por Ary Guimarães)

Membros Suplentes (Resolução 01/75/75)

11. Adroaldo Ribeiro Costa
12. Antonio Loureiro de Souza
13. Mercedes Kauark Kruschewsky
14. Valentin Calderon Rafael Joaquim de La Vara
15. Jenner Augusto
16. Fernando da Rocha Peres (renunciou em 02/12/1975)
17. Maria Mercedes de Oliveira Rosa
18. Ernst Widmer
19. Dorival Caymmi
20. José Julio de Calasans Neto
21. Manoel Vicente Ribeiro Veiga Junior

As Câmaras e Comissões foram designadas no dia 17/07/1975

Câmara de Artes e Patrimônio Histórico

Presidente – Américo Simas Filho (renunciou em 09/10/1975)/Manoel Veiga (a partir de 09/10/1975)

Vice- presidente - Diógenes Rebouças

Godofredo Filho

Suplentes

Maria Mercedes de Oliveira Rosa

Ernst Widmer

Mercedes Kauark Kruschewsky

Câmara de Ciências

Presidente - Thales de Azevedo

Vice-Presidente - Adriano de Azevedo Pondé

José Calasans Brandão da Silva

Nelson de Souza Sampaio

Suplentes

Valentin Calderon
Jamary de Oliveira
Jener Augusto da Silveira
Ary Guimarães

Câmara de Letras

Presidente - Hélio Simões
Vice-Presidente - Renato Berbert de Castro
Carlos Eduardo da Rocha
Wilson Lins

Suplentes

Antonio Loureiro de Souza
José Júlio de Calasans Neto
Dorival Caymi
Adroaldo Ribeiro Costa

Comissão de Legislação e Normas

Presidente - Carlos Eduardo da Rocha
Vice-Presidente - Nelson de Souza Sampaio
José Calasans Brandão da Silva

Comissão de Organização da Revista de Cultura

Presidente - Américo Simas Filho
Vice-Presidente - Renato Berbert de Castro
Wilson Mascarenhas Lins de Albuquerque

Secretário: Eustórgio Lima Cavalcanti

As Câmaras e Comissões foram alteradas pela Resolução 05/75, ficando assim organizadas:

Câmara de Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural

Presidente - Godofredo Filho
Vice-Presidente - Américo Simas Filho
Diógenes Rebouças
Odorico Tavares

Suplentes

Mercedes Kauark
Ary Guimarães (em exercício)

Câmara de Artes

Presidente - Diógenes Rebouças
Vice-Presidente – Carlos Eduardo da Rocha
Godofredo Filho
Renato Berbert de Castro

Suplentes

Ernst Widmer
Dorival Caymmi

Maria Mercedes Rosa
José Júlio Calasans Neto

Câmara de Ciências

Presidente- Adriano de Azevedo Pondé
Vice-Presidente - Nelson de Souza Sampaio
José Calasans Brandão da Silva
Thales de Azevedo

Suplentes

Jamary Oliveira
Manoel Veiga
Jenner Augusto
Valentin Calderón

Câmara de Letras

Presidente - Wilson Lins
Vice-Presidente - Renato Berbert de Castro
Hélio Simões
Carlos Eduardo da Rocha

Suplentes

Antonio Loureiro de Souza
Adroaldo Ribeiro Costa

Comissão de Legislação e Normas

Presidente – Nelson de Souza Sampaio
Vice-Presidente – Ary Guimarães
José Calasans Brandão da Silva
Carlos Eduardo da Rocha

Comissão de Organização da Revista de Cultura

Presidente – Renato Berbert de Castro
Vice-Presidente - Américo Simas Filho
Wilson Mascarenhas Lins de Albuquerque

Governador: Antonio Carlos Magalhães (1979-1983)

Secretário de Educação e Cultura: Eraldo Tinoco

5º Mandato de 06 de julho de 1979 a 15 de março de 1983

(1º biênio 1979-1981 e 2º biênio 1981-1983)

Presidente - **Odorico Montenegro Tavares**, falecido sendo substituído por **Adroaldo Ribeiro Costa** que ficou no cargo até 17/03/1981 - faleceu em 27/02/1983- sendo eleito **Ruy Santos**

Vice- Presidente - **João Augusto Azevedo Filho**, sendo substituído por **Germano Dias Machado** que ficou no cargo até 17/03/1981, quando foi eleito **Thales de Azevedo**

Membros Titulares

1. Carlos Eduardo da Rocha
2. Adriano de Azevedo Pondé
3. Helio Simões (falecido em fevereiro de 1987)
4. Nelson de Souza Sampaio
5. Renato Berbert de Castro
6. Raymundo de Souza Brito (falecido em 16/06/1982, sendo substituído por Sylvia Maria Menezes de Athayde)
7. José Calasans Brandão da Silva
8. João Eurico Matta
9. Ruy Santos (falecido em 19/05/85)
10. Wilson Lins de Albuquerque
11. Ary Guimarães
12. Godofredo Rebello de Figueiredo Filho
13. Américo Simas Filho (falecido, sendo substituído por Remy de Souza)
14. João Augusto Azevedo Filho (falecido, sendo substituído por Dulce Aquino em 12/02/1980)
15. Gilberto Passos Gil Moreira
16. Maria Bethânia Viana Telles Veloso

Membros Suplentes

17. Jairo Simões
18. Maria Mercedes Rosa
19. Florisvaldo de Mattos
20. Germano Machado
21. Bárbara Vasconcelos de Carvalho
22. Dorival Caymmi
23. Jenner Augusto da Silveira
24. Guido Araújo
25. José Julio de Calasans Neto
26. Lindaura Alban Corujeira
27. Fernando da Rocha Peres
28. Ernst Widmer (falecido em 03.01.90)
29. Juarez Paraíso

Câmaras funcionaram em caráter provisório devido às alterações estatutárias:

Câmara de Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural

Américo Simas Filho
Godofredo Filho
Ary Guimarães
Thales de Azevedo

Câmara de Artes

Gilberto Gil
Maria Bethânia
Wilson Lins
Odorico Tavares

Câmara de Ciências

Adriano de Azevedo Pondé

João Eurico Matta
Nelson Sampaio
João Augusto Azevedo Filho

Câmara de Letras

Hélio Simões
José Calasans
Renato Berbert de Castro
Carlos Eduardo da Rocha

Comissão de Legislação e Normas

Raymundo Brito
Ruy Santos
Nelson Sampaio
Ary Guimarães

Comissão de Organização da Revista de Cultura

Américo Simas Filho
Renato Berbert de Castro
Wilson Lins
João Augusto Azevedo Filho

As Câmaras e Comissões foram designadas em 17/07/1979 (Resolução Nº 02/79), alteradas em 21/09/1979 (Resolução Nº 04/79).

Câmara de Música, Artes Cênicas e Artes Visuais

Presidente - Wilson Mascarenhas Lins de Albuquerque
Vice-Presidente – Odorico Tavares
Gilberto Gil (substituído pelo suplente Juarez Paraíso)
João Augusto Azevedo
Maria Bethânia

Suplentes

José Júlio Calasans Neto
Adroado Ribeiro Costa (em exercício)
Ernst Widmer (em exercício)
Juarez Tito Paraíso (em exercício)

Câmara de Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural

Presidente - Ary Guimarães
Vice-Presidente - Thales de Azevedo
Godofredo Filho
Ruy Santos
José Calasans (na vaga do cons. Américo Simas Filho, falecido)

Suplentes

Fernando da Rocha Peres
Remy de Souza
Guido Araújo
Lindaure Corujeira

Câmara de Ciências

Presidente - Adriano de Azevedo Pondé

Vice- presidente - Hélio Gomes Simões

Dulce Aquino

Remy de Souza (na vaga do cons. Nelson Sampaio que passou integrar Câmara de Letras)

João Eurico Matta

Câmara de Letras

Presidentes - Carlos Eduardo da Rocha e Renato Berbert de Castro (em períodos diferentes)

Hélio Gomes Simões

Nelson Sampaio

José Calasans Brandão da Silva

Sylvia Athayde (na vaga do cons. Raymundo Brito, em decorrência de seu falecimento)

Suplentes

Bárbara Vasconcelos de Carvalho

Jairo Simões

Dorival Caymmi

Sílvia Athayde

Comissão de Legislação e Normas

Presidente – Raymundo de Souza Britto

Vice-Presidente – Nelson Sampaio

Ary Guimarães

Ruy Santos

Thales de Azevedo

Comissão Editorial

Presidente - Renato Bebert de Castro

Vice-Presidente - Américo Simas Filho

Wilson Lins

Adroaldo Ribeiro Costa

Dulce Aquino

Governador: Durval Carneiro (1983-1987)

Secretário de Educação e Cultura: Edivaldo Machado Boaventura

6º Mandato de 27 de outubro de 1983 a 15 de março de 1987

(1º Biênio de 1983/1985)

Presidente - Wilson Mascarenhas Lins

Vice-Presidente: Remy de Souza (substituindo Adroaldo Ribeiro, que faleceu em 27/02/84)

Membros Titulares

1. Ary Guimarães

4. Carlos Eduardo da Rocha

5. Cláudio Veiga

6. Geraldo Machado

7. Germano Machado
8. Godofredo Filho
9. Hélio Simões (faleceu no dia 22.02.87, substituído pelo suplente José Luiz de Carvalho Filho)
10. Ruy Santos (faleceu em 19.05.85 foi substituído pelo suplente Renato Berbert de Castro nomeado em 12.09.85)
11. James Amado
12. João Eurico Matta
13. Jorge Augusto Novis
14. Adroaldo Ribeiro Costa (faleceu em 27.02.84, sendo substituído por Luis Fernando Seixas de Mâcedo Costa, falecido em 31.10.84, sendo substituído por Dival Pitombo)
16. Maria Mercedes Rosa
17. Nathan Coutinho do Rosário
18. Nelson de Souza Sampaio (faleceu no dia 20.12.85, sendo substituído pelo suplente Paulo Ormino David de Azevedo)
19. Renato Berbert de Castro
20. Thales de Azevedo

Membros Suplentes

21. Consuelo Pondé de Sena
22. Fernando da Rocha Peres
23. Hildegardes Cantolino Viana
24. Manuel Veiga
25. José Julio de Calasans Neto
26. Lindaura Alban Corujeira
28. Sylvia Maria Athayde
29. José Augusto Berbert de Castro

Câmara de Música, Artes Cênicas e Artes Visuais

Carlos Eduardo da Rocha- Presidente
Geraldo Machado – Vice-Presidente
Germano Machado
James Amado
José Augusto Berbert de Castro

Secretária Isa Maria Silva de Oliveira

Câmara de Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural

Ary Guimarães – Presidente
Maria Mercedes Rosa – Vice-Presidente
Godofredo Filho
Renato Berbert de Castro
Wilson Lins

Câmara de Ciências

Thales de Azevedo - Presidente
Jorge Novis – Vice-Presidente
Remy de Souza
João Eurico Matta
Dival Pitombo (substituindo Luiz Fernando Seixas de Mâcedo Costa, que faleceu)

Secretária: Valdinea Cardozo

Câmara de Letras

Hélio Gomes Simões - Presidente
Nathan Coutinho – Vice-Presidente
Cláudio Veiga
José Luiz de Carvalho Filho

Secretaria Hercília de Moraes

Comissão de Legislação e Normas

Presidente – José Luiz de Carvalho Filho
Vice - Ary Guimarães
Nathan Coutinho
João Eurico Matta

Secretária – Maria Cândida ferreira Neta

Comissão Editorial

– Presidente - Germano Machado
– Vice-Presidente – James Amado
Renato Berbert de Castro
Remy de Souza
Carlos Eduardo da Rocha

Secretário – Clazildo Dutra melo

Composição das Câmaras biênio 1985/1987

Câmara de Ciências

Presidente – Thales de Azevedo
Vice – Jorge Novis
João Eurico Matta
Ramy de Souza
Dival Pitombo

Secretária: Valdinea Cardozo

Câmara de Artes

Carlos Eduardo da Rocha- Presidente
Geraldo Machado – Vice-Presidente
Germano Machado
James Amado
José Augusto Berbert de Castro

Secretária: Isa Maria de Oliveira

Câmara de Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural

Ary Guimarães – Presidente
Maria Mercedes Rosa – Vice-Presidente
Godofredo Filho
Renato Berbert de Castro
Wilson Lins

Secretária: Sonia Maria Cardoso

Câmara de Letras

Hélio Gomes Simões - Presidente
Nathan Coutinho – Vice-Presidente
Cláudio Veiga
José Luiz de Carvalho Filho
Nelson Sampaio (até o dia 20.12.86)

Comissão Editorial

Germano Machado – Presidente
James Amado – Vice-Presidente
Carlos Eduardo da Rocha
Renato Berbert de Castro
Remy de Souza

Secretária: Rita Pellegrini de Almeida

Comissão de Legislação e Normas

Presidente – José Luiz de Carvalho Filho
Vice-Presidente - Ary Guimarães
João Eurico Matta
Nathan Coutinho
Nelson Sampaio

Secretária: Neli Suzart Mattos

Grupo de Trabalho - Criação de uma secretaria de Cultura

João Eurico Matta - Presidente
James Amado – Vice-Presidente
Ary Guimarães
Geraldo Machado
Remy de Souza

Comissão Especial Elaboração do Dicionário de Autores Baianos (Resolução nº 03 de 06/12/1983)

Renato Berbert de Castro – Presidente
Cláudio Veiga – Vice-Presidente
Hélio Gomes Simões
João Eurico Matta
James Amado
Comissão Especial – Interiorização das atividades do Conselho (Resolução 04/85, encerrada em 28.01.86)
Presidente – Dival Pitombo

Vice – Jose Augusto Berbert de Castro
Ary Guimarães
James Amado

Governadores: Waldir Pires (1987-1989) e Nilo Coelho (1989-1991)
O conselho não foi constituído.

Governador: Antônio Carlos Magalhães (1991-1994)
Secretária de Educação: Dirlene Mendonça

7º Mandato de 29 de junho de 1992 a 30 de dezembro de 1994
(1º Biênio de 92/94)

Membros Titulares

Presidente – Renato Berbert de Castro

Vice-Presidente – Myriam Fraga

3. Geraldo Machado
4. Wilson Lins
5. Ary Guimarães
6. Cláudio Veiga
7. Carlos Eduardo da Rocha
8. Manoel Veiga
9. Mario Augusto Castro Lima
10. Luis Henrique Dias Tavares
11. Waldir Freitas Oliveira
12. Virgílio Motta Leal Junior
13. Raymundo Pacheco Sá Barreto
14. Emmanuel Araújo
15. Fernando da Rocha Peres
16. Humberto Castro Lima
17. Padre Osmar Valeriano Ribeiro

As Câmaras e Comissões foram designadas em 07.07.1992

Câmara de Artes

Presidente - Carlos Eduardo da Rocha

Vice-Presidente – Manuel Veiga

*Geraldo Machado (nomeado vice-presidente em 29.06.94)

Myriam Fraga

Emmanuel Araújo

Câmara de Ciências

Presidente - Humberto Castro Lima

Vice- Presidente - Virgílio Motta Leal Jr.

Mário Augusto Castro Lima

Raymundo Pacheco Sá Barretto

Thales de Azevedo (incorporado em 29.06.94)

Câmara de Letras

Presidente - Wilson Lins
Vice- Presidente – Luis Henrique Dias Tavares
Renato Berbert de Castro (transferido para Câmara de Patrimônio em 29.06.94)
Cláudio Veiga
Waldir Freitas Oliveira

Câmara de Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural

Presidente - Ary Guimarães
Vice-Presidente – Thales de Azevedo
Fernando da Rocha Peres
PE. Osmar Valeriano Ribeiro
Renato Berbert de Castro (incorporado e escolhido vice-presidente em 29.06.94)

Comissão Editorial

Presidente – Fernando da Rocha Peres
Vice-Presidente – Waldir Freitas Oliveira
Luis Henrique Dias Tavares
Myriam Fraga
Cláudio Veiga

Comissão de Legislação e Normas

Presidente - Virgílio Motta Leal Júnior
Vice - Presidente - Ary Guimarães
Carlos Eduardo da Rocha
Renato Berbert de Castro
Osmar Valeriano Ribeiro

Governador: Paulo Souto (1995-1999)
Secretário de Cultura e Turismo: Paulo Gaudenzi

8º Mandato de 07 de novembro de 1995 a 12 de dezembro de 1997
(2º Triênio de 95/97 e de 97/99)

Membros Titulares

- 1. Presidente – Waldir Freitas Oliveira**
- 2. Vice-Presidente – Manuel Veiga**
3. Renato Berbert de Castro
4. Myriam Fraga
5. Geraldo Machado
6. Ary Guimarães
7. Carlos Eduardo da Rocha (renunciou ao cargo)
8. Cláudio Veiga
9. Fernando da Rocha Peres
10. Raymundo Pacheco Sá Barreto
11. Mario Augusto Castro Lima
12. Humberto Castro Lima
13. Luis Henrique Dias Tavares
14. Virgilio Motta Leal Junior
15. Nilda Spencer

16. Ana Maria Pedreira Franco de Castro
17. Bell Marques da Silva
18. Sante Scaldaferrì
19. Osmar Valeriano
20. Wilson Lins

As Câmaras e Comissões foram designadas na 36ª sessão de 21.11.1995

Câmara de Artes

Presidente - Manuel Veiga
Vice-Presidente - Nilda Spencer
Carlos Eduardo da Rocha
Sante Scaldaferrì
Bell Marques

Secretária – Alice Maria da Silva Ribeiro dos Santos

Câmara de Ciências

Humberto Lima - Presidente
Virgílio Motta Leal Jr. – Vice- Presidente
Mário Augusto Castro Lima
Raymundo Pacheco Sá Barretto
Waldir Freitas Oliveira

Secretária – Ivete Passos de Cerqueira e Silva

Câmara de Letras

Luis Henrique Dias Tavares - Presidente
Renato Berbert de Castro – Vice- Presidente
Wilson Lins
Cláudio Veiga
Myriam Fraga

Secretária – Isamar Rita Silva de Oliveira

Câmara de Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural

Ary Guimarães - Presidente
Fernando da Rocha Peres – Vice-Presidente
Osmar Valeriano Ribeiro
Geraldo Machado
Ana Maria Pedreira Franco

Secretária – Regina Maria Mattos Serrano

Comissão Editorial

Luis Henrique Dias Tavares - Presidente
Myriam Fraga
Osmar Valeriano
Renato Berbert de Casto

Secretária: Sandra Cavalcanti Fernandez

Comissão de Legislação e Normas

Ary Guimarães – Vice - Presidente

Fernando da Rocha Peres

Carlos Eduardo da Rocha

Waldir Freitas de Oliveira

Secretária – Ivete Passos de Cerqueira e Silva

8º Mandato de 01 de janeiro de 1998 a 31 de dezembro de 1998 (anual)

Membros Titulares

Presidente – Waldir Freitas Oliveira

Vice- Presidente – Manuel Veiga

3. Ana Maria Pedreira Franco de Castro

4. Ary Guimarães

5. Carlos Eduardo da Rocha (falecido em 28/11/1999)

6. Cláudio Veiga

7. Fernando da Rocha Peres

8. Geraldo Machado

9. Humberto Castro Lima

10. Luis Henrique Dias Tavares

11. Mario Augusto Castro Lima

12. Myriam Fraga

13. Nilda Spencer

14. Padre Osmar Valeriano Ribeiro

15. Raymundo Pacheco Sá Barreto

16. Renato Berbert de Castro (falecido em 28/06/1999)

17. Sante Scaldaferrì

18. Virgilio Motta Leal Junior

19. Bell Marques da Silva

20. Wilson Lins

Câmara de Artes

Presidente – Manuel Veiga

Vice-Presidente – Nilda Spencer

Bell Marques

Carlos Eduardo Rocha

Sante Scaldaferrì

Câmara de Ciências

Presidente – Humberto Castro Lima

Vice-Presidente – Virgilio Motta Leal

Ana Maria Pedreira Franco

Mário Augusto Castro Lima

Raymundo Pacheco Sá Barreto

Câmara de Letras

Presidente – Luis Henrique Dias Tavares

Vice-Presidente – Renato Berbert de Castro

Cláudio Veiga
Myriam Fraga
Wilson Lins

Câmara de Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural

Presidente – Ary Guimarães
Vice-Presidente – Fernando Rocha Peres
Geraldo Machado
Padre Osmar Valeriano
Waldir Freitas Oliveira

Comissão Editorial

Presidente – Luis Henrique Dias Tavares
Vice-Presidente – Padre Osmar Valeriano
Cláudio Veiga
Myriam Fraga
Renato Berbert de Castro

Comissão de Legislação e Normas

Presidente – Virgílio Motta Leal
Vice-Presidente – Ary Guimarães
Carlos Eduardo da Rocha
Fernando da Rocha Peres
Waldir Freitas Oliveira

Governador: César Borges (1999-2002)
Secretário de Cultura e Turismo: Paulo Gaudenzi

9º Mandato de 28 de dezembro de 1999 a 28 de dezembro de 2001
(1º Triênio de 1999/2001)

Membros Titulares

Presidente - Waldir Freitas Oliveira -

Vice-Presidente – Sante Scaldaferrì

3. Antonio Jorge Portugal
4. Antonio Risério (solicitou licença em 2001)
5. Cláudio de Andrade Veiga
6. Fernando da Rocha Peres
7. Geraldo Magalhães Machado
8. Humberto Castro Lima (solicitou afastamento)
9. Fernando da Rocha Peres
10. Kleyde Mendes Lopes
11. Lia Carvalho Robatto
12. Luis Henrique Dias Tavares
13. Maria Mercedes de Oliveira Rosa
14. Myriam Fraga
15. Nilda Spencer
16. Oscar Dourado
17. Padre Osmar Valeriano Ribeiro

18. Paloma Amado (renunciou e assumiu Celso Castro em 14.02.2001)
19. Regina Dourado
20. Wilson Lins

Membros Suplentes

21. Aninha Franco
 22. Cleise Mendes
 23. Silvia Maria de Athayde
 24. Francisco Soares Senna*
 25. Eulámpia Reiber*
 26. Maria Adriana Couto de Castro*
 27. José Cerqueira*
- (* Tomaram posse em 25.04.2001)

Câmara de Artes

Presidente - Nilda Spencer
Vice-Presidente - Lia Robatto
Sante Scaldaferrri
Regina Dourado
Cleise Mendes

Secretária: Grácia del Rosário

Câmara de Ciências

Presidente - Kleyde Mendes Lopes
Vice-Presidente - Oscar Dourado
Celso de Castro Lima/ Eulámpia Santana Reiber
Antonio Risério
José Cerqueira Filho

Secretária: Ângela Dantas Zanchet

Câmara de Letras

Presidente - Luis Henrique Dias Tavares
Vice-Presidente - Cláudio Veiga/Myriam Fraga
Waldir Freitas Oliveira
Jorge Portugal
Wilson Lins

Secretária: Isamar Rita Silva de Oliveira

Câmara de Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural

Presidente – Padre Osmar Valeriano
Vice-presidente - Maria Mercedes de Oliveira Rosa
Paloma Amado
Geraldo Machado
Fernando da Rocha Peres (renunciou à Câmara em 30.05.2000)

Secretária: Grácia del Rosário

Comissão Editorial

Presidente – Cláudio Veiga
Vice-presidente – Myriam Fraga
Luis Henrique Dias Tavares
Antonio Risério/José Cerqueira Filho
Jorge Portugal

Secretária: Terezinha Machado Brandão

Comissão de Legislação e Normas

Presidente -Geraldo Machado
Vice-Presidente – Fernando da Rocha Peres
Wilson Lins
Padre Osmar Valeriano
José Cerqueira

Secretária: Tereza Cristina Mutran

9º Mandato de 28 de dezembro de 2001 a 17 de junho de 2003
(2º Biênio)

Membros Titulares

Presidente - Waldir Freitas Oliveira

Vice-Presidente - Antônio Jorge Portugal -

3. Antonio Risério (renunciou ao cargo)
4. Celso Luiz Braga de Castro
5. Cláudio de Andrade Veiga
6. Cleise Furtado Mendes
7. Eulâmpia Santana Reiber
8. Fernando da Rocha Peres
9. Francisco Soares Senna
10. Geraldo Magalhães Machado
11. Humberto Castro Lima
12. Kleyde Mendes Lopes
13. Lia Carvalho Robatto
14. Luis Henrique Dias Tavares
15. Maria Adriana Almeida Couto de Castro
16. Maria Mercedes de Oliveira Rosa
17. Myriam Fraga
18. Nilda Spencer
19. Oscar Dourado
20. Osmar Valeriano Ribeiro (falecido em setembro de 2003)

Câmara de Artes

Presidente - Nilda Spencer
Vice-Presidente - Lia Robatto
Sante Scaldaferrì

Cleise Mendes
Regina Dourado

Secretária: Grácia del Rosário

Câmara de Ciências

Presidente - Kleyde Mendes Lopes
Vice-Presidente - Oscar Dourado
Humberto Castro Lima (substituído por Eulâmpia Santana Reiber)
Antonio Risério (substituído por José Cerqueira Filho)

Secretária: Ângela Dantas Zanchet

Câmara de Letras

Presidente - Luis Henrique Dias Tavares
Vice-Presidente - Myriam Fraga
Francisco Senna
Cláudio Veiga
Waldir Freitas de Oliveira

Secretária: Isamar Rita Silva de Oliveira

Câmara de Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural

Presidente – Osmar Valeriano
Vice-Presidente - Maria Mercedes de Oliveira Rosa
Fernando da Rocha Peres (substituído por Francisco Senna)
Wilson Lins (substituído por Adriana de Castro)

Secretária: Grácia del Rosário

Comissão Editorial

Presidente - Myriam Fraga
Vice-presidente - Jorge Portugal
Luis Henrique Dias Tavares (substituído por Francisco Senna)
Antonio Risério (substituído por José Cerqueira Filho)

Secretária: Terezinha Machado Brandão

Comissão de Legislação e Normas

Presidente - Celso Castro, Geraldo Machado
Wilson Lins (substituído por Adriana de Castro)
Humberto Castro Lima (substituído por Eulâmpia Santana Reiber)
Waldir Freitas Oliveira

Secretária: Tereza Cristina Mutran

Governador: Paulo Souto (2003-2007)
Secretário de Cultura e Turismo: Paulo Gaudenzi

10º Mandato de 17 de junho de 2003 a julho de 2007
(1º Biênio 2003/2005)

Membros Titulares

Presidente - Oscar Dourado

Vice- Presidente - Luis Henrique Dias Tavares

3. Antonio Jorge Portugal
4. Cláudio de Andrade Veiga
5. Cleise Furtado Mendes
6. Eulâmpia Santana Reiber
7. Geraldo Magalhães Machado
8. Guido Guerra (falecido em 06 de junho de 2006)
9. Humberto Castro Lima
10. Jose Araripe Cavalcanti Filho
11. Julio Braga
12. Kleyde Mendes Lopes
13. Lia Carvalho Robatto
14. Maria Mercedes de Oliveira Rosa
15. Myriam de Castro Fraga
16. Naomar Monteiro de Almeida Filho
17. Nilda César Spencer
18. Regina Maria Dourado
19. Sante Scaldaferri
20. Waldir Freitas Oliveira

Membros Suplentes

1. Francisco Soares Senna
2. Sergio Rabinovitz
3. Emília Biancardi
4. José Cerqueira Filho
5. Maria Adriana Almeida Couto de Castro
6. Wesley Rangel
7. Carlos Alberto Gaudenzi (Caba Gaudenzi)
8. Nidia Maria Lubisco
9. Alberto Jose Simões de Abreu (Tuzé de Abreu)
10. Ruy César Filho

As Câmaras foram instaladas em 15/07/2003

Câmara de Artes

Presidente – Nilda Spencer

Vice-Presidente – José Araripe Júnior

Sante Scaldaferri

Regina Dourado

Lia Robatto

Câmara de Letras

Presidente – Guido Guerra

Vice-Presidente – Myriam Fraga

Luis Henrique Dias Tavares

Jorge Portugal
Cleise Mendes
Secretária de Câmara: Isamar Rita de Oliveira

Câmara de Ciências

Presidente – Julio Braga
Vice-Presidente – Emilia Biancardi
Kleyde Lopes
Humberto Castro Lima
Naomar Monteiro
Oscar Dourado

Câmara de Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural

Presidente - Mercedes Rosa
Vice-Presidente - Waldir Freitas Oliveira
Geraldo Machado
Eulâmpia Reiber
Cláudio Veiga
Secretária de Câmara: Grácia del Rosário

Comissão Editorial

Presidente - Waldir Freitas Oliveira
Vice- Presidente – Myriam Fraga
Lia Robatto
Guido Guerra
Cleise Mendes
Luis Henrique Dias Tavares
Jorge Portugal
José Araripe Júnior
Regina Dourado
Júlio Braga
Carlos Gaudenzi
Emília Biancardi
Sérgio Rabinovitz
Tuzé de Abreu
Wesley Rangel

Secretária de Câmara: Isamar Rita de Oliveira

Comissão de Legislação e Normas

Presidente - Geraldo Machado -
Vice-Presidente Cláudio Veiga
Eulâmpia Reiber
Oscar Dourado
Mercedes Rosa
Kleyde Lopes
Humberto Castro Lima
Nilda Spencer
Sante Scaldaferrri
Naomar Monteiro de Almeida Filho

Francisco Senna
José Cerqueira
Nídia Lubisco
Rui César Silva
Maria Adriana Castro

06 de janeiro de 2004 – Comissões Provisórias

Câmara de Produção Cultural Contemporânea

Nilda Spencer - Presidente
Lia Robatto – Vice-Presidente
Sante Scaldaferrri
Regina Dourado
Cleise Mendes
Tuzé de Abreu
Sérgio Rabinovitz

Câmara de Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural

Presidente – Waldir Freitas Oliveira
Vice- Presidente - Mercedes Rosa

Cláudio Veiga
Eulâmpia Reiber
Jorge Portugal
Francisco Senna
Adriana Castro
Nídia Lubisco

Político Sócio-Cultural

Presidente:Geraldo machado
Vice-presidente: Kleyde Lopes
Luis Henrique Dias Tavares
Geraldo Machado
Guido Guerra
Kleide Lopes
Humberto Castro Lima
Carlos Alberto gaudenzi
Emilia Biancardi
Wesley Rangel

Articulação e Integração

Myriam Fraga
Júlio Braga
Naomar de Almeida Filho
Araripe Júnior
Oscar Dourado
José Cerqueira
Ruy César

10º Mandato 05 de julho de 2005 a dezembro de 2006 **(2º Biênio- eleito no dia 05.07.2005)**

Membros Titulares

Presidente - Eulampia Santana Reiber

Vice-Presidente - Waldir Freitas Oliveira

3. Antonio Jorge Portugal
4. Cláudio de Andrade Veiga
5. Cleise Furtado Mendes
6. Geraldo Magalhães Machado

7. Guido Jose de Costa Guerra
8. Humberto Castro Lima
9. Jose Araripe Cavalcanti Filho
10. Julio Santana Braga
11. Kleyde Mendes Lopes
12. Lia de Carvalho Robatto
13. Luis Henrique Dias Tavares
14. Maria Mercedes Oliveira Rosa
15. Myriam Fraga
16. Naomar Monteiro de Almeida Filho
17. Nilda César Spencer
18. Oscar Dourado
19. Regina Dourado
20. Sante Scaldaferrì

Membros Suplentes

1. Alberto Jose Simões de Abreu (Tuzé de Abreu)
2. Carlos Alberto Gaudenzi (Caba Gaudenzi)
3. Emilia Biancardi Ferreira
4. Francisco Soares Senna
5. José Cerqueira Filho
6. Maria Adriana Almeida Couto de Castro
7. Nidia Maria Lienert Lubisco
8. Sergio Rabinovitz
9. Ruy César Silva
10. Wesley Oliveira Rangel

Composição das Câmaras Permanentes (nomeadas no dia 26.07.2005)

Câmara de Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural

Maria Mercedes Oliveira Rosa – Presidente

Waldir Freitas Oliveira – Vice-Presidente

Eulâmpia Santana Reiber

Júlio Santana Braga

Adriana Castro

Conselheiros Suplentes

Francisco Soares Senna/Nidia Maria Lienert Lubisco

Secretária: Leda de Oliveira

Câmara de Produção Contemporânea

Presidente Nilda César Spencer

Vice-Presidente - Lia de Carvalho Robatto

Cláudio de Andrade Veiga

Sante Scaldaferrì

Jorge Portugal

Conselheiros Suplentes

Sergio Rabinovitz/Tuzé de Abreu

Secretária: Rita de Oliveira

Câmara de Articulação e Integração

Oscar Dourado – Presidente

Myriam Fraga – Vice-Presidente

Naomar M. de Almeida Filho

Carlos Alberto Gaudenzi (substitui José Araripe)

Cleise Mendes

Conselheiros Suplentes

José Cerqueira Filho/Ruy César Silva

Secretária: Grácia del Rosário

Câmara de Política Sócio-Cultural

Kleyde Mendes Lopes – Presidente

Luis Henrique Dias Tavares – Vice-Presidente

Geraldo Magalhães Machado

Guido José da Costa Guerra

Humberto Castro Lima

Conselheiros Suplentes

Emília Biancardi Ferreira/Wesley Oliveira Rangel

Secretária: Neuza Machado

Secretaria Geral

Eustórgio Lima Cavalcanti – Secretário Geral

Maria Aparecida dos Santos Reis – Assistente de Plenário

13 estagiários entre os anos de 2005 e 2006

Cerca de 18 pessoas servindo ao Conselho

Câmara de Articulação e Integração

Presidente – Oscar Dourado

Vice-Presidente – Myriam Fraga

Antonio Jorge Portugal

José Araripe Cavalcanti Filho

Naomar Monteiro de Almeida Filho

Suplentes

Carlos Alberto Gaudenzi (Caba Gaudenzi)

José Cerqueira Filho

Ruy César Silva

Secretária de Câmara: Leda Maria Freitas de Oliveira

Câmara de Política Sócio-Cultural

Presidente – Kleyde Mendes Lopes

Vice-Presidente – Luis Henrique Dias Tavares

Geraldo Machado

Guido José Guerra
Humberto Castro Lima

Suplentes

Emilia Biancardi Ferreira
Wesley Oliveira Rangel

Secretária de Câmara: Neuza Machado

Comissão Editorial (eleita em 29.07.2003)

Waldir Freitas Oliveira – Presidente
Myriam Fraga – Vice-presidente
Cleise F. Mendes
Guido Guerra
Tuzé de Abreu
Lia Robatto
Luis Henrique Dias Tavares
Jorge Portugal
José Araripe Júnior
Regina Dourado
Júlio Braga
Carlos Alberto B. Gaudenzi
Emilia Biancardi
Sérgio Rabinovitz
Wesley Rangel
Secretária: Isamar Oliveira

Governador: Jaques Wagner (2007-2012)

Secretário de Cultura: Márcio Meirelles

11º Mandato de março de 2007 a março de 2010

Membros Titulares

Presidente: Albino Rubim

Vice-Presidente: Pasqualino Magnavita

3. Ana Célia da Silva
4. Ana Fernandes
5. Antonio Guerreiro
6. Antonio Godi
7. Antonio Risério
8. Araken Vaz Galvão
9. Emiliano José
10. José Carlos Capinam
11. Dom Gregório Paixão
12. Luis Marfuz
13. Lydia Hortélio
14. Matilde de Matos
15. Nadia (Acauã) Batista
16. Nelson Pretto

17. Paulo Costa Lima
18. Renato da Silveira
19. Roberto Duarte
20. Valdina Oliveira Pinto

Membros Suplentes

1. Cleise Mendes
2. Elísio Pitta
3. Geraldo Machado
4. Lia Robatto
5. Maria de Fátima Fróes
6. Paulo Miguez
7. Paulo Ormino de Azevedo
8. Romualdo Lisboa
9. Vilson Caetano
10. Washington Queiroz

Secretaria Administrativa

Renata Rocha – Assistente

Leda Oliveira - Secretária do CEC e de Câmara

Isa Maria Silva – Secretária do Plenário e de Câmara

Igor Cruz – Auxiliar Técnico Administrativo

Anexo C - Levantamento sobre formação, áreas de atuação e representação dos conselheiros titulares do CEC-BA (1967-2008)

Nome	Formação Profissional/Função	Áreas Básicas de atuação	Representação
Adriano de Azevedo Pondé	Médico,acadêmico, ex-Vice-Reitor da UFBA	Letras/Literatura	Sociedade Civil
Adroaldo Ribeiro Costa	Advogado, acadêmico,jornalista e dramaturgo	Letras/Literatura	Sociedade Civil
Albino Rubim	Médico, jornalista,acadêmico e Secretário de Cultura (2011)	Política Cultural	Sociedade Civil
Aluizio Prata	Médico, cientista, acadêmico, escritor	Ciências	Sociedade Civil
Américo Furtado Simas Filho	Arquiteto, acadêmico, escritor	Artes/Patrimônio	Sociedade Civil
Ana Célia da Silva	Pedagoga, acadêmica	Educação	Sociedade Civil
Ana Fernandes	Arquiteta, acadêmica,	Artes/Patrimônio	Sociedade Civil
Ana Maria Pedreira Franco de Castro	Advogada, escritora,	Letras/Literatura	Sociedade Civil
Antonio Godi	Ator, diretor teatral, gestor cultural, acadêmico,escritor	Letras/Literatura/Música	Sociedade Civil
Antonio Guerreiro	Historiador, acadêmico, escritor	Artes Cênicas	Sociedade Civil
Antonio Jorge Portugal	Compositor, acadêmico	Letras/Literatura/Música	Sociedade Civil
Antonio Risério	Escritor,poeta,antropólogo,compositor, tradutor	Letras/Literatura/Música	Sociedade Civil
Araken Vaz Galvão	Escritor, artista plástico,cineasta,jornalista	Letras/Literatura/Cinema	Sociedade Civil
Ary Guimarães	Advogado, jornalista,ex- diretor 4ª DR-SPHAN	Artes/Patrimônio	Poder Público
Carlos Eduardo da Rocha	Advogado, acadêmico, diretor do Museu do Estado	Artes/Patrimônio	Poder Público
Claudio Veiga	Escritor, acadêmico e gestor cultural	Letras/Literatura	Sociedade Civil
Celso Castro	Advogado,acadêmico,escritor,diretor Fac.Direito UFBA	Letras/Literatura	Sociedade Civil
Cleise Furtado Mendes	Jornalista e gestora cultural	Artes Cênicas	Artes/Patrimônio
Diógenes de Almeida Rebouças	Arquiteto, Fundação do Patrimônio, urbanista	Artes/Patrimônio	Poder Público
Dival Pitombo	Dentista,jornalista,diretor Museu Regional Feira de Santana	Artes e Patrimônio	Poder Público
Dulce Aquino	Dançarina, acadêmica. e gestora cultural	Artes Cênicas	Sociedade Civil
Emmanoel Araújo	Escultor, gravador, cenógrafo, pintor, curador e museólogo	Artes/Patrimônio/Museu	Sociedade Civil
Eulâmpia Santana Reiber	Jornalista e gestora cultural	Administração Pública	Poder Público Estadual
Fernando da Rocha Peres	Advogado, acadêmico,ex-diretor do IPHAN e da FECEBa	Artes/Patrimônio	Poder Público (UFBA)
Fernando da Fonseca	Arquiteto, acadêmico, escritor	Artes/ Patrimônio	Sociedade Civil
Francisco Peixoto de M. Neto	Médico,parlamentar,acadêmico	Ciências	Sociedade Civil
Geraldo Machado	Engenheiro,ex-diretor da FECEBa,ex-diretor da FLEM	Administração Pública	Poder Público Estadual
Germano Machado	Jornalista e professor universitário	Letras/Literatura	Sociedade civil
Gilberto Passos Gil Moreira	Compositor e cantor,ex-ministro da Cultura, ex-diretor FGM	Música	Sociedade civil
Godofredo Rebello de F. Filho	Escritor, acadêmico e chefe do IPHAN	Artes e Patrimônio	Sociedade Civil
Guido Guerra	Escritor, jornalista e acadêmico	Literatura/Edição	Sociedade Civil
Hélio Simões	Médico, professor universitário,	Belas Artes	Sociedade Civil
Humberto Castro Lima	Médico e gestor acadêmico	Ciências Humanas	Sociedade Civil
Kleide Mendes Lopes	Médica, escritora e acadêmica	Ciências Humanas	Sociedade Civil

James Amado	Sociólogo, escritor	Letras/Literatura	Sociedade Civil
João Augusto Azevedo Filho	Ator, tradutor, acadêmico, criador do Teatro Vila Velha	Artes Cênicas	Sociedade Civil
João Eurico Mata	Advogado, acadêmico,	Letras/Literatura	Sociedade Civil
Jorge Augusto Novis	Médico, ex-secretário Estadual de Saúde	Letras/Literatura	Sociedade Civil
José Araripe Cavalcanti Filho	Cineasta	Artes Visuais	Sociedade Civil
José Calasans Brandão da Silva	Advogado, acadêmico, escritor	Letras/Literatura	Sociedade Civil
José Luiz de Carvalho Filho	Advogado, acadêmico e Vice-Reitor da UCSAL	Letras/Literatura	Sociedade Civil
Júlio Braga	Antropólogo e gestor cultural	Admin. Cultural (IPAC)	Poder Público Estadual
Leozírio Paixão Neto (Dom Gregório)	Antropólogo, escritor, acadêmico	Letras/Literatura	Sociedade Civil
Lia Carvalho Robatto	Coreógrafa	Artes Cênicas (dança)	Sociedade Civil
Luis Fernando Macedo	Médico, acadêmico, ex-reitor da UFBA (1979-1983), escritor	Letras e Literatura	
Luis Henrique Dias Tavares	Historiador, escritor, acadêmico	Literatura	Sociedade Civil
Manoel Vicente Veiga	Engenheiro, músico, acadêmico	Música	Sociedade Civil
Maria Bethânia Viana T. Veloso	cantora	Música	Sociedade Civil
Maria Mercedes Rosa	Museóloga e gestora cultural	Artes/Patrimônio	Sociedade civil
Mário Augusto Castro Lima	Médico, parlamentar, ex-ministro de Saúde,	Ciências	Sociedade civil
Mário Cravo Júnior	Desenhista, pintor, gravador e escultor	Artes Plásticas	Sociedade civil
Myriam Fraga	Escritora, jornalista e gestora cultural	Letras/Literatura	Sociedade civil
Nadia Acauã	Educadora popular	Educação Indígena	Sociedade civil
Naomar Monteiro de A. Filho	Médico, ex-reitor da UFBA	Ciências Humanas	Poder Público Federal
Nathan Coutinho do Rosário	Escritor, jornalista e deputado estadual	Letras/Literatura	Sociedade Civil
Nelson de Souza Sampaio	Advogado, parlamentar, acadêmico		Sociedade Civil
Nelson Pretto	Físico, cientista, acadêmico, ex-diretor Fac. Educação UFBA	Letras/Literatura	Sociedade Civil
Nilda Spencer	Atriz	Artes Cênicas (teatro)	Sociedade Civil
Odorico Montenegro Tavares	Jornalista, escritor, ex-diretor da TV Itapoan	Letras/Literatura	Sociedade Civil
Oscar Dourado	Músico, regente, acadêmico	Música	Sociedade Civil
Padre Osmar Valeriano Ribeiro	Escritor	Letras/Literatura	Sociedade Civil
Pasqualino Magnavita	Engenheiro, arquiteto, acadêmico,		Sociedade Civil
Paulo Costa Lima	Músico, ex-diretor Fac. Música UFBA, ex- pró-reitor UFBA	Letras/Literatura	Poder Público Estadual
Paulo Ormino de Azevedo	Arquiteto, acadêmico,	Artes/Patrimônio	Sociedade civil
Raimundo de Souza Brito	Poeta, jurista, deputado estadual, jornalista	Letras/Literatura	Sociedade civil
Raimundo Pacheco Sá Barreto	Escritor, político	Letras/Literatura	Sociedade civil
Regina Dourado	Atriz	Artes Cênicas (teatro)	Sociedade Civil
Remy de Souza	Advogado, filósofo, diretor do DESC	Letras/Literatura	Sociedade civil
Renato Berbert de Castro	Advogado, ex-diretor do Arquivo Público	Letras/Literatura	Poder Público
Roberto Duarte	Gestor cultural, acadêmico, mestre em Comunicação	Audiovisual	Sociedade civil
Ruy Santos	Médico, parlamentar, ex-secretário de saúde, escritor	Letras/Literatura	Sociedade Civil

Sante Scaldasferri	Artista Plástico	Artes Plásticas	Sociedade civil
Sylvia Maria de Athayde	Museóloga,	Artes/Patrimônio	Sociedade Civil
Thales de Azevedo	Médico,antropólogo,acadêmico,presidente do IGHB,escritor	Letras/Literatura	Sociedade civil
Valdina Pinto (Makota Valdina)	Educadora,	Patrimônio Afro-brasileiro	Sociedade civil
Virgílio Motta Leal Júnior	Advogado		
Waldir Freitas Oliveira	Escritor,acadêmico,jornalista	Artes/Patrimônio	Sociedade Civil
Washington Bell Marques da Silva	Músico	Música	Sociedade Civil
Wilson Mascarenhas Lins	Jornalista, parlamentar	Letras/Literatura	Sociedade Civil

Pesquisa da autora

Anexo D - Visita dos gestores públicos ao colegiado entre os anos 1967-2008

O artigo 3º do 1º Regimento Interno, do Conselho de Cultura da Bahia, previa que os órgãos técnicos e administrativos da Secretaria de Educação e Cultura deviam prestar ao Conselho a assistência que lhes fosse solicitada por seu Presidente, ou, em seu nome, pelo secretário geral. Anos depois, em 1985, o 3º Regimento Interno, aprovado pelo Decreto nº 32.400/85 possibilitou distribuir convite a “pessoas de notório saber e/ou conhecimento em qualquer área cultural” para participar das reuniões das Câmaras e Comissões. Ao longo da trajetória do CEC-BA, esses dois artigos serão bastante utilizados pelo colegiado para facilitar o intercâmbio com outras instituições culturais do Estado, ouvir personalidades e “sabatinar” os gestores públicos, alguns, inclusive, mesmo antes de serem indicados pelo chefe do Executivo. Veja o levantamento dessas visitas entre o período de 1967-2008:

Data	Sessão	Expositor ou expositora	Assunto
25/06 e 08/10/1968	18ª e 33ª	Assessora da Secretaria de Educação e Cultura, Maria Isabel Bittencourt de Oliveira,	Exposição sobre o Plano Integrado de Educação e Cultura
01/07/1968	19ª	Diretor do Museu de Arte Popular, Renato Ferraz	Explica a situação do Museu que ameaça fechar por atraso nos pagamentos dos salários dos funcionários
12/07/1968	3ª Ext.	Diretor do Departamento do Ensino Superior de Educação e Cultura, Luis Henrique Dias Tavares	Exposição sobre o Plano Integrado de Educação e Cultura
18/07/1968	21ª	Diretor de Turismo da Secretaria de Assuntos Municipais e Serviços Urbanos (SAMSU), Walfrido Morais	Explica como funciona o Plano de Turismo a ser executado pelo órgão no Estado, voltado para as cidades do interior
23/07/1968	22ª	Diretor em exercício do Museu de Arte Sacra, Ramiro Figueiredo	Fala sobre as atividades da instituição e condições de funcionamento.
22/10/1968	35ª	Secretário de Educação e Cultura, Luis Navarro de Brito	Apresenta texto final do Plano Integrado de Educação e Cultura (PIEC)
1969			
28/02 – 27/05 e 23/07/1969	7ª, 19ª e 23ª	Diretor do DESC, Remy de Souza	Fala sobre as atividades do Departamento e esclarece informações pendentes sobre publicações e restaurações.
15/07/1969	26ª	Professor Fernando da Rocha Perez	Apresenta trabalho de pesquisa realizado em Portugal a respeito dos apógrafos de Gregório de Matos
05/08/1969	29ª	Professor da Universidade da Pensilvânia, Robert Smith	Fala sobre o curso de arte portuguesa no século XVIII dado em convênio com a UFBA
1970			
20/01/1970	3ª	Professora Marieta Alves	Apresentação do trabalho “Dicionário de artistas plásticos e oficiais mecânicos da Bahia”, que depois seria publicado pelo CEC
27/01/1970	4ª	Secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação, José Bautista Vidal	Criação e funcionamento da nova Secretaria

27/01/1970	4ª	Diretor do DESC, Remy de Souza	Relatório sobre as atividades do Departamento
03/02/1970	5ª	Diretor do CIA, Itamar Campelo	Conselho pede comparecimento para conhecer projeto que será instalado no CIA.
03/02/1970	5ª	Diretor do DESC, Remy de Souza	Fala sobre as instalações da EPUCS, funcionamento do Conselho Deliberativo do TCA
17/02/1970	6ª	Comissão composta pelo economista Antonio Andrade Silva e Itamar Campelo, engenheiro Gutenberg Meira e arquiteto Paulo Borba	Exposição sobre o projeto do CIA.
17/02/1970	6ª	Secretário de Educação, Edvaldo Boaventura	Metas da pasta, conclusão de obras da Biblioteca Central e marcação de um horário semanal para receber o Conselho
24/02/1970	7ª	Gutenberg Meira e o arquiteto Paulo Borba, representando a Superintendência de Desenvolvimento Industrial (Sudic), órgão de administração do CIA	Voltam ao conselho para apresentar planta do CIA. Solicitam levantamento dos monumentos históricos do local.
05/05/1970	17ª	Diretor do DESC, Remy de Souza	Expõe seus planos de trabalho e compromete-se a cooperar com o conselho em vários projetos
21/07/1970	27ª	Professor da Universidade de Paris, Raymond Contel	Fala sobre seu trabalho em torno da cultura popular brasileira de cordel
10/11/1970	43ª	Membro da Sociedade Amigos da Cidade de Salvador, Artur Ferreira,	Exposição do plano de sua autoria para a defesa do patrimônio artístico e histórico de Salvador
1971			
16/02/1971	7ª	Futuro secretário de Educação e Cultura, Rômulo Galvão	Exposição sobre sua gestão e a futura política cultural que será delineada após a contribuição do CEC e a escolha do diretor do DESC
17/08/1971		Diretor do Departamento Cultural da UFBA, Valentin Calderón	Exposição sobre suas pesquisas arqueológicas em várias regiões do Estado
28/09/1971		Diretor da Escola de Música e Artes Cênicas da UFBA, professor Manoel Veiga	Exposição sobre a situação da Orquestra Sinfônica da UFBA,
05/10/1971		Adido cultural da Espanha diplomata Manuel Augusto Garcia Viñola	Exposição sobre seu trabalho como agregado cultural e edição da Revista da Cultura Brasileira
26/10/1971		Membro do CFC, Manuel Diegues Júnior	Exposição sobre o interesse com que o CFC vinha apreciando os problemas da Bahia na área cultural.
14/12/1971		Coordenador dos cursos de Mestrado na área das Ciências Humanas da UFBA, A. L. Machado Neto	Exposição sobre as atividades na UFBA
1972			
24/03/1972	Especial	Visita do Arcebispo Primaz do Brasil, D. Avelar Brandão Vilela	Exposição sobre defesa do patrimônio do acervo da Igreja na Bahia, acompanhado de Mons. Gaspar Sadock e Pe. Juarez Prata (secretário)
28/03/1972	14ª	Coordenador do CEPED, Bráulio Magno Batista	Exposição sobre planos e realizações do órgão
16/05 e 28/11/1972	21ª e 48ª	Coordenador da Bahia do projeto Rondon, Capitão Neljanir da Silva Guimarães	Exposição sobre os estudos e preparativos para a criação do Parque de Pirajá. Na segunda visita fala sobre atividades da Operação Pirajá
17/10/1972	43ª	Secretário de Educação e Cultura, Rômulo Galvão	Apresentação do ante-projeto de Lei de reestruturação da Secretaria de Educação e Cultura e criação da Fundação Cultural do Estado da Bahia
1973			

17/04/1973 e 24/04/1973	17ª e 18ª	Diretor do Museu de Arte Moderna, Renato Ferraz	Exposição sobre a instituição
03/05/1973	19ª	Vice-Diretor do Serviço de Documentação da Marinha, Capitão de Mar e Guerra, Max Justo Guedes	Exposição sobre a instalação no Forte São Marcelo do Museu do Mar.
15/05/1973	21ª	Diretor do IPHAN e do DAC, Renato Soeiro	Exposição sobre atividades do IPHAN
12/05/1973	26ª	Coordenador do 2º Festival de Artes Negras e Africanas, George Alakija,	Exposição sobre a participação do Brasil no evento
03/07/1973	29ª	Membro do CFC Silvio Meira, diretor do Centro de Pesquisas da Fundação Casa Ruy Barbosa, Maximiliano de Carvalho e Silva e diretor do Museu Imperial, Lourenço Lacombe	
07/08/1973	34ª	Secretário de Educação e Cultura, Rômulo Galvão acompanhando pelo diretor do Desc, Remy de Souza	Exposição sobre o Plano de Ação Cultural do MEC
21/08/1973	36ª	Maestro Sérgio Magnani	Apresenta resultados do levantamento e análise do acervo musical deixado pelo maestro Tranquilino Bastos, em Cachoeira, por solicitação do Conselho
18/11/1973	40ª	Professor Johildo de Athayde	Exposição sobre os trabalhos de pesquisas nos arquivos da Cúria Diocesana
25/11/1973	41ª	Diretor da Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, Vivaldo Costa Lima	Exposição das atividades e projetos da instituição
02/10/1973	42ª	Secretário estadual do Planejamento, Ciência e Tecnologia, Mário Kertész	Exposição sobre as ações da pasta
20/11/1973	50ª	Futuro diretor da Fundação Cultural, Ramakrishna Bagawan dos Santos	Apresentação das atividades que realizará na Fundação Cultural
26/12/1973	55ª	Ex-secretário Luis Navarro de Brito	Exposição sobre sua atuação na UNESCO
1974			
19/02/1974	63ª	Coordenador de Extensão da UFBA, professor Fernando da Rocha Perez	Exposição sobre as atividades do órgão
19/11/1974	102ª	Pesquisador americano, Stuart Wharts	Exposição sobre os últimos métodos de Metodologia na área das ciências sociais realizados na Inglaterra, França e Estados Unidos e busca demonstrar a utilidade da informática nestas pesquisas
26/11 e 26/12/1974	103ª e 107ª	Coordenador do Proped da UFBA, Augusto Mascarenhas	Exposição sobre as atividades do programa, estrutura e funcionamento do órgão
10/12/1974	105ª	Professoras Haydée Torres Machado Neto e Célia Braga, da UFBA,	Exposição sobre o trabalho de pesquisa encomendado pela Secretaria de Minas e Energia sobre garimpo e garimpeiros na região da Carnayba.
1975			
21/01/1975	111ª	Presidente da Bahiatursa, Manoel Castro	Exposição sobre as realizações do órgão e planos elaborados. O tema da palestra "Uma Indicação das Alterações Essenciais na Política Baiana de Turismo".
22/07/1975	3ª	Diretor Executivo da Fundação Cultural do Estado da Bahia, Luis Menezes Monteiro da Costa	Exposição sobre as atividades e ações da Fundação Cultural e proposta de uma ação ou Plano de Cultura.

29/07/1975	4 ^a	Supervisor Geral do I Seminário de Cultura da cidade do Salvador, Reinaldo Rossi	Exposição sobre a programação do evento, organizado pela Prefeitura
04/08/1975	5 ^a	Diretor executivo da Fundação do patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, Vivaldo da Costa Lima	Exposição sobre os projetos aprovados e em execução e outros em fase de estudo relativos à recuperação, restauração e preservação de monumentos históricos.
12/08/1975	6 ^a	Maestro e conselheiro Ernst Widmer	Exposição sobre a organização do IV Festival de Arte da Bahia
16/09/1975	11 ^a	Diretor Cultural da Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa, Fernando Pamplona	Exposição sobre as atividades do órgão
07/10/1975	14 ^a	Professor David Salles	Exposição sobre o problema editorial e sugeriu a criação de uma editora na Bahia
04/11/1975	18 ^a	Diretor em exercício do Ceped, Irundi Edelweiss	Exposição sobre as atividades do órgão
1976			
20/01/1976	30 ^a	Diretora do IRDEB, Aristoclea Macedo	Exposição sobre os planos e atividades do órgão, esclarecendo estrutura e funcionamento.
27/01/1976	31 ^a	Cineasta Guido Araújo	Exposição sobre a situação do cinema na Bahia
03/02/1976	32 ^a	Diretor do Centro de estudos brasileiros da Embaixada do Brasil em Buenos Aires (Argentina) Pedro Moacir Maia.	Exposição das atividades da instituição em Buenos Aires;
10/02/1976	33 ^a	Presidente da Bahiaturisa, Mário Calmon de Bittencourt	Exposição sobre as ações, programas e atividades de sua gestão.
09/03/1976	37 ^a	Presidente do Conselho Estadual de Educação, Edivaldo Boaventura	Exposição sobre o tema Cultura e Extensão.
30/03/1976	40 ^a	Diretor da Fundação Cultural do Estado, ex-conselheiro Fernando da Rocha Peres	Exposição sobre suas atividades e planos para a instituição.
15/06/1976	51 ^a	Presidente do Clube de Ciências, Adionel Mota Maia.	Exposição sobre instituição e a dificuldade de divulgar trabalhos.
20/07/1976	56 ^a	Diretor da USIS, John Tracy	Exposição sobre as atividades do órgão norte-americano na Bahia
24/08/1976	61 ^a	Diretor Executivo da Fundação de Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, Mário Mendonça de Oliveira,	Exposição sobre a instituição que dirige e as obras de restauração do Pelourinho
28/09/1976	66 ^a	Sociólogo Júlio Pavese	Exposição do plano que vem desenvolvendo com as famílias transferidas por conta da construção da barragem de Sobradinho, no Rio São Francisco.
07/12/1976	76 ^a	Palestra do arquiteto Alfredo Viana Lima	Exposição sobre os problemas e as técnicas de restauração do Patrimônio. Convidados o diretor do IPHAN Fernando da Rocha Peres e o diretor da Fundação do patrimônio Artístico e Cultural do Estado da Bahia, Mário Mendonça de Oliveira.
1977			
01/02/1977	5 ^a	Presidente da ABI, Afonso Maciel	Descreve as atividades da instituição, acervo e pede para indicar um representante do conselho para júri do concurso sobre "O Papel da Imprensa na Comunidade"
15/03/1977	11 ^a	Reitor da UCSAL, Mons. Eugênio Veiga	Exposição sobre os documentos sobre a Bahia existentes nos arquivos do Vaticano e sobre o acervo do Arquivo da Sé. Alguns desses documentos por seu valor deveriam ser trazidos para o Brasil.
22/03/1977	12 ^a	Professor e ex-conselheiro Luis Henrique Dias Tavares	Palestra sob o título "Os Estudos de História no Brasil e na Bahia de Hoje"

29/03/1977	13 ^a	Presença do diretor do IBIT, José Silveira e equipe.	Exposição sobre a instituição, atividades, cursos, publicações, biotério.
12/04/1977	15 ^a	Diretor da Escola de Belas Artes, Ivo Vellame.	Exposição a programação elaborada que comemorou o centenário de fundação da Escola. A atividade foi em parceria com outras instituições.
24/05/1977	21 ^a	Pesquisador Ulisses Pernambucano	Exposição das pesquisas que vinha realizando sobre achados históricos, na Baía de Todos os Santos, publicadas em duas revistas especializadas.
07/06/1977	23 ^a	Secretário de Educação e Cultura, Carlos Correa de Menezes Sant'Anna e o Diretor Executivo da Fundação Cultural da Bahia	Exposição do diretor Executivo da Fundação Cultural da Bahia sobre seus planos e atividades.
05/07/1977	27 ^a	O Diretor do EMAC, Ernst Widmer	Apresentação da programação do Festival de Arte da Bahia, 1977, agradecendo a contribuição do CEC.
02/08/1977	31 ^a	Presença de Bráulio Nascimento e Maria Tereza Camargo	Exposição sobre a campanha de Defesa do Folclore e informações sobre pesquisa e elaboração do Atlas Folclórico em parceria com universidades, Projeto Rondon e Secretaria de Educação e Cultura.
30/08/1977	35 ^a	Coordenadora da Biblioteca da Fundação Cultural da Bahia, Kátia Silva.	Fala sobre a Exposição Bahia Cultural 1976, que estava organizando.
06/09/1977	36 ^a	Conselheiro Luiz Rogério de Souza, do Conselho de Educação	Programação das Bodas de Ouro da turma de Medicina de 1927.
13/09/1977	37 ^a	Engenheiro Jorge Facó e equipe, representantes do Derba	Esclarecimentos sobre as obras na Estrada do Coco e em especial em áreas do Parque Nacional Garcia D'Ávila.
20/09/1977	38 ^a	Colunista do jornal A Tarde, Terezinha Muricy	Exposição sobre sua coluna no Jornal A Tarde e a provável edição do Suplemento Feminino do mesmo Jornal.
04/10/1977	40 ^a	Responsável pelo Centro Editorial e Didático da UFBA, Ailton Sampaio	Fala sobre possível parceria com o Conselho para editar obras
1978			
21/02/1978	8 ^a	Visita do Diretor Executivo da Fundação Cultural, Valentin Calderón	Solicita ao conselho informações sobre ante-projeto de lei do tombamento elaborado pelo Conselho
21/03/1978	12 ^a	Superintendente da Oceplan, Alberto Valença e assessor, coordenador técnico do Plandurb Heliodoro Sampaio.	Exposição sobre o projeto de revitalização do centro da cidade.
		Visita do presidente do Conselho Federal de Educação Lafayette Pondé	Exposição sobre sua vida e metas a frente do Conselho de Educação.
28/03/1978	13 ^a	Prefeito de Itapetinga José Vaz Espinheira	Exposição sobre os problemas culturais do município
25/04/1978	17 ^a	Secretário de Educação e Cultura, Carlos Correia de Menezes Santana e integrantes do Conselho Estadual de Educação e seu presidente Edivaldo Boaventura	Secretário deixa a pasta e vai manifestar o excelente relacionamento mantido durante a gestão e desprendida colaboração dos órgãos, no desenvolvimento do seu programa administrativo
23/05/1978	21 ^a	Diretor da Fundação Cultural, Valentin Calderón	Apresentação de um relatório sobre as atividades do órgão, projetos e restauração do Teatro Castro Alves e programação cultural
30/05/1978	22 ^a	Professor Reinville de Oliveira e Helenita Pamponet da Cunha	Apresentação das condições para doar a biblioteca do juiz José Alves Ribeiro ao Conselho.
06/06/1978	23 ^a	Presidente do Conselho Estadual de Educação, Edivaldo Boaventura	Exposição sobre a presença da cultura francesa na Bahia, nos últimos 30 anos
13/06/1978	24 ^a	Coordenadora do setor de Bibliotecas da Fundação Cultural, Kátia Silva; diretor da Fundação CRE, Plínio Moura; escritor Hildon Rocha	Kátia Silva fala sobre as atividades da instituição, Moura sobre a Fundação, Hildon sobre publicações e Nelci sobre arquivos raros.

		e professora Nelci Mendonça	
20/06/1978	25 ^a	Secretário Estadual de Planejamento Edson Pita Lima e convidados Kátia Lima e Plínio Moura.	Exposição sobre a filosofia de sua gestão e projetos da Secretaria.
11/07/1978	28 ^a	Diretor do departamento de Cultura do Gabinete Português de Leitura, Jaime Raposo Costa,	Despede-se. Assume posto na Embaixada de Portugal.
18/07/1978	29 ^a	Professora da USP Maria Beatriz Nizza da Silva e do desembargador e acadêmico José Luis de Carvalho Filho	Agradecimentos pela contribuição para a elaboração da publicação Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro 1802-1821,
08/08/1978	32 ^a	Reitor da Universidade Estadual de Feira de Santana, Geraldo Leite e assessores José Maria Nunes Marques e Raimundo Gonçalves Gama	Agradece apoio do Conselho à Universidade.
29/08/1978	35 ^a	Presidente da Sociedade Unificadora dos Professores (SUP), Hermano Gouveia Neto e coordenador da SELIBA, e outros membros da diretoria	Manifestar apoio dessas instituições ao CEC
05/09/1978	36 ^a	Professora do Instituto de Letras da UFBA, Zilma parente de Barros e da diretora do Centro de Estudos Baianos, Consuelo Pondé de Sena.	Exposição sobre a instituição e os problemas para implementar o Curso de Mestrado em Letras e as produções na área de pesquisa.
12/09/1978	37 ^a	Presidente da Associação Comercial da Bahia, Alfeu Pedreira	Criação do Museu do Comércio
19/09/1978	38 ^a	Diretora do Centro de Estudos baianos, Consuelo Pondé de Sena e o sociólogo argentino Eliseo Verón	Eliseo Verón fala sobre o curso Sociedade, Linguagem e Ideologia
26/06/1978	39 ^a	Diretora do Departamento de Ação Cultural da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Rosita Salgado Goés e da Diretora da Divisão de Cultura e Artes, professora Maria Laís Salgado Goés.	Exposição sobre a ação do Departamento, mostra os problemas e dificuldades e procura apoio do CEC para ação cultural em Salvador
03/10/1978	40 ^a	Diretora do Museu Carlos Costa Pinto, Mercedes Rosa	Exposição sobre o tema segurança nos museus.
24/10/1978	43 ^a	Diretora do Centro de estudos Baianos, Consuelo Pondé de Sena e do membro do Conselho Estadual de Cultura do Espírito Santo.	Exposição sobre a instituição que dirige
14/11/1978	46 ^a	Luis Henrique Dias Tavares; responsável pela criação e construção do teatro Maria Betânia, Gilda Maria de Carvalho e jornalista Otacílio Fonseca.	Fala sobre as observações no período que ficou em Inglaterra, em viagem de estudos; Gilda fala sobre andamento da construção do teatro
21/11/1978	47 ^a	Professor Raul Sá	Palestra sobre o ensino de português na Bahia.
1979			
23/01/1979	4 ^a	Senador Ruy Santos (médico, jornalista e parlamentar)	Exposição sobre sua obra memorialística. O livro Memórias está distribuído em quatro volumes: Da Aurora da Minha Vida: A Faculdade do meu Tempo, Recordações do Velho Médico da Roça e Memórias de um Leguleiro.
13/02/1979	7 ^a	Ex-conselheiro e diretor da Fundação do Patrimônio, Mário Mendonça de Oliveira	Exposição sobre as obras de restauração do Pelourinho. Na exposição, ele mostrou aspectos de todo o trabalho executado naquela área.
31/07/1979	17 ^a	Secretário de Educação e Cultura, Eraldo Tinoco Melo e Diretor Executivo da Funceb, Geraldo Magalhães Machado	Exposição sobre “filosofia de trabalho” do governo nessa área. Leitura do documento elaborado pela Funceb para o quadriênio 79/83 e os itens das preocupações culturais do governo ACM
06/09/1979	23 ^a	Prof. Soane Nazaré da FESPI	Explica detalhes do projeto cultural de Porto Seguro
13/09/1979	25 ^a	Suplente na qualidade de titular e Delegado Regional do IPHAN, Fernando da Rocha Peres	Exposição sobre a questão da preservação em Porto Seguro.

18/09/1979	26 ^a	Diretor executivo da Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, Vivaldo Costa Lima,	Exposição sobre as atividades e ações do órgão sobre patrimônio, em especial no Pelourinho
09/10/1979	30 ^a	Coordenador Estadual da Fundação Projeto Rondon, Remy de Sousa	Exposição sobre a instituição
1980			
03/01/1980	1 ^a	Editor Gumercindo da Rocha Dórea	Exposição sobre o problema editorial do Brasil
22/01/1980	4 ^a	Professor José Silveira	Exposição sobre o Núcleo de Incentivo Cultural, criada em Santo Amaro da Purificação
06/05/1980	19 ^a	Diretor da Biblioteca Nacional Plínio Doyle	Exposição sobre sua gestão na instituição e os problemas da Biblioteca
09/09/1980	37 ^a	Coordenador do IPAC, arquiteto Paulo Ormino	Resultados do 1º Encontro sobre Inventário de Proteção ao Patrimônio Cultural realizado em Salvador
30/09/1980	40 ^a	Professor e cineasta Guido Araújo	Exposição sobre a IX Jornada Brasileira de Curta Metragem
16/12/1980	50 ^a	Presidente da Sociedade brasileira para o Progresso da Ciência SBPC, José Goldenberg e a secretária na Bahia Maria Brandão	Exposição sobre a entidade e pediu ajuda na reunião de Salvador, em julho de 1981.
1981			
10/02/1981	6 ^a	Secretária Regional na Bahia da SBPC, Maria Brandão	Exposição sobre a 33 reunião anula da SBPC na Bahia e troca de sugestões com vistas a participação do colegiado.
21/05/1981	2 ^a -esp	Escritor português Fernando Namora	Tema da palestra “Tópico Avulsões sobre Cultura”
18/08/1981	31 ^a	Diretor do Museu de Ciência e Tecnologia da Bahia, Fernando Santana	Exposição sobre o órgão que dirige
25/08/1981	32 ^a	Diretora da Biblioteca central da UFBA, Maria Stela Pita	Exposição sobre acervo
08/09/1981	33 ^a	Professor Manuel Veiga	Exposição sobre seus estudos realizados nos Estados Unidos
20/10/1981	39 ^a	Coordenador de Museus da Fundação Cultural do Estado, arquiteto Pasqualino Magnavita	Exposição sobre o seminário com vista à reativação do Museu Wanderley Pinho.
10/11/1981	43 ^a	Dr. Geraldo Inácio Sodré Martins	Exposição sobre a pesquisa da Igreja da Conceição da Praia.
1982			
12/01/1982	2 ^a	Prefeito de Salvador Renan Baleeiro	Exposição sobre as sugestões apresentadas pelo CEC para sua política de ação cultural.
09/02/1982	6 ^a	Professor Edivaldo Boaventura	Exposição sobre o artista plástico baiano Raimundo Oliveira, seu amigo pessoal e de vários conselheiros.
04/05/1982	18 ^a	Artista plástico Rubem Valentim	Exposição sobre sua trajetória no campo das artes.
13/07/1982	28 ^a	Integrante do grupo de Edição de Textos, do Depto. de Fundamentos de Criação Literária do Instituto de Letras da UFBA, professora Célia Marques Telles,	Exposição a respeito da edição crítica da obra de Artur de Salles, lendo um documento de 16 páginas sobre o assunto e a edição do livro “Sangue Mau”
27/07/1982	30 ^a	Professor, urbanista e arquiteto, ex-conselheiro Diógenes Rebouças	Exposição sobre as obras de modificação do sistema viário da cidade de Salvador e suas implicações, inclusive sobre as áreas históricas
03/08/1982	31 ^a	Diretor da Oceplan, Itamar Batista (Prefeitura)	Exposição sobre o projeto de modificações da Prefeitura no Sistema viário e o projeto Transcol.

08/09/1982	36 ^a	Secretário de Cultura do MEC, Marcos Vinicius Vilaça,	Assinatura do convênio de Proteção ao patrimônio da Cultura Negra e fala sobre atividades de sua gestão.
1983			
08/03/1983	10 ^a	Representante do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), Raimundo Coelho da Silva	Exposição sobre a instituição e a legislação que o criou
1984			
31/01/1984	5 ^a	Professor Gramiro de Matos com a presença do Secretário da Cultura e Educação, Edivaldo Boaventura	Exposição sobre sua tese “Literatura Africana-Influências”
21/02/1984	8 ^a	Diretor da Oceplan, Manoel Raimundo Garcia Lorenzo	Exposição sobre as medidas adotadas pelo órgão para preservar o Parque Metropolitano do Abaeté
13/03/1984	11 ^a	Diretor do Programa Nacional dos Museus do Ministério de Educação e Cultura, Ruy Mourão,	Exposição sobre os bastidores do projeto no Forte São Marcelo
20/03/1984	12 ^a	Diretor Executivo do Irdeb, Sérgio Matos	Exposição sobre os projetos e atividades do IRDEB
24/04/1984	17 ^a	Ambientalista Jean Ives Damailan	Exposição sobre aspectos da preservação da Lagoa do Abaeté e denúncia a destruição no Parque do Abaeté e descaso do poder público para evitar destruição.
02/05/1984	18 ^a	Secretário Geral da Revicentro (Comissão de Revitalização do Centro Histórico do Salvador) Normando Brandão e presidente da Câmara de Vereadores de Salvador, Inácio Gomes.	Exposição sobre atividades da Instituição
14/05/1984	20	Diretora do Arquivo Nacional, Celina do Amaral Peixoto Moreira Franco	Exposição sobre a origem dos arquivos, a evolução dos arquivos em alguns países e sua proposta para o Arquivo Nacional, acervo e preservação.
17/07/1984	29	Professor Fernando da Rocha Peres	Exposição sobre escritor Pedro Nava
24/07/1984	30	Grupo de professores da UFBA, em greve	Pede apoio do CEC para o encaminhamento do problema da greve na UFBA
31/07/1984	31 ^a	Diretor do Instituto de pesquisas Anísio Teixeira, Hildérico Pinheiro.	Origens da instituição, estrutura, objetivos e competências, atividades e ações
25/11/1984	39 ^a	Acadêmico Clóvis Lima	Exposição 50 anos de publicação do livro “O Alambique” de Clóvis Amorim
30/10/1984	44 ^a	Diretor Executivo do Instituto de Radiodifusão Educativa (Irdeb), Carlos Alberto Simões	Exposição sobre a programação de atividades e ações de sua gestão
1985			
02/04/1985	14 ^a	Secretário Municipal do Planejamento, Manoel Raymundo Garcia Lorenzco	Exposição sobre processo da Prefeitura sobre a fábrica de papel no Rio vermelho,
29/04/1985	17 ^a	Diretor executivo do IPAC, Benito Sarno	Exposição sobre as obras de restauração do palacete Catharino, sede do conselho e obras de restauração do Maciel, no pelourinho.
07/05/1985	19 ^a	Diretor da Faculdade de Medicina da UFBA, José Maria Magalhães Neto	Exposição sobre o estado em que se encontra o antigo prédio onde funciona o Memorial de Medicina e obras de restauração.
30/07/1985	29 ^a	Cardeal D. Avelar Brandão Vilela	Exposição sobre o desaparecimento de obras sacras das igrejas da Bahia, em resposta à Indicação 11/85 de autoria de Godofredo Filho.

13/08/1985	31 ^a	Diretor do Instituto de Música da Universidade de Austin, Texas, Estados Unidos, Gerard Behague,	Exposição sobre as atividades desenvolvidas pelo Instituto
27.08/1985	33 ^a	Professor representante do Instituto de Estudos Oecitaines e do Comitê de organização do Carnaval de Tolouse, Claude Siere	
03/09/1985	34 ^a	Secretário de Planejamento Ciência e Tecnologia da Bahia, Waldeck ornelas	
10/09/1985	35 ^a	Visita do Ministro de Cultura, Aluisio Pimenta	Exposição sobre política cultural do País
29/10/1985	42 ^a	Senador Josaphat Marinho	Preparativos das comemorações do centenário de nascimento de Otávio Mangabeira,
1986			
21/01/1986	3 ^a	Presidente da Funceb, Olivia Gomes Barradas	Falou sobre a programação editorial do órgão.
28/01/1986	4 ^a	Historiador Cândido Costa e Silva	Exposição sobre seu trabalho de organizar e selecionar a antologia de D. Romualdo Seixas
04/02/1986	5 ^a	Assessor Especial da Presidência da empresa Desenvale, escritor Walfrido Moraes	Obras de construção da barragem Pedra do Cavalo e preparativos da visita do Conselho ao local
18/02/1986	7 ^a	Delegação da Comissão Organizadora do Carnaval Universitário de Tolouse presidida por seu Presidente, Jean François Laffont; e Secretário Geral da Municipalidade de Tolouse, M. Laffont	Estreitamento de laços entre as duas cidades e a visita a Salvador para conhecer o carnaval (A delegação é composta por 150 pessoas)
04/03/1986	9 ^a	Diretor de Tombamento e Conservação do SPHAN, Silva Teles	Recuperação do Centro Histórico de Salvador tombado pela Unesco.
		Coordenador de Planejamento Técnico da Fundação Cultural do Estado, Silvio Robato,	Projeto de implementação de Centros Culturais, nas cidades do interior
20/05/1986	20 ^a	Presidente da Fundação Cultural, Olivia Barradas,	Fórum dos Secretários de Cultura, com o tema “O Patrimônio e a Constituinte” que iria acontecer no mês de maio.
08/07/1986	27 ^a	Acadêmico Afrânio Coutinho	Pesquisas no campo da literatura brasileira
15/07/1986	28 ^a	Renato Paz da Cunha, representante da Comissão de Avaliação Técnica do ABAete (CATA)	Projeto de tombamento da área se encontra em tramitação na Câmara de Patrimônio
12/08/1986	32 ^a	Professor Jonh Murray, da Universidade de Massachussets (EUA),	Exposição sobre “Pensamento Crítico e Criativo”.
16/09/1986	37 ^a	Reitor da UFBA, Germano Tabacoff	Situação da UFBA, após a criação do Ministério de Cultura e da aprovação da Lei Sarney.
		Produtor teatral do grupo de Arte “Boi Voador”, Edson Engel	Montagem do espetáculo “Os velhos marinheiros” e solicitação de ajuda para o Vila Velha
23/09/1986	38 ^a	Assessor Especial da Presidência do Desenvale, Walfrido Moraes	Exposição sobre o projeto de criação do museu do Coronel, na Chapada Diamantina.
30/09/1986	39 ^a	Antropólogo brasilianista e professor da Universidade de Columbia, Charles Wagley	Exposição sobre sua experiência e sobre o amigo Anísio Teixeira, de quem foi seu colaborador
07/10/1986	40 ^a	Diretora do Instituto de Letras da UFBA, Celina Scheinovithz, e comitiva de professores e alunos.	Denuncia o estado de abandono que se encontra o prédio onde funciona a instituição
21/10/1986	42 ^a	Diretor do IAT (Instituto Anísio Teixeira), Hilderico Pinheiro de Oliveira	Exposição sobre a inconveniência da inclusão do Instituto na estrutura da futura Secretaria de Cultura, devido às funções exercidas na área de Educação

11/11/1986	45 ^a	Professor da Universidade de Roma, Dario Puccine	Tradutor de Jorge Amado
1987			
20/01/1987	3 ^a	Professor Antonio Paim, Centro de Documentação do pensamento Brasileiro	Exposição sobre o trabalho e atividades da instituição sediada no pelourinho
27/01/1987	4 ^a	Professora Kátia Matoso	Exposição sobre sua vida, obra e atividades como professora da Universidade de Paris e sua Tese apresentada nessa Universidade.
1992			
21/07/1992	3 ^a	Ex-diretor do Instituto Brasileiro de Proteção do Patrimônio Cultural, Luis Viana Queiróz,	Exposição sobre as atividades de sua gestão
28/07/1992	4 ^a	Presidente do Conselho Estadual de Cultura do Amapá, Francisca Moraes Guedes	Exposição sobre o colegiado que cumpre funções de uma Secretaria de Cultura em Amapá (AM)
18/08/1992	6 ^a	Diretor da Faculdade de Medicina, professor Maria Magalhães Neto	Exposição sobre a Faculdade de Medicina da UFBA, localizada no Terreiro de Jesus
01/09/1992	8 ^a	Doutor e professor da Universidade de Austin (EUA) Gerard Behague	Exposição sobre música afro-baiana e etnomusicologia
08/09/1992	9 ^a	Secretária da Fundação Pierre Verger, Arlete Soares	Exposição sobre a instituição e a comemoração em novembro dos 90 anos de Pierre Verger
06/10/1992	13 ^a	Diretor do IPAC, Thomas Rodrigues Cruz	Exposição sobre a instituição e sobre o projeto do Palacete Catharino, além de outros assuntos
1993			
03/02/1993	5 ^a	Diretora do Depto de Bibliotecas da Funceb, Maria da Conceição Gama	Exposição sobre a situação em que se encontrava a Biblioteca Pública.
09/02/1993	6 ^a	Pró-Reitor da UFBA, Manuel Barral Neto	Exposição sobre o fomento à pesquisa e pós-graduação no Brasil.
23/03/1993	11 ^a	Presidente da Fundação Cultural do Estado, José Augusto Burity	Exposição sobre sua gestão
04/05/1993	17 ^a	Diretora do Instituto Médico Legal Nina Rodrigues, Maria Tereza Pacheco	Exposição sobre o tema "Aspectos atuais em Medicina Legal".
25/05/1993	20 ^a	Diretor da Pinacoteca de São Paulo, conselheiro Emanuel Araújo	Exposição sobre sua gestão e a entidade que dirige
15/06/1993	23 ^a	Diretor do Liceu de Artes e Ofícios, Bruno Ribeiro da Silveira	Exposição sobre a entidade
		Arquiteto Diógenes Rebouças	Exposição sobre as obras de reconstrução do Paço do Saldanha
29/06/1993	25 ^a	Professor Renato Ferraz	Exposição sobre os cem anos da chegada de Antonio Conselheiro à região de Canudos e sobre o projeto de pesquisa da Uneb
13/07/1993	27 ^a	Professor Luis Alberto Muniz Bandeira	Exposição sobre o tema MERCOSUL e a integração da América latina, bem como sobre a política cultural desenvolvida no Rio de Janeiro
10/08/1993	31 ^a e 5 ^a -esp.	Desembargador Gerson Pereira dos Santos	Exposição sobre o tema "O Solitário Ofício de Julgar"
28/09/1993	38 ^a	Presidente do Conselho Regional de Cultura do Sudoeste da Bahia, Leonel Nunes	Exposição dos planos e projetos do órgão e pediu apoio do Conselho no sentido de uma articulação com os órgãos culturais que compõem a estrutura organizacional do estado.
05/10/1993	39 ^a	Ex-diretor da Escola de Teatro da UFBA, Paulo Dourado	Exposição sobre uma exposição sobre a atividade teatral na Bahia

16/11/1993		Presidente do Centro Cultural de Pesquisa do Castelo da Torre de Garcia D'Ávila, Cristovão Dias D'Ávila Pires Junior	Exposição sobre o projeto de consolidação das ruínas e recuperação da Capela do Castelo da Torre.
1994			
25/01/1994	1ª Ext.	Diretora do Museu de Arte Moderna, Sílvia Athayde	Exposição sobre as dificuldades para dirigir a instituição.
01/02/1994	3ª	Jornalista e assistente editorial, Magaly Oliveira Fernandes	Exposição sobre um breve relato sobre os primeiros momentos da edição Kardecista no Brasil, assunto defendido em sua tese de Mestrado da USP,
29/03/1994		Diretor do Teatro Castro Alves, Theodomiro Queiróz	Exposição sobre o projeto de atividades desse espaço cultural.
05/04/1994	11ª	Krisnamurt Góes dos Anjos	Exposição sobre a sua pesquisa acerca da Revista Literária "A Luva" e do criador da Revista, Neto de Severo José dos Anjos. Pretendia escrever um livro sobre o assunto
24/05/1994	18ª	Presidente do Instituto Baiano do Livro, Sérgio Matos	Exposição sobre o problema da editoração na Bahia
21/06/1994	22ª	Diretor da Escola Baiana de Medicina, Geraldo Leite	Discussão sobre a MP 524/94 que prejudica financeiramente à Faculdade, uma vez que reduz para a metade o pagamento das mensalidades.
19/07/1994	26ª	Presidente do Comitê Executivo de Estudos Integrados do Vale São Francisco, José Theodomiro de Araújo	Exposição sobre o projeto de transposição do Rio São Francisco e convoca os conselheiros a se manifestar contra o projeto.
23/08/1994	30ª	Jornalista Leizir Arcanjo	Exposição sobre revistas baianas do século XIX
04/10/1994	35ª	Psicanalista Yordan Gurgel	Exposição sobre Psicanálise e cultura
1995			
09/05/1995	8ª	Reitor da Universidade Estadual de Feira de Santana, Josué da Silva Mello	Transferência do acervo do Museu Regional de Feira de Santana para a Escola Normal Rural e apresentação do projeto que abrigará outros centros culturais.
27/06/1995	15ª	Diretora da Escola de Música da Ufba, Alda de Jesus Oliveira e representante da Fundação Ernst Widmer, Eduardo Torres e amigo e ex-aluno do compositor Jmary Oliveira	Transferência do acervo do Brasil para a Suíça e publicação da biografia "Ernst Widmer, um compósito suíço no Brasil", de Eduardo Torres. Criada uma comissão para catalogar a obra do compositor, sob supervisão do conselheiro Manuel Veiga.
25/07/1995	20ª	Presidente da Fundação Gregório de Matos, Cid Teixeira	Exposição sobre os projetos da Instituição, e solicita que seja designado um membro do CEC-BA para fazer parte da comissão organizador do tricentenário da morte de Gregório de Matos.
12/09/1995	26ª	Presidente do Projeto Axé, Cesare de la Rocca	Exposição sobre a proposta pedagógica do projeto.
19/09/1995	27ª	Diretor de teatro, Márcio Meirelles	Exposição sobre sua experiência na área de teatro e impressões do teatro baiano. E sobre a montagem Zumbi dos Palmares montado e apresentado em Londres
31/10/1995	32ª	Chefe de Gabinete da Secretaria de Cultura e Turismo, Sonia Bastos acompanhada de equipe	Fala sobre as alterações ao ante-projeto de Lei do Conselho Estadual de Cultura sob sua responsabilidade.
1996			
23/01/1996	3ª	Coordenadora de Cultura da Secretaria de Cultura e Turismo (Codecult), Eulâmpia Reiber	Anuncia o Plano de ações culturais do Estado para o período 1996-1998
23/04/1996	15ª	Conselheiro vice-presidente do Conselho Estadual de Educação, Rômulo Galvão	Exposição sobre o conteúdo da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação e sua tramitação no Congresso.

21/05/1996	Especial	Assessor do reitor da UFBA, Nelson Pretto	Fala sobre o pedido de afastamento da Rede Nacional de Pesquisa na Bahia
04/06/1996	Especial	Compositor, regente e pesquisador, Ernani Aguiar	Sobre o tema "Souza Negrão, um compositor baiano do período colonial: uma página da História da Música na Bahia"
03/09/1996	Especial	Professores Fernando Cerqueira e Ilza Nogueira	Grupo de compositores da Bahia, fundado em 1966
17/09/1996	Especial	Diretor da Salvador Bahia Marina, Reinaldo Loureiro e Superintendente da Sucom, Luis Sobral	Falar sobre o projeto de construção da Marina Avenida Contorno.
15/10/1996	34ª	Ex-presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil-Dpto Bahia, arquiteto Armando Branco	Denúncia sobre a construção da Marina Avenida Contorno.
		Coordenadora do Codecult, Eulâmpia Reiber	Exposição sobre as contribuições do Conselho ao Plano de Cultura.
1997			
14/01/1997	2ª	Assessor do IPAC, Carlos Amorim	Exposição sobre os estudos que realizou com vistas a uma nova proposta de legislação de proteção aos bens culturais
21/01/1997	3ª	Conselheira e diretora geral do IPAC, Maria Adriana Almeida Couto	Exposição sobre os estudos que estão sendo realizados com vistas à elaboração de uma nova proposta de legislação de proteção de bens culturais
04/03 e 25/03/1997	6ª e 1ª Esp.	José Martins Catharino	Exposição sobre o livro Azulejos e as memórias de sua vida no Palacete Bernardo Martins Catharino, sede do CEC
08/04/1997	Especial	Presidente do V Congresso Afro Brasileiro, João Batista Bacelar	Programação do V Congresso e dos 60 anos do II Congresso Afro brasileiro realizado em Salvador
13/05/1997	14ª	Frei Hugo Fragoso	Exposição sobre o tema "Canudos uma Utopia Sertaneja de Paz"
20/05/1997	15ª	Presidente da Fundação Gregório de Matos, Francisco Sena	Exposição sobre o projeto cultural da instituição
17/06/1997		Presidente do CRA (hoje IMA), Durval Olivieri	Exposição sobre o pleito em relação à Mata Atlântica
15/07/1997	20ª	Presidente e diretor do centro Cultural Olodum, José Carlos Nascimento e João Jorge Rodrigues, respectivamente,	Exposição sobre a programação comemorativa da Revolta de Búzios
22/07/1997	23ª	Coordenadora do Centro de Educação Ambiental Parque São Bartolomeu, Ana Lúcia Formigli	Exposição sobre o projeto de Implantação memorial Pirajá
05/08/1997	25ª	Prefeito do município de Nazaré, Clóvis Figueredo Souza	Exposição sobre a recuperação e reutilização do Cine Teatro Rio Branco e o plano de ação cultural da cidade
09/09/1997	30ª	Professor da UESC, Henrique Simões	Edição da nova versão da Carta de Pero Vaz Caminha, de interesse da SCT, dentro do programa comemorativo dos 500 anos do Descobrimento do Brasil
23/09/1997	32ª	Supervisora do Colégio Perfil Pollyana de Villas do Atlântico, Lauro de Freitas, Cristina Motta Leal, acompanhada de alunos e professores	Apresentação do projeto Ano Arte que homenageia o cons. Sante Scaldaferrri e buscam informações de como funciona o CEC-BA.
04/11/1997	38ª	Diretor Geral do IRDEB, Paolo Marconi	Exposição sobre o programa da TV de resgate e divulgação das diversas manifestações culturais do interior da Bahia
11/11/1997	39ª	Diretor de operações da Conder, Genaro Lemos Couto	Exposição sobre o projeto de Urbanização e Recuperação do Dique do Tororó
1998			

27/01/1998	2ª	Acadêmico e ex-secretário de Educação e Cultura, Edvaldo Boaventura	Exposição sobre o livro Parque Estadual de Canudos.
14/07/1998	20ª	Coordenadora de Programação da Codecult, bibliotecária Maisa Andrade,	Exposição sobre normalização bibliográfica e publicações patrocinadas pela Secult
18/08/1998	25ª	Professor da Faculdade de Letras da Universidade Tiradentes de Sergipe, Gil Francisco	Exposição sobre o tema “Uma biografia de Pinheiro Veigas”
22/09/1998	30ª	Diretora do IPAC, Maria Adriana de Castro,	Exposição sobre projeto de Revitalização da Sé
01/12/1998	38ª	Secretário de Cultura e Turismo, Paulo Gaudenzi	Exposição sobre o funcionamento do Conselho Estadual de Cultura
1999			
20/04/1999	8ª	Comissão de Educação, Esporte e Serviço Público da Assembleia Legislativa da Bahia, presidida pelo dep. Antonio Rodrigues	Exposição sobre apresentação do trabalho da Comissão e outros assuntos como preservação do patrimônio
2000			
29/02/2000	9ª	Compositor, letrista, ensaísta e Doutor em Teoria da literatura e membro do Conselho Estadual de Cultura do Rio de Janeiro, Fred Góes	Exposição sobre seu trabalho “O país do carnaval elétrico”, de 1982
23/05/2000	18ª	Convidado o secretário Executivo do Programa Fazcultura, Cláudio Taboada	Exposição sobre o Programa implementado pelo governo
2001			
30/01/2001	4ª	Diretora do Orçamento Público da Secretaria Estadual da Fazenda, Risalva Fagundes Teles	Exposição sobre o Programa Sua Nota é um Show
27/03/2001	11ª-Esp.	Professora Ana Maria Villar	Exposição sobre a restauração do mural Lênio Braga instalado na estação Rodoviária de Feira de Santana.
11/09/2001	?	Diretora do IPAC, Ana Lúcia Seixas	Exposição sobre achados na pintura da Igreja de Belém de Cachoeira e da Oficina na Igreja do Antigo Seminário de Belém
30/10/2001	?	Arquiteto e doutorando Lourenço Muller	Exposição sobre a programação do 1º Salão Baiano de Produção de Arquitetura e a premiação O Universo do Arquiteto.
13/11/2001	?	Supervisora da Assessora de Comunicação da Maxitel e coordenadora do Programa Arte, Ação Maxitel Cidadania, Eliane Alvares; representante do CRIA e programa Porque Você não Vem, Zeca Magalhães; representante do MIAC, Cláudia; representantes dos projetos Bagunça, Casa das Filarmônicas, OAF e Picolino.	Apresentação das ONGs
04/12/2001	?	Diretor do projeto Axé, Cesare La Rocca	Exposição sobre a Instituição
11/12/2001		vice-presidente do Ilê Ayê, Aliomar de Jesus Almeida	Exposição sobre o bloco Ilê Ayê
2002			
29/01/2002	4ª	Ator, professor, dançarino Armindo Bião	Exposição sobre suas atividades e experiência de dez anos, na área das artes cênicas
19/02/2002	6ª	Representante da SCT, Luis Azevedo	Exposição sobre o Prêmio nacional Jorge Amado, lançado pelo governo do Estado.

19/03/2002	10ª	Professora Lucíola Rupp de Magalhães	Exposição sobre seu livro “Aprendendo a lidar com a gente - Relações Interpessoais do cotidiano”, editado pela Edufba.
26/03/2002	11ª	Diretor do Via Magia, Ruy Cesar	Exposição falar sobre a quarta edição do evento Mercado Cultural.
09/04/2002	13ª	Superintendente do IPHAN, Adalgisa D’Eça	Exposição sobre sua gestão
23/04/2002	15ª	Rede Bahia, Sérgio Siqueira	Exposição sobre as ações da Rede Bahia nas áreas da cultura e patrimônio
17/05/2002	16ª	Diretor do Liceu de Artes e Ofício, Nelson Issa	Exposição sobre a Instituição
04/06/2002	19ª-Esp	Superintendente de Cultura da SCT, Sonia Bastos	Exposição sobre o projeto da SCT “Biblioteca para Todos”
11/06/2002	20ª-Esp	Prefeito de Salvador, Antonio Imbassahy	Exposição sobre sua gestão
19/07/2002	Especial	Embaixador do Brasil na França, Marcos Azambuja e mais quatro intelectuais franceses	Visita pelo Brasil, um deles vai acompanhar as eleições na Bahia.
13/08/2002	29ª	Escritora e pesquisadora, Luciana Bastianeli	Fala sobre seu livro “Gazeta Médica da Bahia”
10/09/2002	33ª	Ex-secretário de Educação, Edivaldo Boaventura	Exposição sobre alternativas de políticas culturais.
22/10/2002	40ª-Esp.	Secretário Municipal de Planejamento, Manoel Lourenzo	Exposição sobre as obras da Prefeitura de intervenção no centro da cidade, em especial no Pelourinho, no sistema viário.
19/11/2002	44ª-Esp.	Professor Cid Teixeira	Exposição sobre sua vida e trajetória
26.11/2002	45- Esp	Representante do MNU, Samuel Vida	Exposição sobre o 20 de Novembro, Dia da Consciência Negra
2003			
11.03/2003	9ª	Professora da Faculdade de Turismo, Eny Cleyde	Exposição sobre o Famtur, evento apoiado pelo CEC, em Itaparica
27/05/2003	20ª	Diretora da Dimus (Funceb), Eliene Dourado Bina	Exposição sobre a posição da Bahia com relação à Política Nacional de Museus.
03/06/2003	21ª	Secretário da SCT, Paulo Gaudenzi	Apresentação no Centro de Convenções, com participação do CEC-BA, do Plano Plurianual de Cultura 2004/2007 aos dirigentes e produtores do meio cultural
18/11/2003	Especial	Secretário municipal de Planejamento Urbanismo e Meio Ambiente, Manoel Lorenzo	Projeto de Ampliação da orla marítima trecho Barra - Rio Vermelho
2004			
02/03/2004	8ª	Presidente da Emtursa, Eliana Dumet	Exposição sobre o ciclo de festas populares de Salvador e atividades desenvolvidas pelo órgão visando sua revitalização
18/05/2004	19ª	diretor do IPAC, Julio Braga	Exposição sobre a Instituição
08/06/2004	22ª	Viúva do artista Lênio Braga, Maria Celeste Campos Puissant	Anuncio decisão de doar o acervo em seu poder ao Museu de Arte Moderna da Bahia (desenhos, pinturas e roteiros de cinema)
12/08/2004	31ª -1ª Ext	Representante do Ministério de Cultura na Região Nordeste, Taciana Borges Portela	Exposição sobre os projetos culturais daquele órgão para esta região
19/10/2004	40ª-Esp	Ex-conselheiro Manuel Veiga	Exposição sobre a Escola de Música, devido ao cinquentenário da Escola de Música da UFB
23/11/2004	44ª	Diretora da Divisão de Bibliotecas da Funceb	Exposição sobre o perfil da biblioteca Alves Ribeiro do Conselho.
2005			

05/04/2005	12ª e 16ª	Diretor Executivo do Cluster, Adelino Neto	Palestra “O Cluster de Entretenimento, Cultura e Turismo da Bahia”
31/05/2005	20ª	Professor Pedro Agostinho	Palestra “Povos primitivos que habitavam as terras do Brasil”
30/08/2005	31ª	Coordenador do Fórum Internacional de Cultura, José Augusto Burity	Exposição sobre as experiências e resultados do evento realizado na cidade de Lençóis.
06/09/2005	32ª	Diretor Geral da Fundação Cultural do Estado, Armino Bião	Módulo I - Políticas Públicas de Cultura: A política estadual de cultura, a partir da ação cultural dos órgãos executivos da Secretaria de Cultura e Turismo
13/09/2005	33ª	diretor geral do IPAC, Julio Braga	Módulo I - Políticas Públicas de Cultura: A política estadual de cultura, a partir da ação cultural dos órgãos executivos da Secretaria de Cultura e Turismo
20/09/2005	34ª	Diretor Geral da Fundação Pedro Calmon (FPC), Claudius Portugal	Módulo I - Políticas Públicas de Cultura: A política estadual de cultura, a partir da ação cultural dos órgãos executivos da Secretaria de Cultura e Turismo
27/09/2005	35ª	Secretária Municipal de Desenvolvimento de Itaparica, Eliana Dumet	Exposição sobre projeto de Cultura e desenvolvimento da Baía de Todos os Santos
04/10/2005	36ª	Diretor do IRDEB, Américo da Silva	Módulo I, eixo temático Políticas Públicas de Cultura/ bloco 1 “A política de Cultura do governo do Estado da Bahia, a partir da ação do Instituto de Radiodifusão da Bahia”
01/11/2005	40ª	Presidente da Bahiatursa, Cláudio Taboada	Palestra “A relação turismo cultura no contexto da ação da Bahiatursa”.
08/11/2005	41ª	Superintendente da Cultura, Sonia Bastos	Encerramento - Módulo I, eixo temático Políticas Públicas de Cultura/ bloco 1 A política de cultura do governo do Estado da Bahia, a partir da ação da Sudecult”.
29/11/2005	42ª	Presidente da Fundação Gregório de Mattos,	Módulo I - Bloco II – Política Municipal de Cultura. Palestra “A política de cultura do governo municipal de Salvador, a partir da ação da Fundação Gregório de Mattos”
2006			
14/02/2006	1ª	Superintendente do IPHAN, Eugênio D´Ávila Lins	Conferência sobre “Patrimônio Cultural: bens materiais e imateriais no contexto de uma ação estruturante e integrada de preservação”
07/03/2006	2ª	Coordenador do Festival Internacional de Música Instrumental da Bahia, Fernando Marinho	Módulo II- Grandes Projetos Culturais da Bahia e seus impactos na comunidade: Festival internacional de Música instrumental da Bahia
14/03/2006	3ª	Coordenadora do projeto, produtora Eliana Pedrosa	Módulo II - Grandes Projetos Culturais da Bahia e seus impactos na comunidade: Ateliê Brasileiros de Coreógrafos (criado na década de 90)
21/03/2006	4ª	Coordenadora do projeto, cineasta e professor da UFBA, Guido Araújo	Módulo II: Grandes Projetos Culturais da Bahia e seus impactos na comunidade: exposição sobre a Jornada de Cinema
11/04/2006	7ª	Coordenadora do projeto, Produtora Elisabeth Cayres	Módulo II: Grandes Projetos Culturais da Bahia e seus impactos na comunidade: Panorama Percussivo Mundial: PercPan, criado em 1994.
09/05/2006	12ª	Diretor do TCA, Theodomiro Queiróz	Módulo II: Grandes Projetos Culturais e seus impactos na comunidade: Série TCA Grandes Concertos
16/05/2006	13ª	Diretor dos Seminários de Música da UFBA, Professor Horst Schwebel	Módulo II: Grandes Projetos Culturais e seus impactos na comunidade: Seminários Internacionais de Música

23/05/2006	14 ^a	Coordenador executivo do Pólo de Teledramaturgia (POTE), João Estevez e a roteirista do projeto Iara Syndenstricker	Módulo II: Grandes Projetos Culturais da Bahia e seus impactos na comunidade: teledramaturgia na TV
30/05/2006	15 ^a	Coordenador do Programa de Educação Tributária da Secretaria da Fazenda, José Luis Santos Souza	Módulo II: Grandes Projetos Culturais e seus impactos na comunidade: Sua Nota é um Show
06/06/2006	16 ^a	Diretor do Dimas/Funceb, Francisco Liberato e direto do Dimac/Funceb, Sérgio Sobreira	Módulo II: Grandes Projetos Culturais e seus impactos na comunidade: A imagem em 5 minutos e Quarta que Dança
13/06/2006	17 ^a	Coordenador geral do projeto, Ruy Cesar	Módulo II – Grandes projetos culturais e seus impactos na comunidade: Mercado Cultural
11/07/2006	18 ^a	Diretor do MAM, Heitor Réis	Módulo II - grandes projetos Culturais da Bahia e seus impactos na comunidade: Salão MAM de Artes Plásticas.
18//07/2006	19 ^a	Diretor do Dimas/Funceb, Francisco Liberato e coordenador geral da Bienal de Artes Plásticas do Recôncavo, Pedro Arcaño	Módulo II - grandes projetos Culturais da Bahia e seus impactos na comunidade Salões regionais de Artes Plásticas e Bienal do Recôncavo.
22/08/2006	23 ^a	Diretor do Departamento de Música e Arte Cênica da Fundação Cultural, Sérgio Sobreira	Módulo II - grandes projetos Culturais da Bahia e seus impactos na comunidade: Caminhada Axé, Projeto Chapéu de Palha, Viver com Arte e Quarta que Dança
29/08/2006	24 ^a	Diretora de Ações Culturais do IPAC, Tânia Simões	Módulo II - grandes projetos Culturais da Bahia e seus impactos na comunidade ⁵⁵ - Projetos Pelourinho Dia e Noite e Expresso 2001.
17/10/2006	31 ^a	Diretor Geral da Fundação Pedro Calmon e coordenador do projeto Bienal do livro da Bahia, Claudius Portugal	Módulo II - grandes projetos Culturais da Bahia e seus impactos na comunidade: Bienal do livro da Bahia
24/10/2006	32 ^a	Superintendente de Promoção Cultural da Secretaria de Cultura e Turismo, Fábio Liger	Módulo II - grandes projetos Culturais da Bahia e seus impactos na comunidade: Fazcultura e Fundo Estadual de Cultura.
31/10/2006	33 ^a	Coordenador executivo da SCT, Luis Azevedo Silva; presidente da Academia de Letras da Bahia, Claudio Veiga; assessor de relações Institucionais da Braskem, José Cerqueira	Encerramento do Módulo II – grandes projetos Culturais da Bahia e seus impactos na comunidade: Prêmios Culturais (Prêmio nacional de Arte e Literatura Jorge Amado; Prêmio nacional de Literatura Adonias Filho; Prêmio Braskem de Arte e Cultura
07/11/2006	34 ^a	Secretária de Educação da Bahia, Ananci Paim	Abertura do Módulo III – Ações Estruturantes e Afirmativas de Desenvolvimento Sócio-Cultural:A relação Educação e Cultura no processo de desenvolvimento global na Bahia
14/11/2006	35 ^a	Diretor do CENIC e professor da UFBA, Paulo Miguez	Módulo III – Ações Estruturantes e Afirmativas de Desenvolvimento Sócio-Cultural:Indústrias Criativas – A Cultura como eixo estratégico e estruturante do desenvolvimento
21/11/2006	36 ^a	Reitor da UFBA, Naomar Monteiro de Almeida	Módulo III – Ações Estruturantes e Afirmativas de Desenvolvimento Sócio-Cultural: A cultura no contexto da Nova Universidade
2007			
28/11/2007	1 ^a	Chefe de Gabinete da Secretaria de Cultura, Carlos Beyrodt Paiva Neto	Tema da palestra “A política cultural do Estado para a gestão atual”
05/12/2007	2 ^a	Secretário de Cultura, Márcio Meirelles	Tema da exposição: O Papel do Conselho na Política Cultural da Secretaria de Cultura
12/12/2007	3 ^a	Secretário de Cultura, Márcio Meirelles	Palestra: Desenvolvimento Territorial de Cultura, Gestão de Cultura, Fomento à Economia da Cultura, Promoção da Cultura, História, Memória e Patrimônio

2008			
02/04/2008	11 ^a	Superintendente de Promoção Cultural, Paulo Henrique Almeida e o presidente do Fórum de Entidades Negras, Walmir França	Ciclo de Debates sobre o Carnaval, com o tema “A organização da festa: governança e economia”
04/04/2008	12 ^a	Coronel da Polícia Militar, Josué Alves Brandão; arquiteta, Mara Rosana Castanho e Subsecretário Municipal da Reparação, Antonio Cosme	Ciclo de Debates sobre o Carnaval, com o tema “Os territórios da festa: infra-estrutura e serviços, segurança, os circuitos e os carnavais de bairro”
11/04/2008	14 ^a	Diretor do IRDEB, Pola Ribeiro; artista plástico, estilista e diretor do “Cortejo Afro”, Alberto Pitta; presidente do Sindicato dos Músicos, Milton Moura.	Ciclo de Debates sobre o Carnaval, com o tema “As artes da festa: musicalidade, plasticidade e o olhar midiático”
16/04/2008	15 ^a	Superintendente da Promoção Cultural, Paulo Henrique de Almeida	Exposição com o tema: A política de fomento à Cultura da Bahia